



PPGFIL

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**BIOPOLÍTICA EM MICHEL FOUCAULT: DA INDIVIDUALIZAÇÃO DO SUJEITO
À GOVERNAMENTALIDADE DA POPULAÇÃO**

FELIPE SAMPAIO DE FREITAS

PROF. DR. ROBERTO BARROS

BELÉM

2019

FELIPE SAMPAIO DE FREITAS

**BIOPOLÍTICA EM MICHEL FOUCAULT: DA INDIVIDUALIZAÇÃO DO SUJEITO
À GOVERNAMENTALIDADE DA POPULAÇÃO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Estética, Ética e Filosofia Política

Orientador: Prof. Dr. Roberto Barros

BELÉM

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

F862b Freitas, Felipe Sampaio de
Biopolítica em Michel Foucault: da individualização do sujeito à
governamentalidade da população. / Felipe Sampaio de Freitas. — 2019.
165 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Roberto de Almeida Pereira de Barros
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade
Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Biopolítica. 2. Biopoder. 3. Anátomo-Política. 4.
Governamentalidade. 5. Sujeito. I. Título.

CDD 100

FELIPE SAMPAIO DE FREITAS

**BIOPOLÍTICA EM MICHEL FOUCAULT: DA INDIVIDUALIZAÇÃO DO SUJEITO
À GOVERNAMENTALIDADE DA POPULAÇÃO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Aprovada em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Barros (Presidente – Orientador)
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof. Dr. Ernani Chaves (Examinador Interno)
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof. Dr. Marcos Nalli (Examinador Externo)
Universidade Estadual de Londrina

*Para minhas sobrinhas, Maria Clara e
Rafaela, por serem as estrelas do meu céu.
E em memória de meu primo, Diego
Sampaio, que agora é jovem para sempre.*

AGRADECIMENTOS

Uma monografia, dissertação ou tese, é, sem dúvida alguma, um trabalho antitético, pois, na mesma medida em que é solitária, na sua escrita e leitura de textos, também tem consigo um conjunto de fatores exteriores à atividade, que são alegres e descontraídos, os quais tornam-na possível. É por isso que eu gostaria de agradecer imensamente a algumas pessoas e instituições que tornaram possível esta pesquisa.

Agradeço imensamente à Universidade Federal do Pará, local em que desde 2011 é minha segunda casa: nela vivi angústias e vitórias que jamais esquecerei. Precisamente, agradeço ao meu centro de pesquisas inicial, a Faculdade de Filosofia (FAFIL), e ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL); estas que foram minhas instituições acolhedoras nos seis anos de pesquisas, na graduação, e dois anos e meio na pós-graduação.

Agradeço também à CAPES, por ter me concedido bolsa de estudos integral. Essa última, sem sombra de dúvidas, possibilitou muito ao meu crescimento intelectual por ter me proporcionado o financiamento de meus cursos de línguas estrangeiras, livros, viagens a outros centros pesquisa, segurança para terminar meu curso, etc. A educação deve ser sempre social.

Agradeço a meus pais, Dilma e Ademar, por terem sido, no último decênio, pedra forte em que pude me estabilizar em momentos difíceis e também por serem, simplesmente, os pais mais atenciosos do mundo com um filho que pretende traçar a carreira da pesquisa acadêmica em filosofia: mesmo que vocês não entendam, ainda, do que se trata meu trabalho, sem vocês dois, nada disso teria sentido.

À minha irmã, Sofia Freitas, por todos os almoços da “meia hora”, em que busquei refúgio na sua casa, no Bairro de Nazaré. Junto desta, às minhas sobrinhas, Maria Clara e Rafaela, por todas as vezes em que me “tiraram o stress” de trabalho e leituras difíceis, com suas brincadeiras e ingenuidades que só crianças tem.

Ao meu orientador, professor Roberto Barros, por sempre impulsionar da melhor maneira possível esta pesquisa, acreditando nela, e por todas as vezes em que debatemos meus textos no grupo de estudos “Nietzsche e Filosofia Contemporânea”, às sextas feiras, na UFPA. E, é claro, por todos as taças de vinho e jantares deliciosos, irrigados de um bom bate-papo que vai da atualidade da pesquisa intelectual, no Brasil e no mundo, até à questões simples, do dia-a-dia; por todas as palavras amigas, ditas a mim, falando-me para não parar de pesquisar e seguir ao doutorado.

Ao professor Marcos Nalli, por ter aceito ler meu trabalho com toda a atenção que ele merece. Decidi que queria Nalli na minha banca quando de uma conversa *três agradável* com ele sentado à frente do Instituto de Filosofia da UFSCar. Valeu, Marcos!

À professora Jovelina Ramos, por todas as palavras amigas, jantares, conselhos. Dentre tantos, não podemos esquecer da que foi dita, em um evento da Pós-Graduação, “Café Philo”, ao qual acompanhei minha antiga orientadora, Verônica Capelo: “Felipe, porque você não tenta a pós-graduação? O edital logo irá abrir.” Poucas palavras, mas que me inundaram de coragem para “arriscar”. Muito obrigado, Jô.

À professora Verônica de Araújo Capelo, já aposentada, por todo o incentivo que me dera aos estudos da obra de Michel Foucault. A esta grande pessoa eu devo minha inserção aos estudos do autor francês. Os tomos em que discuto a filosofia de Maquiavel e Weber, nesta pesquisa, devo às aulas dadas pela prof.^a Verônica. Muito obrigado!

Ao professor Ernani Chaves, por ter norteado esta pesquisa na qualificação; pelo seu curso dado no segundo semestre da pós, o qual fora trabalhado justamente o tema da biopolítica; pelos livros emprestados para “xerox” e pelo livro doado, *Naissance de la Biopolitique*, ferramenta a qual manuseei durante toda esta pesquisa. Muito obrigado, professor!

Aos meus queridos amigos de pós-graduação, da turma de 2017: Henrique, Filipe, Kelly, Brayan, Alonso, Ana Paula, Elias, Arnin, Paulo, Marco. Dividir esse trajeto de dois anos com vocês foi um prazer!

Destes últimos, a um eu gostaria de agradecer particularmente: Henrique, tu foste o melhor amigo que alguém poderia ter em um mestrado de filosofia. É claro, nossa amizade se estenderá para além: ainda haverá outros voos perdidos, outros Ubers por engano, outras fugas de pessoas “perigosas”, outras idas à lugares “azuis” (valeu tio Celso!), outras cervejas, outros desabafos. Sem a amizade, nada é possível.

Aos meus amigos de infância e do grupo “Guaxinins”: John, Deryk, Ronny, Ricardo, Paul, Herben, Daniel Ramillo, Daniel Valente, Daniel Rocha, Igor, Miguel, Jr., Wirland, Kléber, Egberto, Renan, Rian, Thiago, Rafael, Rodrigo, Arlisson, e ao meu “inimigo” Marcos Filho. Valeu por todos os “0800” concedidos e por sempre me lembrar “carinhosamente” para eu gastar bem o dinheiro de seus impostos (kkk).

Às amigas e irmãs postizas Jennifer e Luany, do curso de francês, por sempre estarem comigo nestes dois anos, dividindo angústias, dando palavras positivas, me fazendo lembrar que a amizade é tudo.

Aos meus amigos do *Ciclo Filosófico de Belém*, Hailton “sofredor” Guiomarino, o qual agradeço enormemente os livros emprestados, as palavras amigas dadas a mim, a respeito de meu texto (pois, fora meu “leitor beta”, na reta final) e da continuidade de minha trajetória acadêmica; bem com, da ajuda com a filosofia de Nietzsche, entre tantos outros assuntos; a Sam “Batman da Pratinha” Alves, pelas “simpáticas” palavras e conselhos dados, durante todo esse percurso; a Matheus “Místico” Colares, pelos livros emprestados, sugestões aos textos, vinhos e “rolês”; a Rafael “Gherardino” Costa, por todas suas “sandices literárias”, e, também, a Máximo Rodriguez, simplesmente por nos mostrar que ser lacônico é, da mesma maneira, essencial.

A todos meus amigos da graduação em filosofia da UFPa e da UEPa. Não poderei citar todos pois seria uma extensa lista: Thainá, Suellen, Helton, Victor Hugo, Sabrina, Clarice, Shelda, Jonnas, Angelo, Robson, Diego, Rose, Marina, Ian, Ronald; dentre tantos outros que, me desculpem, minha memória não recorda, mas que deixo, mesmo assim, meu muito obrigado!

Aos meus amigos músicos, do grupo “Pickup Custom Shop”, que quase sempre foram antitéticos a mim, politicamente, mas que mesmo assim agradeço a todos os papos descontraídos sobre guitarras e “afins”: Raoni, Breno, André Luiz, Bruno, Júnior, Arthur, Esdras, Gugah, Marcos. Valeu!

E, é claro, como professor, agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha caminhada, desde aqueles que me ensinaram a ler e a escrever como a aqueles que me introduziram na pesquisa em filosofia.

“Damit, dass man nach den Anfängen sucht, wird man Krebs. Der Historiker sieht rückwärts; endlich glaubt er auch rückwärts.”

“Por conseguinte, buscando-se pela origem, torna-se caranguejo. O historiador vê de trás para frente; por fim, acredita também de trás para frente.”

Friedrich Nietzsche

“vous les savez, je suis comme l'écrevisse, je me déplace latéralement...”

“vocês sabem, eu sou como o lagostim, ando de lado...”

Michel Foucault

RESUMO

Biopolítica é um assunto complexo, que percorre os mais variados âmbitos acadêmicos: da medicina social ao direito, da economia política à estatística, etc. Esta pesquisa se caracteriza a partir do estudo do itinerário que este termo/conceito tem, na obra do filósofo francês contemporâneo Michel Foucault (1926-1984). Busca, através da análise de seus cursos e obras, elucidar os variados momentos em que o assunto se configura e reconfigura, na chamada “analítica do poder”, fase política da obra do francês. A biopolítica seria um tema ainda atual? Como, na obra de Michel Foucault, os estudos a respeito do poder, em sua relação com a verdade, sofrem um “alargamento teórico” e por quê? São estas as principais indagações que irão nortear nossa caminhada pelas veredas filosóficas de Michel Foucault. É claro, quando possível, irão ser apresentados recortes de momentos atuais que ilustrem, exemplifiquem e ressignifiquem a biopolítica para, assim, atestarmos sua atualidade nos debates em filosofia política.

PALAVRAS-CHAVE: Anátomo-Política; Verdade; Biopoder; Biopolítica; Governamentalidade.

RÉSUMÉ

La biopolitique est un sujet complexe qui englobe les domaines académiques les plus variés : de la médecine sociale au droit, en passant par l'économie politique ou la statistique. Cette recherche se caractérise par l'étude de l'itinéraire que ce terme/concept a dans les travaux du philosophe français contemporain Michel Foucault (1926-1984). Il cherche, à travers l'analyse de ses parcours et de ses travaux, à élucider les différents moments de configuration et de reconfiguration du sujet, dans la période « analytique du pouvoir », phase politique du travail du philosophe français. La biopolitique serait-elle un thème d'actualité ? Comment, chez Michel Foucault, les études sur le pouvoir, dans son rapport à la vérité, subissent-elles un « élargissement théorique » et pourquoi ? Telles sont les principales questions qui guideront notre parcours dans les voies philosophiques de Michel Foucault. Bien entendu, quand c'est possible, nous présenterons des extraits d'actualité qui illustrent, élucident et redéfinissent la biopolitique, afin de pouvoir en attester la pertinence dans les débats en philosophie politique.

MOTS-CLÉS: Analytique du pouvoir ; Vérité ; Biopouvoir ; Biopolitique ; Gouvernementalité.

Sumário

INTRODUÇÃO: <i>Mil faces</i>	8
I- “Arqueogenealogia”: no liame perspectivístico da verdade	11
1.1- Introdução	11
1.1.1- Por uma “história da loucura”	12
1.1.2- O método para uma “arqueologia do saber”	16
1.1.3- O filósofo e sua genealogia	18
1.1.4- O filósofo da diferença	23
1.2- Disciplina, poder e saber: o que antecede a análise do biopoder?	26
1.2.1- Introdução	26
1.2.2- Poder disciplinar e poder soberano	28
1.2.3- Poder e saber	35
II- Algumas discussões que precedem a biopolítica	42
2.1- Introdução	42
2.1.1- O “organicismo” biopolítico	44
2.1.2- O “politicismo” biopolítico	50
2.1.3- Foucault	53
2.2- A perspectiva biopolítica da medicina social: locus, normalização, gestão	57
2.2.1- Introdução	57
2.2.2- A medicina é sempre social	58
2.2.3- A medicina social no Brasil: SUS e PSF	69
III- Sexo, desigualdade e biopolítica: vida e morte na decadente era do biopoder	73
3.1 – Introdução	73
3.1.1- Sexualidade e biopoder	73
3.1.2- Biopoder e racismo: elementos e reverberações	78
3.1.3- Biopolítica e resistência	85
3.1.4- A “ <i>résistance</i> ” como “ <i>attitude critique</i> ”	89
IV- Governamentalidade e biopolítica: o retorno à questão do Estado, no curso de 1978.	91
4.1- Introdução	91
4.1.1- Biopolítica, dispositivos de segurança e a emergência da população	93
4.1.2- Território e meio	95
4.1.3- Governo e acontecimento	97
4.1.4- Uma diferença essencial: normação e normalização	102
4.2- “Todos” e “cada um”: a governamentalidade e a emergência da <i>raison d’État</i>	106
4.2.- Preâmbulo	106
4.2.1- A governamentalidade	107
4.2.2- A metáfora do <i>bom pastor</i>	110
4.2.3- <i>Razão de Estado, raison d’État</i> , ou, como o Estado se tornou ateu	115
4.3- O <i>homo oeconomicus</i>, a bioeconomia: perspectivas biopolíticas	123
4.3- Introdução	123
4.3.1- Liberalismo e <i>neoliberalismo</i>	124
4.3.2- Fobia de Estado: o mercado, a veridicção, a prática	131
4.3.4- A importante influência de Weber	133
4.3.5- <i>Behaviorismo</i> , interesse: peças-chave da bioeconomia	137
4.3.6- Michel Foucault “neoliberal” (!?)	140
CONCLUSÃO	144
A biopolítica é uma pedra-de-toque	144
Bibliografia	149
Índice remissivo e de nomes	158

INTRODUÇÃO: *Mil faces*

As pesquisas que giram em torno do eixo temático da biopolítica floresceram cada vez mais com o passar do tempo, se levarmos em conta os mais de trinta anos em que a mesma permanecera pausada, na obra de Michel Foucault. Desde o último capítulo de *História da Sexualidade I: a vontade de saber* e dos Cursos dados ao *Collège de France: Em Defesa da Sociedade; Segurança, Território, População; e Nascimento da Biopolítica*, as questões lançadas por Foucault, ao redor deste tema, abarcaram mais e mais espaços, bem como, áreas de saber: da medicina social ao direito; da psicologia à economia política.

Neste sentido, esta pesquisa apresenta-se como uma tentativa de estabelecer um fio condutor por onde este termo/conceito importante – a biopolítica – percorre, na obra do filósofo, identificando quais são seus pontos fulcrais. E além disso, buscamos perceber como o plano aferido por Foucault deixou espólios que se desenvolvem na contemporaneidade. A pedra-de-toque que nos instiga e dá motivos para esta caminhada inicia-se com os seguintes questionamentos: qual a trajetória desses termos – biopoder, biopolítica e governamentalidade – no horizonte foucaultiano? Como o estudo da *biopolítica* e da *governamentalidade*, então, se apresentam na contemporaneidade?

Não poderíamos deixar de lado, é claro, que a desenvoltura destes termos, na obra do filósofo francês, se dá correlata ao que lhes é precedente: os conceitos de *disciplina*, *soberania*, e, consecutivamente, ao que o mesmo desenvolvera no período anterior, na década de sessenta. A soma dos dois principais períodos de produção intelectual de Michel Foucault, quais sejam, as décadas de sessenta e setenta, englobam uma rede de conceitos cunhados, apropriados ou rediscutidos pelo filósofo, onde, gradativamente, se vê a trilha que leva ao ponto que desejamos discutir. É desta maneira que apresentamos esta pesquisa, onde verificamos e investigamos o arrolar de alguns conceitos-chave para o entendimento dos que virão, no período compreendido entre os anos de 76 a 79, na obra de Foucault. Em um primeiro momento serão discutidas as fases *arqueológica* e *genealógica*, os termos *poder* e *saber*, até o início dos assuntos destacados por nós, em nossas questões: os termos *biopoder*, *biopolítica* e *governamentalidade*.

Em um segundo momento serão tratadas as questões inerentes à temática do *governo*, da *cidade*, dos *dispositivos de segurança*, da *arte de governar*, bem como, da *genealogia* do Estado liberal e neoliberal. Tudo isso em torno da temática propriamente dita da *biopolítica*, para elucidar como se deu tal assunto até o final da década de 70, na obra de Michel Foucault.

Nosso estudo configura-se como sendo cem por cento bibliográfico que, todavia, às vezes, percorre por fora dos eixos da literatura filosófica. A razão para isto se dá pelo fato de que, “biopolítica”, não é e jamais será um assunto retido à filosofia política. Seria impossível pensarmos de forma analítica este termo sem recorrermos a exemplos claramente expostos empiricamente. Tal medida fora a metodologia, inclusive, escolhida por Michel Foucault: a investigação de documentos e textos que ilustrassem seus dizeres.

Trabalhamos também com a hipótese de que todo o trabalho de Foucault segue uma espécie de expansão temática, mas não no sentido de uma progressão evolutiva, e sim de série de aglutinações interseccionadas. Neste sentido, mais uma vez, tornou-se importante, por exemplo, entendermos como se deu a pesquisa histórica, em sua obra, na fase sessentista, para assim elucidarmos como a fase genealógica deu nova luz às discussões e as razões para tal. É claro, não fora possível elucidar passo-a-passo, talvez, linha a linha, todos os inúmeros assuntos tratados por Foucault durante sua jornada. Tentamos, ao máximo, elencar momentos importantes e elucidatórios, os quais serviram de ponte para que o termo/conceito escoasse pelas afluentes do pensamento foucaultiano.

Em uma rápida pesquisa podemos perceber que a maioria dos trabalhos acadêmicos voltados para este assunto se incubem da obra de Foucault e pouco para a interpretação de outros autores contemporâneos, ou, ilustrações específicas que também tem a biopolítica e a governamentalidade como suas pedras-de-toque. Desta maneira, gostaríamos que nosso trabalho servisse tanto como uma introdução aos conceitos cunhados por Foucault, como um espelho para o que se apresentou após, via outros autores, identificando eventuais mudanças. Contudo, selecionando algumas vertentes estratégicas pré-determinadas. Assim, objetivaremos o alcance de uma clarificação dos conceitos-base que antecedem a pesquisa propriamente dita da biopolítica, na obra de Foucault; a também clarificada apresentação dos conceitos de biopoder, biopolítica e governamentalidade, que se estabelecem entre os anos 76 e 79 (como já dito), e, por fim, almejando justificar o estudo da biopolítica, na contemporaneidade brasileira, dando-lhe holofote e destaque.

Em seu último trabalho, Roberto Machado, tido como o “amigo brasileiro” de Foucault, o pinta como um filósofo das diferenças “[...] porque se rendia ao que o documento trazia de novo, sem querer a todo custo permanecer fiel ao que já pensava, pensou o novo, o diferente.” Claro que com isso Roberto não nega um Foucault que está nos mesmos parâmetros de Gilles Deleuze, seu contemporâneo. Mas, “muito além deste jardim”: Foucault é, assim como Nietzsche, um “pensador solitário” que, todavia, não hesita jamais em pôr à prova o que já estava consolidado e fixado como “verdade”. Era um pensador que apresentava raciocínios

extremamente novos e que “já não estava lá quando as pessoas começavam a falar”. Não é instigante? Um filósofo, professor, que não se importava em dizer o que pensava mesmo que, para isso, fosse necessário, cotidianamente, obliterar seus próprios pensamentos? Além de tudo, um exímio “rato de biblioteca”, aquele que podia facilmente manusear vinte livros em um dia, estando sempre “à procura” dos documentos que validassem suas hipóteses: “eu não leio, eu procuro”, foi o que dissera a Machado quando este o indagou sobre o que lia.¹

Umás décadas antes, em 1989, Didier Eribon, em sua biografia sobre Foucault, sobriamente intitulada *Michel Foucault*, resgata um fragmento do famoso debate ocorrido entre o *normalien* e Noam Chomsky: “Cada vez que eu tentei fazer um trabalho teórico, isto partia de elementos da minha própria experiência: sempre em relação com os processos que eu via se desenvolver em torno de mim”.² É claro, devemos ter em mente que Foucault sempre rechaçou a figura do autor, do comentário. Entretanto, como menciona Eribon, logo no início da biografia, ele “assinou seus livros”. E, no meio de tantas vozes, tantas faces e máscaras, percebemos, indubitavelmente, várias vidas de uma mesma pessoa. Esta dissertação se propõe a entender a parte de uma parte deste todo: a biopolítica em sua relação com a vida.

Não obstante, nosso interesse por este filósofo de “mil faces” se deu justamente pelo encanto de ler, a cada obra e curso seu, um Foucault diferente daquele último já lido. E nesta incrível trajetória encontramos novas pistas que nos servem de instrumentos, ou, porque não dispositivos, para averiguarmos nossa contemporaneidade. Do saber ao poder, sempre ao redor do sujeito, Foucault nos entrega um desafio: nos convida a pensar o atual. Tarefa aparentemente simples, entretanto, que mostra-se como uma quimera, se nossa metodologia for vã. Os espólios de sua filosofia, no entanto, expõem também seu rico “passo-a-passo” metodológico, totalmente heterotópico: não é que tudo valha, para Foucault; mas, se bem feito, até mesmo a mais elementar das pesquisas pode ser uma grande contribuição.

¹ cf. MACHADO, Roberto. *Impressões de Michel Foucault*. São Paulo: n-1 edições. 2017: capítulo “Um época, dois estilos”.

² “Chaque fois j’ai essayé de faire un travail théorique, ça a été à partir d’éléments de ma propre expérience : toujours en rapport avec des processus que je voyais se dérouler autour de moi”. (cf. e.g. ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. France : Champs Biographie. 2011 : p. 53, 54.

I

“Arqueogenealogia”³: no liame perspectivístico da verdade**1.1- Introdução**

“O homem é uma invenção cuja recente data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente. E talvez o fim próximo.”
(Foucault. *As palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. p. 536)

Poucos intelectuais se debruçaram sobre seu próprio tempo como o fez Michel Foucault (1926-1984). A profusão de seu pensamento demonstra, inequivocamente, brilhantismo e destreza no tratamento dos assuntos os quais ofereceu destaque em sua obra. Isso explica um, dentre seus vários epítetos, ser o do filósofo *passador de fronteiras*⁴. Com perfil de “pensador assistemático” nas suas incursões, Foucault não procura por um sentido *universal* dos conceitos e termos acerca dos quais se apropriou, cunhou ou rediscutiu, muito embora tenha sido profundamente inundado pela tradição fenomenológica, existencialista e marxista no período em que fora estudante do prestigiado *lycée* Henri-IV, na década de quarenta, em Paris. Essa riqueza em conteúdo acaba por tornar a reflexão de sua produção intelectual tão difícil quanto os demais assuntos da filosofia em geral. Muitos pesquisadores, das mais diversas vertentes do pensamento – diga-se de passagem, das ciências humanas – tentam cindir, ou, “esquadrinhar”⁵ sua obra, na esperança de que, com isso, haja um *locus amoenus*⁶ para repouso reflexivo. Uma dessas tentativas se dá no período compreendido entre os anos sessenta e setenta, que muitos indicam haver, respectivamente, uma “fase arqueológica” e outra “genealógica”, no seu pensamento. Neste sentido, o intuito deste pequeno tópico é mostrar como existem, na verdade, “intersecções” destes diferentes momentos da filosofia do pensador francês, indicando que não ocorrem maiores cisões, mas sim, complementações, aglutinações, ou mesmo, “ampliações teóricas” entre as mesmas. Feitas tais exposições veremos que, sob certo ponto de vista, a *verdade* (pista fulcral do baluarte filosófico foucaultiano) é nada mais que um jogo perspectivístico que deve ser buscado nas formas discursivas de cada período histórico, bem

³ Termo inspirado no livro introdutório ao pensamento de Michel Foucault, escrito por Inês Lacerda Araújo: *Foucault e a Crítica do Sujeito*, publicado pela editora da Universidade Federal de Curitiba, 2001.

⁴ Epíteto que remete à entrevista concedida por Foucault a Roger Pol-Droit em 20 de junho de 1975, publicada no *Le Monde* em 06 de setembro de 1986, sob o título “*Foucault passe-frontières de la philosophie*”. (cf. POL-DROIT, Roger. “Foucault passe-frontières de la philosophie” In. *Le Monde*. 06/Set/1986. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/alem.pdf>)

⁵ Termo bastante característico e presente na filosofia do pensador francês. (cf. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2013).

⁶ Latim: “lugar ameno”.

como seus arcabouços teórico-valorativos. Tal empreitada será realizada através da exposição, elucidação e análise, de diferentes panoramas “arqueogenealógicos” da filosofia de Michel Foucault.

1.1.1- Por uma “história da loucura”

Nosso percurso se inicia pela tese de doutorado intitulada *Histoire de la Folie à l'Âge Classique (História da Loucura na Idade Clássica)*, de Foucault, defendida e publicada em 1961: apesar de ser uma obra que descreve, como tema central, a “experiência da loucura na Idade Clássica”⁷, Foucault radiografa e expõe as disparidades de uma “exclusão espacial e a integração cultural”⁸ em que o leproso e o louco foram submetidos, no decorrer do final da Idade Média, até o fim do século XVII, na França. Os leprosos eram constantemente excluídos para locais periféricos específicos nas cidades que habitavam para serem, assim, tratados. Tinham consigo (aos olhos populares) a maldição divina na pele. Mas também eram “sagrados”, por necessitarem de caridade, o que fazia-os figurar na mais ambivalente simbologia. Com o passar dos séculos e o advento da erradicação da lepra, esta alcunha fora transmitida por herança à figura do louco que, no entanto, passou quase duzentos anos (séculos XV ao XVII) em um estágio de “não internação” oposto à doença venérea que, por exemplo, já era objeto da medicina.

Como podemos ver, Foucault mostra que

[...] é sob influência do modo de internamento [...] que a doença venérea se isolou, numa certa medida, de seu contexto médico e se integrou, ao lado da loucura, num espaço moral de exclusão. De fato, a verdadeira herança da lepra não é aí que deve ser buscada, mas sim num fenômeno bastante complexo, do qual a medicina demorará para se apropriar. Este fenômeno é a loucura. Mas será necessário um longo momento de latência, quase dois séculos, para que esse novo espantinho, que sucede à lepra nos medos seculares, suscite como ela reações de divisão, de exclusão, de purificação [...]. Antes da loucura ser dominada, [...], antes que se ressuscitem, em seu favor, velhos ritos, ela tinha estado ligada, obstinadamente, a todas as experiências maiores da Renascença.⁹

A cultura humanista, vigente entre o medievo e a Idade Clássica¹⁰, não fica atrás nas questões concernentes à loucura. Tal é o caso de Erasmo de Rotterdam (1466-1536), que em

⁷ cf. CASTRO, Edgardo. *Introdução a Foucault*. Trad.: Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2015: p. 26.

⁸ cf. RABINOW, Paul, & DREYFUS, Hubert L. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. [Trad.: Vera Porto Carrero] Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995: p. 3.

⁹ cf. FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. Trad.: José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva. 2013: p. 8.

¹⁰ O jargão “Idade Clássica” pode, também, aludir à Grécia Antiga. No entanto, sobretudo na obra de Foucault, deve-se remetê-la ao período que inaugura a literatura clássica francesa, dos séculos XVII e XVIII. No entanto, nos cursos do fim da vida de Foucault – *A hermenêutica do sujeito*, por exemplo –, a expressão religa-se àquela

seu *Elogio da Loucura* (1509), faz uma profunda sátira ao homem assolado pela “desrazão” apontando que, na loucura, estariam assentadas as mais variadas espécies de relações (inclusive a estendendo à filosofia)¹¹. Na literatura do século XVI outro caso típico da representação da loucura ocorre, por exemplo, com Cervantes e seu personagem Dom Quixote (que batiza homonimamente sua obra). Na pintura, também nesse século, a exemplo, seguem casos como os de Bosch e Brueghel, artistas da qual Foucault comenta, inclusive, no livro supracitado.

Mas qual o significado do louco, então? Aliás, *por que* o louco se metamorfoseou discursivamente na figura insana, – logo, internável – que conhecemos hoje? O motivo de entender este fenômeno, que pouco-a-pouco substituiria a própria questão latente da morte (no ocidente), mostrou-se tenaz. Trouxe junto de si todo um jogo discursivo característico que Foucault constata e demonstra, por exemplo, em seus escritos iniciais até o período dos cursos *O Poder Psiquiátrico* (1973-4) e *Os Anormais* (1974-5) proferidos no *Collège de France*, em Paris. O engate metodológico por trás de *História da Loucura* são os paralelismos e as continuidades/descontinuidades históricas, bem como, da temática da repressão, pressupostos em um intrínseco jogo entre razão e desrazão, loucura e sanidade; isso tudo que “apareceu primeiramente no nível do discurso e logo em seguida no nível do poder”¹².

Por volta do século XV, o louco – figura desajuizada – era, muitas das vezes, escorraçado da sua cidade de origem. A figura da *Narrenschiff* (*nef des fous; nau dos loucos*), símbolo literário e pictórico, é tornada real: esta *nau dos loucos* levava-os pelas correntezas dos rios europeus, em uma circulação onde ficariam imersos nos seus sonhos que seriam tal como uma passagem.¹³ O louco *circulava*, neste primeiro momento. Em um segundo momento, fora excluído: houvera a “grande reclusão”. Ora, por volta dos séculos XVII e XVIII, o significado do louco já não era mais o mesmo de antes: ele não tinha lugar na sociedade. Este relato de Foucault desemboca no nascimento do asilo que liga o louco, enfim, à querela médica da loucura como doença mental.¹⁴

que é comumente pensada (da antiguidade clássica). (cf. CASTRO, Edgardo. *Introdução a Foucault*. Trad.: Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2015: p. 26. nota de Rodapé 1).

¹¹ Sobre isso, cf. ROTTERDAM, Erasmo. “Elogio da Loucura” In *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural. 1979: p. 93.

¹² cf. RABINOW, Paul, & DREYFUS, Hubert L. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad.: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995: p. 4; Lembremos que as noções de *continuidade* e *repressão*, nas ciências humanas, são rechaçadas por Foucault em seus estudos posteriores (da década de setenta). (cf. ARAÚJO. Inês L. *Foucault e a Crítica do Sujeito*. Curitiba: Ed. UFPR. 2001: p. 25)

¹³ “[...] la Nef des fous (composition littéraire et picturale renvoyant à une pratique réelle) où le fous est donné à rêver comme être du passage...” (cf. GROS. Frédéric. *Michel Foucault “Que sais-je?”*. Paris: Presses Universitaires de France/Humensis. 2017: p. 16)

¹⁴ cf. CASTRO, Edgardo. op. cit. p. 26.

Essa nova incursão se dá adjunta ao surgimento do Hospital Geral de Paris (1656) que tinha plenos poderes de julgar, encarcerar, punir e corrigir, caso fosse dada a autorização por parte da família para o internamento. O louco era abruptamente encerrado junto a diversos outros tipos sociais marginais, como por exemplo, desempregados, pobres, vagabundos, assassinos, libertinos, sodomitas, etc. Nesse momento, a figura do médico ainda não delimitava quem deveria ser internado (no caso do padecimento psicológico), ou, regresso ao convívio social (caso ocorresse a reabilitação). Os loucos, por exemplo, davam força motriz ao trabalho, já que em seu enclausuro eram entregues a estes serviços forçados, mas isso logo geraria protestos diante da concorrência desleal que tal medida causava. Uma nova incursão acontece com o passar dos anos: a medicina ganha uma nova faceta e seu discurso, então, dirá quem possui sanidade mental e quem não a possui. Logo, o louco teria de ser tratado e curado, além de ser separado dos outros presos, esses últimos que deveriam ser confinados e tratados diferentemente. O asilo emerge adjunto ao “capitalismo nascente” que exige a sanidade mental da mão de obra.¹⁵

Ao analisarmos o que foi exposto até aqui de antemão percebemos algo óbvio, todavia, que é possuidor de singulares características que exigem uma investida metodológica muito bem firmada para a constituição de um argumento que ampare tal questão. Artíficio este que o filósofo de Poitiers demonstra com maestria. Doravante, a figura do louco (como conhecemos hoje) *se tornou*¹⁶ o que é; isto é, o discurso que o permeia passou por uma série de modificações

¹⁵ cf. ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a Crítica do Sujeito*. Curitiba: Ed. UFPR, 2001: p. 25-32.

¹⁶ Analisar o tema da loucura, na filosofia de Foucault, é, em si mesma, uma tarefa árdua e complexa. Desde suas primeiras publicações como, *Maladie mentale et personnalité* (1954), até seus cursos dados ao *Collège de France* como *Le pouvoir psychiatrique* (1973-1974) e *Les anormaux* (1974-1975), o eixo temático referente à loucura se perfaz em diversas definições: *loucura*, *doença mental*, *alienação*, ou *desrazão*. Em Foucault, analisar este eixo complexo nos expõe sua metodologia; o posicionamento de tais definições junto às chamadas ciências humanas em geral; e, mostra-nos seu interesse, em relação a tais pontos, com a literatura. Em *Histoire de la folie* (1961) encontramos uma “cristalização” de tais termos. Contudo, cabe-nos precaver nossos leitores, afim de darmos vazão para o entendimento dos mesmos. Nossa análise inicia-se com *Doença mental e personalidade* que nos propõe, em seu princípio, duas questões: “em que condições se pode falar de doença no domínio psicológico? Que relações podem ser estabelecidas entre a patologia mental e a patologia orgânica?”. Foucault sustenta que “não se pode falar de doença mental a partir de uma metapatologia”, ou seja, “de um marco conceitual comum a patologia orgânica ou à patologia mental” e que, no entanto, deve-se seguir a partir de uma reflexão sobre o próprio homem. Doravante, as doenças mentais seriam como “essências” e também “realidades naturais”, não apenas “abstrações”, evoluindo e sendo capazes de apresentar variantes das mesmas. Sendo assim, encontra-se, neste sentido, um paralelismo entre os métodos da patologia orgânica e da patologia mental “que deixa de lado o problema da unidade humana e da totalidade psicossomática”. A doença, então, seria compreendida como modificadora de todo o organismo, operando, assim, numa espécie de “totalidade”, onde, por exemplo, na patologia orgânica, ocorre a importância do sistema hormonal, suas perturbações; e, na mental, “a idéia de que a doença é uma alteração da personalidade em sua totalidade”. Em 63, há uma reedição dessa obra, por Foucault. Seu título será *Maladie mentale et psychologie*, tendo substituídos os capítulos V e VI daquela última já escrita. Encontra-se uma relação entre a história e a doença mental, onde, em sua obra precedente, essa ocorrência dar-se-ia ao redor do conceito de alienação. O sentido era o seguinte: a alienação histórica abria escopo teórico para a psicológica que, em *Doença mental e psicologia*, trata-se não de uma *dialética* das contradições, mas de uma história *trágica* e de separação de limites. Como referencia Castro, “a loucura já não se reduz a ser um produto das contradições históricas no nível

não só no nível da saúde mental mas, também, no próprio nível discursivo, com o arrolar histórico. O contrário disso seria entender a loucura como algo unívoco e sólido atravessando os séculos, pela história do homem. Em outras palavras, a “verdade” concernente ao assunto da loucura passou por mudanças. Não existiria, assim, uma “verdade una” a respeito do caso. Desta arqueologia da loucura, pode-se ser percebida uma singularidade que é a *descrição do arquivo*. Por arquivo, Foucault expressa ser:

[...] o conjunto de discursos efetivamente pronunciados; e esse discurso é considerado não somente como um conjunto de acontecimentos que teriam ocorrido uma vez por todas e que permaneceriam em suspenso, nos limbos ou no purgatório da história, mas também como um conjunto que continua a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos.¹⁷

Funcionamento este que possibilitou, por sinal, o surgimento da figura do louco como doente mental. Vejamos que não se trata de uma procura pela “origem primeira” da loucura; mas, antes de tudo, reiterando, seria uma busca pelo entendimento das práticas discursivas que determinam a existência; a coexistência; os sistemas de pensamento; dentre tantos outros meios e regras para a materialidade de um determinado assunto, a questão fulcral.¹⁸ Precisamente, deve-se largar de mão uma explicação meramente mental da loucura. Ela é uma experiência

das estruturas psicológicas e existenciais do indivíduo”. Ou seja, de uma oposição e enquadramento da própria história da psicologia dentro da história da loucura, marcando, deste modo, a existência de um “grau zero” de loucura, em uma existência selvagem e cristalizada que não pode ser acessada. Contudo, que pode ser ascendida quando se dirige um olhar crítico ao “enfrentamento originário” entre razão e loucura. Estes primeiros eixos marcam a diferença da primeira publicação de Foucault, em 54, para as duas que viriam em 60, no que diz respeito a estes temas. Como já sabemos, a obra de Foucault é comumente esquadrihada em três aspectos: arqueologia, genealogia e ética. Muito embora estas cisões não serem precisamente corretas, a *História da Loucura* circunscreve-se no primeiro período que, entre outras linhas, quer dizer a investigação de análise das formas do saber, em sua intrínseca relação com as formas de poder e subjetividade. É desta maneira que esta obra engloba 3 aspectos: 1- o registro das práticas, aquelas que dizem respeito aos “rituais e formas institucionais de separação”, como a *nau dos loucos*, a internação da época clássica e o asilo moderno; que são carregados de simbolismos e mostram como a cultura do ocidente, a partir do fim da Idade Média, tratou o louco; 2 – o registro da linguagem em suas mais diferentes formas como: a filosofia e os saberes (com ou sem pretensão científica), que expressam em si mesmos o que, em cada época, se quis dizer a respeito de “quem é este louco?”; 3 – o registro de linguagem que configura o “ser” da loucura, através da literatura e da arte. Desta maneira, quando afirmamos que o louco “torna-se” ele próprio, queremos situar todo o trajeto que esta denominação levou, passando pela história, pelos discursos ao nível de saber local e práticas institucionais, que em suas mais variadas épocas ofereceram, seja através de análises ao nível das psicopatologias orgânicas e mentais, ou, dos jogos de verdade contidos nos próprios discursos sobre quem é este louco. Deste modo, chegamos aqui a um ponto em comum: durante a modernidade, onde a loucura aparece como doença mental, a internação e racionalização das formas de se trata-la, “nos umbrais da psicologia, da psiquiatria e da psicanálise”, querem dizer uma nova estruturação “da experiência clássica da loucura”, não uma “humanização”. Logo, com o aparecimento das novas formas de se viver, junto à novas formas de saber e do capitalismo, que trouxe junto de si a invenção das ciências humanas, a “loucura adquirirá sua forma positiva de doença mental”. (cf. CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad.: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2009: p. 258-288. Verbetes: *Loucura*)

¹⁷ cf. FOUCAULT, Michel. “Michel Foucault Explica seu último Livro”. In: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2005: p. 145; Ed. Fr. Idem. “Michel Foucault explique son dernier livre.” In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. I. Paris: Gallimard. 1994: p. 772

¹⁸ cf. Ibidem. loc. cit.; Ed. Fr. Ibidem. loc. cit.

que participa e está conectada no seio das instituições, bem como das práticas que uma época possui para lidar com a mesma.¹⁹

1.1.2- O método para uma “arqueologia do saber”

Entendermos os meandros da metodologia foucaultiana é de suma importância para a compreensão de sua filosofia. No registro que, desta vez, trata a respeito de seu método, qual seja, o arqueológico, – em *A Arqueologia do Saber* (1969) – Foucault reitera questões referentes às noções de formação discursiva; positividade e arquivo; elencando domínios como os de “enunciado”; “campo enunciativo” e as “práticas discursivas”; todos de suma importância para entendermos seu registro histórico de pesquisas, dos anos sessenta e dos que viriam, em setenta.²⁰

Por formação discursiva, Foucault designa todo um conjunto de regras anônimas e históricas, sempre determinadas no espaço e tempo, que em uma dada época, sob certo trecho ou área social, permitem condições de exercício de uma função enunciativa. Deve-se entender, então, que há uma relação entre a formação discursiva e o enunciado. Sobre este último – que também é objeto dos linguistas – assinalem-se não as “regras” de formação dos discursos, junto de sua interferência na existência de provenientes, mas, por qual motivo uns discursos se sobrepõe a outros, ou ainda, o que assegura a existência de uns em detrimento de outros.²¹

Dadas estas premissas iniciais, Foucault entende que para tal empreendimento teórico é preciso um “campo organizado” em que tal margem enunciativa aconteça. Ele enumera três condições para tal: a) ater-se às formas de sucessão; inferências; implicações sucessivas, raciocínios demonstrativos; ordem de descrições; esquemas de generalização e de narrativas; em suma, as formas de se combinar enunciados; b) lembrar das chamadas “formas de coexistência” que demarcam, em cadeia, “campos de presença” como: a verificação experimental, validação lógica, repetição, etc.; c) e, por último, frisar os procedimentos de

¹⁹ Sobre isto, como afirma Gary Gutting, importante pesquisador que dedicou um trabalho precisamente ao período intelectual da década de sessenta, de Michel Foucault: “It is important to understand what Foucault means in speaking of an age's ‘experience’ of madness. For one thing, he does not mean that people of the age were aware of certain intrinsic characteristics of the mad that other ages did not notice. Rather, an age's experience of madness is its distinctive way of viewing madness, its manner of ‘constituting’ madness as an object. Moreover, this constitution is not merely a mental interpretation. It is essentially connected to the institutions and practices an age uses to deal with the mad.” (cf. GUTTING, Gary. *Michel Foucault's Archaeology of Scientific Reason*. Cambridge: Cambridge University Press. 1989: p. 70)

²⁰ cf. FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Petrópolis: Vozes/Lisboa, Porto: Centro do Livro Brasileiro. 1972: p.167.

²¹ cf. CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad.: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2009: p. 136-137, 177.

intervenção aplicados aos enunciados, que não são os mesmos em todas as formações discursivas e que, desta forma, são específicos à cada uma.²²

Por conseguinte, a análise de um discurso não é a análise acirrada e fechada de um limite interior e subjetivo, ou, de uma totalidade de significado. Tampouco é a busca por sua origem ou finalidade (como já explicado). É uma análise adjunta à “dispersão” e sua “exterioridade”, que Foucault chamou de positividade (*positivité*). Isto coaduna-se à descrição do arquivo, já definido e indicado por nós anteriormente.²³

Nas ciências, a positividade dar-lhes-ia um valor justamente unitário, no tempo. Ela iguala autores, pesquisadores, cientistas, etc. Também diz quem não está falando do mesmo assunto (Foucault exemplifica os casos de Bichat e Broussais, Diderot e Darwin, entre outros). Ela demarca o espaço de comunicação em “que eventualmente podem-se desenrolar identidades formais, continuidades temáticas, translação de conceitos, jogos polêmicos”.²⁴ A positividade constitui-se, então, como um *a priori histórico*, por mais inusitado que isso possa parecer. Esse *a priori histórico* consolida tudo o que já vimos até aqui. Nas palavras de Foucault, ele:

[...] não seria condição de validade para juízos, mas condição de realidade para enunciados. *A priori*, não de verdades que poderiam nunca ser ditas, nem realmente dadas à experiência; mas de uma história que é dada, já que é das coisas efetivamente ditas. [...] o *a priori* deve dar conta de enunciados em sua dispersão, em todas as falhas abertas por sua não-coerência, em seu cruzamento e sua substituição recíproca, em sua simultaneidade que não é unificável e em sua sucessão que não é dedutível; em suma, [...] o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho.²⁵

Portanto, esse regime discursivo é um emaranhado de acontecimentos pressupostos nas práticas discursivas. Elas formalizam, delimitam e elucidam, o que Foucault chamou de arquivo; atuam de maneira horizontal, na história, pela busca do “que somos na atualidade”²⁶. A arqueologia foucaultiana é esta extensa, intensa e proeminente busca pelo *por que* da possibilidade do discurso, através da investigação do arquivo. Ela é a “história das condições históricas de possibilidade de saber” (mais tarde, como veremos, será também o *como*, dos acontecimentos). O *a priori histórico*, no seio das positivities, atua dentro desta discussão como elemento que busca por um “caráter real” dos enunciados e é puramente empírico.²⁷

²² Para que se cotejem tais pontos, cf. FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Petrópolis: Vozes/Lisboa, Porto: Centro do Livro Brasileiro. 1972: p. 71-74.

²³ cf. CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad.: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2009: p. 336.

²⁴ cf. FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 157-158.

²⁵ Ibidem. loc. cit.

²⁶ cf. Idem, “Diálogo sobre o poder”. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia. Poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2003: p. 258.

²⁷ cf. CASTRO, Edgardo. op. cit. p. 40, 149.

Nas palavras do filósofo francês:

Analisar as positivities é mostrar segundo que regras uma prática discursiva pode formar grupos de objetos, conjunto de enunciações, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas. Os elementos assim firmados não constituem uma ciência, com uma estrutura de idealidade definida [...] ²⁸

É uma possibilidade de realidade, num dado recorte histórico. Não um estudo centrado em idéias e suas evoluções. A arqueologia atua de maneira contrária a uma mera descrição das disciplinas²⁹, que por sua vez não exercitam limites àquela, não lhes dá pontos finais. Ela não é uma epistemologia no sentido restrito (aquela que pretende indicar o que é ciência e pré-ciência). Ela aceita a “verdade como uma configuração histórica”³⁰. Diríamos, com nossas palavras, que são *práticas de verdade*.

1.1.3- O filósofo e sua genealogia

Até 1969, ano da publicação de *A Arqueologia do Saber*, Foucault segue com o direcionamento arqueológico em suas pesquisas. Porém, no período em que lecionara no prestigiado *Collège de France* (em Paris), notou-se certa mudança no foco central de seu escopo teórico. Mudança esta que os maiores especialistas no pensamento foucaultiano da atualidade dizem não ser um movimento supressor da arqueologia mas, uma *mudança de tensão*, onde o eixo teórico do pensador francês elenca uma nova prioridade, assim, ao nosso ver, complementando sua análise. Um exemplo disso se dá com a afirmação de Rabinow, precisamente, quando menciona não haver “pré e pós arqueologia ou genealogia em Foucault”³¹, novamente mostrando que existem mudanças de “níveis” e “pesos”, mas não cortes ou rejeições de léxicos teóricos, no decorrer das quase três décadas de trabalho filosófico do *passador de fronteiras*. Ainda, como é o caso de Inês L. de Araújo, quando cita “que a sua abordagem genealógica não substitui a abordagem arqueológica, mas que elas se fundem devido a sua filosofia crítica do sujeito”³². E, por último, quando Edgardo Castro indicou que “[...] não devemos entender a genealogia de Foucault como uma ruptura e, menos ainda, como

²⁸ cf. FOUCAULT, Michel. “Diálogo sobre o poder”. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia. Poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2003: p. 220. (grifos nossos)

²⁹ Na filosofia de Michel Foucault há dois caracteres disciplinares: um no cerne do discurso, que organiza-os e controla-os, ao nível de sua produção. Outro sob o nível do poder, que elucida todo o jogo de técnicas que objetivam individualizar, controlar e normalizar seus corpos.

³⁰ cf. MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar. 2007: p. 166.

³¹ cf. RABINOW, Paul, & DREYFUS, Hubert L. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad.: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995: p. 116.

³² cf. ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a Crítica do Sujeito*. Curitiba: Ed. UFPR, 2001: p. 90.

uma oposição à arqueologia [...] a passagem da arqueologia à genealogia é uma ampliação do campo de investigação...”³³

Na década precedente aos seus quatro grandes trabalhos iniciais – *História da Loucura* (1961), *Nascimento da Clínica* (1963), *As Palavras e as Coisas* (1966) e *A Arqueologia do Saber* (1969) –, qual seja, a de setenta, Foucault realça a questão do discurso na fronteira entre o poder e o saber, munido daquela guinada horizontal da arqueologia, que localiza os ordenamentos e disposições gerais de saber ao nível local, através de práticas discursivas, de enunciado, etc.; e, agora, de uma visão, desta vez, vertical³⁴, que aborda o poder como uma rede que perpassa a sociedade e é influenciada por todo um jogo de relações – sob um pano de fundo essencialmente político –, explicitando, assim, ainda mais o que já havia sido dito ao nível do discurso. Tal percurso genealógico³⁵ é, também, uma forte influência nietzschiana, que desde *As Palavras e as Coisas* já poderia ser avistada. Ressalta-se ainda que o francês escreveu bem pouco a respeito de Nietzsche (se comparado a outros autores que influenciaram-no), muito embora ter ministrado cursos sobre o mesmo.

Um dos textos fundamentais no tocante a este assunto, intitula-se: *Nietzsche, a Genealogia e a História*³⁶. Título este que, com certeza, tem muito a nos dizer e o único ao qual Foucault dedica inteiramente ao filósofo alemão. Nesse texto, o francês coloca três questões: “1) Como diferenciar a genealogia da busca da origem? 2) Qual relação existe entre a genealogia e a história? 3) É possível uma genealogia da história?”³⁷

Se nos permitirem o trocadilho, neste texto encontra-se toda uma “genealogia das genealogias” de Michel Foucault. Obviamente, deixa-se claro já no título, que seu trajeto reflexivo coaduna-se com o de Friedrich Nietzsche (1844-1900). No texto, Foucault aborda três termos comuns na filosofia do alemão, são eles: *Ursprung* (origem³⁸), *Herkunft* (proveniência)

³³ cf. CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad.: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2009: p. 185.

³⁴ cf. FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. Trad.: Marcelo Catan; In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Org.: Roberto Machado. RJ: Paz & Terra. 2015: p. 76.

³⁵ Como comenta Colin Koopman, sobre as “genealogias”: “Genealogias articulam problemas. Mas não apenas qualquer problema. As genealogias não abordam, por exemplo, os problemas que vêm com supostas soluções facilmente evidentes, ou os problemas que parecem difíceis para muitos, mas são simples para aqueles poucos que conhecem. As genealogias geralmente não são direcionadas a problemas que são facilmente evidentes para todos ou mesmo para todos que deveriam conhecê-los. As genealogias estão preocupadas, em vez disso, com problemas submersos. Os problemas da genealogia são os problemas encontrados abaixo das superfícies de nossas vidas - os problemas cujas coceiras (*itches*) se sentem impenetráveis, cujos remédios estão sempre além do nosso alcance e cujas articulações exigem um severo pensamento.” (cf. KOOPMAN, Colin. *Genealogy as Critique: Foucault and the Problems of Modernity*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press. 2013: p. 1; *tradução nossa*)

³⁶ cf. FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 55-86.

³⁷ cf. CASTRO, Edgardo. op. cit. p. 306.

³⁸ *Ursprung*, ou, origem, é diretamente interligada à noção de história. Noção esta que fora abordada por Nietzsche e que percorre praticamente toda a filosofia de Foucault, de maneira crítica, na década de setenta: das obras aos seminários, dos cursos às conferências.

e *Entstehung* (emergência). Estes dois últimos que são variantes de um segundo uso daquele primeiro.

Na sua época, Nietzsche rompeu com a tradição que pensava a continuidade histórica no sentido da “procura pela origem primeira” que, conseqüentemente, acabava traduzindo-se por um total esquecimento do homem, do corpo, dos sentimentos, das lutas, etc. O filósofo alemão fala de uma reviravolta necessária, qual seja: uma substituição da problemática da *verdade* por uma problemática do *valor*. Diz ele: “necessitamos de uma *crítica* dos valores morais, *o próprio valor desses valores deverá ser colocado em questão*”³⁹. A genealogia seria, então, uma oposição à “tradicional busca da essência”. Ela desqualifica ideias que prezam por “dados sem origens”.⁴⁰ Lisa Downing comenta, por exemplo, que Nietzsche oferece-nos uma alternativa para se pensar a história; esta que se opõe ao modelo dialético hegeliano e às correntes inspiradas nele, como o marxismo, comumente utilizado por historiadores. Ela diz: “Nietzsche procurou descobrir, via observação de operações de poder localizadas e relacionais, ao invés de contínuas e históricas, a instalação de ‘falsos universais’, que são ideologias interessadas e feitas para passar como ‘fatos’ neutros e naturais.”⁴¹

Nesse sentido, a *Ursprung* (ou origem) histórica silencia-nos, desliga-nos, nos faz sacrificar as próprias vidas pela preocupação com a verdade: ela é a procura por algo recolhido em si mesmo, em “sua pura possibilidade”.⁴² O tema da *verdade*⁴³, não deixa de ser uma procura presente, ao largo do trajeto filosófico foucaultiano. No entanto, o que Foucault procura não é aquela verdade una (como já vimos), universal e absoluta, carregada de uma sólida e fria forma conceitual. Se trata de uma procura por “verdades” e suas condições de existência, que desta vez estarão sob arremate da genealogia. Ademais, sem esquecer os elementos arqueológicos.⁴⁴

³⁹ cf. NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral: uma polêmica*. Trad.: Paulo César de Souza. SP: Companhia das Letras. 2009: p. 12.

⁴⁰ cf. WOTLING, Patrick. *Vocabulário de Friedrich Nietzsche*. SP: Editora WFM Martins Fontes. 2011: p. 43.

⁴¹ “Nietzsche sought to uncover, via the observation of localized and relational, rather than continuous, historical operations of power, the installation of ‘false universals’, interested ideologies that are made to pass as neutral and naturally occurring ‘facts’.” (cf. DOWNING, Lisa. *The Cambridge Introduction to Michel Foucault*. New York: Cambridge University Press. 2008: p. 12, 13)

⁴² cf. FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. Trad.: Marcelo Catan; In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. RJ: Paz & Terra. 2015: p. 58, 86. Org.: Roberto Machado.

⁴³ Aqui, no caso, a *verdade* (*vérité*) que mencionamos é aquela que está subentendida dentre os sistemas de poder, “que a produzem e apoiam”. Conjunto de fatores típico da filosofia de Foucault, no decorrer da década de setenta. (cf. Idem, “Verdade e Poder” In Trad.: Lilian Holzmeister e Angela L. De Souza; In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Org.: Roberto Machado. RJ: Paz & Terra. 2015: p. 54.)

⁴⁴ A *verdade*, na filosofia de Foucault, ou, como explicita Judith Revel, “jogos de verdade”, é uma realocação da comumente pensada, nos eixos filosóficos, a partir da filosofia de René Descartes. Foucault a pensa através da égide de Nietzsche que, como sabemos, a configura sob eixos *perspectivísticos*, operando um trabalho de diagnóstico e não por uma busca de uma verdade extemporânea. Sendo assim, o que é verdade em um tempo, ou a partir de certo local, pode não ser em outrem. “Trata-se, por conseguinte, de reconstituir uma verdade restituída à história e isenta de relações com o poder, e de identificar, nela, ao mesmo tempo, as múltiplas coerções e apostas, na medida em que cada sociedade possui seu regime de verdade [...] a verdade está centrada no discurso científico

Deste modo, Foucault concorda, então, que o objeto mais adequado à genealogia seria a *Herkunft*, ou, proveniência. Como escreve Castro,

o genealogista não busca a origem, mas, por um lado, a proveniência: dissocia as identidades (no caso de Foucault, principalmente a do sujeito), perscruta os acidentes, os cálculos, os erros a partir dos quais se formou com o tempo uma identidade. É, segundo a expressão de Foucault, a articulação do corpo com a história. [...] A questão da proveniência é, em termos nietzschianos, a questão da qualidade de um instinto, de uma força; a emergência, a questão da luta.⁴⁵

E, como bem explica, o próprio Michel Foucault:

não se trata de modo algum de reencontrar em um indivíduo, em uma idéia ou em um sentimento as características gerais que permitem assimilá-los a outros [...] mas de descobrir todas as marcas sutis, singulares, subindividuais que podem se entrecruzar nele e formar uma rede [...]; longe de ser uma categoria de semelhança, tal origem permite ordenar, para coloca-las a parte, todas as marcas diferentes [...] A proveniência permite também reencontrar, sob aspecto único de um caráter ou de um conceito, a proliferação dos acontecimentos através dos quais eles se formaram. A genealogia não pretende recuar no tempo para reestabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento...⁴⁶

É uma busca pela *descontinuidade*. Termo este que possui diversas nuances na filosofia do francês, em seus quase trinta anos de produção intelectual. Suas distinções são as seguintes: uma primeira se dá em torno de seus trabalhos sobre literatura, devido sua empatia com a obra de R. Roussel (1877-1933), ou Jules Verne (1828-1905), por exemplo, que o emprestam toda a riqueza e enigmática descoberta do que é “inacabado”, junto de uma “insatisfação” pelo que é unitário. A segunda gira em torno do eixo propriamente dito da história; Foucault buscava por sua descontinuidade – da mesma maneira como Georges Canguilhem (1904-1995) o fazia ao redor da história das ciências –, assim, aspirou a um método: os recortes epistêmicos os quais o objeto seria a concepção da história como uma “genealogia das descontinuidades”, que são inteiramente suscetíveis durante o desenrolar do tempo. Esboça-se também uma terceira análise: a de sua proximidade com os historiadores da chamada Escola dos Anais (1929), que modificou proficuamente a forma de se fazer história, seria uma “nova história”: a historiografia. À quarta e última resta, mais uma vez, a relevante influência do pensamento de

e nas instituições que o produzem, ela é permanentemente utilizada tanto pela produção econômica quanto pelo poder político.” (cf. REVEL, Judith. *Dicionário Foucault*. Trad.: Anderson A. da Silva. RJ: Forense Universitária. 2011: p. 148, 149) Desta maneira, tanto sob o arremate arqueológico, quanto no genealógico, a verdade seria esta constante busca pelo que algo é, em um dado momento. Mas, nos eixos da arqueologia, a verdade está alocada nas bases do discurso com a formação de saber, de enunciados verdadeiros; e, n'outro eixo, desta vez genealógico, a verdade está intrínseca às práticas institucionais, às relações de poder e como estas formam saberes, bem como discursos verdadeiros.

⁴⁵ cf. CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad.: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2009: p. 306.

⁴⁶ cf. FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. Trad.: Marcelo Catan; In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. RJ: Paz & Terra. 2015: p. 62, 63. Org.: Roberto Machado.

Nietzsche sobre Foucault: ao filósofo alemão, Foucault deve seu apego à importância das digressões, bifurcações, reviravoltas, acasos, dispersões, e, sobretudo, àquilo que era esquecido pela história, como os sentimentos, a alma. É um aspecto, sob certo ponto de vista, “efetivo”, nos liames da história, pois, de fato, é difícil buscar descontinuidades apenas estando sob moldes discursivos. Precisa-se, para isto, dos rastros “não-discursivos”. Lembre-se que esta noção é escolhida a dedo por Foucault, devido a própria filosofia de Nietzsche também ser, assim como a do *passador de fronteiras*, marcada por periodizações e mudanças de prioridades. Se trata, então, de um Nietzsche que não é o da *vontade de potência*, ou do *eterno retorno*, mas o da *escrita fragmentada e intempestividade histórica*.⁴⁷

Retomando a discussão sobre a “proveniência”: a *Herkunft* é peculiar por ter como alvo o “corpo”; o corpo físico, biológico, somático: nele as investigações históricas se fundam e, muitas das vezes, acabam retomando questões concernentes à temas como o da raça, que na filosofia de Foucault possui grande destaque (vide, por exemplo, o curso de 76, qual seja, *É preciso defender a sociedade*⁴⁸, que traça toda uma genealogia do antissemitismo, entre outros casos). A *Herkunft* abre portas a uma noção paralela: *Entstehung*, a emergência.

Por emergência, temos: “o ponto de surgimento”⁴⁹. Se a procedência é o lastro, o roteiro, o tronco, o laço sanguíneo, o pertencimento a um grupo; a emergência será aquele ponto preciso em que determinada mudança ocorre, através da luta, da tensão. Ela “se produz sempre em um estado de forças”⁵⁰. Este estado de forças quer dizer a relação mútua, num jogo contínuo entre as mais variadas formas de dominar e de ser dominado. É perpétuo pelo decorrer da história e, também, real: não é desfigurado por uma busca da origem; uma metafísica derivada *ad infinitum*, o que remete ao entendimento de que aí existem não uma, mas, várias emergências. Vários pontos de tensão. Várias perspectivas.

Foucault irá articular e ressaltar sua busca genealógica para diferentes tipos de relações de poder. A exemplo, um caso singular ocorre quando ele visita o tema do encarceramento e da genealogia do sistema prisional, em *Vigiar e Punir* (1975). Irá constatar que o corpo é alvo de investidas invisíveis que o adestram, individualizam-no e controlam-no. É um tipo específico de poder que se dota de tais categorias: o poder disciplinar, que tem por objetivo normalizar e docilizar os corpos.

⁴⁷ cf. REVEL, Judith. *Dicionário Foucault*. Trad.: Anderson A. da Silva. RJ: Forense Universitária. 2011: p. 38-40.

⁴⁸ cf. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade: curso dado ao Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2010.

⁴⁹ cf. Idem. “Nietzsche, a genealogia e a história”. Trad.: Marcelo Catan; In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. RJ: Paz & Terra. 2015: p. 61-62.

⁵⁰ cf. Ibidem. p. 66.

A genealogia é uma busca “regressiva que visa identificar as fontes produtoras de um valor ou de uma interpretação, (moral, religiosa, filosófica, ou outra), as pulsões que lhe deram origem”⁵¹, é uma busca pelo que algo é, numa dada procedência, e numa marcada emergência.

Ela lida, então, com a *perspectiva da verdade* que, inclusive, nos dá vazão e inspiração para nosso subtítulo. Como Foucault mesmo explica, no liame entre história, genealogia e verdade:

Finalmente, última característica dessa história efetiva: ela não teme ser um saber perspectivo. [...] O sentido histórico, tal como Nietzsche o entende, sabe que é perspectivo e não recusa o sistema de sua própria injustiça. Ele olha num determinado ângulo, com o propósito deliberado de apreciar, de dizer sim ou não, de seguir todos os traços do veneno, de encontrar o melhor antídoto. [...] O sentimento histórico dá ao saber a possibilidade de fazer, no movimento histórico, sua genealogia.⁵²

Isto nos auxilia para o entendimento da afirmação célebre de Foucault (aquela eleita para inaugurarmos este trabalho): a figura do homem passou a existir num dado recorte histórico; onde, com os saberes firmados a partir do século XVIII; da modernidade filosófica de Kant (1724-1804); e, da emergência de saberes como os das ciências humanas, por exemplo, passou-se a lhe dar “mais importância”. Não é que o homem tenha “vindo à luz” neste instante, mas, foi por ter recebido explicitamente o holofote dos saberes, conjugados às mais diversas relações de poder, num dado período histórico – como ilustra a famosa frase que utilizamos de epígrafe no início deste tópico, extraída da conclusão de *Les Mots et les Choses (As palavras e as coisas, 1966)* – que o homem “tornou-se” o que é, e, provavelmente, terá um “fim próximo”. Agora, sob um balanço genealógico – que não exclui o arqueológico, mas que o complementa –, as relações de poder explicitam-se ainda mais além da tese dos anos sessenta, elas “são efeitos de verdade produzidos por mecanismos e estratégias de poder, todos eles presentes em práticas sociais”⁵³, verticais e heterotópicas.

1.1.4- O filósofo da diferença

Na medida em que este pequeno tópico foi sendo produzido, não deixamos de nos impressionar com o percurso de Michel Foucault. Em cada livro, palestra ou seminário, há uma nova descoberta que se traduz por um assíduo pensamento crítico, comparativo, e que não tem medo de transpassar fronteiras, de expor idéias e expressar-se. Foucault foi chamado por

⁵¹ cf. WOTLING, Patrick. *Vocabulário de Friedrich Nietzsche*. SP: Editora WFM Martins Fontes. 2011: p. 43.

⁵² cf. FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. Trad.: Marcelo Catan; In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. RJ: Paz & Terra. 2015: p. 76.

⁵³ cf. CANDIOTTO, César. “Foucault uma História Crítica da Verdade.” In: *Revista Trans/Form/Ação*. São Paulo. 29(2): 65-78. 2006: p. 69-70.

Roberto Machado de “o filósofo da diferença”⁵⁴. “Por quê diferença?” Seria uma pergunta imediata. Resposta igualmente imediata, seria: por que o mesmo não está interessado na identidade, no mais do mesmo, na evolução, na continuidade. É na dispersão que habita sua pedra-de-toque: na comparação constante de modelos, de períodos, de eras, de costumes, de crenças. Ele nunca é pego tratando de um tema fechadamente, certamente; usa e abusa da história e de outros domínios discursivos das ciências humanas, como: a psicologia, criminologia, sociologia, psiquiatria, direito, etc. No tópico que acabamos expor, suas idéias estão demonstradas em diversos períodos que, ora se complementam, ora se deixam de lado e, lá na frente, se retomam.

Doravante, não tarda revisitarmos nosso subtítulo: “liame perspectivístico da verdade”. É um liame devido ser uma filosofia marcada por fronteiras tênues; que abrem espaço umas às outras; da qual são próximas e correlatas. É perspectivístico⁵⁵ por ser marcado justamente por aquela “diferença”, ali mencionada. Ora, não interessa a Foucault um estudo tradicional e contínuo, abordado através de um ponto de vista que agiria como baluarte conceitual. Interessamo a comparação, a exposição, os diferentes ângulos de visão que um determinado assunto possui. Como por exemplo, em *A Verdade e as Formas Jurídicas* (1973), onde Foucault explora as diferentes formas de penalidade que existiram durante o desenrolar histórico: se na Grécia o instrumento para ratificar uma punição seria a “prova”⁵⁶, e na idade média o “inquérito”⁵⁷, qual relação pode-se aferir disso para entendermos a retirada da liberdade (por meio do encarceramento), que é vigente desde o século XIX, até a atualidade? Quais “jogos de verdade” existem por trás de cada período? E quais recursos houveram para que seu discurso fosse tomado como verdadeiro?

Ele é um “filósofo do desconforto”, por inquietar-se e verificar seus objetos n’outros domínios de saber, que comumente extravasam os seus. Por fim, chegamos então à questão da

⁵⁴ Este epíteto foi dado por Roberto Machado, na ocasião de sua palestra no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Goiás, intitulada “Michel Foucault e a diferença”, em novembro de 2015. Está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M4gRr9mE6Ag&t=3261s>

⁵⁵ Para dar mais fluidez a esta assertiva, retomando aqui o escopo nietzschiano, Wolfgang Müller-Lauter comenta que: “O perspectivismo é necessário: ‘ele é a condição fundamental de toda a vida’. Assim, a vida se constrói através da oposição das vontades de potência que se firmam de diferentes perspectivas. O mundo não tem sentido para si ou atrás de si; ele tem ‘incontáveis sentidos’. Caso se excluam as perspectivas e, com isso, a relatividade, não resta mais nenhum mundo. Não há nada além do ‘concerto’ dos centros de força que constroem de modo distinto. A concepção do perspectivismo destrói o pensamento que a concordância interna das verdades humanas seria dada ou seria apenas possível”. (cf. MÜLLER-LAUTER, Wolfgang. *Nietzsche: sua Filosofia dos Antagonismos e os Antagonismos de sua Filosofia*. Trad.: Clademir Araldi. SP: Editora Unifesp. 2009: p. 171, 172). Ora, nesse contexto, ratifica-se certo grau de compatibilidade com Michel Foucault, devido o mesmo também ser defensor do perspectivismo histórico, como já vimos ser debatido neste texto.

⁵⁶ cf. FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Trad.: Roberto C. de Melo e Eduardo J. Morais. RJ: NAU Editora. 2002: p. 55.

⁵⁷ cf. Ibidem. loc. cit.

verdade. Que verdade é esta que Foucault deixa nas entrelinhas de suas comparações, e qual seu status? “Verdadeiramente”, seria melhor pensar em “as verdades”, de Foucault. Uma única ação reflexiva não importaria para responder, por exemplo, por que a homossexualidade era tratada de uma forma na França – que rechaçou radicalmente a figura do homossexual – dos anos sessenta; e, d’outra completamente diferente nos Estados Unidos, que a partir da década de setenta já era aceita em certas regiões – como na Califórnia.⁵⁸ Ela, a verdade, é perspectivística: não adequa-se à apenas um olhar, percorre o plural.

Creio que o importante é que essa verdade não está fora do poder nem carece de poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a coerções múltiplas. E ela possui nele [mundo] efeitos regrados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ da verdade, isto é, os tipos de discurso que ela aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm a função de dizer o que funciona como verdadeiro.⁵⁹

Este roteiro inicial elucida, assim, as “diversas cores” da filosofia foucaultiana, no tocante à verdade – ponto importante de seus estudos e tarefas como pensador –, que se perfazem e espalham-se ao longo de sua obra. Seria equivocado, todavia, entendermos que Foucault permanece com todo o léxico da década de sessenta, na que estaria por vir, a de setenta. Ele, de fato, se reatualiza. Entretanto, é em um ponto comum, às duas fases, que gostaríamos de assentar o que mobilizou este capítulo: a *história*. É na forma como Foucault se utiliza, metodologicamente da história, para suas exposições, que percebemos as imbricações entre os dois períodos de atividade intelectual do mesmo. Especialmente, no caso da biopolítica, devemos atentar à forma em como Foucault utiliza os diversos fatos historiográficos para fundamentá-la: a saída para o entendimento deste movimento crítico, buscamos entender na chamada fase “arqueológica”.

⁵⁸ cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “O Pensador de todas as solidões.” In: *Revista Educação*. Edição: “Foucault pensa a Educação”, nº 3. ISSN: 1415-5486. s/d: p. 6-15

⁵⁹ cf. FOUCAULT, Michel. “La fonction politique de l’intellectuel” In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. III. Paris: Gallimard. 1994: p. 112.

1.2- Disciplina, poder e saber: o que antecede a análise do biopoder?

1.2.1- Introdução

“A disciplina é um princípio de controle do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras.” (Foucault. *A Ordem do Discurso: Aula Inaugural no Collège de France*. p. 34)

Sentimos a necessidade de criar este tópico por alguns motivos: a análise do biopoder, na obra de Foucault, opera um processo similar a um “molde” que embute outro. Afirmar isto significa assumir que não há de fato uma largada de mão dos poderes de soberania para com a disciplina, assim como não haveria uma tomada biopolítica em detrimento de uma disciplinar. Há uma “proeminência relativa” de um modelo em relação ao outro, onde, nos diversos movimentos e tensões da obra do francês, uma análise proporcionou a outra; seguindo sempre, é claro, o fio condutor historiográfico. Essa prerrogativa é apresentada em vários níveis e oscilações durante a obra de Foucault. Ele tende a sempre defendê-las apesar de, por vezes, deixá-las de lado, ou ainda, as excluir. Mas acaba sempre por redimir sua letra e explicar este movimento “aglutinatório”.

Elencando alguns exemplos, como o do curso *É preciso defender a sociedade*, de 1976, Foucault menciona que os dois sistemas, disciplinar e biopolítico, isto é, de anátomo-política do corpo e de regulamentação da população, “são articulados um com o outro”, citando para tal o exemplo da cidade operária do século XIX. Este modelo de cidade promovia a reticulação do espaço, bem como, a individualização e normalização do operário, seguindo as estruturas disciplinares, assim como, investia em sistemas de higienização da sociedade, seguridade social, entre outros aspectos regulamentais, típicos da guinada biopolítica. Um outro caso é notável, no curso de 78, *Segurança, território, população*, onde, logo na primeira aula, o filósofo faz a análise dos mecanismos (ou dispositivos) de segurança que se desenvolveram principalmente a partir do século XVIII – os quais segundo o próprio expressa: são antiquíssimos, assim como os mecanismos de disciplina, que não emergem “do nada” neste século, mas que já estavam presentes no interior do sistema jurídico-político –, e menciona não haver “mecanismos de segurança que tomam o lugar dos mecanismos disciplinares, os quais teriam tomado o lugar de mecanismos jurídico-legais”, existindo, então, “uma série de edifícios complexos” onde “o que vai mudar, claro, são as próprias técnicas que vão se aperfeiçoar ou, em todo caso, se complicar”.⁶⁰

⁶⁰ cf. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade: curso dado ao Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2010: p. 211; Ed. Fr. 1997: p. 223; Idem. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes. 2008b: p. 11; Ed. Fr. 2004: p. 10.

Já o tema do saber está presente desde o período sessentista da obra de Foucault. É um dos pontos altos, por exemplo, de *As palavras e as coisas* (1966) e da *Arqueologia do Saber* (1969). Mas, como sabemos, esta obra ainda está restrita aos regimes discursivos, de formação de enunciados e do entendimento das possibilidades de formações discursivas que gerariam as chamadas ciências humanas, se lembrarmos de *As Palavras e as Coisas*, no caso. Nossa tarefa, aqui, se compreende em investigar como houvera um desdobramento das pesquisas de Foucault, acerca do saber, não mais pura e simplesmente ao nível do discurso, mas no registro do não-discursivo, da “passagem para as práticas culturais [...] que reuniam poder-saber”⁶¹, utilizando-nos também de exemplos de práticas disciplinares referentes aos períodos⁶² os quais Foucault utilizara para realizar seus estudos, quando de sua atividade no *Collège de France*, nos anos 70. O intuito disto é incitar o leitor para o arremate crítico daquele movimento de aglutinação que falamos no início do texto objetivando, evidenciando e visualizando, que o disciplinamento do corpo precede a governamentalidade biopolítica não só tecnicamente, na obra do francês, mas na prática, no dia-a-dia, no campo do real, quando nos debruçamos sobre a análise da biopolítica e percebemos que, microscopicamente, os regimes disciplinares ocorrem ao nível local, no seio da governamentalidade biopolítica da espécie. É claro que isto não funciona como um conceito de precedência fundadora, já que o próprio Foucault rechaça este tipo de reflexão.

Devemos entender que esta dualidade entre discursivo e não-discursivo se deve à inserção, feita por Foucault, da noção de *dispositivo*, em sua obra, principalmente a partir da chamada “fase genealógica”. Esta última seria um eixo mais complexo que “reúne o discursivo e o extradiscursivo”⁶³, uma função estratégica que permite articulações de produção de saber com modos de exercício de poder, presentes em cada período histórico, ou configuração social de uma determinada época.

No bojo das interpretações da obra de Foucault estão diversos autores. Muitos dentre os mais experientes debateram justamente o período que percorre a fase arqueológica e genealógica, entre outras palavras, a *episteme* e o *dispositivo*. Este último seria, justamente, uma abrangência, ou (como frisamos ao largo deste trabalho), um alargamento que se compõe com a presença das epistemes, em seu seio. Isso quer dizer que, novamente, na década de setenta, temos a imersão dos debates acerca das instituições, das lutas, das tensões, bem como, de vieses “maiores”, os quais podemos traduzir por dispositivos de sexualidade, segurança,

⁶¹ cf. RABINOW, Paul. & DREYFUS, Hubert L. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad.: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995: p. 202.

⁶² Até 1979, Foucault debruça-se comumente sobre os séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX.

⁶³ cf. MUCHAIL, Salma Tannus. *Foucault, simplesmente*. São Paulo: Edições Loyola. 2004: p. 60.

confissão, penalidade, subtração de liberdade, etc. Enfim, há a relação intensa entre saber-poder, poder-saber. Neste caminho, podemos citar Guiomarino:

Para poder descrever tal atuação capilar e relacional do poder ao nível de uma microfísica, Foucault cria uma ferramenta que funciona como “lente de aumento” a lhe permitir ver o exercício do poder acontecendo na conexão estratégica de elementos heterogêneos, dispersos por todo o corpo social, formando uma rede de relações de força. Isto é precisamente o dispositivo.⁶⁴

Deste modo, assim Foucault delimitou o *dispositivo*:

Por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.⁶⁵

Outro quesito igualmente importante: este ato de “se debruçar” sobre questões do poder, não anuncia que Foucault pretenda cunhar uma teoria “acontextual, a-histórica”⁶⁶, em suma, objetiva. Por isso, ele sugere que a análise das relações de poder é uma *analítica*. “Se o poder é, na realidade, um conjunto de relações abertas, mais ou menos coordenadas [...], então o único problema consiste em se munir de uma rede de análise que torne possível uma analítica das relações de poder”⁶⁷. Logo, iniciemos este trajeto com um curioso recorte.

1.2.2- Poder disciplinar e poder soberano

Foucault consagrou ao *Collège de France*, de 1973 à 1974, um curso intitulado *O Poder Psiquiátrico*. Logo na “Aula de 14 de Novembro de 1973” (a segunda), ele trata de uma cena em que Philippe Pinel (1745-1826), considerado o pai da psiquiatria moderna, narra o caso de loucura do monarca Jorge III (soberano da Inglaterra entre o período dos anos 1760 a 1820). O psiquiatra trata do caso do rei que fora acometido por uma patologia e precisou ser isolado, quando de seu estado extremo. Seu poder, força e divindade, foram-lhe suprimidos. Não sendo mais considerado soberano, deveria ser dócil e submisso.⁶⁸

⁶⁴ cf. e.g. GUIOMARINO, Hailton Felipe. “A função metodológica do conceito de ‘dispositivo’ na genealogia de Michel Foucault”. In LEAL, Ana C. D. Borges; DIAS, Bárbara L. da C. Veloso; VERBICARO, Loiane Prado. (Orgs.) *Normalização, poder e direito*. Salvador: Ed. JusPodivum. 2017: p. 227.

⁶⁵ cf. FOUCAULT, Michel. “Sobre a história da sexualidade” In FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, RJ: Paz & Terra. 2015: p. 364.

⁶⁶ cf. RABINOW, Paul. & DREYFUS, Hubert L. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad.: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995: p. 202.

⁶⁷ cf. Ibidem. loc. cit.

⁶⁸ cf. FOUCAULT, Michel. *O Poder Psiquiátrico: curso dado ao Collège de France (1973-1974)*. Trad.: Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes. 2006: p. 25-27

E no lugar daquele cetro, daquela coroa, daquela espada que deviam tornar visível e sensível a todos os espectadores o poder universal do rei que reina sobre seu reino, no lugar desses símbolos, não há mais que os “colchões” que o encerram e o reduzem, lá onde ele está, ao que ele é, isto é, ao seu corpo.⁶⁹

Ou seja, não se tratava apenas da súbita retirada dos poderes divinos do monarca, bem como, seu enclausuro, mas de submeter-lhe a um poder diferente do seu, e que por sua vez o docilizou e domesticou. Que poder “invisível” é este? Quais seus impactos nos meios sociais? Como e através de quem se dá sua aplicabilidade? A *disciplina*, segundo o filósofo francês,

É um poder anônimo, sem nome, sem rosto, é um poder que é repartido entre diferentes pessoas; é um poder, sobretudo, que se manifesta pela implacabilidade de um regulamento que nem sequer se formula, já que, no fundo, nada é dito, e está bem escrito no texto que todos os agentes do poder ficam calados. [...] Pois bem, no lugar desse poder decapitado e descorado se instala um poder anônimo múltiplo, pálido, sem cor, que é no fundo o poder que chamarei de disciplina.⁷⁰

A cena lembrada por Foucault é infestada de uma decadente aura (o rei em sua queda doentia) e que expõe junto os principais pontos da *disciplina*, quais sejam, seu poder de submeter o sujeito alvo à docilidade e, ademais, a presente mediação feita pelo discurso médico-psiquiátrico. A forma como se dá: fragmentada e discreta. Mostra que “é um poder que funciona em rede e cuja visibilidade encontra-se tão somente na docilidade e na submissão daqueles sobre quem, em silêncio ele se exerce”⁷¹. A disciplina é um tipo de poder que durante muito tempo existiu, se pensarmos no caso da instituição militar. A disciplina militar tem em seu interior o porte desses métodos para alcançar seu fim: o treinamento eficaz, a obediência, a correção e domesticação do corpo do soldado; visando produzi-lo e configurá-lo. Continuando, Foucault nos mostra que,

[...] não que a modalidade disciplinar do poder tenha substituído todas as outras; mas porque ela se infiltrou no meio das outras [...] servindo-lhes de intermediária, ligando-as entre si, prolongando-as, e principalmente permitindo conduzir os efeitos de poder até os elementos mais tênues e mais longínquos. Ela assegura uma distribuição infinitesimal das relações de poder.⁷²

Deste modo, o modelo disciplinar sempre foi paralelo ao poder soberano. No entanto, em um dado período ele adquiriu tanta importância que “pode-se então falar, em suma, da

⁶⁹ cf. FOUCAULT, Michel. *O Poder Psiquiátrico: curso dado ao Collège de France (1973-1974)*. Trad.: Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes. 2006: p. 27.

⁷⁰ cf. Ibidem. p. 28.

⁷¹ cf. Ibidem. loc. cit.

⁷² “[...] non pas que la modalit  disciplinaire du pouvoir ait remplacé toutes les autres; mais parce qu’elle s’est infiltrée parmi les autres [...], mais leur servant d’intermédiaire, le reliant entre eux, les prolongeant, et surtout permettant de conduire les effets de pouvoir jusqu’aux éléments les plus t nues et les plus lointains. Elle assure une distribution infinitésimale des rapports du pouvoir.” (cf. FOUCAULT, Michel. *Surveiller et Punir: naissance de la prison*. Paris:  ditions Gallimard. 1975: p. 217, 218; Ed. Br. 2013: p. 204)

formação de uma sociedade disciplinar”⁷³, esta que surge a partir do século XVIII, vindo nossos dias. Alude-se, então, que a disciplina existiu durante muito tempo, no seio do exercício da soberania. Com a emergência de uma “arte do corpo” – que Foucault diz ser o momento histórico possibilitador do aparecimento das disciplinas – formou-se uma política, ou melhor, uma anátomo-política, que deu conta do mesmo: o docilizou, política e criticamente, bem como, entregou-lhe forças para que atue no âmbito socioeconômico; e ainda, que fabricou indivíduos dóceis, submissos e aptos ao trabalho. Em um arremate crítico, esta sociedade disciplinar é a típica formação social que se enquadra dentro dos limites do que podemos entender por capitalismo. Sabemos que este modelo econômico exige do indivíduo a praticidade e a versatilidade da mão-de-obra, além de sua qualificação e organização ao redor do tempo e espaço ao qual se desenvolve. Assim, o capitalismo garante, mais ainda, o modelo disciplinar. Dentro das fronteiras do capital a disciplina é uma válvula por onde o corpo é “trabalhado detalhadamente”, e também uma ignição que dá-lhe partida, bem como um freio que controla-o e faz dele uma mensuração econômica que lida com a “eficácia de seus movimentos” e sua “organização interna”.⁷⁴ Ou seja, a aparição de uma sociedade disciplinar aparelha-se com os grandes movimentos históricos de população e riqueza. Sendo assim, a disciplina constitui uma nova economia do poder.⁷⁵

Qualquer pesquisador, ao investigar o trabalho de Foucault, percebe logo a diferença – ou talvez, de maneira mais acentuada, a “oposição”⁷⁶ – na forma como o mesmo lida com esses dois tipos de poder (soberania e disciplina). Não seria válido deixar de lado a delimitação dessas noções. Em resumo, elas são básicas para entendermos os trabalhos de 1973 a 1976, quando a disciplina é vista sob o olhar da punição, da psiquiatria, da criminologia, da guerra de raças; mais tarde, com os trabalhos de 1976 à 1979, quando Foucault explica as noções de população, de biopolítica, segurança e governamentalidade; e, por fim, quando no início dos anos 80 o filósofo francês discorre sobre o poder disciplinar, figurado mais implicitamente num *background* da subjetividade greco-romana e do início do cristianismo.⁷⁷

⁷³ cf. FOUCAULT, Michel. *Surveiller et Punir: naissance de la prison*. Paris: Éditions Gallimard. 1975: p. 217; Ed. Br. 2013: p. 204.

⁷⁴ cf. Ibidem. Ed. Br. p. 132, 133; Ibidem. Ed. Fr. 1975: p. 138, 139.

⁷⁵ cf. GROS, Frédéric. *Michel Foucault “Que sais-je?”* Paris: Presses Universitaire de France/Humensis. 2017: p. 75.

⁷⁶ cf. FOUCAULT, Michel. *O Poder Psiquiátrico: curso dado ao Collège de France (1973-1974)*. Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes. 2006: p. 52, 53.

⁷⁷ Para mais informações sobre a “oposição” entre poder soberano e poder disciplinar, cf. HOFFMAN, Marcelo. “Disciplinary Power” in TAYLOR, Diana. (Ed.) *Michel Foucault: Key Concepts*. UK: Acumen Publishing Limited. 2011: p. 27, 28.

É muito comum ouvir dizer que a soberania se configura pelo extenso uso da força e, mais certamente, pela “visibilidade” das práticas punitivas: os chamados suplícios. O rei, ou a representação deste poder régio, abusaria de sua força para impor determinada sanção a quaisquer desvios dentro dos limites de onde se estabelece sua “jurisdição”, seu território. Da mesma maneira, faria de tudo para proteger tais limites físicos. No início da obra *Surveiller et punir*⁷⁸, Foucault expõe, por exemplo, os arquivos do caso de Damiens, condenado em 2 de março de 1757. O mesmo fora exposto ao mais terrível dos suplícios para que ficasse claro o poder da mão do rei. É claro que, no todo, acompanhando a leitura de Foucault, esta delimitação de poder (soberano) continua parca e, até certo ponto, errônea ou ingênua, se pensada apenas por esta via.

Em *Histoire de la Sexualité I: la volonté de savoir* (1976), o filósofo francês expressa seu total “desapego” a esta forma “enviesada” de se pensar o poder, que traduz-se como “substância”, ou como “bem” que se adquire. Além do mais, seria uma forma reflexiva onde o poder estaria “pobre em seus recursos, econômico em seus procedimentos, monótono nas táticas que utiliza, incapaz de invenção e como que condenado a se repetir sempre. [...] é um poder que só teria a potência do ‘não’” – além de ser só e somente uma instância repressiva –, estas designações se enunciam no âmbito, por exemplo, da sexualidade.⁷⁹ É neste momento que o francês propõe um novo *como*, ou, uma nova forma de se pensar o poder, através de uma tecnologia que extravasou os limiares da história, de forma totalmente heterogênea e que funciona “não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normalização, não pelo castigo, mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravasam o Estado e seus aparelhos”⁸⁰. A pesquisadora Ellen K. Ferder comenta, por exemplo:

O poder, diz Foucault, deve ser entendido como sendo mais complexo do que um termo como a potência (*puissance*) transmite; tem múltiplas formas e pode ser emitido "em qualquer lugar". Foucault nos impulsiona a não pensar o poder apenas em termos de sua "antiga" forma monárquica, como algo que um indivíduo possui ou exerce sobre outro, ou outros. Para ele, o poder funciona através da cultura e dos costumes, instituições e indivíduos. Da mesma forma, seus efeitos também são múltiplos, não simplesmente negativos ou positivos, mas, como ele diz, "produtivos": são avaliações positivas, negativas e instáveis, que podem ser revertidas através da história.⁸¹

⁷⁸ cf. FOUCAULT, Michel. *Surveiller et Punir: naissance de la prison*. Paris: Éditions Gallimard. 1975: p. 9-12.

⁷⁹ cf. FOUCAULT, Miche. *Histoire de la Sexualité I: la volonté de savoir*. Paris: Éditions Gallimard. 1976: p. 107-120; Ed. Br. p. 89-100.

⁸⁰ cf. Ibidem. p. 118.; Ibidem. Ed. Br. p. 98.

⁸¹ “Power, Foucault tells us, must be understood to be more complex than a term like *puissance* conveys; it has multiple forms and can issue from ‘anywhere’. Foucault urges us not to think of power only in terms of its ‘old’ monarchical form, as something an individual possesses or wields over another or others. For him power works through culture and customs, institutions and individuals. Likewise, its effects are also multiple, not simply negative or positive, but, as he puts it, ‘productive’: they are both positive and negative, unstable valuations that

Prosseguindo, Foucault opera uma minuciosa análise entre *poder soberano* (alvo típico dos estudos da filosofia política do século XVI, XVII e XVIII) e *poder disciplinar*: este último não é apenas *repressão*, não nos diz respeito apenas ao poder herdado, de direito originário, como fonte de poder político; ou, levando em conta a teoria marxista do poder: dominação (luta de classes); ou ainda, poder econômico. A filosofia de Foucault é um “partir de baixo”⁸², através de uma *hipótese da luta* que se fundamenta nos escritos, por exemplo, que Nietzsche outrora fez, a respeito do poder como “força”, “tensão” ou “jogo de forças”⁸³. Como Foucault se posiciona sempre em um ângulo crítico e de suspeita o mesmo opõe-se, em alguns momentos, a Hobbes – cânone das teorias *jusnaturalistas* – que tanto influenciou as diversas teorias políticas com seu modelo do *leviatã*, onde o espectro tênue da monarquia, da figura do soberano

can be reversed through history.” (cf. FERDER, Ellen K. “Power/Knowledge” in TAYLOR, Diana. (Ed.) *Michel Foucault: Key Concepts*. UK: Acumen Publishing Limited. 2011: p. 56, *tradução nossa*)

⁸² cf. FOUCAULT, Michel. *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France (1975-1976)*. Paris : Éditions Gallimard & Éditions du Seuil. 1997: p. 27; Ed. Br. 2010: p. 27.

⁸³ O envolvimento de Nietzsche com as ciências naturais de seu tempo – das quais podemos destacar principalmente a física – enseja a emergência deste modo de nomear as relações de forças, e consecutivamente, poder, no mundo. Não mais estática (como na física moderna), a força seria como um jogo de “tensão”. Traduzindo isso para os eventos mundanos, seria um modo de enxergar a “vontade de poder” dos sujeitos como uma relação em que há sempre a presença, aqui e ali, de forças, tensões, lutas e disputas. Uma outra vertente de pensamento interliga a questão da “vontade de poder” ao conceito de “valor”, de “valorização”. Este conceito emerge durante a crise do pensamento metafísico ocidental mediante o ocaso extremo por meio da expressão “a morte de Deus”. Tal expressão remete-nos a análise de que houvera uma queda do símbolo ontológico (Deus) no mundo ocidental, que sustentava e estruturava o plano das coisas reais. Os entes, não mais estruturados por meio de uma figura ontológica, caem em uma “superficialidade” semântica que, não mais sendo organizadora do mundo, torna hábil a possibilidade dos entes relacionarem-se na própria “superfície” do real, ganhando, assim, suas devidas configurações. Os elementos relacionais que promovem tais artifícios foram denominados por Nietzsche de “força”: “Porquanto cada força sempre encontra-se em relação com as demais e só existe exercendo poder e resistindo ao poder de comando das demais, Nietzsche denominou o modo de ser de cada força de vontade de poder, assim como usou a mesma expressão para caracterizar o arranjo derivado do conflito mencionado.” (cf. CABRAL, Alexandre Marques. “Encarnação e Culpa: a crítica de Nietzsche acerca da ideia da encarnação divina segundo Santo Anselmo” in *[SYN]THESIS: Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, vol.6, nº 2, 2013: p. 173-174) Em um de seus mais famosos “Fragmentos Póstumos”, datado entre junho e julho de 1885, Nietzsche elucida a respeito do mundo, por exemplo, que: “E sabes o que é para mim o mundo? Tenho que mostrá-lo no meu espelho? Este mundo: uma imensidão de força, sem princípio, sem fim, uma grandiosidade sólida e férrea de força, que não aumenta nem diminui, que não se desgasta, mas que apenas se transforma, enquanto todo imutavelmente grande, uma economia sem gastos nem perdas, mas também sem crescimento, sem ingressos, envolto pelo “nada” como por um limite, nada que se desvaneca, que se dissipe, nada infinitamente extenso, mas como uma força determinada, colocada em um espaço determinado e não em um espaço que estivera “vazio” em alguma parte, mas antes enquanto força por todas as partes, enquanto jogo de forças e ondas de forças, ao mesmo tempo uno e múltiplo, crescendo aqui e, ao mesmo tempo, diminuindo, um mar de forças que se precipitam sobre si mesmas e se agitam, mudando eternamente [...]” (*tradução nossa*); Texto original: “Und wißt ihr auch, was mir „die Welt“ ist? Soll ich sie euch in meinem Spiegel zeigen? Diese Welt: ein Ungeheuer von Kraft, ohne Anfang, ohne Ende, eine feste, eherner Größe von Kraft, welche nicht größer, nicht kleiner wird, die sich nicht verbraucht sondern nur verwandelt, als Ganzes unveränderlich groß, ein Haushalt ohne Ausgaben und Einbußen, aber ebenso ohne Zuwachs, ohne Einnahmen, vom „Nichts“ umschlossen als von seiner Gränze, nichts Verschwimmendes, Verschwendetes, nichts Unendlich-Ausgedehntes, sondern als bestimmte Kraft einem bestimmten Raum eingelegt, und nicht einem Raume, der irgendwo „leer“ wäre, vielmehr als Kraft überall, als Spiel von Kräften und Kraftwellen zugleich Eins und „Vieles“, hier sich häufend und zugleich dort sich mindernd, ein Meer in sich selber stürmender und fluthender Kräfte, ewig sich wandelnd...” (cf. NIETZSCHE, Friedrich. *FP*: 1885, 38[12]. Disponível em: [http://www.nietzschesource.org/#eKGWB/NF-1885,38\[12\]](http://www.nietzschesource.org/#eKGWB/NF-1885,38[12])).

(rei), acaba sempre sendo suscitada. O sociólogo Jean-François Bert comenta “que Foucault questiona o modelo clássico de soberania e tenta fazer emergir outro modelo de análise de poder: o do ‘enfrentamento belicoso de forças’”.⁸⁴ Trata-se, logo, de estudar *como* o poder se relaciona à guerra; *como* seus mecanismos e tecnologias se entrecruzam. Para que fiquem mais claros tais argumentos, continuemos nossas definições de poder disciplinar e poder soberano atentando, agora, diretamente aos textos de Foucault.

Na “Aula de 21 de Novembro de 1973”, do curso *O Poder Psiquiátrico*, Foucault examina mais profundamente estes dois poderes, diferenciando-os (ou, como já dito, opondo-os). O filósofo francês elenca quatro características principais do poder soberano, são elas: 1 – *A assimetria*. Onde o poder soberano se apropria dos bens, armas, coragem e tempo dos súditos, mas em uma relação de gastos, na qual há um retorno do mesmo para fins como: celebrações, festas ou os chamados “serviços religiosos”. Estes fins nem sempre são dispostos na mesma medida de sua apropriação. Logo, é sempre esperada a ocorrência de desníveis. 2 – *A anterioridade fundadora*. Ou seja, a ideia de que a soberania sempre é herdada, seja por direito divino e conquista, ou pela vitória do soberano no *front* de batalha. Esse fator *anterior* sempre atualiza-se, dadas as novas vitórias, celebrações, etc. 3 – *A não-isotopia*. A ideia de que não há um sistema único, uma classificação exaustiva ou planificada. A soberania dá lugar, sim, às diferenciações: do rei ao suserano; do pai à família; do professor ao aluno; do mestre ao aprendiz, sucessivamente. 4 – *O sujeito múltiplo*. Esta seria a elementaridade, não do sujeito individual, mas da massa populacional como um todo.⁸⁵ Para a soberania não haveria uma coincidência “entre o sujeito de uma relação de soberania e a singularidade somática”⁸⁶, ela não dispõe dos indivíduos um a um, apenas marca-os, suplicia-os, usa-os; não há uma conversão que parta do múltiplo para o individual.

E, por conseguinte, ocorre a *oposição*, ponto a ponto, do poder disciplinar em relação ao poder soberano: 1 – a disciplina não tenta, nem almeja, ser *assimétrica*. Não há uma relação “coleta-despesa”⁸⁷, como ocorre na soberania. Há uma apropriação total, ou, que tende a ser exaustiva: do corpo, do tempo, do comportamento, dos gestos. “É uma apropriação do corpo, e não do produto; é uma apropriação do tempo em sua totalidade, e não do serviço”⁸⁸. 2 – A disciplina não precisa dos arranjos cerimoniais e das comemorações. Sob o jogo disciplinar

⁸⁴ cf. BERT, Jean-François. *Pensar com Michel Foucault*. Trad. M. Marcionilo. SP: Parábola. 2013: p. 103, 104.

⁸⁵ cf. FOUCAULT, Michel. *O Poder Psiquiátrico: curso dado ao Collège de France (1973-1974)*. Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes. 2006: p. 53-57.

⁸⁶ cf. CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad.: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2009: p. 406.

⁸⁷ Ibidem. p. 57.

⁸⁸ cf. FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 58.

ninguém está à disposição de outrem; sempre há uma inteira vigilância, um perpétuo controle, uma *continuidade*. Há uma configuração “ótima, ou “terminal”, em detrimento ao poder soberano, que necessita de um *acontecimento*, ou, onde se observa uma *anterioridade*, seja por divindade, seja por *herança, conquista*. Resumindo, a disciplina “funcionará sozinha”⁸⁹. 3 – A disciplina e seus mecanismos tendem à *isotopia*, que, em si, remonta à diversas situações: os indivíduos à ela expostos possuem seus postos, lugares, hierarquias, funções, valores, muito bem delimitados e reticulados; não há descontinuidades em seus deslocamentos; ocorre uma regularidade básica, por concurso, exame, antiguidade, etc.; seus sistemas funcionam todos como em uma engrenagem onde tudo está associado, ou, entrelaçado; sua exaustiva classificação produz classe até ao que antes era *inclassificável*, como no caso da loucura, entre outros temas.⁹⁰ 4 – Última oposição: a disciplina é individualizante, aqui damos ênfase a esta característica. Ora, a soberania apenas marca e fragmenta os sujeitos (como já visto, por meios de punição), já a disciplina “assujeita-os”⁹¹, sua finalidade é esta: o “mecanismo de disciplina abrocha [*épingle*] a função-sujeito à singularidade somática”⁹².

Contudo, a proposta de Foucault não é da exclusão ou anulação do poder soberano, por parte do disciplinar, todavia ocorrera a “não-vigência” da teoria jurídico-política da soberania, principalmente a partir do século XVIII, pelo fato de a mesma ser, sobretudo, uma teoria unificadora. Foucault as expõe tais traços na “Aula de 21 de janeiro de 1976”, do curso *É preciso defender a sociedade*, são três:

A soberania é a teoria que vai do sujeito para o sujeito, que estabelece a relação política do sujeito com o sujeito. [...] a teoria da soberania confere, no início, uma multiplicidade de poderes que não são poderes no sentido político do termo, mas são capacidades, possibilidades, potências, e que ela só pode constituir-los como poderes, no sentido político do termo, com a condição de ter, entretantes, estabelecido, entre as possibilidades e os poderes, um momento de unidade fundamental e fundadora, que é a unidade do poder. [...] é dessa unidade do poder que vão derivar as diferentes formas, os aspectos, mecanismos e instituições de poder. [...] a teoria da soberania mostra, tenta mostrar, como um grande poder pode constituir-se não exatamente segundo a lei, mas segundo uma certa legitimidade fundamental, mais fundamental do que todas as leis, que é um tipo de lei geral de todas as leis e pode permitir às diferentes leis funcionarem como leis.⁹³

⁸⁹ cf. FOUCAULT, Michel. *O Poder Psiquiátrico: curso dado ao Collège de France (1973-1974)*. Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes. 2006: p. 59.

⁹⁰ cf. CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad.: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2009: p. 405.

⁹¹ cf. *Ibidem*. p. 406.

⁹² cf. *Ibidem*. loc. cit.

⁹³ cf. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad.: Maria E. Galvão. SP: Editora WFM Martins Fontes. 2010: p. 37, 38; Ed Fr. *Ibidem*. loc. cit.

A soberania é uma tríplice formação entre sujeito, poder e lei, que fundamenta, e, sob certo aspecto, como Foucault questiona, serve de pedra de toque para as análises modernas, “freudo-marxistas”, que utilizam-se da mesma pela via de análise da *repressão*, por exemplo. Por outro lado, segue a disciplina, paralela, que age por via da domesticação do corpo e pela vigilância, controle do tempo e produção de indivíduos.

1.2.3- Poder e saber

Já em *A Ordem do Discurso* (1971) podemos encontrar, na filosofia de Michel Foucault, a gênese de uma união entre o discurso⁹⁴ e as práticas sociais, oriundas de sua trajetória dos anos sessenta junto da que se iniciaria, em setenta, quando de seu exercício como pesquisador no *Collège de France*. Neste texto Foucault elabora outra de suas teses, que se corrobora e fundamenta, cada vez mais, com o passar dos anos e pesquisas, na instituição francesa. Diz ele: “suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos...”⁹⁵

Doravante, estes poderes e perigos aos quais Foucault comenta, nada mais seriam que aqueles que estão por trás dos discursos, revelando-se como articuladores de poder: todo discurso está relacionado ao poder, não há discurso livre dele, ou ingênuo a ele. O discurso não é transparente ou neutro: carrega sempre interdições.⁹⁶ “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua

⁹⁴ Acerca disso, esclarece-nos Joseph Rouse “Foucault estava especialmente preocupado em demonstrar as mudanças paralelas em vários campos discursivos nos séculos XVIII e XIX através das quais as ciências modernas do ‘homem’ substituíam as tabelas clássicas de representação que mostravam a ordem das coisas. [...] Seus estudos anteriores frequentemente associaram a reconfiguração de campos discursivos com a organização de novas instituições, por exemplo, asilos, clínicas e hospitais. No entanto, sua ênfase sempre foi a estrutura do discurso.” (cf. ROUSE, Joseph. “Power/Knowledge” in GUTTING, Gary. [Org.] *The Cambridge Companion to Foucault*. New York: Cambridge University Press. 2006: p. 97; *tradução nossa*)

⁹⁵ “[...] je suppose que dans toute société la production du discours est à la fois contrôlée, sélectionnée, organisée et redistribuée par un certain nombre de procédures qui ont pour rôle d’en conjurer les pouvoirs et les dangers...” (cf. FOUCAULT, Michel. *L’ordre du discours*. Paris: Éditions Gallimard. 1971: p. 10, 11, *tradução nossa*)

⁹⁶ Como verifica Frédéric Gros: “É que o discurso, enfim, como um lençol anônimo e lacunar, está no mesmo tempo articulado diretamente às práticas históricas e não pode mais estar relacionado a um sujeito consciente como uma instância fundadora, nem mais à estreita unidade de uma origem que prescreveria seu destacamento temporal regulado. É na negação da necessidade branca, da materialidade espinhosa, dos acasos angustiantes deste discurso sem rosto, que toda a história tradicional do conhecimento foi escrita. A “genealogia” dos saberes, ao contrário, tentará restituí-la em sua própria existência, irreduzível às sínteses antropológicas.” (*tradução nossa*); “C’est que le discours enfin, comme nappe anonyme et lacunaire, est en même temps directement articulé sur des pratiques historiques, et ne peut plus être rapporté à un sujet conscient comme instance fondatrice, pas plus qu’à l’unité serrée d’une origine qui lui prescrirait son déploiement temporel réglé. C’est dans la dénégation de la nécessité blanche, de la matérialité redoutable, des hasards angoissants de ce discours sans visage, que toute l’histoire traditionnelle des savoirs s’est écrite. La « généalogie » des savoirs au contraire tentera de le restituer dans son existence propre, irréductible aux synthèses anthropologiques.” (cf. GROS, Frédéric. *Michel Foucault “Que sais-je?”* Paris: Presses Universitaire de France/Humensis. 2017: p. 56)

ligação com o desejo e com o poder”⁹⁷. Como podemos ver, a questão do discurso continua persistente no decorrer desta fase que, no entanto, abordará as questões concernentes ao estatuto do direito, da prisão, da verdade, entre outros temas, explicitando certa tecnologia de poder que incide sobre os corpos, sexo, sujeitos, e, mais tarde, sobre a população.⁹⁸ Tocamos neste tema, pois, tudo o que possui algum sentido é caracterizado como discurso: político, econômico, social, etc. Os diversos discursos científicos não seriam diferentes, assim, Foucault inaugura outra grande tese: a de que o poder está numa intrínseca relação com o saber.

Contudo, entender que há uma diferenciação entre *saber* e *conhecimento* é imprescindível: o *conhecimento* é constituinte de “discursos sobre classes de objetos julgados cognoscíveis, isto é, à aplicação de um processo complexo de racionalização, de identificação e de classificação de objetos, independentemente do sujeito que os apreende”⁹⁹; enquanto o *saber* nada mais seria que o contrário, “o processo pelo qual o sujeito de conhecimento, ao invés de ser fixo, passa por uma modificação durante o trabalho que ele efetua com o objetivo de conhecer”; então, a análise arqueológica operaria ao redor da organização do conhecimento, a partir de certa época, e em “função de classes de objetos específicos”; já a genealógica implica na relação tanto do saber com os objetos cognoscentes, quanto com o sujeito em si: dupla união entre um movimento de objetivação somado a processos de subjetivação.¹⁰⁰

No curso *A Sociedade Punitiva* (1972-1973), há um exemplo desta relação entre poder-saber. Em resumo, no início do curso, Foucault fala a respeito do hospital psiquiátrico e de como este importante advento é utilizado para discutir a teoria de Claude Lévi-Strauss, a respeito dos mecanismos de exclusão nas sociedades primitivas e das teorias de representação sociais da França, nos anos sessenta.¹⁰¹ Ele diz:

[...] o hospital psiquiátrico é realmente o lugar institucional no qual e por meio do qual se dá a expulsão do louco; ao mesmo tempo e pela própria ação dessa expulsão, ele é um núcleo de constituição e reconstituição de uma racionalidade autoritariamente instaurada no âmbito das relações de poder no interior do hospital e que será reabsorvida no exterior do hospital na forma de discurso científico...¹⁰²

⁹⁷ cf. FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*. Paris: Éditions Gallimard. 1971: p. 11, 12; Ibidem. Ed. Br. p. 9, 10.

⁹⁸ cf. FERNANDES, Claudemar Alves. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios. 2012: p. 47.

⁹⁹ cf. REVEL, Judith. *Dicionário Foucault*. Trad.: Anderson A. da Silva. RJ: Forense Universitária. 2011: p. 134, 135.

¹⁰⁰ cf. Ibidem. loc. cit.

¹⁰¹ cf. CHAVES, Ernani. “Psiquiatrizar e judicializar: a constituição histórica da Psiquiatria, no Vigiar e Punir” in *Revista dois pontos*., Curitiba, São Carlos, vol. 14, nº. 1, p. 3-14, abril/2017, p. 6.

¹⁰² cf. FOUCAULT, Michel. *A Sociedade Punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. Trad.: Ivone C. Benedetti. SP: Ed. WFM Martins Fontes. 2015: p. 5.

Como podemos observar, há uma ponte entre uma forma de poder que exclui e um saber que opera cientificamente a respeito de tal exclusão. Uma dupla união profícua entre relações de poder e formação de saber. A partir da Idade Clássica, como relata Foucault, houvera uma guinada de “racionalização” dos discursos e é em meio a isto que o poder liga-se ao eixo do saber e da verdade: através de separações do racional e do não-racional, do que é ciência e o que não é, ocorrera uma nova ordenação do mundo.¹⁰³ Em outro momento e ainda neste raciocínio, Foucault cita, em *Surveiller et Punir*, que dever-se-á renunciar a uma tradição de se pensar o poder separadamente do saber.¹⁰⁴ Aqui já há uma fundamentação mais concisa de sua tese:

Seria talvez preciso também renunciar a toda uma tradição que deixa imaginar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas e que o saber só pode se desenvolver fora de suas injunções, suas exigências e seus interesses. Seria talvez preciso renunciar a crer que o poder enlouquece e que em compensação a renúncia ao poder é uma das condições para que se possa se tornar sábio. Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento.¹⁰⁵

O filósofo chega a questionar o posicionamento de nós como sujeitos do conhecimento, na posição de denominadores das coisas, quando o assunto são as relações de poder. Para ele, os próprios acontecimentos históricos – que são desencadeantes de transformações, heterogeneidades, mudanças, e, oriundos de conjuntos específicos de práticas sociais que atravessam-nos por meio de dispositivos e estratégias – nos fazem estar sempre no eixo, alvo, epicentro, das relações de poder, a partir de uma exterioridade.¹⁰⁶

Outra grande definição sobre seu uso do poder, em relação ao saber, acontece em 76, quando de seu já citado curso, *É preciso defender a sociedade*. Michel Foucault elenca cinco

¹⁰³ cf. REVEL, Judith. *Dicionário Foucault*. Trad.: Anderson A. da Silva. RJ: Forense Universitária. 2011: p. 1.

¹⁰⁴ Como elucida Joseph Rouse (2006): “Em *Vigiar e Punir*, [...] a transformação das ciências humanas do século XVIII a XIX foi explicitamente estabelecida no contexto das práticas de disciplina, vigilância e restrição, o que fez possíveis novos tipos de conhecimento dos seres humanos, mesmo quando criaram novas formas de controle social.” (cf. ROUSE, Joseph. “Power/Knowledge” in GUTTING, Gary. [Org.] *The Cambridge Companion to Foucault*. New York: Cambridge University Press. 2006: p. 97; tradução nossa)

¹⁰⁵ cf. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 41ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2013: p. 30. Na edição original: Idem. *Surveiller et Punir: Naissance de la Prison*. Paris: Gallimard, 1975: p. 32.

¹⁰⁶ Ver, por exemplo, as assertórias do professor César Candioto, em seu artigo “Foucault: uma história crítica da verdade”. [Trans/form/Ação. São Paulo, 29(2): 65-78. 2006].

grandes precauções metodológicas acerca de seus estudos sobre poder e, também, para quem quisesse investir nessa nova forma de se estudar o mesmo. A questão por trás desta caracterização “volátil”¹⁰⁷ do poder ampara-se no quesito: “quais são as regras de direito de que lançam mão as relações de poder para produzir discursos de verdade? Ou ainda: qual é esse tipo de poder capaz de produzir discursos de verdade que são, numa sociedade como a nossa, dotados de efeitos tão potentes?”¹⁰⁸. O poder está entrelaçado pelo saber (ou seria vice-versa?) a tal ponto que tem por função formar discursos de verdade. Discursos estes que tem a ver com a proveniência histórica em que os sujeitos estão imersos. Ainda, as precauções metodológicas, por exemplo, não tardam a aparecer sob a alcunha do direito e do campo judiciário. São elas:

1ª- O poder não será analisado a partir de seu eixo central e em suas regulamentações ou formas legítimas. É um estudo que parte do que está ao redor: nas “suas extremidades”, assim como no organismo humano, onde há artérias e vênulas que se ramificam do centro às periferias do corpo. Este estudo sobre o poder vai lá onde o mesmo se torna capilar, que entre outras palavras, quer dizer: lá onde o poder está mais localizado, mais regionalizado, além das regras de direito que tendem a organizá-lo ao redor de mecanismos jurídicos. 2ª- Não tratar do poder ao nível da intenção ou da decisão, afinal, isso levaria às questões: *quem é detentor do poder? Onde está o poder?* Ora, de maneira simples, trata-se de estudá-lo por sua “forma externa”, no ponto onde “ele se implanta e produz efeitos reais”. Efeitos estes que, literalmente, “sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos”. 3ª- O poder não é apenas “poder de dominação”, não é maciço, nem homogêneo. O poder funciona em redes, cadeias, ele circula, transita; não é uma “ferramenta aplicável”. Nessa mecânica, inclusive, quem é submetido a ele também possui meios para submeter outros e assim por diante. 4ª- Visto todos nós sermos, em certo modo, detentores deste poder, ele ao mesmo tempo não é uma matéria “dedutível”, onde “partiria do centro” e “tentaria ver até onde ele se prolonga por baixo”. O poder partiria de algo como uma ascese, do menor ao maior fator possível, daquilo que já é infinitesimal e está indo ao vultoso. Desta maneira, entendemos como o mesmo é encoberto por mecanismos maiores, que o escondem em seus princípios “mais gerais” de funcionamento. 5ª – Talvez esta característica seja a mais importante aqui, neste fim de tópico: o poder, tende-se

¹⁰⁷ Usamos esta expressão “volátil”, pois, a concepção de Michel Foucault, sobre o poder, não é uma mecânica, não é substancial. Como a filosofia, “uma matéria volátil”, o biopoder vai nos transpassar sem que, ao menos, possamos perceber. Sobre isto, cf. PELBART, Peter Pál. “Biopolítica”. in *Revistas USP: Sala Preta*, v. 7, Ano 2007, 57-66, p: 57. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v7i0p57-66>

¹⁰⁸ “... quelles sont les règles de droit que les relations de pouvoir mettent en ouvre pour produire des discours de vérité ? Ou encore: quel est donc ce type de pouvoir qui est susceptible de produire des discours de vérité qui sont, dans une société comme la nôtre, dotés d’effets si puissants?” (cf. FOUCAULT, Michel. *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France (1975-1976)*. Paris: Éditions Gallimard & Éditions du Seuil. 1997: p. 21.)

a percebê-lo como parte de ideologias, no entanto, Foucault declara: “no ponto em que terminam as redes de poder, o que se forma, não acho que sejam ideologias. [...] São instrumentos efetivos de formação e acúmulo de saber, são métodos de observação [...], são aparelhos de verificação”.¹⁰⁹ Esta precaução dá vazão para o que estávamos tentando esclarecer: poder produz saber, de forma direta ou indireta, o mesmo está em intrínseca ordem com o saber, característica esta central, nos estudos foucaultianos dos anos setenta.

É claro, nossas observações continuam “esguias” ou “estéreis”, sem as exemplificações e ilustrações a respeito desse funcionamento “em cadeia”, do poder. Vimos, até aqui, as principais características do mesmo, “o cerne” da esquematização de Foucault. Mas, para dar luz e esclarecer pragmaticamente este termo, lembremos do panóptico.

A invenção do *panóptico*, nos fins do século XVIII, feita pelo importante filósofo e reformador social inglês Jeremy Bentham (1748-1832), é tomada por Michel Foucault como um marco na mudança do regime de penalidades e a emergência de novas formas de poder e controle. Situando Bentham na idade por Foucault denominada de “ortopedia social”, classificada também como uma “sociedade disciplinar”, aquela voltada para o controle social, o filósofo francês aponta-o como um dos principais teóricos representativos deste modelo, também chamado de “sociedade da vigilância”: “[...] Foi ele que programou, definiu e descreveu da maneira mais precisa as formas de poder em que vivemos e que apresentou um maravilhoso e célebre pequeno modelo desta sociedade da ortopedia generalizada: o famoso *Panopticon*.”¹¹⁰

Segundo Foucault, o panóptico consiste não somente como um aparelho de controle e vigilância a serviço de um novo tipo de poder, mas tal qual um dispositivo de produção, extração e organização de saber. Na obra *Vigiar e Punir*, por exemplo, ele aponta para a analogia entre o panóptico e o zoológico, enquanto dispositivos especializados na classificação (das espécies, dos indivíduos, das doenças, etc.) e na observação individualizante.

Bentham não diz se se inspirou em seu projeto, no zoológico que Le Vau construía em Versalhes: primeiro zoológico cujos elementos não estão, como tradicionalmente, espalhados em um parque. [...] Mas encontramos no Panóptico, a preocupação análoga da observação individualizante, caracterização e da classificação, da organização analítica da espécie, o panóptico é um zoológico real; o animal é substituído pelo homem [...] Fora essa diferença, o Panóptico faz também um trabalho de naturalista. Permite estabelecer as diferenças e os doentes, à observar os sintomas de cada um [...] os efeitos de contágio [...] nas crianças, anotar os desempenhos [...] perceber as aptidões, apreciar os caracteres [...], estabelecer classificações rigorosas

¹⁰⁹ cf. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad.: Maria E. Galvão. SP: Editora WFM Martins Fontes. 2010: p. 24-30; Ed. Fr. Ibidem. loc. cit.

¹¹⁰ cf. FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Trad.: Roberto C. de Melo e Eduardo J. Morais. RJ: NAU Editora. 2002. p. 86.

[...] distinguir o que é “preguiça” e “teimosia”, [...] nos operários, anotar as aptidões de cada um, comparar o tempo que levam para fazer um serviço e, se são pagos por dia, calcular o seu salário em vista disso.¹¹¹

Verifica-se que o panóptico não é uma mera criação arquitetônica de um novo modelo de prisão, mas o princípio de ordenação de um novo tipo de poder, o poder disciplinar, que se institui juntamente com novos saberes que irão se fundar na norma, definida como a nova lei da sociedade moderna – a *norma* é fundada basicamente nas ciências da vida, nas novas ciências médicas – e não mais no princípio de soberania, de acordo com o modelo jurídico-político de poder.¹¹²

Em linhas gerais, a noção do panóptico, em Foucault, segue como um alargamento da de Bentham, ou, tão bem quanto, como uma “apropriação”. Tanto em um autor como em outro, o panóptico possui características físicas e define-se como um edifício circular onde as celas se dispõem de forma anelar, lado a lado, e em diversos andares. As celas, separadas entre si, impedem qualquer comunicação entre os presos e teriam, em seu interior, uma pequena janela que permitia a entrada do ar e da luz, impedindo, entretanto, que o preso visualizasse o que acontecia no exterior. No centro, separada por uma zona intermediária, localizava-se a torre central de vigilância, cujas janelas se abriam para a face interna da circunferência onde se dispunham as celas; tais janelas são construídas de modo a permitir que a luz atravessasse cada cela, de lado a lado. Assim, ao mesmo tempo em que o vigia mantinha-se invisível, exercendo uma vigilância completa e detalhada de tudo, sem ser visto pelos apenados submetidos ao seu controle, levava o detento a sentir-se sempre e ininterruptamente vigiado. O panóptico figura não somente como uma mera construção arquitetônica, mas é também um “princípio” de organização espacial, uma constante, um dispositivo multifacetado de vigilância, que assegurava o exercício do poder em seu máximo desempenho, da forma mais leve e sutil, sempre poupando excessos. Além de tudo, poder-se-ia traduzir o panóptico, também, como uma forma de economia do Estado, uma vez que utilizava tal mecanismo de modo a empregar poucos funcionários no exercício da vigilância de muitos.¹¹³ Não obstante, esta engenhosa invenção não delimita apenas um espaço físico, mas sim um dispositivo *disciplinar* que, segundo Foucault, serve para sujeitar os indivíduos ao controle e à vigilância ininterrupta.

Refletindo sobre, percebemos que, por se tratar de um princípio utilitário, o panóptico não só ultrapassou os liames históricos como ainda se manifesta no mundo contemporâneo.

¹¹¹ cf. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2013: p. 192, 193.

¹¹² cf. Idem. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977, p. 39-40.

¹¹³ Sobre estas e mais características, cf. BENTHAM, J. *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2008: p. 20-21; FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 190-191; MILLER, J.-A. “A máquina panóptica de Jeremy Bentham.” in BENTHAM, J. *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2008: p. 89.

Nunca na história a vida fora tão vigiada. Desde o advento da internet, assim como dos avanços da tecnologia de vídeo, é muito comum podermos acessar imagens e vídeos por todo o globo terrestre, bastando para isso apenas poucos “clicks” no mouse. Indo mais além, se nos voltarmos para os avanços da tecnologia bélica, nos deparamos com os chamados *drones*, por exemplo.¹¹⁴ Nada mais são que um maquinário que possui autonomia para muitas horas de voo, chegando a ser até autossuficientes, dados os avanços específicos desta tecnologia. Estes dispositivos servem não só para atacar inimigos com o máximo de segurança, como para vigiá-los, sobrevoando territórios em altitudes enormes. Da mesma forma, a internet possibilita ferramentas tanto para vigiar, quanto para sermos vigiados.¹¹⁵ Com a criação dos chamados *databases* imergimos em um mundo virtual que contém informações de onde moramos, nascemos, residimos, transitamos, como gastamos nosso dinheiro, etc. Os mecanismos disciplinares não só se atualizaram, como proporcionaram, mediante os avanços tecnológicos, novas formas, tanto para o controle do tempo, quanto para gestão da vida. É claro, todas essas análises – a disciplinar e a biopolítica – funcionam integralmente, coexistindo e orbitando uma ao lado da outra: quando não se assola o corpo ou se fabrica indivíduos e subjetividades, cuida-se da saúde e do bem-estar da população.

¹¹⁴ Há uma extensa literatura sobre este tema em questão. Poderíamos citar, à primeira vista, o texto “Drones e mídia social”, de Bauman; e *Teoria do drone*, de Grégoire Chamayou. (cf. CHAMAYOU, Grégoire. *Teoria do drone*. Trad.: Célia Euvaldo. SP: Cosac Naify. 2015; BAUMAN, Zygmunt. “Drones e mídia social” in BAUMAN, Zygmunt. *Vigilância Líquida: diálogos com David Lyon*. Trad.: C. A. Monteiro. RJ: Zahar. 2013)

¹¹⁵ Este é um prolífico tema chamado de “vigilância consentida”, cunhado pela professora Fernanda Bruno, do PPGCOM/UFRJ. Segundo tal, as novas mídias do mundo “internetês” possibilitam a criação de modos de ser a partir do que é visto, no seio da internet 2.0. A mesma entrega o nome de “vigilância consentida” aos que, nas redes sociais, blogs, RSS’s, etc., se expõem conscientemente. (cf. e.g BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Sulina. 2013)

II

Algumas discussões que precedem a biopolítica¹¹⁶

2.1- Introdução

“Quando a própria vida se torna um objeto de política, isso tem consequências para as fundações, ferramentas e objetivos da ação política. Ninguém viu mais claramente essa mudança na natureza da política do que Michel Foucault.” (Lemke. *Biopolitics: an advanced introduction*. p. 32)

A partir da junção de duas palavras de origem grega: “bio” (*bíos*, vida) e “política” (*politikos*, ou aquilo que é relativo à *polis*, ao cidadão, ao Estado), a biopolítica estampa, “em sua tez”, facilmente sua coerência. Nos últimos anos ela fora costumeiramente relacionada às pesquisas de Michel Foucault (1926-1984) – que a utilizou em seus estudos por volta de meados dos anos setenta –, bem como, de outros intelectuais de diversas áreas que se atribuíram dos estudos feitos por ele para reconfigurarem ou mesmo se apropriarem do sentido da palavra em seus devidos trabalhos. Foucault, então, acabou tornando-se um “cânone”¹¹⁷ quando o assunto é a biopolítica.

Os usos do termo biopolítica mostram sua variabilidade e tornam-na uma espécie de “chavão”, uma palavra de ordem, por transpassarem os domínios de diversas áreas de saber: da problemática dos asilos políticos à AIDS e ao racismo; passando por questões ligadas ao apoio financeiro a produtos agrícolas, ou, à regulação do aborto, indo à biotecnologia ou à bioeconomia. Pode estar sob a sombra ideológica de uma antiga direita, ou de uma nova esquerda – seja para defender uma tomada organizacional e democrática do Estado, ou, para ligá-la às práticas eugênicas. Mais ainda, e agora aderindo a um viés histórico que pergunta por sua emergência: a biopolítica advém da antiguidade? Ou, é fruto mesmo das inovações biotecnológicas de nossos tempos? Essas e outras questões tornam muito comum a presença desta palavra, ou melhor, deste conceito, em pesquisas científicas.¹¹⁸ De fato, na obra de

¹¹⁶ O texto em questão está foi publicado no periódico interdisciplinar: PRACS: REVISTA ELETRÔNICA DE HUMANIDADES DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAP, no *Dossiê Biopoder: reflexões interdisciplinares sobre o controle*, no segundo semestre de 2019, sob o título: “Notas sobre biopolítica: organicismo e politicismo antecedentes a Michel Foucault. Endereço eletrônico: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/3989/felipev12n1.pdf>

¹¹⁷ Isso é algo que, como todo pesquisador da obra de Foucault sabe, seria rechaçado pelo mesmo, não fosse por sua prematura morte, em 1984. Basta lembrarmos que Foucault sempre se colocara em um ângulo crítico quando o assunto era a teoria política, pois, sempre julgou não ser um teórico. Ao contrário de grandes nomes da filosofia política moderna como Maquiavel (1469-1527) e Hobbes (1588-1679), propôs uma “analítica do poder”, enveredando pela pesquisa genealógica. Seu intuito era o de mostrar e a emergência dos mais diversos discursos que povoam suas obras, cursos, entrevistas, etc.

¹¹⁸ cf. LEMKE, Thomas. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. Trans: Eric F. Trump. New York and London: New York University Press. 2011: p. 1.

Foucault, ela é constatada sob diversas matizes: seja para averiguar o estatuto da medicina (na conferência de 74); passando por temas como o da guerra e do racismo de Estado (no curso de 76); ou, para analisar o advento da circulação de bens e pessoas na cidade, bem como, de mecanismos de segurança (no curso de 78); e, ainda, para “radiografar” o advento do neoliberalismo (no curso de 79); a biopolítica, então, recaiu sobre uma diversidade de quadros.

Essas aplicações tornam o chavão algo curioso, pois, divide opiniões, apesar de ser uma palavra de fácil aceção. “Toda política não lida com a vida?” Seria uma rápida pergunta a qual denotaria um campo bem delimitado (e cindido) de interesses. Uma boa comparação é dada por Lemke, quando este menciona que devemos entender esta disparidade como algo sugestivo, na qual este termo/conceito atua como uma espécie de *oximoro* por abrigar, no seu âmago, a figura de dois moldes que se auto excluem, assim como se compreendem e se reforçam, quando são analisados de acordo com um determinado contexto. Desta mesma maneira, não se torna possível abarcar a biopolítica de forma “neutra”: os estudos a respeito das épocas consideradas “biopolíticas” sempre são seletivos e advém “de um campo teórico e político inconstante e conflitante”.¹¹⁹

A biopolítica possui pelo menos cem anos.¹²⁰ Sendo assim, ela não “surge do nada”, nos estudos de Foucault, em meados de 1970. Logo, é anterior a ele. Esta anterioridade remete a duas formas de polarização: uma ao redor da questão “organicista”, ou “naturalista” – que desloca a vida para a base da política –; e outra ao redor do eixo “politicista” – neologismo este que, ao contrário da última noção citada, afere a vida como objeto (ou subdisciplina) e não como base das relações políticas.¹²¹ Para uma melhor alusão:

Os primeiros constituem um grupo heterogêneo de teorias [...] O espectro vai de conceitos organicistas do estado, nas primeiras décadas do século XX, através de modos racistas de raciocínio, durante o nacional-socialismo, para ideias biologistas na ciência política contemporânea. O antípoda politicista configura a biopolítica como um domínio de prática ou uma subdisciplina da política, visando a regulação e direção dos processos de vida.¹²²

Apesar de serem opostas as noções tem pontos de vista que se entrecruzam: ambas tratam da vida junto aos processos políticos; resguardando-a ao redor de um sistema hierárquico

¹¹⁹ cf. LEMKE, Thomas. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. Trans: Eric F. Trump. New York and London: New York University Press. 2011: p. 2.

¹²⁰ cf. Ibidem. p. 9.

¹²¹ cf. Ibidem. p. 3.

¹²² “The former constitute a heterogeneous group of theories [...] The spectrum runs from organicist concepts of the state in the first decades of the 20th century through racist modes of reasoning during National Socialism to biologicistic ideas in contemporary political science. The politicist antipode configures biopolitics as a domain of practice or a subdiscipline of politics, aiming at the regulation and steering of life processes.” (cf. Ibidem. loc. cit.; *tradução nossa*)

de classificação, assim como tratam-na de maneira a alocá-la em uma posição “exterior” à política. Os *organicistas*, por exemplo, intuem a vida como se ela estivesse “abaixo” (no sentido de ordem) da política, dando vazão para o entendimento de que a mesma explique, organize e dirija os processos políticos. Os *politicistas*, por sua vez, optam por visualizar o ângulo em que a política se enquadra acima da vida, tornando notório que a política seja “mais do que a biologia ‘pura’, assim, indo além das necessidades da existência natural”.¹²³

Então, prosseguiremos com este texto analisando os dois momentos considerados “anteriores” a Foucault, a fim de darmos alguns esclarecimentos a respeito. Procederemos, *à guisa de conclusão*, tratando a respeito da biopolítica em alguns momentos da obra de Michel Foucault, apresentando o necessário para que se explique no que o mesmo difere daquelas duas vertentes.

2.1.1- O “organicismo” biopolítico

Inicialmente, o termo biopolítica apresentou-se dentro de um cenário teórico bastante “geral”. Doravante, retrazar os aspectos iniciais por onde a mesma emerge significa demonstrar o contexto histórico/filosófico em que a palavra *Erlebnis*¹²⁴ (vivência) aparece no vocabulário alemão, e logo em seguida no francês, assim, ganhando status filosófico; pois, ela enseja bem o percurso temático do lastro biopolítico, já que impulsiona questões relativas à vida para temas da filosofia: o que queremos dizer é que a anterioridade do pensamento biopolítico, no âmbito geral da filosofia política, foi precedida por um movimento, ou uma mudança, no seio do pensamento filosófico ocidental. Por exemplo, atribui-se que a constelação teórico-filosófica da qual o termo provém está presente, principalmente, nas filosofias de Friedrich Nietzsche (1844-1900), Arthur Schopenhauer (1788-1860) e Henri Bergson (1859-1941).¹²⁵ A palavra relacionava a vida a “sentimento”, “fato corpóreo”, “existência orgânica”, “instinto”, “intuição”, “experiência”, em detrimento daquilo que era “solidificado”, “abstrato”, “lógico”

¹²³ cf. LEMKE, Thomas. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. Trans: Eric F. Trump. New York and London: New York University Press. 2011: p. 4.

¹²⁴ Foi basicamente em meados do século XIX que se deu a conjuntura que propiciou esta palavra, a qual possuía três significações: 1) De uma vivência que se relaciona de forma *imediata* à vida, não através de um legado, tradição, ou herança, e, menos ainda, de algo “que se ouviu falar”; mas que seja sempre uma vivência de *Si*. 2) Aquilo que se vivencia de forma imediata deve ter significação para a vida; ou seja, deve ser atributo de uma “*significabilidade*” no contexto geral. 3) Seguindo a trilha das outras definições, *Erlebnis* ainda quer dizer a “impossibilidade de determinar racionalmente o conteúdo da vivência”. Requer, também, que seu pensamento seja operado pelo ponto de vista estético, traduzindo-se como uma crítica ao racionalismo kantiano da *Aufklärung*. Mais precisamente “o anseio por uma relação imediata entre o homem e o mundo, cuja linguagem fosse capaz de exprimir a abundância de sentimento dessa *Erlebnis* não permite o uso de meios racionais que expliquem tal conteúdo.” (cf. VIESENTEINER, Jorge Luiz. “O conceito de vivência *Erlebnis* em Nietzsche: gênese, significado e recepção.” In *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 54, n. 127, Junho/2013: p. 142, 143)

¹²⁵ cf. LEMKE, Thomas. op. cit. p. 9.

ou advindo de um “espírito sem alma”.¹²⁶ Esta oposição não à toa representava uma dura crítica “à outra” filosofia também presente neste século: de cume metafísico, que instruía os indivíduos a raciocinar por meio do que é “totalizante” ou “universal”, deixando de lado sentimentos, paixões, entre outras formas “mais empíricas” de vivência. Esta filosofia “universal” não exprimia de fato a relação “homem-mundo”, tampouco, o caráter autobiográfico do filósofo, das técnicas e escritas de *Si*. Já a *Erlebnis* traduzia-se, por exemplo, em fazer com que o autor fosse um grande “confessor” nas suas obras, entre outros aspectos que afirmavam tal relação.¹²⁷ Por que, então, isto é importante para entendermos o tema da biopolítica? Ora, devemos lembrar, de antemão, que a biopolítica está assentada sob um estatuto no qual a vida aparece como personagem principal de uma trama que se desenvolve no seio das relações políticas. Entretanto, esta “vida” não está de maneira alguma alojada pura e simplesmente em termos conceituais e estéreis. É, de fato, da vida “vivida” que se discorre.

O contexto no qual se encontra a chamada “filosofia de vida” (*Lebensphilosophie*), do século XIX, influenciou também outras áreas de pensamento, como a ciência política e o direito. Foi primeiramente com o cientista político sueco Rudolf Kjellén (1864-1922) – também responsável por ser um dos primeiros a cunhar o conceito “geopolítica”¹²⁸ – que manifestou-se o uso do termo *biopolítica*. É notável: o primeiro termo é muito mais conhecido e comum do que o segundo, que basicamente ficou retido ao âmbito acadêmico. A aplicação do termo biopolítica, feita por Kjellén, possuía um princípio “organicista” que atribuía à vida o lugar de “base” para a conceituação do Estado (como já visto). O cientista político afirma, por exemplo, que os Estados são como “criaturas superindividuais [...], que são tão reais quanto os indivíduos, apenas desproporcionalmente maiores e mais poderosos no curso de seu desenvolvimento”¹²⁹. A inteira influência do caráter “vital” para com a organização estatal, que poderia se traduzir

¹²⁶ cf. LEMKE, Thomas. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. Trans: Eric F. Trump. New York and London: New York University Press. 2011: p. 9.

¹²⁷ cf. VIESENTEINER, Jorge Luiz. “O conceito de vivência *Erlebnis* em Nietzsche: gênese, significado e recepção.” In *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 54, n. 127, Junho/2013: p. 143, 144.

¹²⁸ Markus Gunneflo comenta que: “O conceito de geopolítica, mais do que qualquer outra coisa, deu a Kjellén um lugar na história das ciências sociais. Pois a geopolítica não só se tornou parte da *doxa* da ciência política, particularmente nas relações internacionais, mas também é amplamente usada no discurso público sobre paz, guerra e assuntos internacionais em geral. Kjellén entende a geopolítica a partir de um estudo do estado como um fenômeno espacial, isto é, como território, reino ou império. Kjellén enfatiza que enquanto outras entidades – como a igreja, empresas ou sindicatos – podem exercer poderes significativos e até mesmo se expandir pelo mundo sem a conexão necessária com seu próprio território, não podem ganhar a forma e a estatura do Estado.” (cf. GUNNEFLO, Markus. “Rudolf Kjellén: Nordic Biopolitics Before the Welfare State” in *Retfaerd Årgang*. Vol. 35, Iss. 3, 2015. p. 32; Disponível em: http://works.bepress.com/markus_gunneflo/8/, tradução nossa)

¹²⁹ “[...] superindividual creatures [...], which are just as real as individuals, only disproportionately bigger and more powerful in the course of their development” (cf. KJELLÉN, Rudolf. *Grundriss zu einem System der Politik*. Leipzig: S. Hirzel Verlag. 1920: s/p; apud LEMKE, Thomas. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. Trans: Eric F. Trump. New York and London: New York University Press. 2011: p. 9, 10; tradução nossa)

também como uma “forma de vida” – em que os organismos vivos (classes e grupos) atuariam por meio de disputas – comporia o Estado em sua mais ampla caracterização.¹³⁰

É literalmente por meio de uma união (ou empréstimo) de elementos do campo biológico e social que habita o conceito cunhado por Kjellén. Diz ele: “Esta tensão característica da própria vida [...] levou-me a denominar tal disciplina *biopolítica*, por analogia com a ciência da vida, a biologia, [...]”¹³¹. Consolida-se, então, o conceito organicista em sua mais ampla definição:

O conceito organicista entende o Estado não como uma construção legal, cuja unidade e coerência é o resultado de atos individuais de livre arbítrio, mas como uma forma original de vida, que precede o individual e o coletivo, fornecendo a base institucional para suas atividades. A suposição básica é que todos os laços sociais, políticos e legais, repousam sobre um todo vivo, que incorpora o genuíno e o eterno, o saudável e o valioso. A referência à “vida” serve aqui tanto como um ponto de partida mítico, como uma diretriz normativa. Além disso, elude toda base racional ou tomada de decisão democrática. Nessa perspectiva, apenas uma política que se orienta para as leis biológicas, e as toma como diretriz, pode contar como legítima e proporcional à realidade.¹³²

Ocorre, como podemos ver, uma “inversão” na forma de se conceber o Estado. Assim, entende-se que não seria primeiramente sob vistas de noções jurídicas e legais que deveríamos entendê-lo e analisá-lo. O Estado não seria um conglomerado de indivíduos providos de liberdade e regidos por uma ética democrática, assentada em um código de leis. Como comenta Kjellén, insurgindo-se contra um viés que enxerga o Estado apenas sob olhares jurídico-liberais:

De fato, há uma abundância de casos os quais o Estado se aproxima do indivíduo em palavras e ações, estendendo-se até o apoio financeiro: na habitação, na construção de estradas, na formação profissional, para mencionar apenas algumas tarefas na agenda do Estado moderno. Pode ser uma surpresa o Estado mostrar seu interesse pelo indivíduo mesmo sem qualquer conexão com a lei formal ou com a ordem legal. E isso não termina com o bem-estar material dos indivíduos. Ao assumir a responsabilidade pela educação das pessoas em todos os níveis, o Estado também

¹³⁰ cf. LEMKE, Thomas. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. Trans: Eric F. Trump. New York and London: New York University Press. 2011: p. 10.

¹³¹ cf. KJELLÉN, Rudolf. *Grundriss zu einem System der Politik*. Leipzig: S. Hirzel Verlag. 1920: p. 93, 94; apud ESPOSITO, Roberto. *Bios – Biopolítica e Filosofia*. Trad.: M. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70. 2010: p. 33, 34.

¹³² “The organicist concept understands the state not as a legal construction whose unity and coherence is the result of individuals’ acts of free will but as an original form of life, which precedes individuals and collectives and provides the institutional foundation for their activities. The basic assumption is that all social, political, and legal bonds rest on a living whole, which embodies the genuine and the eternal, the healthy, and the valuable. The reference to “life” serves here both as a mythic starting point and as a normative guideline. Furthermore, it eludes every rational foundation or democratic decision-making. From this perspective, only a politics that orients itself toward biological laws and takes them as a guideline can count as legitimate and commensurate with reality.” (cf. LEMKE, Thomas. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. Trans: Eric F. Trump. New York and London: New York University Press. 2011: p. 10; tradução nossa)

assume a responsabilidade pela cultura em um sentido amplo. De fato, toda a esfera cultural está logo ao seu alcance, longe da simples tarefa de manter a ordem legal.¹³³

Metaforicamente, o Estado corresponderia a um todo orgânico que permitiria tal vivência e democracia; algo como um complexo vivo e harmonioso que desloca a comum análise do discurso jurídico-político estatal para um discurso “biologicista”.¹³⁴ O Estado, em linhas gerais, “é semelhante a um organismo vivo que necessita crescer para existir”¹³⁵.

Esta tomada organicista, a qual se deram inicialmente as aplicações e usos do termo *biopolítica*, deu vazão, alguns anos após sua emergência, aos preceitos base do nacional-socialismo que, como sabemos, apoiados sob uma centralidade conservadora e anti-democrática, agia por intermédio de práticas eugênicas¹³⁶ para constituição de uma “raça pura”.

¹³³ “In fact, there is an abundance of cases in which the state approaches the individual in word and deed, stretching all the way to financial support: in housing, the building of roads, vocational training, to mention but a few tasks on the agenda of the modern state. It might come as a surprise that the state shows its interest for the individual even without any connection whatsoever with formal law or the legal order. And this does not end with the material well being of individuals. By assuming responsibility for the education of the people at all levels, the state also assumes responsibility for culture in a broad sense. In fact, the entire cultural sphere is soon within its reach, a far stretch from the simple task of maintaining the legal order.” (cf. KJELLÉN, Rudolf. *Staten som Livsform*. Stockholm: Hugo Gebers Förlag. 1916: p. 11; apud GUNNEFLO, Markus. “Rudolf Kjellén: Nordic Biopolitics Before the Welfare State” in *Retfaerd Årgang*. Vol. 35, Iss. 3, 2015: p. 30, 31; *tradução nossa do inglês*. Disponível em: http://works.bepress.com/markus_gunneflo/8/)

¹³⁴ Esposito comenta, por exemplo, que enquanto as teorias constitucionais de base liberal entendem o Estado como matriz produtora da livre escolha individual, Kjellén, por meio do organicismo, entende-o como uma “forma vivente” (*som livsform*, em sueco), esta que é possuidora de instintos e impulsos naturais. (cf. ESPOSITO, Roberto. *Bios – Biopolítica e Filosofia*. Trad.: M. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70. 2010: p. 33)

¹³⁵ cf. RUIZ, Castor Bartolomé. “Genealogia da biopolítica. Legitimações naturalistas e filosofia crítica”. In *Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU Online*. nº 386, Ano 2012, 19 de Março de 2012, p. 41. ISSN: 1981-8469.

¹³⁶ É importante tomarmos nota de que muitas ideias sobre eugenia, implantadas na Alemanha nazista, tiveram como base leis eugênicas que eram realidade nos Estados Unidos, anteriormente ao advento do nazismo. Basicamente, desde o final do século XIX os norte-americanos puniam certos tipos de comportamentos sociais “anormais” por meio de ações médicas como, por exemplo: leis e interdições de casamentos entre doentes mentais, alcoólatras e pessoas com doenças venéreas (alegorizando: no Kansas, em 1855, fora implantada uma lei para castração de homens). Enumeram-se três fases principais para o entendimento da eugenia nos Estados Unidos. A primeira ocorreu entre 1870 e 1905, quando do eminente debate sobre hereditariedade que envolveu ilustres nomes da ciência norte-americana: Alexander Graham Bell e o médico higienista John Harvey Kellog. Bell, influenciado por ideias advindas do darwinismo, esteve profundamente voltado aos estudos da genealogia e dos chamados “pedigrees” humanos. Este fato é importante, todavia, tal fase de purificação social nos Estados Unidos não era prioritariamente de natureza étnica, ou, racial, mesmo se tratando de uma reação ao grande número de imigrantes católicos, judeus, asiáticos, e, explicitamente aos negros, que poderiam gerar o “suicídio da raça”, dado seu mútuo crescimento no território: as razões maiores eram “eliminar os indesejáveis do ponto de vista biológico, psicológico e social”. A segunda fase destas leis se deu através de um cume notadamente institucional, durante um período em que houvera uma grande expansão destas investidas, entre 1905 e 1920. Fora marcada pelo intermédio de instituições como o “Escritório de Registros Eugênicos (ERO)”, dirigido pelo geneticista Charles Devenport e por seu superintendente Harry L. Laughlin, tornando-se uma referência mundial quando o assunto era o eugenismo. Entre os principais objetivos do “ERO” estavam ações como: “coleccionar os traços das famílias americanas; estudar a hereditariedade de tais traços; aconselhar pessoas saudáveis para escolher os ‘melhores’ parceiros, encorajando a reprodução dos talentos individuais”; e, assim, “prevenir a propagação dos ‘defeituosos’”. A terceira fase da eugenia norte-americana procedeu-se com sua queda, pois, já não mais havia prestígio pelas pesquisas e intervenções eugênicas. Entendia-se que era um assunto ultrapassado, devido os avanços e descobertas no campo da genética. Outro fator que contribuiu muito para este declínio fora a assessoria estado unidense – dada através de um projeto de esterilização aprovado em 1933 – para a Alemanha que, com a explosão da Segunda Guerra Mundial, inevitavelmente acabou associando o termo, bem como sua prática, ao nazismo. Assim, muitas das

Essa seleção dos organismos “mais puros” colocava em xeque aquilo que era passível de ser “excretado” do organismo vivo, com fins a efetuar sua manutenção. Desta forma, por duas vias principais agia a biopolítica do nacional-socialismo alemão: meio à fundação de um programa de higienização racial e de hereditariedade (*Erbbiologie*); combinando esses aspectos vitais à questões geopolíticas.¹³⁷

O nacional-socialismo incorporou duas macro formas de pensamento ao Estado: primeiramente, fez com que os indivíduos e coletividades se percebessem não simplesmente como grupos, mas pertencentes a “comunidades fechadas” e com uma herança genética em comum, fator esse que se complementava com a hierarquização da “qualidade biológica herdada”, sedimentação esta que justificava a desigualdade para com indivíduos alheios à “raça superior”. Secundariamente (e não menos surpreendente), estes atributos seriam usados para justificar os declínios, problemas e crises sociais que a Alemanha vivia na época.¹³⁸ Excluía-se o que era impuro e caro ao “corpo social” para que a raça superior permanecesse viva. Assim, implica a biopolítica em um termo mais obscuro e negativo (se pensarmos em alguns estudiosos que a instrumentalizam de maneira “afirmativa”¹³⁹): a tanatopolítica¹⁴⁰.

Muito mais do que seleção e exclusão, “regulamentação” ou “disciplinamento do comportamento reprodutivo”, a biopolítica, durante o nazismo, também englobava as “misturas raciais”, fator este que a relacionou com o conceito de geopolítica. Ora, enquanto a biopolítica dá conta de fatores hereditários que percorrem o tempo histórico para tornarem-se explícitos, a

instituições eugênicas americanas acabaram mudando de nome, sendo que algumas existem até os dias atuais. Desta maneira, vê-se como os Estados Unidos foram pioneiros e influentes no implante de leis eugênicas na legislação estatal. (cf. DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto. 2015: p. 51-63).

¹³⁷ cf. LEMKE, Thomas. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. Trans: Eric F. Trump. New York and London: New York University Press. 2011: p. 12.

¹³⁸ cf. *Ibidem*. p. 11.

¹³⁹ “A biopolítica afirmativa é uma política orientada para a transformação em comunidade e justiça.” É o que explica a pesquisadora Vanessa Lemm a respeito da obra de Roberto Esposito que resgata, na filosofia de Nietzsche, uma experiência do “comum”, da “comunidade”. No entanto, sem submeter o indivíduo ao “todo comunitário”, fator este que oblitera as particularidades e individualidades de cada sujeito – ressalta-se, é claro, que deve-se salvaguardar uma questão polêmica a qual pode se originar a respeito deste termo, qual seja, “comunidade”, em Nietzsche. (cf. LEMM, Vanessa. “Uma política de vida ao invés de uma política sobre a vida. A biopolítica afirmativa de Nietzsche.” In *Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU Online*. nº 513, Ano XVII, 16/10/2017, p. 31, 32. ISSN: 1981-8793)

¹⁴⁰ No arrolar histórico em que se deram as intervenções arianas do estado de exceção nazista, é frutífero pensar que a biopolítica, neste caso, não é acompanhada simplesmente por uma *guisa* de “inovação” racista, mas como um “prosseguimento”, uma “contiguidade”, um “alargamento” da própria lógica biopolítica encrustada no Estado-nação: a tanatopolítica, ou seja, a política da morte. O alvo é aquele sujeito que é mais fraco e custoso ao corpo social, visando manter o bom funcionamento do todo. Aquilo que Agamben chamará de *vida nua*, ou seja, a vida mais despida de adereços sociais, a vida reduzida à simples existência biológica: uma vida “matável”. (cf. AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad.: Henrique Burigo. BH: Editora UFMG. 2010: p. 119; RUIZ, Castor Bartolomé. “O campo como paradigma biopolítico moderno”. In *Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU Online*. nº 372, Ano XI, 05 de Setembro de 2011. p. 40. ISSN: 1981-8769)

geopolítica lidaria com a dimensão territorial e espacial, de “proteção contra a ‘penetração de sangue estrangeiro’ e a preservação do ‘caráter racial’ do povo alemão”. A junção desses dois fatores foi preponderante para a expansão do Reich nazista, por unir uma política de eugenia racial com a criação de um espaço vital (*Lebensraum*).¹⁴¹ Somaram-se, então, preocupações que iam da pureza da raça alemã à luta contra invasores, internos e externos, para a criação de um espaço propício ao seu desenvolvimento cultural, econômico e social.

A título de complementação, um dos ápices das noções biopolíticas organicistas se deu com as análises feitas pelo barão Jacob von Uexküll (1864-1944), em seu *Staatsbiologie: Anatomie, Physiologie, Pathologie des Staates* (1920), subtítulo que já indica uma óbvia noção que interliga o Estado ao corpo, paralela àquela feita por Kjellén, mas que agora fala diretamente ao Estado alemão. Como indica Esposito, utilizando uma passagem elucidativa da obra de Uexküll:

A saúde pública do corpo alemão está ameaçada por toda uma série de maleitas que, em referência evidente aos traumas revolucionários do tempo, são identificadas como o sindicalismo subversivo, a democracia eleitoral e o direito à greve — formações cancerosas aninhadas no tecido do Estado e que o levam à anarquia e à dissolução: “Como se nosso corpo fosse a maioria dessas células, especialmente as do cérebro, a decidir quais os impulsos a comunicar aos nervos”.¹⁴²

Seguindo este paradigma, que não está isento de um óbvio aparato racista, Uexküll entende que o corpo político está repleto de parasitas, que levam prejuízos aos demais “órgãos vitais”. Obviamente, dever-se-iam, então, formar-se os “médicos do Estado”, ou, na mesma linha de pensamento, conferir ao Estado tal atribuição médica, com fins a erradicar uma dita ameaça que, como sabemos, desembocou nos preceitos higienistas já conhecidos por nós.

O organicismo é a pedra-de-toque quando o assunto em questão é a origem da biopolítica. Ela esteve associada primeiramente a uma linhagem que repensou o Estado e as diversas maneiras de interpretá-lo, reconfigurando a usual forma “jurídico-política” para um *modus* biológico, onde, o mesmo seria tal como um corpo que necessita de cuidados. Desta maneira, influenciou as bases do nacional-socialismo alemão, que injetou nos meandros estatais um racismo de Estado contundente, pautado em estratégias e ações biopolíticas. A vida é, então, a base para as decisões políticas. Esta última (política) parte daquela (vida), e, através da mesma, apresenta as problemáticas inerentes ao corpo-Estado.

¹⁴¹ cf. LEMKE, Thomas. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. Trans: Eric F. Trump. New York and London: New York University Press. 2011: p. 12, 13.

¹⁴² cf. ESPOSITO, Roberto. *Bios – Biopolítica e Filosofia*. Trad.: M. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70. 2010: p. 35.

2.1.2- O “politicismo” biopolítico

Em meados dos anos sessenta, já no início dos anos setenta, o mundo passou a preocupar-se cada vez mais com questões de nível ecológico, ambiental e de desenvolvimento sustentável. A exemplo, temos o *Relatório do Clube de Roma*, ou *Relatório Meadows*, cujo título ocasionou o livro *Os Limites do Crescimento* (1972)¹⁴³. Famoso por ter membros ilustres (políticos, empresários de sucesso e celebridades), o *Clube de Roma* conseguiu recursos de diversas empresas (Volkswagen, Ford, Olivetti e outras) para que fossem contratados pesquisadores (precisamente do MIT, o Instituto Tecnológico de Massachussetts) que pudessem demonstrar o quão perigoso seria não cuidar do crescimento econômico e populacional da época. Com isto, foram detectados dentre os maiores problemas: a industrialização acelerada, o crescimento demográfico, a escassez alimentar, o esgotamento de recursos não renováveis e a deterioração do meio ambiente.¹⁴⁴ Meio a este paradigma, a biopolítica passou a representar um esforço regulatório que buscava pela solução das crises ambientais ao nível global e uma nova investida sobre o desenvolvimento da humanidade junto às novas tomadas de ação política, voltadas para a preservação do meio ambiente, onde, “nada menos que a vida no planeta e a sobrevivência da espécie humana estavam em jogo”.¹⁴⁵

Outras obras também acompanharam este ritmo, como no caso de *Biopolitik zwischen Macht und Recht* (1978), de Dietrich Gunst e *Christian Biopolitics: A Credo and Strategy for the Future* (1971), de Kenneth Cauthen.¹⁴⁶ Ademais, a década de setenta também foi promissora nos assuntos relacionados à genética (a primeira transferência de material genético foi feita em

¹⁴³ cf. MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. *The limits to growth & a report for The Club of Rome's project on the predicament of mankind*. New York: Universe Books, 1972.

¹⁴⁴ cf. OLIVEIRA, Leandro Dias de. “Os ‘Limites do Crescimento’ 40 anos depois: das ‘Profecias do Apocalipse Ambiental’ ao ‘Futuro Comum Ecologicamente Sustentável’” in *Revista Continentes* (UFRRJ), ano 1, n. 1, 2012, p. 77-81.

¹⁴⁵ cf. LEMKE, Thomas. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. Trans: Eric F. Trump. New York and London: New York University Press. 2011: p. 23, 24, *tradução nossa*.

¹⁴⁶ A obra de Gunst é uma coletânea de seis volumes dos quais um é dedicado inteiramente à biopolítica. Nas palavras do autor a mesma refere-se a “qualquer coisa relacionada à política de saúde e à regulamentação da população, juntamente com a proteção ambiental e questões relativas ao futuro da humanidade”. Fator que se corrobora com o momento preocupante em que o mundo vive, onde buscam-se maneiras de orientar a população para a escassez alimentar, poluição do ar e da água, desnutrição nos países mais pobres, etc. Assim, a conclusão de Gunst é de que esses problemas só seriam resolvidos na medida em que exista uma política voltada para a vida, devendo-se, para tal, alinhar as políticas econômicas ao nível local, regional, nacional e internacional, com as “exigências biológicas”. No caso de Cauthen, seus escritos marcaram uma entrada da biopolítica meio a temas variados, dentre eles os religiosos. Em seu livro, o autor menciona que quando são excedidos os limites populacionais, na terra, emerge uma “sociedade planetária” que gera mudanças na consciência “global” devido tal desenvolvimento, sendo necessária uma permuta de idéias. Deste modo, A “biopolítica cristã” consiste em desenvolver “uma perspectiva ético-religiosa centrada na vida e na busca do prazer em uma era tecnológica baseada na ciência. Este modelo ecológico requer uma compreensão orgânica da realidade. Tal entendimento interpreta o homem como uma unidade bioespíritual cuja vida é colocada dentro da natureza cósmica, assim como na história humana” (cf. *Ibidem*. p. 23-25).

1973, por exemplo); foi nela em que se inaugurou a técnica de isolamento e recombinação do código genético, feito este que impulsionaria a medicina pré-natal, bem como, os métodos de fertilização artificial (emerge, por exemplo, a potencialização da técnica *in vitro*, que já era uma realidade desde 1904).¹⁴⁷ Pressupôs-se uma tênue e frágil barreira entre a vida e os mecanismos de criação da mesma, gerando novos questionamentos à níveis bioéticos. Questões inerentes às possibilidades e procedimentos passíveis de serem aceitos para execução, bem como suas condições para tal, além de quais pesquisas seriam apoiadas ou rejeitadas com subsídios públicos, tornaram-se reais. Temas que compuseram, de fato, um paradigma biopolítico: na medida em que se deu o acesso ao nosso código genético, tudo poderia ser possível e ser feito. Os limites entre o que é natural e artificial tornaram-se cada vez mais complicados de serem demarcados. Logo, veio à tona a questão: “só porque podemos, devemos?”. De todo modo, com os avanços científicos ao nível genético e celular, incluiu-se uma nova maneira de se definir os organismos vivos: não mais como “corpos independentes” e “delimitados”, mas como aglomerados constituídos por elementos “heterogêneos e permutáveis”, ou seja, um aglomerado de tecidos vivos, órgãos, material genético, etc.¹⁴⁸

Estas questões marcaram os anos setenta e, obviamente, tornaram a vida o centro das questões e ações políticas. Refletindo sobre nossas proposições já mencionadas no início do texto, lembremos que, no *politicismo*, a vida é tomada não como base norteadora da política estatal, mas como objeto, ou, “subvertente”. Sendo assim, a biopolítica seria uma espécie de “subdisciplina” para a política de modo geral. Se pensarmos pelo ponto de vista das investidas políticas ao nível técnico exploratório (no caso das pesquisas genéticas) e conservatório (no caso dos ambientalistas), ambas propõem argumentos que tem como alvo a vida, e como ponto de partida as próprias ações políticas. Todavia, a partir das décadas de sessenta e setenta, o mundo experimentou novas camadas e contornos políticos a respeito deste assunto. Passou-se, por exemplo, a explorá-la muito mais ao nível genético em detrimento a conservá-la em torno do meio ambiente, muito embora esta última noção não seja menos importante, e nem menos presente. Esta vertente *tecnocêntrica* – ou seja, aquela que é voltada ao uso exploratório da vida

¹⁴⁷ Denominado por Mendel como “fator”, a descoberta do gene se deu inicialmente em 1909, anunciada por Wilhelm Johannsen, um biólogo dinamarquês. Em 1944, obteve-se a descoberta do DNA, e, após menos de dez anos, anunciaram-se pesquisas que atestavam a estrutura “helicoidal dupla” do mesmo, assim, fundando-se a biologia molecular. Da descoberta do DNA até a possibilidade de recombinar o mesmo, levaram-se apenas vinte anos de pesquisa: “através do qual se tornou possível cortar e recolar a cadeia do DNA. Era o início da atual engenharia genética”. (cf. BARTH, Wilmar Luiz. “Engenharia genética e bioética”. In Revista *Teocomunicação*, v. 35, n. 149, 2005. p. 361).

¹⁴⁸ cf. LEMKE, Thomas. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. Trans: Eric F. Trump. New York and London: New York University Press. 2011: p. 26, 27.

por meio de tecnologia de alto nível e custo – contida no exame politicista da biopolítica, acabou sucedendo as noções de preservação e conservação do meio ambiente:

[...] a versão ecológica da biopolítica foi enfraquecida até que finalmente se integrou à variante tecnocêntrica. Se à primeira atribuiu-se uma tarefa que tendia para o conservador e o defensivo, perseguindo o objetivo de preservar os fundamentos naturais da vida, esta última é mais dinâmica e produtivista, preocupada com a exploração desses fundamentos.¹⁴⁹

Por mais que sejam argumentos indissolúveis, histórica e sistematicamente, a preservação da vida, através da estabilidade do meio ambiente, e sua recíproca adaptação junto ao meio social (que, no caso, implica na harmonia entre ser humano e natureza) fora ultrapassada pela noção de uso, exploração e transformação da mesma, por meio de métodos tecnocientíficos. De todo modo, isso não quer dizer que se deva desprezar a preservação ambiental, mas sim, aproveitá-la através de métodos devidamente experimentados por meio da ciência.¹⁵⁰

Alguns autores tentaram unir estas duas noções biopolíticas, dentre eles está Volker Gerhardt (1944) que traz à luz a biopolítica como um amplo campo de ação que deva garantir “ecologicamente os fundamentos da vida”, bem como “o aumento biológico dos benefícios” da mesma e a garantia médica de sua proteção e desenvolvimento. Uma tríplice junção que incorpora a exploração sustentável do meio em que vivemos e a defesa da vida. Invariavelmente ocorreu resistência e ceticismo ao redor de tais noções. Ressalta-se que, da Igreja aos marxistas, houveram (e ainda há) aqueles que atuam por meio da suspeita para com a biopolítica em geral. Assim, agindo de forma tecnofóbica.¹⁵¹

Mesmo que elucidativa e, em alguns pontos positiva, a biopolítica não pode ser tratada apenas como um objeto, ou parte de um todo orgânico da política. Ela se encontra no eixo das decisões e ações – é seu cerne – não devendo estar lograda como um acessório subsequente da política. A questão biopolítica põe em evidência a “topologia do político”, não devendo ser taxada como um subcampo de regulação e governabilidade dos processos vitais, mas, residindo na capacidade de trazer à luz dos olhos o que é contingente, que são as diferenças entre política, cultura e natureza, de um lado; e as esferas moral e legal, do outro.¹⁵²

¹⁴⁹ “[...] the ecological version of biopolitics was weakened until ultimately it was integrated into the technocentric variant. If the former assigned itself a task that tended toward the conservative and defensive, pursuing the goal of preserving natural foundations of life, the latter is more dynamic and productivist, concerned with the exploitation of these foundations. (cf. LEMKE. Thomas. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. Trans: Eric F. Trump. New York and London: New York University Press. 2011: p. 28, *tradução nossa*.)

¹⁵⁰ cf. Ibidem. loc. cit.

¹⁵¹ cf. Ibidem. p. 29.

¹⁵² cf. Ibidem. p. 31.

2.1.3 - Foucault

Não é de se negar que o termo “biopolítica” tenha se tornado famoso após Foucault. Como já dito antes, os estudos contemporâneos a respeito do assunto devem muito ao mesmo. Assim, o filósofo francês seria uma espécie de figura “pai” do termo. De fato, ele rompe com as duas noções acima trabalhadas. Para o mesmo, não tanto como base orgânica, tampouco como mera subdisciplina, a *biopolítica* não está fora, hierarquicamente, da vida. Ela justamente enquadra a vida no centro das estratégias políticas, é o processo pelo qual a política moderna retorna à vida particular dos indivíduos. A mesma não é fruto de um processo contínuo e *a-histórico* pela busca de leis e mecanismos fundacionais, mas, é resultante de uma *descontinuidade*¹⁵³ histórica que a torna uma forma específica de exercício do poder.¹⁵⁴ Tudo isto se dá através de diversos saberes modernos, principalmente aqueles advindos do século XVIII, como: a medicina social, a estatística, a economia política, etc. Logo, torna-se tenaz o entendimento de que Foucault trabalha não com uma inteira precisão conceitual de biopolítica, pois a mesma muda de acordo com o mecanismo de poder-saber empreendido em seus estudos, mas, com “hipóteses” conceituais e analíticas.¹⁵⁵ Daremos alguns exemplos, aqui, de como a mesma apresenta-se na obra do filósofo.

Em Foucault, a biopolítica contrasta com uma outra forma, *anatômica*, de funcionamento do poder: a disciplina. Enquanto a biopolítica dá conta da massa populacional (sua gestão, organização e cuidado), a disciplina versa sobre o corpo individual (sua fabricação, normalização e disciplinamento). No entanto, ambas se entrecruzam, também, sob outro ponto de vista: como massa viva, a população deve ser regulamentada em seus processos biológicos (saúde, natalidade, mortalidade, estimativa de vida, controle de enfermidades, etc.) e direcionada por meio de dispositivos de segurança que são estipulados através do Estado sem, todavia, crermos que o mesmo seja um “corpo vivo”, mas, sim, um agente atenuante neste processo. Imbuída à biopolítica, a disciplina age por meio de instituições como o hospital, a escola, o quartel, a polícia, incidindo sobre o adestramento do corpo do indivíduo e da

¹⁵³ Como diz Foucault: “[...] a descontinuidade não é um vazio monótono e impensável entre os acontecimentos que deveríamos nos apressar em preencher (duas soluções perfeitamente simétricas) com a sombria plenitude de causa ou pelo ágil jogo do espírito; mas que ela é um jogo de transformações específicas, diferentes umas das outras (cada uma com suas condições, suas regras, seu nível) e ligadas entre elas segundo esquemas de dependência. A história é a análise descritiva e a teoria dessas transformações”. (cf. FOUCAULT, Michel. “Réponse à une question” In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. I. Paris: Gallimard. 1994: p. 680, *tradução nossa*)

¹⁵⁴ cf. LEMKE, Thomas. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. Trans: Eric F. Trump. New York and London: New York University Press. 2011: p. 33, 34.

¹⁵⁵ cf. AYUB, João Paulo. *Introdução à analítica do poder de Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios. 2014: p. 56.

“alienação” de suas competências políticas. Em poucas palavras, quer-se mencionar que a mesma atua pela normalização e individualização do sujeito. Reiterando o que já escrevemos, e, como Foucault mesmo menciona, não existe propriamente uma era em que ocorreu o exercício da disciplina e outra em que houvera a predominância dos mecanismos de segurança e da biopolítica: “não há a era do legal, a era do disciplinar, a era da segurança”. O que existem são dominantes que se atualizam mais que outras, se exercendo em uma medida maior nos determinados momentos da história.¹⁵⁶

Neste caso, a biopolítica não teria nada a ver com a crise ecológica, questões ambientais, ou a procura por um liame orgânico, se estes forem postos como peças periféricas de um quebra-cabeças onde o centro seria a política. Pela primeira vez a existência biológica se refletiu nesta última, com as pesquisas feitas por Foucault. Um grande exemplo disso é a própria forma como esta palavra emerge, primeiramente, na conferência de 1974, intitulada *O Nascimento da Medicina Social*. Abordando brevemente, pois, discorreremos mais sobre este tema em nosso próximo capítulo: no seu texto, Foucault analisa a emergência da medicina social em alguns Estados-nação modernos da Europa. Enquanto a Inglaterra e a França, por exemplo, ainda se encontravam “acomodadas” sob os modelos de soberania (oriundos de épocas anteriores ao século XVIII), na Alemanha, que até então não era unificada, deu-se um novo modelo de organização territorial e estatal, pautado no desenvolvimento de uma ciência de Estado (*Staatswissenschaft*) que desenvolveu uma prática médica voltada principalmente à “melhoria do nível de saúde da população” via diversos métodos, dentre eles: uma sistematização mais completa de observação da morbidade populacional; a normalização das práticas e saberes médicos; bem como, das atividades dos mesmos; a criação de funcionários que dariam conta de áreas específicas de regiões e, sucessivamente, de formas menores de organização estatal como cidades, vilas, etc. Isto tudo rompeu com a noção de uma medicina individualista, ou seja, aquela que se incumbe apenas do paciente e de sua enfermidade específica, e, assim, ocasionou a noção de “medicina social”. Logo, aquela que “tem por *background* certa tecnologia do corpo social”, não excluindo, é claro, a relação médico-paciente, mas mudando o foco da mesma para a sociedade como um todo, pensando na espécie humana e na gestão da vida. A medicina, então, “é uma estratégia biopolítica”.¹⁵⁷

¹⁵⁶ cf. por ex., FOUCAULT, Michel. “Les mailles du pouvoir” In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994: p. 193; Idem. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes. 2008b: p. 11; Idem. *Surveiller et Punir: naissance de la prison*. Paris: Éditions Gallimard. 1975: p. 219-221.

¹⁵⁷ cf. Idem. *Microfísica do Poder*. RJ: Paz & Terra. 2015: p. 143-152.

Alguns anos após esta conferência, no curso *É preciso defender a sociedade*, de 1976, Foucault analisa o advento da biopolítica sob o eixo do racismo de Estado. No entanto, segue em uma linha de raciocínio diferente daquela analisada por nós, nos moldes organicistas. Os traços iniciais que emergem nesta análise são muito caros às nossas intenções. Foucault afirma:

Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi, é o que poderia se denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico.¹⁵⁸

Apesar de ser presente, como na discussão organicista, o estatuto do biológico não é de fato predecessor a todos os processos estatais, não os dirige. Muito além disso, ele se enquadra em uma união, ou um reflexo, a partir da tomada da vida biológica, pelo Estado. Consequente, a biopolítica apresenta-se como uma nova noção de poder, que difere ao poder soberano. Este último se consagra na possibilidade – diríamos necessária – de subtrair a vida de seus ordenados. Isso nos leva a crer que se trata, então, de uma nova interpelação: o soberano *faz morrer* ou *deixa viver*, a biopolítica se configura na medida em que *faz viver* e *deixa morrer*. Mudança sutil, mas que compromete toda a forma de se enxergar os mecanismos e relações de poder do século XIX, em diante. Este *laissez-faire* biopolítico atua basicamente no eixo da população: “a biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema biológico e como problema de poder [...]”¹⁵⁹; ainda, promove a mesma, dando a ela condições de viver mais, através dos dispositivos de poder-saber. A exemplo, temos a estatística e a medicina, como já mencionados. Retendo-nos novamente à noção de racismo, desta vez, não mais nos moldes organicistas, ficaria a questão: como um poder que faz viver também tem a capacidade de extermínio? É aí, que segundo Foucault, emerge a problemática do racismo. Há muito tempo encrustado nos meandros do Estado, sua emergência se deu com o nascimento deste *biopoder* que implica no seu funcionamento moderno. Esse racismo quer dizer aquilo que deve viver em detrimento do que deve falecer: a preponderância de um grupo, ou raça, à outra. Ele assegura a função de matar presente na economia do biopoder. Foucault ilustra tais características também com o advento do nazismo:

[...] é uma sociedade que generalizou absolutamente o biopoder, mas que generalizou, ao mesmo tempo, o direito soberano de matar [...] o Estado nazista tornou absolutamente coextensivos o campo de uma vida que ele organiza, protege, garante, cultiva biologicamente, e, ao mesmo tempo, o direito soberano de matar quem quer

¹⁵⁸ cf. FOUCAULT, Michel. *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France (1975-1976)*. Paris: Éditions Gallimard & Éditions du Seuil. 1997: p. 213; Ed. Br.: *Em defesa da Sociedade: curso dado ao Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2010: p. 201.

¹⁵⁹ cf. Ibidem. p. 219; Ed. Br. Ibidem. p. 206.

que seja – não só os outros, mas os seus próprios. [...] Temos um Estado absolutamente racista, um Estado absolutamente assassino e um Estado absolutamente suicida.¹⁶⁰

Não um corpo orgânico que excreta aquilo que lhe compromete, mas um complexo mecanismo composto por diversas engrenagens que se modificam com a presença deste biopoder moderno. Assim, basicamente, se deu a noção de biopolítica no final do curso de 76.

Logo, *à guisa de conclusão*, vê-se não a incorporação de uma noção da vida como base orgânica para um Estado tão vital, ou “humano”, quanto. Tampouco a ideia de vida como um subnível para a política. Mas, um processo em que a vida está no eixo ou epicentro das relações de poder o qual, ao mesmo tempo, modifica e transforma tais relações, pelo seu cerne. Lembremos que a noção de *poder*, em Foucault, bem como, as derivadas dele (biopoder, biopolítica, governamentalidade), estão em intrínseca união com a formação e criação de saberes específicos e de inúmeras qualidades. O exemplo mais vívido visto até agora foi a formação desta medicina social, sua preponderância sobre toda a política organizacional e de gestão de saúde, do Estado Alemão; bem como seu lado sombrio, o do racismo de Estado, no nacional-socialismo. Ora, a medicina como ciência moderna nada mais seria que produto dessa ambivalência entre poder e saber: a mesma potencializa relações de força e tensão entre os indivíduos, bem como cria novas formas de saber científico. E, não menos importante, o racismo de Estado emergiu como um influenciador, por exemplo, das práticas eugênicas que também eram respaldadas por novos saberes, dentre eles a genética.

De fato, há aparentes proximidades entre as noções visitadas neste pequeno texto, todas contribuem muito para a explicitação do termo. Mas é com Foucault que emerge, talvez, sua solidificação: por meio de suas plurais jornadas de pesquisa, deu-se sua “conceituação” máxima, mesmo que isso queira dizer o rompimento com a máxima foucaultiana de “não criar teorias”. Cabe ao pesquisador mapeá-las e entendê-las uma a uma, bem como de suas noções sucessoras, sempre salvaguardando suas problematizações e diferenças.

¹⁶⁰ cf. FOUCAULT. Michel. *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France (1975-1976)*. Paris: Éditions Gallimard & Éditions du Seuil. 1997: p. 232; Ed. Br: *Em defesa da Sociedade: curso dado ao Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2010: p. 219.

2.2- A perspectiva biopolítica da medicina social: *locus*, normalização, gestão

2.2.1- Introdução

“A medicina define não somente o que é anormal e o que não é, mas, por fim, o que é lícito ou ilícito, criminal ou não criminal, o que é abuso ou prática maligna.” (Foucault. *As grandes funções da medicina em nossa sociedade*, 1972)

A temática da vida, dentre tantos outros temas presentes na obra de Michel Foucault, possui profundo destaque. Emerge através de suas análises históricas em torno da interpretação dos mais variados momentos da humanidade. É factual que a partir da década de setenta Foucault tenha nutrido profundo interesse pelo entrelaçamento entre a análise do discurso – ou seja, estruturas de formações discursivas, de formação de enunciados – com questões relativas ao poder e a verdade, primeiramente no âmbito institucional, e, mais tarde, no macro aspecto da população. Isto deu espaço, assim, para a análise da vida sob os termos conhecidos por *biopoder* e *biopolítica*. Apesar destes termos serem desenvolvidos com mais frequência em obras como *Histoire de la Sexualité I: la volonté de savoir* (1976); ou nos cursos *Il faut défendre la société* (1975/76); *Sécurité, Territoire, Population* (1977/78); *Naissance de la biopolitique* (1978/79), Foucault já os tinha tratado, anteriormente, em 1974, quando de sua passagem pelo Brasil, para divulgar uma série de estudos acerca da história da medicina, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Esta ocasião é muito cara a nós, para o objetivo que se tem com esta dissertação, pois marca a primeira aparição do termo *biopolítica*, na obra do filósofo francês.

Ressaltamos que Foucault dedicou muito tempo de sua vida ao estudo da psicologia, da psiquiatria, entre tantos outros domínios da área da saúde, problematizando suas imbricações com as relações entre poder, verdade e subjetivação. É válido lembrar que o filósofo esteve ativamente envolvido, desde o início dos anos 70, em projetos e ações como: o Grupo de Informação sobre a Saúde (GIS) – que o impulsionou a escrever o “Manifesto sobre a medicina” –; o Grupo de Informação sobre o Asilo (GIA); e também, o Grupo de Informação e Sustentação dos Trabalhadores Imigrados (GISTI). Estas empreitadas seguiam a metodologia de atuação do Grupo de Informação sobre as Prisões (GIP).¹⁶¹

Em 74 não seria diferente: o resultado de suas pesquisas apontava para o questionamento do *locus* e da função da medicina na sociedade. Resgata-se, então, uma velha dicotomia: de um lado, uma medicina individual-reacionária-capitalista, voltada para o indivíduo e o tratamento

¹⁶¹ cf. RODRIGUES, Heliana de B. Conde. *Ensaio sobre Michel Foucault no Brasil: presença, efeitos, ressonâncias*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016: p. 78.

de sua doença específica; d'outro lado uma medicina social-libertária-socialista, que visava a prevenção, não da doença individual, mas, da gestão do conjunto dos indivíduos: a população. A medicina, então, seria individual ou coletiva?¹⁶²

2.2.2- A medicina é sempre social

Aprofundando mais estes termos, o tema discutido trata da partição entre uma medicina capitalista (pensada ao redor do lucro) em antítese a uma medicina institucionalizada e estatal (que tem por finalidade pensar o tratamento das enfermidades pelo viés da socialização do corpo e da doença, através do “todo” populacional). Ambos os modelos, todavia, são invadidos por nuances problemáticas. No primeiro caso, obviamente, falar-se-á de “empresas médicas” voltadas ao arrendamento e ao lucro as quais lidarão com mão-de-obra explicitamente médica: é como um retorno à medicina que era praticada anteriormente ao século XVIII, entretanto, agora circunscrita no registro do capital. No segundo caso, apesar de ser pensada pela via da socialização, tanto dos indivíduos sociais, como do corpo e da doença, enfim, o que sempre está atrás desses modos de ação são a manutenção e redistribuição de poder político, pois, o principal meio de agir que antepara a medicina socializada é, ainda, o Estado. Este que, no caso, força uma tensão “entre a esfera médica e política”.¹⁶³ Acima de tudo, este envolvimento da medicina moderna e sua imersão no âmbito social foi propiciado, ou, reconfigurado, por meio de fatores econômicos que tem emergência principalmente com o advento do capitalismo:

Sempre terá o médico de se voltar, no modo de produção capitalista, para a necessidade de atender às suas próprias necessidades de ordem econômica, por meio de um ganho obtido no mercado. Mesmo que parte de seu tempo seja dispensado à assistência médica caritativa, o sentido dessa sua ação poderá não ser estritamente médico [...].¹⁶⁴

Com o avanço do modelo econômico (neo)liberal os médicos tendem a focalizar seus esforços muito mais na relação deles mesmos com seus pacientes (na maioria dos casos, doentes), visando a cura de doenças de forma específica, e, sua remuneração, distanciando-se da medicina preventiva. Entretanto, como veremos, Foucault nos mostra que a medicina acaba por ser sempre *social*. Mesmo que o sistema (neo)liberal tenha acompanhado os diversos momentos de expansão do capitalismo, o médico torna-se paulatinamente um indivíduo

¹⁶² cf. FOUCAULT, Michel. “La naissance de la médecine sociale” in FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. III. Paris: Gallimard, 1994: p. 209.

¹⁶³ cf. PEREIRA, José Carlos de M. *A explicação sociológica da medicina social*. São Paulo: Editora UNESP. 2005: p. 183, 190.

¹⁶⁴ cf. *Ibidem*. p. 180.

“coletivo”, isto é, “o médico, como profissional autônomo [...] está tendendo a desaparecer. Cada vez mais ele é substituído pelo médico coletivo”.¹⁶⁵

Sugerido o envolvimento da medicina em assuntos político-sociais, não seria prudente deixarmos de lado a primeira parte da série de conferências proferidas na UERJ: o texto intitulado “Crise de la médecine ou crise de l’antimédecine?” (“Crise da medicina ou crise da antimedicina?”) nos ilumina para questões primordiais acerca desta dicotomia, qual seja, a dualidade social/individual. O próprio título já clarifica a questão: naquele tempo (década de setenta), diversos acadêmicos refletiram sobre este *locus* moderno da medicina. Alguns apontavam para a ocorrência de uma crise em suas bases, crise esta que veremos mais à frente. O ponto de partida e de análise de Foucault é o plano *Beveridge* (1942), criado pelo economista e reformador social William Beveridge (1879-1963).

Durante o período em que ocorrera a Segunda Guerra Mundial, o inglês desenvolve o chamado *Report on Social Insurance and Allied Services* (“Boletim sobre Seguro Social e Serviços Aliados”), um sinônimo para o já mencionado plano, o qual fora uma estratégia para salvaguardar a população afetada pelos horrores da guerra, algo que libertasse o homem das necessidades mais básicas como alimentação e saúde, estipulando que todo cidadão apto ao trabalho pagasse uma contribuição semanal ao Estado. Esta contribuição assegurava uma qualidade mínima de vida às pessoas mais afetadas pelas catástrofes da guerra, não sendo permitido que estas vivessem abaixo de um certo limite pré-estipulado. Os subsídios eram, então, um *direito* do cidadão, não necessariamente pensões dadas pelo Estado; atendendo viúvas, desempregados, reformados, doentes, etc. Algo de todo modo válido, como ratifica Foucault “no momento onde a guerra causava grandes destruições, uma sociedade se encarregava da tarefa explícita de garantir aos seus membros não apenas a vida, mas a vida com a boa saúde.”¹⁶⁶ Era, assim, não unicamente um direito à vida, mas acima de tudo à saúde.

O plano reveste-se também de outras características e pontos cruciais, como nos mostra Foucault: ele transformou a saúde em um objetivo e em uma preocupação do Estado, muito embora, desde o século XVIII, a função do mesmo já ser esta: assegurar a saúde física dos cidadãos. No entanto, tal premissa não ocupava lugar de destaque, não era ainda algo prioritário. Houvera, então, uma inversão do direito para uma “moral do corpo”. Moral, pois, com a entrada da medicina nas finanças estatais ocorrera a inserção da saúde, da doença e do corpo, em um

¹⁶⁵ cf. PEREIRA, José Carlos de M. *A explicação sociológica da medicina social*. São Paulo: Editora UNESP, 2005: p. 184.

¹⁶⁶ cf. FOUCAULT, Michel. “Crise de la médecine ou crise de l’antimédecine ?” in FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. III. Paris: Gallimard, 1994: p. 40.

novo arremate de “socialização”: a mesma seria “um instrumento de socialização dos indivíduos”¹⁶⁷. Falava-se, por exemplo, no século XIX, em hábitos de higiene individual e também familiar, logo, sendo um dever cuidar da saúde e da higiene. Na metade do século XX isto entra em xeque com um questionamento problemático, a saber, o do direito de se poder “ficar doente quando se quiser e quando for preciso”, não se falando mais, então, da obrigação da higiene visando a boa saúde. A saúde, com a criação do plano, entra na macroeconomia do Estado deixando de ser simplesmente um problema que deveria ser sanado com pensões, mas, fazendo parte do cálculo das despesas estatais, tornando-se um destino do Estado. Dessa forma, deu-se o pontapé inicial para a socialização da saúde, da doença e do corpo, na mesma medida em que estes firmam uma socialização dos indivíduos. A saúde entra, então – principalmente com o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e, com a eleição dos trabalhadores ingleses –, nas malhas do poder e nas lutas políticas.¹⁶⁸

É basicamente neste decênio, de 1940 a 1950, que Foucault menciona haver uma entrada do corpo dos indivíduos nos objetivos principais de intervenção por parte do Estado. Por ter nascido, então, um novo direito e uma nova moral, dessa “nova política e dessa nova economia do corpo”: “[...] o corpo do indivíduo tornou-se um dos objetivos principais de intervenção estatal, um dos grandes objetos que o próprio Estado deve tomar ao seu encargo”.¹⁶⁹

É certo que, no meio e no período em que vivemos, esta afirmativa seja latente e precisa: nunca o corpo fora tão valorizado. No mundo contemporâneo é muito comum vermos o desenvolvimento de novas técnicas para o cuidado do corpo. Seja para fins estéticos, ou, para se obter saúde, o corpo entrou no alvo biopolítico: os indivíduos saudáveis e que “cuidam de si” acabam aparentando esta saúde e isto é algo que, na sociedade atual, é muito valorizado por ser associado a uma melhor capacidade de produção e um melhor desempenho no trabalho, bem como, uma melhor proatividade (mesmo que isso nem sempre seja uma regra). Uma digressão: chega a ser “narcísico” tal culto. Ora, o ato de cuidar da saúde deveria convergir para o conhecimento das potências “desconhecidas” do ser humano, como no caso do corpo do bailarino que, após o esforço ininterrupto e incansável ensaio dos movimentos, torna-se rijo e flexível. Entretanto, o que vemos é justamente o contrário: um corpo “belo”, hoje, seria aquele que acompanha a lógica dos *spinnings* e supinos. É o resultado de uma mecânica que salvaguarda primeiramente a beleza estética para fins mercadológicos e alienados, pois, o

¹⁶⁷ cf. FOUCAULT. Michel. “Crise de la médecine ou crise de l’antimédecine ?” in FOUCAULT. Michel. *Dits et Écrits*. t. III. Paris: Gallimard, 1994: p. 41, 42.

¹⁶⁸ cf. Ibidem. loc. cit.

¹⁶⁹ cf. Ibidem. p. 43.

marketing do capital prioriza tais características, enquanto que no exemplo do balé há muito mais presença de um “corpo liberado” e autorrealizado, proveniente de uma “ética da existência” que é “libertadora”, o que nos rememora a “estética da existência”, a qual Foucault comenta em seus escritos finais.¹⁷⁰

Foucault nomeia este evento como sendo uma verdadeira “somatocracia”: neologismo significante à importância dada ao corpo, por parte do Estado, na medida de seu apoio e atenção prioritário à saúde. Isto acontecera, segundo ele, desde o século XVIII. Devemos lembrar, também, que diante da modernização das técnicas hospitalares, bem como, das ciências da saúde, houve a criação e manipulação de substâncias que potencializaram a eficácia do tratamento de certas enfermidades, como, por exemplo, o antibiótico que possui forte ação antibacteriana, antifúngica e antituberculosa. Não por acaso este aparecimento convergiu também com os grandes sistemas de seguridade social. Ou seja, pela primeira vez o homem poderia lutar de maneira eficaz contra doenças infecciosas.¹⁷¹

Neste momento, redirecionamo-nos novamente àquela questão lançada no início deste pequeno texto: a qual “crise” Foucault se refere? Ou, melhor dizendo, a qual crise os críticos da medicina se referiram? Primeiramente, este problema é apresentado sob dois aspectos: o primeiro condiz com o que já vimos: ora, a medicina ganhou uma nova forma, um novo caráter (científico), principalmente com a potencialização das técnicas científicas, no século XVIII em diante. Secundariamente, apesar de toda esta potência entregue à ciência e com a saúde entrando em um novo registro econômico e político, não se produziu “a melhoria do bem-estar sanitário” que se esperava. No entanto, só e somente gerou-se uma “estagnação das benfeitorias”. Um terceiro aspecto é aquele que diz respeito à capacidade da medicina para finalidades sombrias, como a morte (apesar de que, durante um longo período da história da medicina, isto ter sido atribuído ao erro/ignorância do médico, ou, à própria medicina).¹⁷² Um exemplo: muito se sabe sobre a medicina dos campos de concentração, das experiências com seres humanos, câmaras de gás, bem como, técnicas médico/químicas para criação de armas usadas nos *fronts* de batalha, onde, talvez, um dos casos mais famosos fora o do “Agente Laranja”, usado pelos americanos na Guerra do Vietnã, de 1961 a 1971. A humanidade entrou em contato com uma medicina que não era apenas “prol vida”, mas capaz de dizimar populações inteiras. Temos a partir disto a face obscura da medicina, aquela que é voltada para a execução e o extermínio.

¹⁷⁰ cf. BOSCO. Francisco. “Variações sobre o narcisismo” in *Cult – Revista Brasileira de Cultura*, SP: Editora Bregantini, nº 225, Ano 20, Julho/2017: p. 9.

¹⁷¹ cf. FOUCAULT, Michel. “Crise de la médecine ou crise de l’antimédecine ?” In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. III. Paris: Gallimard, 1994: 43.

¹⁷² cf. Ibidem. p. 43-45.

Apesar de todos esses levantes críticos, dentre os quais Foucault aponta principalmente o caso do pensador e polímata austríaco Ivan Illich (1926-2002), em *Medical Nemesis: the expropriation of health* (1975), o francês nos mostra desde esta primeira conferência na UERJ, que aquilo que se pensava sobre a medicina – a respeito dela ser um contrato entre médico e paciente para fins específicos, ou, possuidora de uma face obscura –, mesmo assim, não é a característica predominante da mesma:

Na realidade, não se deve pensar que a medicina permaneceu até os nossos dias como uma atividade do tipo individual ou contratual entre o doente e o seu médico, apoiando apenas recentemente tarefas sociais. Ao contrário, gostaria de mostrar que a medicina, pelo menos depois do século XVIII, constitui uma atividade social. Em um sentido, a medicina social não existe, já que toda medicina é social. Ela sempre foi uma prática social. O que não existe é a medicina não social, a medicina individualista, clínica, a da relação singular, que foi mais um mito com o qual se justificou e defendeu certa forma de prática da medicina: o exercício privado da profissão.¹⁷³

Fica claro que mesmo com o plano *Beveridge* não houve a ascensão de uma medicina de tipo social em detrimento a uma de caráter individual. O que há, na realidade, é uma reafirmação daquele caráter que sempre esteve presente nas relações entre médico e paciente: o de uma medicina preventiva a qual atua em torno da preservação da espécie. É claro que Foucault administra sua atenção principalmente ao período que vai do século XVIII até seu tempo. Grande questão, a saber: debruçar-se sobre a maneira do desenvolvimento desta medicina que, no decorrer dos séculos, acompanhou a grande abertura do mercantilismo e da Revolução Industrial e que, com toda certeza, modificou profundamente a maneira de fazê-la, pois, acima de tudo, o capital exigiria uma mão de obra saudável e apta ao trabalho. Como Foucault nos mostra¹⁷⁴, houvera um grande arremate epistêmico da medicina, um tratamento da mesma sob o caráter de ciência e uma “decolagem” de cunho sanitarista. Além do mais, acompanhando ainda os avanços científicos voltados à saúde, na genética principalmente, a medicina possibilitou um alongamento da vida e a modificação não apenas do indivíduo e da estrutura de suas células mas, sobretudo, da espécie de maneira geral. Lembremos do preceito fundamental da biopolítica, qual seja, a entrada da vida (e da morte) nos cálculos políticos.

¹⁷³ “En réalité, il ne faut pas penser que la médecine est demeurée jusqu'à nos jours une activité de type individuel ou contractuel entre le malade et son médecin, pour ne prendre en charge que récemment des tâches sociales. Au contraire, je voudrais montrer que la médecine, au moins depuis le XVIII^e siècle, constitue une activité sociale. En un sens, la médecine sociale n'existe pas, puisque toute la médecine est sociale. La médecine a toujours été une pratique sociale. Ce qui n'existe pas, c'est la médecine non sociale, la médecine individualiste, clinique, celle du rapport singulier, qui fut plutôt un mythe avec lequel on a justifié et défendu une certaine forme de pratique sociale de la médecine, à savoir l'exercice privé de la profession.” (cf. FOUCAULT, Michel. “Crise de la médecine ou crise de l'antimédecine ?” in FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. III. Paris: Gallimard. 1994: p. 43-44, *tradução nossa*)

¹⁷⁴ cf. *Ibidem*. p. 44.

[...] é o conjunto do fenômeno da vida que se encontra situado no campo da ação de intervenção médica. [...] O médico e o biólogo não trabalham mais, agora, no nível do indivíduo e de sua descendência, mas começam a fazê-lo no nível da própria vida e de seus acontecimentos fundamentais.¹⁷⁵

A saúde é alvo de intervenção médica. Tudo, passando pelo saneamento básico e tratamento da água, ao cuidado com o corpo e até do ar que se respira, deve ser tratado com assídua atenção. A medicina não deve e nem pode somente atentar apenas à relação médico/paciente/doença. Deve também visar a “qualidade de vida” da população. E, por meio de análises histórico-genealógicas da medicina moderna, aquela de pouco menos de duzentos anos, Foucault nos mostra o caráter sanitarista, social e biopolítico da mesma. Pensarmos, no entanto, que esta face social ocorre só e somente devido a uma humanização para com a massa populacional seria ingênuo. Quando Foucault constata esta necessidade é para reiterar que o capitalismo *precisa* da socialização da saúde do corpo, pois, sem pensá-la por este âmbito, fica clara e evidente a deficiência do capital, em seu *modus* de atuação. Em tempos de produção constante, não é interessante um indivíduo adoecido.

Não obstante, Foucault atribui que, além de uma “somatocracia”, estamos diante do período em que a autoridade médica nos é imposta, perpassando os mais diversos domínios de saber e estando presente nos mais variados meandros: a medicina e os saberes médicos nos normalizaram. Sendo assim, viveríamos não apenas em um tempo regido por códigos de leis consolidados pelo Estado, mas, em tempos os quais as ciências humanas e médicas designam com perspicácia as diferenças entre normal e anormal, saudável e patológico, visando “restituir o sistema de normalidade”. Nada percorreria um domínio exterior a isto. Foucault critica a proposição de Illich, de uma “arte desmedicalizada” da saúde, à qual imperariam a higiene, a boa alimentação, boas condições de trabalho, etc. Segundo o francês, mesmo por essas veredas, a ideia de uma antimedicina teria que buscar razões dentro da própria medicina para seu desenvolvimento, um “conjunto de regras estabelecidas e codificadas por um saber biológico e médico”.¹⁷⁶

Este regime de normalização médica tem características muito bem estipuladas e que descendem da nova guinada médico-científica do século XVIII. Algumas delas são: 1- o aparecimento de uma autoridade médica que não é apenas aquela que é erudita, mas que é social, que toma decisões que abrangem a população (uma vila, um quarteirão, uma instituição),

¹⁷⁵ “[...] c’est l’ensemble du phénomène de la vie qui si trouve désormais placé dans le champ d’action de l’intervention médicale. [...] Le médecin et le biologiste ne travaillent plus dorénavant au niveau de l’individu et sa descendance, mais commencent à le faire au niveau de la vie elle-même et ses événements fondamentaux.” (cf. FOUCAULT, Michel. “Crise de la médecine ou crise de l’antimédecine ?” in FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. III. Paris: Gallimard. 1994: p. 47, 48, tradução nossa)

¹⁷⁶ cf. Ibidem. p. 50-52.

aquilo que na Alemanha se designou por *Staatsmedizin* (medicina de Estado); 2- como já visto, o aparecimento de uma medicina que não é centrada apenas na doença mas no ar, água, construções, terrenos, esgotos e diversos outros fatores que, a partir do século XVIII, entram nos domínios médicos; 3- a criação/introdução de um aparelho de “medicalização coletiva”, ou seja, o hospital (Foucault nos lembra que o hospital era muito mais um local onde se morria e para onde os indivíduos eram internados com este destino. Entretanto, após o século XVIII esta situação muda: o hospital então se torna um dispositivo voltado ao tratamento das enfermidades, isto é, onde as pessoas seriam tratadas); 4- e neste rumo, por fim, o uso de mecanismos como registros de entrada, comparação de estatísticas médicas, entre tantos outros.¹⁷⁷

Foucault caminha para a apresentação de tais características, em sua segunda conferência – “La naissance de la médecine sociale” –, estudando três eventos específicos do desenvolvimento desses aspectos sociais da medicina: os casos da Alemanha, França e Inglaterra, no início e decorrer do século XVIII. A intenção é mostrar como a medicina é, e sempre foi, uma prática social que tem por *background*¹⁷⁸ uma tecnologia do corpo social e somente em um de seus aspectos prioriza as relações entre médico e paciente. Indo mais além, neste texto dá-se o aparecimento da famosa afirmação de Foucault a qual basicamente simboliza a emergência do termo biopolítica em seu léxico – mesmo que esses traços já tenham sido apresentados na conferência anterior, todavia, sem serem denominados conceitualmente. A frase fica exposta logo no começo de seu texto:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se efetua somente pela consciência ou pela ideologia, mas também no corpo e com o corpo. Para a sociedade capitalista, é o biopolítico que importa acima de tudo, o somático, o corporal. O corpo é uma realidade biopolítica, a medicina é uma estratégia biopolítica.¹⁷⁹

A medicina de estado, ou, como outrora citada, a *Staatsmedizin*, teve origem inicialmente na Alemanha ainda não unificada, pobre e mais frágil economicamente, no início do século XVIII. A *Staatsmedizin* deriva, também, de outra noção: a *Staatswissenschaft*, ou,

¹⁷⁷ cf. FOUCAULT, Michel. “Crise de la médecine ou crise de l’antimédecine ?” in FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. III. Paris: Gallimard, 1994: p. 50, 51.

¹⁷⁸ Este termo está presente na tradução feita por Roberto Machado para a coletânea de textos intitulada “Microfísica do Poder”. Existe atualmente outra tradução feita por Vera Lucia Avellar Ribeiro – que o expõe como *fundamento* –, uma tradução ao pé da letra de como encontramos no francês: *La médecine moderne est une médecine sociale dont le fondement est une certain technologie du corps social*. (cf. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Roberto Machado [Org.], RJ: Paz & Terra, 2015: p. 144; FOUCAULT, Michel. *Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*. Manoel B. da Motta [Org.], Trad.: Vera L. A. Ribeiro. RJ: Forense Universitária, 2016: p. 404).

¹⁷⁹ “Le contrôle de la société sur les individus ne s’effectue pas seulement par la conscience ou par l’idéologie, mais aussi dans le corps et avec le corps. Pour la société capitaliste, c’est le bio-politique qui importait avant tout, la biologique, le somatique, le corporel. Le corps est une réalité bio-politique; la médecine est une stratégie biopolitique.” (cf. FOUCAULT, Michel. “La naissance de la médecine sociale” in FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. III. Paris: Gallimard, 1994: p. 210, *tradução nossa*)

“ciência de Estado” que, por sua vez, designa o funcionamento geral deste aparelho político, por meio de um tipo de conhecimento que terá por objeto o próprio Estado: “a expressão significa também o conjunto dos procedimentos pelos quais o Estado extraiu e acumulou conhecimentos para melhor assegurar seu funcionamento”. A Alemanha foi a precursora desta prática. Tal razão para isto se deu pelo fato de a mesma ter estado fragmentada até o século XIX. Antes disso, os diversos “pseudoestados”, dispersos entre si, em uma conflituosa rede de disputas, foram “obrigados” a tornarem-se equitativos, ou, como fala-nos Foucault, forçados a “se ponderar uns aos outros, se comparar, imitar seus métodos e tentar mudar a força por outros tipos de relações”, em detrimento da França e da Inglaterra que já dispunham de “máquinas” como a polícia ou o exército e, por isso, não tiveram essa preocupação inicial. Outro problema político preponderante fora o fato de a mesma ter se estagnado economicamente, após a Guerra dos Trinta Anos¹⁸⁰, fator este que bloqueou o desenvolvimento de sua classe burguesa, nos limiares do século XVII. Esta burguesia, sendo freada do seu desenvolvimento, buscou alianças com a soberania, cedendo seus recursos, força, etc., à organização do Estado. O Estado moderno, no sentido que conhecemos hoje, segundo Foucault, nasce desta estratificação que impulsionou sua própria organização, anteriormente aos países financeiramente estáveis e mais poderosos politicamente, como França e Inglaterra. É válido tomarmos nota de que, com o advento do mercantilismo, os países mais ativos economicamente (como os já citados), seguidos da Áustria, rapidamente investiram no aumento de sua população trabalhadora ativa sem, no entanto, efetivamente, atentarem para políticas de saúde efetivas. Isto se deu prioritariamente na Prússia.¹⁸¹

Ora, se a biopolítica pode ser definida, entre outros termos, como a entrada da vida nos cálculos da organização estatal, ou, governamental, como já vimos, não seria incomum pensar que o início de tudo começaria pelo campo da saúde, por meio de uma forte organização das técnicas usadas, bem como, da administração de sua execução nas cidades. É claro que esta prerrogativa se amplia, como veremos no decorrer desta dissertação: outras noções irão emergir. Lembremos que parte da origem destas técnicas de biopoder e de biopolítica descendem de uma noção muito esmiuçada na obra de Foucault: a disciplina. E, não obstante, o modelo disciplinar esquadrihava a vida dos indivíduos com vistas a organizar seu tempo, trabalho, e, também, sua saúde.

¹⁸⁰ A saber, série de conflitos entre diversas nações europeias no período de 1618 à 1648. Os motivos eram vários: iam de rivalidades dinásticas, passando por divergências religiosas, territoriais ou relativas ao comércio.

¹⁸¹ cf. FOUCAULT, Michel. “La naissance de la médecine sociale” in FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. III. Paris: Gallimard, 1994: 210-212.

Na Alemanha, em 1764, com W.T Rau, emerge a noção médica de *Medizinischepolizei* (polícia médica) que é uma noção que não lida apenas com taxas de natalidade e mortalidade da população, diferentemente do que já se fazia na França e Inglaterra: ela ia além desse sistema de contagem, averiguando-o em diversos níveis, partindo do micro aspecto do hospital, passando por cidades e regiões, e, indo ao macro aspecto do próprio Estado; normalizou o ensino médico na medida em que organizava a execução e entrega de diplomas do mesmo; organizou administrativamente suas atividades, submetendo-as à instâncias superiores de controle; e normatizou também o funcionalismo médico perante o Estado, com a criação de cargos médico-administrativos que tinham por função resguardar uma determinada região. Isso tudo acontecera de forma intensa, antes mesmo da criação da medicina científica, ou, da criação de uma força de trabalho saudável para o labor do maquinário industrial. Observa-se, na Alemanha, o “máximo de estatização” e controle da prática médica, desde sua origem; não uma passagem gradual de uma medicina individual para uma medicina clínica, e, logo após isso, para uma medicina pouco a pouco socializada.¹⁸² Desta maneira,

A organização de um saber médico de Estado, a normalização da profissão médica, a subordinação de médicos a uma administração geral e, por fim, com a integração de diferentes médicos em uma organização médica de Estado, ocorre uma série de fenômenos inteiramente novos que caracterizam isto que poderíamos chamar de uma medicina de Estado.¹⁸³

Assim como na Alemanha, a França já exprimia, nos seus liames históricos, de 1750 até 1780, o início de uma configuração médica que não necessariamente seria a de uma medicina de Estado, mas a de uma medicina urbana (*médecine urbaine*). É claro que isto se deu, assim como no caso germânico, também por fatores históricos de crise, que Foucault buscou remontar: o território francês também era disperso, comandado por diversos tipos físicos (leigos, igrejas, comunidades, corporações), não era uma unidade, mas um emaranhado de territórios heterogêneos e rivais. Com a passagem dos anos, por volta da metade do século XVIII, a unificação territorial teve início. Houvera a necessidade de uma homogeneização e coerência do mesmo. Algumas das razões para tal foram econômicas, como menciona o filósofo: o mercado pouco a pouco fora obtendo cada vez mais abertura (este é um tema que Foucault oferece profícuo destaque nos cursos *Segurança, território, população*; e, *Nascimento*

¹⁸² cf. FOUCAULT, Michel. “La naissance de la médecine sociale” in FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. III. Paris: Gallimard. 1994: p. 213, 214.

¹⁸³ “L’organisation d’un savoir médical d’État, la normalisation de la profession médicale, la subordination des médecins à une administration générale et, pour finir, l’intégration des différents médecins dans une organisation médicale d’État produisent une série de phénomènes entièrement nouveaux qui caractérisent ce que l’on pourrait appeler une médecine d’État.” (cf. Ibidem. p. 214, *tradução nossa*)

da Biopolítica), sendo cada vez mais presente nas relações de poder e troca, atingindo não só comunidades, cidades ou territórios, mas nações inteiras ao nível global. Processo este que comumente comenta-se através do termo “globalização”. Não só econômicas, essas razões também foram políticas, devido ao aparecimento de uma classe proletária no seio das grandes cidades francesas, por volta do século XIX, advindas de diversas “revoltas de subsistência” que já vinham ocorrendo desde o século XVIII, e, que consecutivamente potencializam “grandes revoltas contemporâneas da Revolução Francesa”.¹⁸⁴

Essas diversas revoltas camponesas regridem durante o século XVIII. O cenário desta vez recai ao urbano: as diversas modificações que ocorrem com a medida do implante do cenário capitalista, nas cidades, geram tensão; tensão esta advinda do medo das fábricas, “do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; [...] das epidemias urbanas”.¹⁸⁵

A necessidade de um poder que regularizasse este cenário tornou-se ávida, fez-se uso de um modelo médico-político chamado de “quarentena”. Este último, se lembrarmos bem, aparece citado também em *Histoire de la folie à l'Âge Classique* e *Surveiller et Punir*, com o nome de “modelo da peste”, quando Foucault contrasta-o e exemplifica-o com outro modelo, pautado na mudança de um poder disperso, de controle e organização da população; que agia por meio do exílio de leprosos, assim, consecutivamente, promovendo a purificação do todo: o “modelo da lepra”, da exclusão.¹⁸⁶ Todavia, para auxílio da urbanização das cidades, tem-se em mãos a utilização de um modelo que, desta vez, será oriundo da disciplina militar, também existente desde o final da Idade Média: o esquadrinhamento da população por meio do “modelo da quarentena”. Este modelo funcionava diferentemente da simples exclusão: em momentos de desespero, crise e insegurança, devido alguma epidemia, ou, problema sanitário, fazia-se com que a população ficasse em suas casas: ninguém poderia transitar em vias públicas; a cidade era dividida, limitada e repartida, entre chefes de distrito os quais deveriam efetuar o controle e vigilância da mesma. Era necessário o relatório de cada pessoa que possuía a enfermidade em questão, para que se efetuasse o devido tratamento. Como Foucault nos fala, era “uma revista exaustiva dos vivos e dos mortos”. Isolamento, individualização, vigilância, controle,

¹⁸⁴ cf. FOUCAULT, Michel. “La naissance de la médecine sociale” in FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. III. Paris: Gallimard. 1994: p. 215, 216.

¹⁸⁵ cf. Ibidem. loc. cit.

¹⁸⁶ cf. Idem. *História da Loucura na Idade Clássica*. Trad. José T. C. Neto. SP: Perspectiva. 2013: p. 3-17; *Surveiller et Punir: naissance de la prison*. Paris: Éditions Gallimard. 1975: p. 100 (Ed. Br. 2013. p: 188, 189).

constatação da saúde individual, tudo isso seguido do internamento nos hospitais os quais não mais eram locais de morte, mas espaços de tratamento.¹⁸⁷

A medicina urbana caracteriza-se, no seu mais alto grau, como uma medicina de vigilância e de higiene pública, aperfeiçoada pelo que já havia sendo feito nos séculos anteriores, dado o modelo da quarentena. Na origem desta forma de agir médico estão diversas características que ainda são atuais: a medicina urbana previa a análise e controle de todos os lugares onde haviam emaranhados, amontoados, de tudo que poderia ocasionar doenças, epidemias – é neste período, por exemplo, que nasce o cemitério como conhecemos hoje, para que não fossem mais amontoadas ossadas e restos mortais que pudessem transmitir ou gerar doenças; essas medidas, então, são muito mais prol vida e “político-sanitárias” do que relativas à teologia cristã, como nos diz Foucault; essa, dentre outras características essenciais da medicina, como a melhoria da circulação de água e ar, na cidade; o implante correto de esgotos; a elaboração de planos hidrográficos para a cidade; etc., deram a caracterização da medicina urbana, que ocorrera na França.¹⁸⁸

E o que tanto se pensou sobre a medicina social ser, em primeira mão, relativa ao cidadão, ao pobre, ao operário, entre outras linhas, à força de trabalho, desmistifica-se. Percebe-se que a medicina social transitou entre o Estado e a cidade e, por fim, foi aos pobres, aos trabalhadores, incisivamente, em um terceiro momento, como menciona Foucault. No exemplo francês, o pobre ainda não se encontrava em uma situação de extremo amontoamento. Muito pelo contrário, eles tinham funções instrumentais dentro das cidades: faziam parte de um *modus operandi* das mesmas, na medida em que exerciam certas funções que iam da simples entrega de cartas, ou, despejo do lixo, até o comércio de objetos já sem uso, etc. Não eram necessariamente vistos como pessoas perigosas à “saúde Estatal” e, assim, não eram alvo de investidas biopolíticas de saúde coletiva. Os pobres só começaram a ser vistos com outros olhos a partir da segunda metade do século XIX, por diversas razões. Uma delas fora política, devido a eminência da inserção dos mesmos em revoltas, a saber, temos o caso da Revolução Francesa e de outros eventos que aconteceram, por exemplo, na Inglaterra, no percurso daquele século, como a retirada desses pequenos e variados serviços informais das ruas, devido ao implante de sistemas estatais que substituíssem tais ações (serviços postais, etc.). Outra razão atenuante fora a cólera, em 1832, que teve início em Paris e se propagou por toda a Europa. Como a população pobre sempre fora a mais necessitada de assistência e também era frágil socialmente, a doença

¹⁸⁷ cf. FOUCAULT, Michel. “La naissance de la médecine sociale” in FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. III. Paris: Gallimard. 1994: p. 217, 218.

¹⁸⁸ cf. Ibidem. p. 219-221.

era comum neste meio. Houvera, então, a necessidade de uma estratificação do espaço urbano, uma cisão entre espaços para ricos e pobres. Na Inglaterra, isto se tornou tão intenso – e, consecutivamente, também deu viés para uma nova experiência de medicina social – a ponto de haver a criação da *Lei dos Pobres (Poor Law)*¹⁸⁹, que data de 1601, mas que já era codificada por volta de 1587-1598, nas bases das leis da Dinastia Tudor. Esse código auxiliava a vida dos mais pobres, por meio do sistema social. Ele se estendeu até ser sucedido pelo *Welfare State*, pós Segunda Guerra. Os ganhos eram dobrados: na medida em que auxiliava os pobres, entregando-lhes dignidade e condições mínimas de vida, mantinha-se também a saúde das classes mais ricas, por meio de certo controle, intervenção médica e assistência às classes menos assistidas. E, indo mais além, o filósofo de Poitiers destaca que tal Lei não fora apenas um serviço de assistência médica, mas “de controle médico da população”.¹⁹⁰

Como podemos cotejar durante a argumentação aqui exposta, a *biopolítica* esteve presente primeiramente, na obra de Foucault, no registro relativo à medicina. Não estranhamente esta noção se coaduna com as subsequentes, pois, devemos lembrar que as estratégias biopolíticas atuam sobre a população, sua saúde e vitalidade. Aqui podemos notar um aspecto, ou, de certa forma, um instrumento/dispositivo biopolítico – a medicina –, atuando incisivamente na organização de espaços, para que seja salvaguardada a vida com qualidade, e, também, para que seja exercido o controle social. São aspectos disciplinares e de biopoder que, às vezes, se confundem durante esta fase inicial do desenvolvimento do pensamento de Foucault, mas, se analisados com calma, demonstram grandes interligações.

2.2.3- A medicina social no Brasil: SUS e PSF

Para concluirmos, gostaríamos de continuar este texto observando e fazendo uma pequena análise de um programa de medicina social que existe no Brasil há algum tempo: o Programa Saúde da Família (PSF), criado e concebido em 1993, em um momento onde também fora idealizado o Sistema Único de Saúde (SUS). A razão para esta rápida discussão se dá no intuito de mostrarmos como a medicina continua sendo, em diversos aspectos, social. Muito embora sabermos que, hoje, as tomadas neoliberais, de cume empresarial, de ultra concorrência

¹⁸⁹ Carlos Montaña comenta mais a fundo que: “Na Inglaterra, promulga-se a Lei dos Pobres (Poor Law), em 1601, que ‘instituiu um aparato oficial, centrado nas paróquias, destinado a amparar trabalhadores pobres, sob o auspício da taxa dos pobres’ [...]. Isto é, ‘durante os dois séculos de vigência dessa legislação, a Inglaterra cuidou do pauperismo através da *beneficência* pelo caminho burocrático’.” (cf. MONTAÑO, Carlos. “Pobreza, ‘questão social’ e seu enfrentamento”. in *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012: p. 273, Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/nR33120487j7O65JW81e.pdf>)

¹⁹⁰ cf. FOUCAULT, Michel. “La naissance de la médecine sociale” in FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. III. Paris: Gallimard, 1994: p. 224-228.

e de promoção do chamado “capital humano” sejam latentes e, de certo modo, bastante presentes no nosso dia-a-dia. Mesmo nos tempos em que a medicina é, cada vez mais, vendida como um produto que vai a diversos âmbitos, partindo da própria saúde, indo até fins estéticos; este “modelo de atenção” – entre outras palavras, aquilo que estabelece “intermediações entre o técnico e o político” – fora estabelecido para sanar as dificuldades que o modelo antigo – privado, que privilegiava uma medicina “curativa”, ou seja, focada no indivíduo e em sua enfermidade – tinha. Durante a década de 70, no Brasil, foram feitas apostas incisivas sobre este modelo capitalista que derrocou na mudança do sistema previdenciário “separando o benefício da assistência médica”, chegando a ser financiado em 80% dos Estados, no território nacional. Mesmo com esta tentativa de fomentar o sistema privado-médico, o modelo entra em crise no período que versa de 1980 a 1983, sendo comum nomeá-lo, no âmbito das políticas sociais, de “crise da previdência social”. Houve, então, a criação do SINPAS, “Sistema Nacional de Previdência Social”, adjunto à organização dos institutos: Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e o Instituto de Administração da Previdência Social (IAPAS); além da reorganização dos órgãos de assistência social (LBA e FUNABEM) e da constituição de uma empresa de processamento de dados (DATAPREV).¹⁹¹

Com a promulgação da nova Constituição Brasileira, em 1988, de fato, temos a saúde sendo tratada como um princípio universal de equidade e de integralidade. O lema da mesma era: “Saúde é direito de todos e dever do Estado”. Doravante, na medida em que todos os cidadãos são responsáveis por deveres e, consecutivamente, possuidores de direitos – *homo legalis* ou *homo juridicus* (no palavreado jurídico e econômico político) – a intervenção biopolítica incide nos meandros desses dispositivos normativos. Lembremos do exemplo germânico em que o próprio Estado interviu para a melhoria da qualidade de vida da população. Além do mais, em 1990, foram criadas diversas leis que regulamentavam os cuidados com a saúde, como a “Lei Orgânica da Saúde”, 8.080/90, a qual estipula que a questão presente não deve ser só e somente “ausência de doenças” mas, um conjunto de fatores, como: a boa alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, lazer, etc.; e, também, a Lei 8.142/90, a qual regula a participação da comunidade na gerência do SUS, por meio de reuniões em conferências dos Conselhos de Saúde.¹⁹² Vê-se aí que a noção de biopoder não

¹⁹¹ cf. ROSA, Walisete de A. Godinho. & LABATE, Renata Curi. “Programa Saúde da Família: a construção de um novo modelo de assistência” in *Rev Latino-Am Enfermagem*, nov/dez, 2005; 13(6):1027-34, p.: 1029. Acessível em: www.eerp.usp.br/rlae.

¹⁹² cf. *Ibidem*. p. 1030.

está aquém da noção de soberania. Melhor dizendo: a malha que compõe, inscreve e denota o biopoder e a biopolítica, age dentro do próprio poder soberano, por meio de seus mecanismos legais, políticos e jurídico-discursivos.

Retomando, basicamente, o PSF atua como uma medida preventiva. Delimitando-o precisamente: “para o Ministério da Saúde, o PSF é uma estratégia que visa atender o indivíduo e a família de forma integral e contínua, desenvolvendo ações de promoção, proteção e recuperação da saúde”, isso se dá por meio da visita pessoal do médico, enfermeiros, técnicos de enfermagem e assistentes sociais, às residências de pessoas que geralmente estão em situação de risco, ou seja, indivíduos que de alguma forma estão às margens da sociedade, incapazes de se locomover até postos de saúde para a avaliação e cuidados médicos básicos.¹⁹³

Assim, o PSF se apresenta como uma nova maneira de trabalhar a saúde, tendo a família como centro de atenção e não somente o indivíduo doente, introduzindo nova visão no processo de intervenção em saúde na medida em que não espera a população chegar para ser atendida, pois age preventivamente sobre ela a partir de um novo modelo de atenção.¹⁹⁴

Com este destaque ao caráter preventivo do Programa, lembremo-nos do modelo inglês, em que o pobre era atendido e assistido de maneira a ter sua saúde e vida sob cuidados médicos, de saneamento básico e de salubridade. A estratégia biopolítica consiste justamente nessa insidiosa relação com a vida dos indivíduos, tratando-os, fazendo-os serem saudáveis, deixando-os aptos para o trabalho, ou, em última instância, reduzindo gastos para a macroeconomia estatal, na medida em que dinamiza a relação paciente-médico-população. No âmbito internacional, acontece no ano de 1978, em Alma-Ata, na República do Cazaquistão, a “Conferência sobre Cuidados Primários de Saúde”. Nela se propôs a prioridade da saúde como atendimento, em todos os diversos segmentos da sociedade mundial, tendo como objetivo, também, o alto envolvimento de agentes, não só das áreas de saúde, mas epidemiológicas e de percepção social, para sanar estas necessidades humanas básicas. Ela não chega neste mesmo ano a ser posta em prática no Brasil. No entanto, por volta do período de crise previdenciária, cria-se e discute-se uma estratégia similar àquela da Conferência, o Prev-Saúde e, em uma conferência organizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS)/UNICEF, define-se a saúde como “não apenas ausência de doença e sim um completo bem-estar físico, mental e social”. Ou seja, a saúde faz parte de um jogo biopolítico que não só tem a ver com o indivíduo e sua enfermidade, mas com um conjunto de aspectos que transitam de um estado psicológico e

¹⁹³ cf. ROSA, Walisete de A. Godinho. & LABATE, Renata Curi. “Programa Saúde da Família: a construção de um novo modelo de assistência” in *Rev Latino-Am Enfermagem*, nov/dez, 2005; 13(6):1027-34, p. 1029.

¹⁹⁴ cf. *Ibidem*. p. 1028.

mental, de estabilidade interna e subjetiva, a fatores externos, alheios ao indivíduo, que partem das zonas mais capilares da sociedade: a água que se consome em casa, o saneamento básico, a criação de esgotos, etc. Tudo nos moldes de como já acontecia na Europa, cerca de três séculos atrás.¹⁹⁵

Com isto, percebemos o quão presente e atual ainda é esta questão, qual seja, a biopolítica. Mesmo após a morte de Foucault, sua análise abriu portas para a percepção que assinala e ratifica a presença de sua estratégia no mundo contemporâneo. Assim, entrega-se devido valor à presença do tema da medicina social, na obra de Foucault – que não só se desenvolveu através de um papel arqueológico (a tirar pela forma como ela foi tratada nos anos 60) em seus escritos iniciais. A medicina é o ponto de partida para análise da biopolítica por literalmente atingir o indivíduo em um de seus âmbitos mais íntimos: a constituição física e a saúde.

¹⁹⁵ cf. ROSA, Walisete de A. Godinho. & LABATE, Renata Curi. “Programa Saúde da Família: a construção de um novo modelo de assistência” in *Rev Latino-Am Enfermagem*, nov/dez, 2005; 13(6):1027-34, p. 1029.

III

Sexo, desigualdade e biopolítica: vida e morte na decadente era do biopoder

3.1 – Introdução

“A velha potência da morte em que simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida.”
(Foucault. *História da Sexualidade I: a vontade saber*. p. 150)

Em 1976, outra vez nos deparamos com os alargamentos conceituais operados na obra de Foucault: tensões que encaminham o pensamento crítico a novos patamares conceituais. Neste caso, ele mostra novas análises no eixo de suas pesquisas a respeito do poder (*pouvoir*). O final de *La volonté de savoir*, de 1976, e, a última aula do curso *Il faut défendre la société*, do mesmo ano, apresentam novamente os léxicos referenciais a respeito do biopoder (*biopouvoir*). Logo em seguida, temos os cursos *Sécurité, Territoire, Population*, de 1977/78; e o polêmico *Naissance de la biopolitique*, de 1978/79, que darão partida aos assuntos sobre a biopolítica (*biopolitique*) e a governamentalidade (*gouvernementalité*).

Grosso modo, Foucault utiliza o termo biopolítica, basicamente sob três aspectos. No primeiro, a biopolítica representaria uma ruptura histórica no pensamento e na prática política, caracterizada por uma rearticulação do poder soberano. No segundo, Foucault atribui aos mecanismos biopolíticos um papel central quando do surgimento do racismo moderno. Por último, haveria a ideia de que o significado do conceito refere-se a uma arte distintiva de governo, que historicamente surge com formas liberais de regulação social e de autogoverno individual.¹⁹⁶ Este tópico busca elucidar estes momentos na obra de Foucault.

3.1.1- Sexualidade e biopoder

Biopoder. Que tipo de poder é esse? Ou ainda, no que ele se distancia do poder disciplinar (*pouvoir disciplinaire*), tão debatido e utilizado para análises, nas obras e cursos de Foucault, até 1976? Ora, em *Surveiller et Punir* (1975), obra que antecede o projeto da *História da Sexualidade*, Foucault ainda não faz uso dos termos biopoder e biopolítica. Entretanto, o livro é repleto de elementos e temas que se entrelaçam e, mais tarde, servirão de base para esses novos eixos e léxicos. E, reafirmando, a “anátomo-política e biopolítica não nascem simultaneamente, mas o nascimento da biopolítica não se faz acompanhar da morte da anátomo-

¹⁹⁶ cf. LEMKE, Thomas. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. Trans: Eric F. Trump. New York and London: New York University Press. 2010: p. 34.

política”.¹⁹⁷ Isso nos leva a crer na operação de algo que “aglutina”, ou melhor, “intersecciona” os diversos estágios os quais Foucault define a disciplina e a biopolítica. De todo modo, uma não exclui a outra, além de ambas possuírem semelhanças e diferenças.¹⁹⁸ Isto fica claro quando Foucault discute o tema da medicina.

Retomando a conferência intitulada *La naissance de la médecine sociale*, aquela na qual o filósofo problematiza o advento da medicina moderna (precisamente a que emerge no final do século XVIII), vemos que ele se preocupa com três questões básicas e importantes: 1^a – Atentar à *bio-histoire* (bio-história) da intervenção médica ao nível da própria biologia humana, no sentido da espécie, ao passo em que a medicina se torna cada vez mais presente e circunscrita no próprio arrolar histórico do homem. 2^a – Frisar que este fenômeno de *médicalisation* (medicalização) atua sobre a conduta, comportamento e corpo, de tal maneira que, quanto mais e mais atraí-nos para suas engrenagens, menos deixa-nos escapar de seu controle, tornando-se assim *un réseau* (uma rede) de medicalização. 3^a – Apontar à “economia da saúde” que seria a integração, consumo e melhoramento de serviços de saúde que, como menciona Foucault, mais comumente são observados nas chamadas “sociedades privilegiadas”.¹⁹⁹ A intenção do filósofo é a de mostrar que a medicina moderna serve de ferramenta, ou, dispositivo, pois, acompanhando o advento do capitalismo, tratou-se do corpo como objeto, força de trabalho e mão-de-obra, onde, o biopoder seria um elemento indispensável²⁰⁰ para seu desenvolvimento. Desta forma, o controle social não dar-se-ia por vias ideológicas, mas pelo corpo, no sentido da espécie humana: ao nível biológico²⁰¹ (somático), enfim, biopolítico.

Seguindo adiante, em *La volonté de savoir* – no capítulo final, “Direito de Morte e Poder Sobre a Vida” –, e, na última aula do curso *Il faut défendre la société*, Foucault nos apresenta

¹⁹⁷ cf. SUGIZAKI, Eduardo. “Da anátomo-política à Biopolítica” in SOUZA, Ricardo Timm de & OLIVEIRA, N. Fernandes de (Orgs.) *Fenomenologia Hoje III: bioética, biotecnologia, biopolítica*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2008: p. 187.

¹⁹⁸ Tratando um pouco dos modos de distinção entre a anátomo-política do corpo e biopolítica das populações, Claire Blencowe aponta para os níveis os quais estão além da simples corporeidade somática prevista na alusão destes termos. Ela argumenta que tais discrepâncias vão além de uma simples escala, níveis ou relevos, mas a uma emergência de sistemas alternativos de “estruturas de experiência” e “materialização” (*embodiment*), isto é, “formas de vitalismo e formas de racionalismo”. Cita ainda: “Embora o objeto das tecnologias biopolíticas seja, muitas das vezes, a saúde dos corpos individuais, a vida que está em jogo não é a dos indivíduos, mas as das populações”. Logo, não é somente uma forma de atingir o corpo pelo ponto de vista somático: se trata do bem-estar geral dos indivíduos. (cf. BLENCOWE, Claire. *Biopolitical Experience: Foucault, power and positive critique*. New York: Palgrave Macmillan. 2012: p. 36, 37, tradução nossa).

¹⁹⁹ cf. FOUCAULT, Michel. “La naissance de la médecine sociale” in *Dits et Écrits*. t. III. Paris: Gallimard. 1994: 207, 208.

²⁰⁰ cf. CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad.: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2009: p. 58.

²⁰¹ Esta noção “biológica” está direcionada ao nível populacional, e, “por ‘população’ Foucault não imagina uma entidade jurídica ou política (por exemplo, a totalidade dos indivíduos), mas um corpus biológico independente: um ‘corpo social’”. (cf. LEMKE, Thomas. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. Trans: Eric F. Trump. New York and London: New York University Press. 2010: 36, tradução nossa).

o *biopoder* sob uma dupla acepção: 1ª- a de um poder que age sobre a vida biológica, no caso das políticas da sexualidade; 2ª- de um poder que atua também sobre a morte²⁰². Em ambos os casos Foucault utiliza o termo “biopolítica das populações”: trata-se de uma técnica de poder que irá governar a vida dos indivíduos no sentido *homem-espécie*, diferentemente da *disciplina* que atua diretamente sobre os corpos, ou, o *homem-corpo*. É um poder que irá incumbir-se da gestão da vida, por meio do controle da natalidade²⁰³, da saúde e segurança da população, bem como, de sua alimentação, higiene e sexualidade, etc.²⁰⁴

É também na quarta parte de *La volonté de savoir* que Foucault insere a discussão do campo da sexualidade envolta, sobretudo, da noção de *dispositivo de sexualidade*. Desta forma, atuando como um ponto de passagem para as diversas relações de poder que podem servir de “dobradiças para as estratégias mais variadas”, são quatro “grandes conjuntos” de identificação deste campo de análise *anátomo-bio-político*: 1- a esterilização do corpo da mulher; 2- a pedagogização do sexo da criança; 3- a socialização das condutas procriadoras; 4- a psiquiatrização do saber perverso.²⁰⁵

Retornando nossa discussão e aprofundando um pouco estas assertivas sobre o tema da “gestão da vida” – na qual o biopoder é incorporado – diríamos que a modernidade não agiria apenas por meio da preocupação para com a vida, mas vai além disso: esse poder gestor

²⁰² Neste caso, poderíamos elencar o tema do racismo de Estado presente no decorrer do curso *É preciso defender a sociedade*. Além disso, Foucault parece estar “indo além” do tema da sexualidade, como observa Gary Gutting: “No capítulo final da introdução à *História da Sexualidade*, Foucault parece estar “indo além da sexualidade como tal” e desenvolve uma noção de biopoder que engloba todas as formas de poder moderno dirigidas a nós como seres vivos, ou seja, como indivíduos sujeitos a padrões não apenas de normalidade sexual mas biológica. O biopoder preocupa-se com a ‘tarefa de administrar a vida’, um processo que opera em dois níveis. Ao nível dos indivíduos, existe uma ‘anátomo-política do corpo humano’; no nível dos grupos sociais, existe uma ‘bio-política das populações’”. (cf. GUTTING, Gary. *Foucault: A Very Short Introduction*. New York: Oxford University Press. 2005: p. 95, tradução nossa).

²⁰³ Não são poucos os exemplos em que, hoje, presenciamos um caráter “real”, ou, “analítico” do biopoder. A título de complemento, citaremos o artigo de Pelle Åberg, qual seja, “Civil Society and Civil Contemporary Russia: The Case of Russian ‘Daddy-Schools’”, no qual o autor articula os conceitos foucaultianos de *biopolítica* e *governamentalidade* à realidade da sociedade civil contemporânea de Saint Petersburg (Rússia) que, desde 2008, veio apontando para a observação de um fenômeno grave: quedas demográficas anuais de 0.5%, ao largo de 20 anos. Elas mostram, em números individuais, perdas populacionais de até 8 milhões de cidadãos. O artigo relata, por meio de entrevistas e dados informacionais, o programa estatal “Daddy-Schools” (Escola de Pais), que visa promover o encontro de futuros pais, ou, interessados na futura paternidade, para trocas de experiências, relatos e medos. O intuito seria mais do que apenas o incentivo à reprodução, mas, também, “expor os pais a um conjunto particular de normas de paternidade, com o objetivo de promover a mudança em seus comportamentos”. Sublinha-se, aqui, o papel do Estado sobre a reprodução/população. (Cf. ÅBERG, Pelle. “Civil Society and Civil Contemporary Russia: The Case of Russian ‘Daddy-Schools’” in *Foucault Studies*, No. 20, pp. 76-95, December 2015: p. 2-4)

²⁰⁴ cf. FOUCAULT, Michel. *Histoire de la Sexualité I: la volonté de savoir*. Paris: Éditions Gallimard. 1976: p. 177-183. (Ed. Br. 2015: p. 145-150); *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France (1975-1976)*. Paris: Éditions Gallimard & Éditions du Seuil. 1997: p. 213-216, 226-228. (Ed. Br. 2010 : p. 201-204, 214-215); REVEL, Judith. *Dicionário Foucault*. RJ: Forense Universitária. 2011: p. 24, 25.

²⁰⁵ cf. e.g. RAFFIN, Marcelo. “La voluntad de saber: entre el dispositivo de sexualidad y la gubernamentalidad” In. LÓPEZ, Cristina; RAFFIN, Marcelo & COLOMBO, Agustín (comps.) *Pensar con Foucault hoy: relecturas de Las palabras y las cosas y La voluntad de saber*. San Martín: UNSAM Edita. 2019: p. 166.

estaria no âmago das questões econômicas, onde, principalmente, a medicina e a economia levariam a saúde humana para o campo da macroeconomia.

Coadunamos com Francesco Paolo Adorno quando este menciona que

[...] o acordo mútuo entre medicina e uma economia que se conecta ao corpo, ganha enorme importância até meados do século XX, como exemplificado pelo Relatório Beveridge, que promulgou, no meio da Segunda Guerra Mundial, a institucionalização desta relação entre medicina e economia, trazendo a saúde ‘para o campo da macroeconomia’. Na modernidade, o poder não é apenas preocupado com a vida [...], e com a população como um corpo de sujeitos vivos, mas o poder também funciona para fins específicos que foram ditados pela economia. Se o biopoder é o poder que leva a vida como seu objeto principal, então, o cuidado com vida é uma forma de administração da mesma que busca preservá-la. Como o poder leva a vida sob sua ala, esse mesmo ato permite uma gestão racional das forças de poder, levando à sua expansão. O indivíduo é dotado de um "capital humano", em sua força física, que deve ser usado para os melhores resultados possíveis, tanto para o seu bem, como o para o bem da sociedade.²⁰⁶

Grosso modo, esta nova tecnologia agirá sobre os indivíduos por meio da *espécie* e do conjunto de seres-vivos, visando a preservação e o governo da vida.

Retomando a questão da sexualidade, Foucault observa que a mesma é resultante de uma rede complexa de relações de poder e saber que, por ventura, provocam “interdições” e, outrora, fazem transitar “erros ou desconhecimentos sistemáticos”.²⁰⁷ A análise de Foucault segue ao contrário da comum “hipótese repressiva”, vista com frequência na psicanálise freudiana, pois, sustenta que a sexualidade, por volta do final do século XVI, na verdade, fora colocada como um “mecanismo de crescente incitação”.²⁰⁸ Tal movimento reflexivo “não se detém diante de um tabu irrevogável, mas se obstinou [...] em constituir uma ciência da sexualidade”, de tal modo a subjugar, subjetivar e produzir verdades, além de trazer à tona os

²⁰⁶ “[...] the mutual arrangement between medicine and an economics that plugs itself into the body gains enormously in importance by the mid-twentieth century, as exemplified by the Beveridge Report which enacted, in the middle of World War II, the institutionalization of this relationship between medicine and economics, bringing health “into the field of macroeconomics.” In modernity, power is not only concerned with life and rooted in subjects as living bodies and in the population as a body of living subjects, but power also works toward specific ends that have been dictated by economics. If biopower is power that takes life as its chief object, then the care for life is a form of life administration that seeks to preserve life. As power takes life under its wing, this very act enables a rational management of the forces of power, leading to their expansion. The individual is endowed with a “human capital” in its physical strength, which ought to be used toward the best possible results, for both its own good and for the good of society.” (cf. ADORNO. Francesco Paolo. “Power over Life, Politics of Death: Forms of Resistance to Biopower in Foucault.” In. LEMM, Vanessa. & VATTER, Miguel. [Edts.] *The Government of Life: Foucault, Biopolitics, and neoliberalism*. New York: Fordham University Press. 2014: p. 99, tradução nossa.)

²⁰⁷ cf. FOUCAULT. Michel. *Histoire de la Sexualité I: la volonté de savoir*. Paris: Éditions Gallimard. 1976: p. 19- 21, (Ed. Br. 2015: p. 16-18).

²⁰⁸ cf. Ibidem. p. 18-21; Ibidem. Ed. Br. 2015: p. 15-18

discursos que vão na contramão do que é “normal”, quais sejam, aqueles que personificam as figuras do homossexual, do perverso, entre outros exemplos.²⁰⁹

Outrossim, Foucault mostra-nos como a sexualidade promoveu um entrecruzamento de duas categorias aparentemente distintas de sociedade – a da *simbólica do sangue e analítica da sexualidade*, ou seja, de soberania e disciplina –, abrindo espaço para o racismo, “em sua forma, estatal, biologizante”.²¹⁰ A sexualidade também interliga-se ao nível populacional (se pensarmos nas taxas de mortalidade), bem como, da saúde pública se, no caso, pensarmos o âmbito das doenças sexualmente transmissíveis. Neste último aspecto, encontramos a firme presença da medicina, que assumiu o papel de “um poder-saber que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, tanto ao organismo quanto aos processos biológicos, e que irá, portanto, ter efeitos disciplinares bem como regulatórios”.²¹¹ A medicina configura-se como um discurso científico criador de demarcações e fronteiras entre o “normal e o anormal” e, assim, a norma age, desta maneira, ligando “as técnicas de poder direcionadas ao corpo e à população em conjunto”.²¹² Foucault opera, então, um distanciamento, no sentido da “troca de prioridades”, para com a *disciplina*. Isso fica claro no fim de seu curso, em 76, quando cita:

Ora, durante a segunda metade do século XVIII, eu creio que se vê aparecer algo novo, que é uma outra tecnologia de poder, não disciplinar dessa feita. Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia.²¹³

Em um breve resumo: a disciplina “esquadrinha” e “individualiza” a vida, o tempo e a produção dos indivíduos sujeitados à mesma: nesta ótica, considera-se o corpo uma “máquina”. Ela (a disciplina) o normaliza, constitui sua forma e o regulariza. Não só o reprime, mas potencializa-o.²¹⁴ As intervenções disciplinares estão insidiosamente presentes em nosso meio, a tal ponto que as sociedades seriam “sociedades disciplinares”, ou, sinonimicamente, “sociedades da normalização”.

²⁰⁹ cf. KRISTENSEN. Kasper Simo. “Michel Foucault on Bio-power and Biopolitics”. University of Helsinki, Faculty of Social Sciences and Moral Philosophy, Master’s Thesis. 2013: p. 35-36. Disponível em: <https://helda.helsinki.fi/bitstream/handle/10138/39514/Kristensen%20Masters%20Thesis.pdf?sequence=3>

²¹⁰ cf. FOUCAULT, Michel. *Histoire de la Sexualité I: la volonté de savoir*. Paris: Éditions Gallimard. 1976: p. 195-197. (Ed. Br. 2015: p. 160-162)

²¹¹ cf. Ibidem. p. 225. (Ed. Br. 2010: p. 212).

²¹² cf. KRISTENSEN. Kasper Simo. op. cit. p. 36.

²¹³ cf. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad.: Maria E. Galvão. SP: Editora WFM Martins Fontes. 2010: p. 203; Ed Fr. Ibidem. p. 215, 216.

²¹⁴ cf. LEMKE, Thomas. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. Trans: Eric F. Trump. New York and London: New York University Press. 2010: p. 36.

A sociedade de normalização é uma sociedade onde se cruzam, segundo uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, ao menos, que o poder, no século XIX, se encarregou da vida é dizer que ele chegou a cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, pelo duplo jogo das tecnologias de disciplina, de um lado, e das tecnologias de regulação, por outro.²¹⁵

Desta maneira, a noção de biopoder “vai de carona” neste alargamento conceitual da disciplina que, como podemos averiguar no excerto, se estende “do orgânico ao biológico”, atingindo a população em seu macro aspecto: tem como ponto em comum, elo que as une, a “norma”, aplicável tanto a um corpo que se quer disciplinar, quanto a uma população que se busca regulamentar. Coadunamos com César Candiotto, quando o mesmo alude que se trata de tornar as multiplicidades normalizadas. Desta forma, na medida em que as disciplinas individualizam os corpos, tornando-os produtivos e aptos às mais diferentes práticas sociais – no esquema da “regularização” do biopoder – a população é quem está na mira das técnicas políticas que funcionam através das mais diferentes instâncias estatais e institucionais, “encarregadas da gestão da vida”.²¹⁶

3.1.2 - Biopoder e racismo: elementos e reverberações

Entra em jogo uma dicotomia muito séria: como um poder que se incube tanto do corpo quanto da vida, da vida em geral, variando de um polo a outro – do indivíduo à população –, pode também açoitar e executar a mesma? Além disso, nos vem à tona um paradoxo: não se trata somente do poder soberano de matar, passa ao largo, invadindo e extrapolando os limites da soberania. Em poucas palavras, é “não mais direito soberano sobre o biopoder, mas o excesso de biopoder sobre o direito soberano”.²¹⁷ Não só organiza, prolifera, potencializa, fabrica, mas destrói – *en un éclair* – a vida. Foucault, na última aula do curso *Il faut défendre la société*, traz à tona estas noções “monstruosas” do biopoder. Se faz presente, como em todo o curso, a questão do racismo de Estado, ou, o mecanismo por onde todas as relações de poder estatais

²¹⁵ “La société de normalisation, c’est une société où croisent, selon une articulation orthogonale, la norme de la discipline et la norme de la régulation. Dire que le pouvoir, au XIX^e siècle, a pris la vie en charge, c’est dire qu’il est arrivé à couvrir toute la surface qui s’étend de l’organique au biologique, du corps à la population, par le double jeu des technologies de discipline d’une part, et des technologies de régulation de l’autre.” (cf. FOUCAULT. Michel. *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France (1975-1976)*. Paris: Éditions Gallimard & Éditions du Seuil. 1997: p. 225, tradução nossa)

²¹⁶ cf. CANDIOTTO. César. “Cuidado da vida e dispositivos de segurança: a atualidade da biopolítica” In BRANCO. Guilherme Castelo & VEIGA-NETO. Alfredo (Orgs.) *Foucault: filosofia & política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2013: p. 83; FOUCAULT. Michel. *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France (1975-1976)*. Paris: Éditions Gallimard & Éditions du Seuil. 1997: p. 225; Ed. Br. 2010: p. 213.

²¹⁷ cf. Ibidem. p. 226; Ed. Br. 2010: p. 213.

estariam sempre fundadas sob a égide de uma “raça superior” que sobrepuja uma outra “inferior”.

A novidade da política, a partir do século XIX, é a “estatização do biológico”. Isto é, uma assídua e radical transformação do poder soberano, não somente de fazer viver ou deixar morrer mas de “poder de *fazer* viver e de *deixar* morrer”. O Estado perfaz diversos níveis de “biorregulamentação” que operam em torno do alcance de médias consideradas normais. Médias de longevidade, natalidade, mortalidade; no entanto, que deixam de lado as extremidades e exceções. Isso se traduz, *ipsis litteris*, da seguinte forma: “se você quer viver, é preciso que o outro morra”. No caso, a morte é sempre do mais fraco, carente, desprovido, ou, daquele que é “anormal” e destoa dos “normais”. Para Foucault, o racismo se caracteriza, em linhas gerais, não só através do fenótipo, mas, pelo simples fato de um indivíduo, ou grupo, olhar para outro(s) e diferenciá-lo(s), na medida em que o Estado, tendo como ferramenta o biopoder, ou melhor, atuando no modo do biopoder, normaliza regimes de emergenciamentos e de exceções diversas. Ele “assegura a função de morte na economia do biopoder”, tem por elemento norteador o “princípio de que a morte dos outros é o fortalecimento biológico da própria pessoa”.²¹⁸

Seguem exemplos como os do nazismo e o do socialismo. O nazismo fora um devastador mecanismo racista, incrustado nas ferramentas e engrenagens do Estado, de certa forma, similar ao “genocídio colonizador”, pois, atua por meio da eliminação de populações inteiras tendo como pauta principal um tal evolucionismo da raça. Como Foucault mesmo cita, foi “uma sociedade que generalizou absolutamente o biopoder, mas que generalizou, ao mesmo tempo, o direito soberano de matar”.²¹⁹ Ele nos esclarece que, na política do nacional-socialismo, está incutida não só a destruição de outras raças, mas a exposição do próprio povo à morte. É uma dupla face: onde há um poder prol vida – pois o nazismo fora altamente previdenciário, segurador, regulamentador e disciplinar –, o mesmo poder permite dizimá-la, dirimi-la: “Hitler dava ordem de destruir as condições de vida do próprio povo alemão”²²⁰. No Estado socialista esta mecânica também se inscreveu: “o socialismo foi, logo de saída, no século XIX, um racismo”²²¹. Basta lembrarmos, por exemplo, dos *gulags*²²²: o sistema de campos de

²¹⁸ cf. FOUCAULT, Michel. *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France (1975-1976)*. Paris: Éditions Gallimard & Éditions du Seuil. 1997: p. 213-215, 223, 228, 230; Ed. Br. 2010: p. 201-202, 210, 215, 217.

²¹⁹ cf. Ibidem. Ed. Fr. p. 232; Ibidem. Ed. Br. p. 219.

²²⁰ cf. Ibidem. loc. cit.

²²¹ cf. Ibidem. loc. cit.

²²² Sobre este assunto, ver: SOLJENÍTSIN, Alexander. *Arquipélago Gulag*. Trad.: Francisco A. Ferreira, Maria M. Llistó e José Augusto Seabra. SP: Círculo do Livro. 1796; APPLEBAUM, Anne. *Gulag: uma história dos campos de prisioneiros soviéticos*. SP: Ediouro. 2004.

trabalhos forçados para onde eram mandados os criminosos, presos políticos, ou quaisquer cidadãos que, de maneira geral, se opusessem ao regime soviético.

Se nos forem permitidas algumas digressões, gostaríamos de apresentar certo patamar de “atualidade mais recente” deste conceito para afirmar, mais ainda, sua presença, ou reverberação, no conjunto teórico-político atual. Logo na introdução de uma de suas obras capitais, *Bios – Biopolítica e Filosofia* (2004), Roberto Esposito (1950) nos expõe cinco casos onde há a emergência latente da biopolítica. Deles, comentaremos três: o primeiro ocorre na França, em novembro de 2000, quando do nascimento de Nicolas Perruche, que desafortunadamente fora acometido por várias lesões devido ao incorreto diagnóstico de rubéola em sua mãe, durante sua gravidez. Infortúnio que a impediu de seu direito de abortar, gerando profundas complicações para Nicolas. Assim, entra em jogo a questão: “como pode um indivíduo recorrer juridicamente contra a própria circunstância – a do seu próprio nascimento – que lhe fornece subjectividade jurídica?” Quem, a não ser o próprio Nicolas Perruche, poderia decidir sobre seu nascimento? No entanto, a situação se complica pelo fato de o mesmo ainda não ter “vindo à luz”. Isso acabou não lhe poupando de uma vida “indigna de ser vivida”, devido suas chagas. O segundo caso acontece no Afeganistão, em novembro de 2001, dois meses após o atentado que abalou o mundo, o 11 de setembro. Após o contra-ataque norte-americano eclode um “novo tipo de guerra” nos céus. Uma guerra dita “humanitária”, onde, meio a bombardeamentos e destruição de cidades, encontravam-se também aviões que lançavam “víveres e medicamentos” à população assolada pelo caos tenebroso que se instalava. Ora, há um paradoxo neste caminho, “na sobreposição que nele se manifesta entre a defesa da vida e a produção efectiva da morte”. Se refletimos bem, as guerras contemporâneas, cada vez mais, se manifestam “em defesa da vida”, na medida em que, nos seus discursos, inscrevem-se as máximas de “contenção de genocídios”. Além de tudo, não mais suas vítimas são, em larga escala, militares: com a modernização da máquina bélica e das tecnologias de guerra a população civil é a que mais sofre, disparadamente. Basta lembrarmos das bombas atômicas²²³ lançadas sob o território japonês, no fim da segunda guerra mundial. Como cita Esposito, vivemos no tempo em que “a humanidade do homem fica necessariamente exposta àquilo que pode simultaneamente salvá-la e aniquilá-la”. O terceiro e último caso aconteceu na Rússia, em outubro de 2002, quando uma força tarefa operou um contra-ataque a um grupo de terroristas chechenos que fizeram reféns quase mil pessoas, no teatro Dubrovka, de Moscovo. Utilizando

²²³ Para mais informações a respeito desta temática, cf., HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad.: Marcos Santarrita. SP: Companhia das Letras. 1995. Precisamente a “Parte um: A Era da Catástrofe, no tópico 1, “A era da guerra total”.

um gás de efeito nocivo à vida e indo contra os códigos de leis, a equipe leva a óbito cerca de 128 civis e quase todos os terroristas. O ato fora visto por alguns outros governos como “modelo de firmeza”. Não é mais utilizado o adjetivo “humanitário” para qualificar a atuação dos agentes especiais. No entanto, Esposito precisa: “a lógica de fundo não é diferente: a morte de dezenas de pessoas nasce da mesma vontade de salvar o maior número possível”.²²⁴

Para darmos vazão à metodologia de Esposito, coadunamos com a elaboração de Nalli quando este menciona que

Ao ajuizar que a abordagem foucaultiana da biopolítica falha conceitualmente por não ser capaz de esclarecer o paradoxo em que a biopolítica incorre, a estratégia de resolução elaborada por Esposito consiste em realçar a relação de imanência que existe entre vida e poder, e entre vida e norma, a partir do conceito de “imunidade”; e isto fica ainda mais patente pois, pela categoria de “imunização”, pode-se articular aqueles dois efeitos de sentido, aparentemente antinômicos, entre o poder de conservar a vida e o de poder destruí-la.²²⁵

Assim, a maneira como o filósofo italiano interpreta a biopolítica diferencia-se, é claro, da de Foucault, apesar do mesmo tomar de assalto o *framework* do filósofo francês, como pedra-de-toque. Grosso modo, ele interpreta a biopolítica de maneira a estabelecer uma dialética, ou melhor, um grau de imanência, entre o que chamou de *comunidade e imunidade*, pontos constitutivos do chamado *paradigma imunológico*, ou da *imunização*, assim, permitindo-nos um pensamento acerca de uma biopolítica *afirmativa* que seria uma política *da* vida e não mais *sobre* a vida. Desdobrando tais afirmativas, percebemos que há uma “simetria contraste” entre a *immunitas*, forma negativa (privativa) e a *communitas*, ou, como Esposito define-a: aquilo que vincula “seus membros a um objectivo de doação recíproca” e que “põe em perigo a identidade individual”. A *immunitas* “repristina as fronteiras do ‘próprio’ postas em perigo pelo ‘comum’”. A noção de comum solaparia a individualidade dos sujeitos, ou seja, na medida em que se está submerso a uma comunidade, tende-se a fazer parte de um todo, perdendo, assim, características intrínsecas da constituição individual. Desta maneira, o significado de *immunitas* é, em simples palavras, o “reverso lógico” da *communitas*: é o “não-ser” ou “não-ter” nada em comum, um *dispensatio* da entrega, do ato de doar, contido sob a categoria de comunidade. É,

²²⁴ cf. ESPOSITO, Roberto. *Bios – Biopolítica e Filosofia*. Trad.: M. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70. 2010: p. 17-20; FRANÇA, Leandro Ayres, “A *oikonomia* da vida e da morte em Roberto Esposito.” in *Sistema Penal e Violência Revista Eletrônica da Faculdade de Direito, PPCC – PUCRS*, Porto Alegre, vol. 6, n° 2, jul/dez. 2014: 139-141; RODRIGUES, Renê Chiquetti, SANTOS, Diego Prezzi, CARNIO, Henrique Gabenilli, “Biopolítica e Filosofia em Roberto Esposito: considerações introdutórias.” in *Rev. Direito & Práxis*, RJ, vol. 08, n° 04, 2017: p. 2792-2818. DOI: 10.1590/2179-8966/2017/25136| ISSN: 2179-8966

²²⁵ cf. NALLI, Marcos. “A abordagem imunitária de Roberto Esposito: biopolítica e medicalização. In. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*. vol. 5; n° 2, jul.dez/2012: p. 42. <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n2p39>

em suma, a negação de seu oposto e a afirmação da própria vida individual.²²⁶ Mesmo assim, fica explícito o aparecimento de um poder que atua tanto ao nível individual – visto o caso do pequeno Nicolas – como nas mais amplas escalas, aonde o que se visa é a manutenção ou preservação da vida e da maioria, fíncada em um dito modelo racista de “preservação” da espécie, como podemos averiguar nos casos em que há situação extrema de guerra, seja entre Estado-nações ou em exemplos como os de atentados terroristas.

Em outro célebre caso, Giorgio Agamben (1942) analisa o biopoder através do paradigma do campo de concentração e por meio do entrecruzamento de idéias que, segundo o mesmo, teriam estado limitadas nos trabalhos de Foucault e Arendt. Se Foucault atentou para o advento do biopoder, todavia, não buscara desenvolver mais especificamente a questão do *Larger* (campo). Arendt, apesar de ter discutido este evento, não o trabalhou centralmente com a ideia de um biopoder. Percorrendo este caminho, Agamben desenvolve a discussão crucial presente em *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*.²²⁷

Agamben baseia-se nas primeiras linhas do famoso texto de Walter Benjamin (1892-1940), intitulado *Sobre o conceito de história* (1940), no qual afirma: “A tradição dos oprimidos nos ensina que a regra é o ‘Estado de Exceção’ em que vivemos”. Segundo Marcos Nalli, faz todo o sentido a célebre frase das primeiras linhas do texto de Benjamin, pois, dão vazão e entendimento geral do se tratará no projeto de *Homo Sacer I* (1995), *Estado de Exceção* (2003), *O que resta de Auschwitz* (1998) e *Meios sem fim* (1996). Justamente, no Brasil, segundo nos fala Nalli, a forma mais definida, ontologicamente, desta *conditio inhumana*, tal como ocorrera nos campos, também é autorizada, via de regra, por mecanismos e códigos os quais podemos encontrar, por exemplo, na Carta Magna Brasileira (Título V, Capítulo I, Seções I – Do Estado de Defesa, artigo 136 e II – Do Estado de Sítio, artigos 136, 137, 138).²²⁸

Como Foucault, Agamben retoma a Grécia antiga para elucidar previamente as duas formas comuns de se viver dos gregos: a vida simples, “comum a todos os seres vivos”, ou *zoé* – como chamado pelo italiano, a *vida nua* –; e a vida na sociedade, em grupo, sob a polis, a *bíos*. Atrás dessa empreitada devemos ficar “de olho” em algumas “pré-noções”: ambos mostram que, na era da biopolítica, a vida nua torna-se alvo de investidas biopolíticas e não apenas a *bíos*. Agamben, na época do desenvolvimento e publicação de seu livro, até tinha

²²⁶ cf. ESPOSITO, Roberto. *Bios – Biopolítica e Filosofia*. Trad.: M. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70. 2010: p. 73-88,

²²⁷ cf. AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad.: Henrique Burigo. BH: Editora UFMG, 2010: p. 9-12.

²²⁸ cf. NALLI, Marcos. “O Campo é o Nomos Biopolítico da Modernidade” In *Revista Portuguesa de Filosofia*. t. 71. fasc. 1. pp. 173-187, 2015: p. 174.

contato com alguns dos chamados *Ditos e Escritos* – reunião de diversos textos, entrevistas e palestras de Foucault –, inclusive, ele assistiu ao curso *É preciso defender a sociedade*, mas insistiu na noção de que Foucault excluiu, ou afastou a ideia de poder soberano, envolvido à biopolítica, no século XVIII, assim, dando uma materialidade oposta às duas questões. Segundo Agamben, a noção de poder soberano existe correlata à biopolítica e vice-versa. Logo, podendo ser verificada mais anteriormente ao século XVIII (período em que comumente Foucault finca seus estudos, seguindo do XIX). Como sustenta Agamben,

*Pode-se dizer, aliás, que a produção de um corpo biopolítico seja a contribuição original do poder soberano. A biopolítica é, nesse sentido, pelo menos tão antiga quanto a exceção soberana. Colocando a vida biológica no centro de seus cálculos, o Estado moderno não faz mais, portanto, do que reconduzir à luz o vínculo secreto que une o poder à vida nua [...]*²²⁹

Prosseguindo, a *zoé*, como alvo da biopolítica, resultaria, nos dizeres de Agamben, como o “local por excelência” de regimes totalitários, exemplificando: o nazismo e o fascismo.²³⁰

Ambos localizam-se sob a sombra das decisões do poder soberano que, como Foucault elucida, seria a forma jurídico-política do poder. Doravante, por meio da legislação e de leis que promulgam o que é certo e o que é errado – derivada do antigo direito romano que deu toda a base para as monarquias soberanas e, conseguinte, para nossos códigos de leis.²³¹ Uma das grandes preocupações de Agamben é atentar para os regimes totalitários que, através das próprias engrenagens jurídico-políticas entram em atividade e ganham valor, em uma determinada configuração histórica e momento político, por meio de dispositivos de lei como o da *exceção*.

A *exceção*²³² ocupa um grande espaço na reflexão de Agamben, bem como, o do significado de Auschwitz. O italiano dedica a este tema uma obra, que faz parte do conjunto “Homo Sacer”. *Estado de Exceção* (2003) arrola uma “genealogia da exceção” para explicar como a mesma chegou a se tornar “regra” nos Estados modernos. Assim, o filósofo italiano se debruça sobre exemplos como os da França e Alemanha, entre outros países europeus.

Agamben comenta,

Podemos então definir o estado de exceção na doutrina schmittiana como o lugar em que a oposição entre norma e sua realização atinge a máxima intensidade. Tem-se aí um campo de tensões jurídicas em que o mínimo de vigência formal coincide com o máximo de aplicação real e vice-versa. Mas também nessa nova zona extrema, ou

²²⁹ cf. AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad.: Henrique Burigo. BH: Editora UFMG, 2010: p. 14. (*grifos* do autor)

²³⁰ cf. *Ibidem*. p. 125.

²³¹ cf. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Org. Roberto Machado. RJ: Paz&Terra, 2015: p. 278-295.

²³² No Brasil, por exemplo, como já supracitado, o termo adequado para *estado de exceção* seria, assim como na América do Norte, “estado de sítio”.

melhor, exatamente em virtude dela, os dois elementos do direito mostram sua mínima coesão.²³³

Esses dois elementos são a *norma* (*Norm*) e a decisão (*Entscheidung, Dezision*). Por meio deles opera a decisão do soberano. Este último é quem decide da aplicação da exceção. É ele quem suspende a norma e instaura um estado de exceção que pode ser permanente ou temporário para “manutenção” de um dado problema, ou, questão social de “tumulto”, ou ainda, de “desordem”. O soberano situa-se tanto dentro como fora da ordem jurídica. Suspende-a e está incluso na mesma.²³⁴ A grande questão é que, no mundo contemporâneo, a exceção deixou de ser apenas um artifício ligado à guerra mas, aos poucos, foi sendo inserida às demais estruturas da sociedade como, por exemplo, a da economia.

Não obstante, a exceção liga-se intrinsecamente ao campo de concentração. Nele está exposta a profunda e lacerada ferida contemporânea do extermínio. Agamben perfaz todo o seu significado na obra *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (1998), lançando análises minuciosas dos testemunhos de sobreviventes do campo. Essa obra não quer explicar “o que resta” no sentido quantitativo. Mas o hiato, ou lacuna central, dessa tal linguagem do *testemunho* em detrimento aos quantitativos “arquivos” que descrevem o fato. É, acima de tudo, uma obra que faz reflexões éticas, e busca pelo sentido do Campo para nosso tempo.

Aquele que talvez seja uma das maiores testemunhas do *Lager* é Primo Levi. Levi expõe o que viveu no Campo, mas ele não é a real testemunha. A testemunha é quem não sobrevive ao campo, aquele que fora solapado pela sombria máquina nazista de fazer morrer, que reduzia a vida dos judeus à mera existência sem fim algum: fabricava cadáveres, mortos vivos, não mais que *Muselmans*, palavra alemã que designa o mulçumano. Esse último não deve ser confundido com o mulçumano que se prostra inteiramente à vontade de Deus – como costumeiramente conhecemos das culturas do Oriente Médio –, é justamente o contrário. Ele é quem parece ter perdido completamente as esperanças de qualquer consciência.²³⁵

O judeu, alvo não só da investida racista antissemita e das máximas de higienização e eugenia nazistas, fora abruptamente reduzido a um miserável “morto-vivo ambulante”. O testemunho de Levi nos impressiona e marca fronteiras entre humano/inumano ao qual foram submetidos os judeus. Segundo Levi

[...] será um ser vazio, reduzido a puro sofrimento e carência, esquecido de dignidade e discernimento – pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo;

²³³ cf. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Trad.: Iraci D. Poleti. SP: Boitempo, 2004: p. 58.

²³⁴ cf. CASTRO, Edgardo. *Introdução a Giorgio Agamben: uma arqueologia da potência*. Trad.: Beatriz de A. Magalhães. BH: Autêntica Editora. 2013: p. 80.

²³⁵ cf. AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. Trad. Selvino J. Assmann. SP: Boitempo. 2008: 10-17; 52-53.

transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses considerando puros critérios de conveniência. Ficará claro, então, o duplo sentido da expressão “Campo de extermínio”, bem como o que desejo expressar quando digo: chegar no fundo.²³⁶

Diante de tantos exemplos tenebrosos desta biopolítica da morte, *negativa*, e atentando-nos à ideia de que este é um poder que está presente em nosso meio de maneira quase imperceptível, nos restaria agora a questão: como resistir?

3.1.3 - Biopolítica e resistência

Maurizio Lazzarato explica que Foucault nos propôs, em setenta, algo que hoje é óbvio: a entrada da *vida* nos mecanismos e lutas econômico-políticas se deveu à emergência do capitalismo. Como sabemos, a partir do século XVIII, levam-se em conta o que podemos chamar de “processos de vida” e, assim, as possibilidades de controlá-la e modificá-la. Hoje, por exemplo, somos rodeados por inovações tecnológicas que atingem as mais ínfimas partes do corpo humano, tais como: os estudos celulares de mapeamento genético (genoma), assim como a criação de máquinas inteligentes que auxiliam o ser humano no cotidiano.²³⁷ Como Lazzarato explica,

O problema político fundamental da modernidade não é o de uma fonte única e soberana de poder, mas a de uma multidão de forças que agem e reagem umas às outras segundo relatos de obediência e comando. As relações entre o homem e a mulher, o professor e o aluno, o médico e o paciente, o chefe e o trabalhador com quem Foucault exemplifica a dinâmica do corpo social são relações entre forças que implicam para a cada momento uma relação de poder. Se de acordo com esta descrição o poder é constituído a partir de baixo, então é necessário realizar uma análise ascendente da constituição dos dispositivos do poder, a partir dos mecanismos infinitesimais que são, então, “investidos, colonizados, usados, dobrados, transformados, institucionalizados por mecanismos cada vez mais gerais e formas globais de dominação.”²³⁸

E arremata comentando que “Foucault está interessado em determinar o que na vida resiste e, ao resistir, cria formas de subjetivação que escapam dos biopoderes”²³⁹.

²³⁶ cf. LEVI. Primo. *É isto um homem?* Trad. Luigi Del Re. RJ: Rocco. 1988: p. 33.

²³⁷ cf. LAZZARATO. Maurizio. “Du biopouvoir à la biopolitique”, *Multitudes*, 2000/1 (n° 1, 45-57). p. 45, 46.

²³⁸ “Le problème politique fondamental de la modernité n'est pas celui d'une source de pouvoir unique et souveraine, mais celui d'une multitude des forces qui agissent et réagissent entre elles selon des rapports d'obéissance et de commandement. Les relations de l'homme et de la femme, du maître et de l'élève, du médecin et du malade, du patron et de l'ouvrier avec lesquelles Foucault exemplifie la dynamique du corps social, sont des relations entre forces qui impliquent à chaque moment une relation de pouvoir. Si selon cette description le pouvoir se constitue en partant d'en bas, alors il faut mener une analyse ascendante de la constitution des dispositifs du pouvoir en partant des mécanismes infinitésimaux qui sont ensuite ‘investis, colonisés, utilisés, pliés, transformés, institutionnalisés par des mécanismes toujours plus généraux et par des formes de domination globales.’” (Ibidem. p. 49).

²³⁹ “Foucault est intéressé à déterminer ce qui dans la vie lui résiste et, en lui résistant, crée des formes de subjectivation et de forme de vie qui échappent aux biopouvoirs.” (cf. Ibidem. p. 46, *tradução nossa*)

De acordo com o que estudamos poderíamos dizer que é impossível resistir a um tipo de poder moderno que está por todos os lados e que nos atravessa, assim como nos atrai para ele, nos consumindo em suas malhas. No entanto, esta prerrogativa cai por terra: o exercício de um biopoder se dá, só e somente, de acordo com a possibilidade de resistência, por meio de táticas e estratégias onde “cada movimento de um serve de ponto de apoio para uma contraofensiva do outro”.²⁴⁰ A resistência age como uma resultante inerente à toda pretensão de poder e vice-versa, sendo esta relação indissociável para a constituição de ambos. Foucault mesmo fala a respeito disso em uma entrevista dada, em 13 de outubro de 1977, intitulada “Pouvoir et Savoir” (*Poder e Saber*): “Eu quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, reclamam a cada instante, abrem a possibilidade de uma resistência”²⁴¹. Ora, “se não houvesse resistência, não haveria poder”²⁴², de tal forma que onde existem relações de poder, se faz presente, de alguma maneira, “liberdade em ambos os lados”²⁴³. Assim, mesmo quando existiria a inteira dominação sobre o outro, e mesmo quando se parece impossível escapar à dominação, à subjugação, em extremo caso, como comenta Foucault: há a possibilidade para “matar-se”.²⁴⁴ É claro que isso não quer dizer que devemos nos suicidar massivamente, mas que “nas relações de poder, há inevitavelmente uma possibilidade de resistência”.²⁴⁵ Quando somos provocados a entender como se dá tal resistência, isso requer, antes de tudo, entendermos que o funcionamento do poder, para Foucault, não se dá ao nível jurídico, ou ainda, moral, como outrora discutimos. O filósofo rompe com estas análises pois elas desembocam em questões que nos levam a perguntar: “o poder é bom ou mau?”, “legítimo ou ilegítimo?”. Ele opta por nos guiar pelo viés do estudo das estratégias e das lutas.²⁴⁶

Essas lutas, segundo Foucault, são pontos de partida, ou, formas de “prosseguir em direção a uma nova economia política das relações de poder”, de tal modo a serem mais empíricas e diretamente ligadas à questão do presente, causando, assim, uma intrínseca e forte relação entre teoria e prática.²⁴⁷ Entre outras palavras, significa abrir mão de processos que nos

²⁴⁰ cf. REVEL, Judith. *Dicionário Foucault*. Trad.: Anderson A. da Silva. RJ: Forense Universitária. 2011: p. 128.

²⁴¹ “Je veux dire que les relations de pouvoir suscitent nécessairement, appellent à chaque instant, ouvrent la possibilité à une résistent.” (ver. FOUCAULT, Michel. “Pouvoir et Savoir” In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. v. III. Paris: Gallimard. 1994: p. 407).

²⁴² cf. CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad.: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2009: p. 387.

²⁴³ cf. FOUCAULT, Michel. “L’éthique du souci de soi comme pratique de la liberté” In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994: p. 720.

²⁴⁴ cf. Ibidem. loc. cit.

²⁴⁵ cf. Ibidem. loc. cit.

²⁴⁶ Sobre isto, cf., CASTRO. Edgardo. op.cit. loc. cit.

²⁴⁷ cf. FOUCAULT, Michel. “Le sujet et le pouvoir” In FOUCAULT, *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994: p. 225.

levem a estudar, pura e simplesmente, a “racionalização” das práticas de poder: isso geraria uma busca *ad infinitum*, pela história do homem, ao ponto onde já não mais existissem objetos reais, mas puramente universais. Foucault propõe uma internalização do estudo da racionalidade do poder, ou seja, “analisar as relações de poder através do confronto das estratégias”.²⁴⁸

Em uma entrevista concedida, no ano de 1982, intitulada “O Sujeito e o Poder”, Foucault enumera alguns pontos específicos para entendermos melhor a estratégia das lutas: 1- As lutas são *transversais* e não se encontram alocadas em um estilo de governo, de um determinado país, mas são flexíveis. As relações de poder se encontram por todos os cantos, muito embora serem mais facilmente desenvolvidas e/ou possibilitadas em certos países ou locais. 2- Objetivam a análise do poder por ele mesmo, “enquanto tal”.²⁴⁹ A exemplo, Foucault faz menção, novamente, ao caso da medicina: a mesma não seria alvo de críticas e estudos devido sua função enquanto objeto lucrativo, mas “por ser um poder sem controle, sobre os corpos das pessoas, sua saúde, sua vida e morte”.²⁵⁰ 3- As lutas sempre são imediatas, ou seja, não visam um “inimigo mor”, ou, a resolução de todos os problemas que virão após elas. Buscam identificar o que lhes é mais próximo, aquilo que exerce a ação coercitiva sobre os indivíduos, subjugando-os. São “lutas anárquicas”.²⁵¹ 4- Estas lutas colocam em cheque o “estatuto do indivíduo”²⁵² afirmando o direito dos mesmos a serem diferentes uns dos outros e fortalecendo tudo aquilo que os torna “verdadeiramente individuais”²⁵³, assim, indo contra o que faz justamente o inverso, que ataca suas relações uns com os outros, fragmentando sua vida em comunidade. 5- Caracterizam-se, também, por serem lutas contra aquilo que dão a certas pessoas o estatuto, como Foucault mesmo cita, “místico”, ou ainda, contra tudo aquilo que é fator de privilégio de uns sobre outros, por exemplo, onde quem possui “mais saber” seria como um “privilegiado”. Ou seja, são lutas contra dogmas, onde “o que é questionado é a maneira pela qual o saber circula e funciona, suas relações com o poder”.²⁵⁴ 6- São lutas atuais, contemporâneas, são uma “ontologia do presente”, giram em prol da questão “quem somos nós?”.²⁵⁵ Desta maneira, recusam tudo aquilo que diz quem o sujeito é, ou, aquilo que os ignora através de ideologias.

²⁴⁸ cf. FOUCAULT, Michel. “Le sujet et le pouvoir” In FOUCAULT, *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994: p. 225.

²⁴⁹ cf. *Ibidem*. p. 226.

²⁵⁰ cf. *Ibidem*. loc. cit.

²⁵¹ cf. *Ibidem*. loc. cit.

²⁵² cf. *Ibidem*. loc. cit.

²⁵³ cf. *Ibidem*. loc. cit.

²⁵⁴ cf. *Ibidem*. p. 227.

²⁵⁵ cf. *Ibidem*. loc. cit.

Seguindo por este viés, podemos pensar no conceito de luta como um multiforme processo de resistência aos múltiplos discursos, abusos, patologias, etc., que são normalizadoras e se enraízam no mundo contemporâneo. Partindo de um microaspecto, por exemplo, podemos pensar os abusos policiais. Ora, sabemos bem que estamos sujeitos às diárias intervenções policiais, “em prol da segurança social” e que, no entanto, muito facilmente se tornam instrumentos de abuso de poder. Mas esse é apenas um ponto. Na contemporaneidade estão bem claras as facetas desses abusos, anormalidades e horrores: dos campos de extermínio até a situação dos refugiados de países em guerra, vemos a total “vascularização” de poder que é usado para punir, separar e estratificar os seres humanos. Como comenta Castelo Branco: a brutalidade, escondida por detrás dessas relações interpessoais de poder é facilmente encontrada em locais diversificados, ou, pode muito bem acontecer em diversos países “ao mesmo tempo”.²⁵⁶

Um reflexo disto: os diversos atentados terroristas que aconteceram nos últimos anos. Citaremos alguns: 7 e 9 de janeiro de 2015, na França, quando dois jihadistas mataram 12 pessoas, na sede da revista francesa *Charlie Hebdo*, ambos foram mortos pelas autoridades francesas, mas o principal motivo de tal ataque fora a intolerância religiosa à crítica externa e, conseguinte, aquilo que é “diferente de mim” e que, por sua vez, se torna meu inimigo. 22 de março de 2016, na Bélgica, quando da explosão de bombas no aeroporto de Bruxelas, deixando 32 mortos e diversos feridos, sendo considerado um dos piores e mais sangrentos ataques terroristas da história do país. 19 de dezembro de 2016, na Alemanha, quando houvera o atropelamento de 12 pessoas após a invasão de uma feira natalina, em Berlim, cujo grupo terrorista “EI” assumira a autoria. Entre tantos outros fatos que nos deixam atônitos.²⁵⁷

A biopolítica pode facilmente ser encontrada por trás desses traços macabros. Um simples exemplo: quando em um aeroporto, na Europa, se crivam os traços físicos e biológicos de quem é “mais perigoso para o restante da sociedade”²⁵⁸, pautando-se, no atual contexto em que vivemos, no biotipo dos indivíduos que se assemelhem (ou sejam provenientes) com aqueles do Oriente Médio. Assim, está posta uma prática “racista” em prol da segurança da maioria. Castelo Branco cita os casos de violência e terror de Estado acontecidos na Argentina e no Chile, para a contenção do avanço do comunismo: “Tal perseguição não deixava de ter componentes biológicos, pois, o militante político caçado e eliminável é percebido como

²⁵⁶ cf. BRANCO. Guilherme Castelo. *Michel Foucault: Filosofia e Biopolítica*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2015: p. 72.

²⁵⁷ “Cronologia: 10 últimos principais ataques na Europa.” Fonte: <http://internacional.estadao.com.br/blogs/radar-global/10-atentados-mais-recentes-realizados-na-europa/>

²⁵⁸ cf. BRANCO. Guilherme Castelo. op. cit. p. 73.

portador de características genéticas e traços biológicos perigosos para o restante da sociedade”.²⁵⁹ Estamos diante de um poder que muito poder fazer pela vida: alargando-a, dando-lhe chances, promovendo-a e salvaguardando-a, mas, que no entanto, também a exclui, estratifica e dizima, dicotomia que nos exige a sapiência em dividir o que é viável ou não, na resistência.

Como um poder como este pode matar, se é verdade que se trata essencialmente de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades, de desviar seus acidentes, ou então de compensar suas deficiências? Como, nessas condições, é possível, para um poder político, matar, reclamar a morte, pedir a morte, mandar matar, dar a ordem de matar, expor à morte não só seus inimigos mas mesmo seus cidadãos? Como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer?²⁶⁰

Logo, para este breve estudo acerca do biopoder, não podemos deixar de refletir nosso próprio modo de viver e ser. Será que com tantos avanços ao nível da técnica, vamos continuar deixando a barbárie nos acompanhar, deixar que sempre esteja à espreita de uma oportunidade?

3.1.4- A “*résistance*” como “*attitude critique*”

A exceção e o racismo são apenas uma breve questão de oportunidade que sempre nos sonda e nos persegue. São permitidos por mecanismos e códigos que os facilitam. Com as recentes mudanças a nível mundial, como o “endireitamento” do mundo, a situação dos imigrantes na Europa e, até mesmo, a realidade dos negros em nosso país, facilmente vemos quem vive e quem morre no paradigma atual, dessa chamada *tanatopolítica*, a qual facilmente o biopoder se transmuta. Cabe-nos a crítica profunda, o exame argutivo amplo, para tomarmos as melhores decisões de luta. Como vimos, a biopolítica é rodeada por pontos fortes e fracos, lembremos das palavras de Foucault e outros intelectuais que optaram por resistir sempre da melhor maneira a ela, para que, assim, superemos os racismos e os pré-conceitos.

Não por acaso, a própria noção de resistência, em Foucault, carrega, segundo muitos estudiosos – os quais podemos destacar um em especial, o francês Philippe Sabot – a noção de resistência como uma “atitude crítica” à medida, talvez, de um “kantismo”, pela vida da reaproximação de duas noções, a saber, *crítica* e *resistência*. O primeiro termo estaria nos entregando o forte envolvimento de Foucault com a filosofia crítica de Immanuel Kant que, por sua vez, eleva seu debate não apenas a um discurso de tipo político mas, também, ao próprio

²⁵⁹ cf. BRANCO. Guilherme Castelo. *Michel Foucault: Filosofia e Biopolítica*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2015: p. 73.

²⁶⁰ cf. FOUCAULT. Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad.: Maria E. Galvão. SP: Editora WFM Martins Fontes. 2010: p. 214.

criticismo do pensamento, de forma complexa e constante; contrastando com o segundo que remeter-nos-ia a uma ideia de “individual e coletivo”, já pré-estabelecida. Foucault não teria, de fato, estado muito longe de Kant, na maneira como pensa e trabalha a noção de crítica. Isto fica claro na resposta à questão *Was ist Aufklärung?* (O que é esclarecimento?).²⁶¹ A aproximação das duas noções, segundo Sabot, atendem a três elementos fundamentais:

1) A designação de *Aufklärung* meio a sua relação a um estado de “minoridade” no qual a humanidade seria mantida; 2) a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a direção de um outro – incapacidade esta que caracteriza este estado de minoridade (Foucault sublinha a respeito disso que a noção de “direção” é um léxico kantiano da ordem da *Leitung*, que retorna precisamente à direção da consciência no contexto religioso; 3) a relação, enfim, estabelecida pelo próprio Kant, entre os excessos de autoridade que mantém a humanidade em certo estado e “uma certa falta de decisão e coragem”²⁶²

Toda tentativa de se antepor ao que nos consome de maneira individual – tal como a mutualidade disciplinar ou gestionária, presentes na sociedade de forma sutil e às vezes exposta – é válida. Principalmente em tempos onde é crucial resistir contra as forças impositivas, conservadoras e de antiprogresso, desde sempre presentes no seio das sociedades ocidentais e, até mesmo, do oriente. Resistir, mais do que nunca, é uma atitude crítica.

²⁶¹ cf. e.g. SABOT, Philippe. “Ouverture: Critique, attitude critique, résistance” In JOLLY, Édouard & SABOT, Philippe. [dir.] *Michel Foucault: à l'épreuve de pouvoir*. Université Charles-de-Gaulle- Lille 3 : Presses Universitaire du Septentrion. 2013: p. 13.

²⁶² “1) la désignation de l'*Aufklärung* par son rapport à un état de « minorité » dans lequel l'humanité serait maintenue ; 2) l'incapacité de se servir de son propre entendement sans la direction d'un autre – incapacité qui caractérise cet état de minorité (Foucault souligne à cet égard que la « direction » est dans le lexique kantien de l'ordre de la *Leitung*, qui renvoie précisément à la direction de conscience dans le contexte religieux) ; 3) la corrélation, enfin, établie par Kant lui-même, entre l'excès d'autorité qui maintient l'humanité dans cet état et « un manque de décision et de courage ».” (cf. e.g. Ibidem. p. 20, *tradução nossa*)

IV

Governamentalidade e biopolítica: o retorno à questão do Estado, no curso de 1978.**4.1- Introdução**

“... o Estado em sua sobrevivência e o Estado em seus limites só devem ser compreendidos a partir das táticas gerais da governamentalidade.” (Foucault. *Segurança, Território, População*. p. 145)

Como sabemos, no âmbito das pesquisas sobre o poder, na filosofia de Foucault, operam-se diversos alargamentos conceituais que se apresentam em variados níveis de importância. Inicialmente, na década de setenta, Foucault incumbe-se de estudos que remetem à história das disciplinas. Tais estudos se estendem, mais intensamente, do período de seus cursos, no *Collège de France* (na década de setenta), até a data da publicação de *Surveiller et Punir* (1975). Esta linha temporal nos permite encontrar uma ampla discussão sobre o poder disciplinar em seu contraponto com a problemática do poder soberano, ambos assuntos importantes neste período de pesquisa filosófica de Michel Foucault. Fora isto, também temos uma infinidade de outros assuntos transversais. No ano de 1978, quando Foucault profere as aulas de *Sécurité, territoire, population*, o mesmo coloca em xeque um novo léxico de estudos. Isto implica em um novo “balanço”²⁶³, no que diz respeito às suas investidas sobre a temática do poder: trata-se, neste caso, da noção de *governamentalidade* (*gouvernementalité*). Alguns autores enumeram, literalmente, a governamentalidade como sendo um “terceiro” aspecto do movimento crítico que Foucault estabelece sobre as nuances do poder, em sua obra. Todavia, tratam-na pelo viés – ao nosso ver problemático²⁶⁴ – de uma “evolução”, remetendo-a como um momento em que os mecanismos de segurança seriam sua “encarnação mais recente”.²⁶⁵ Outros, como Thomas Lemke, dirigem-se de forma a opor a tríade entre soberania, disciplina e segurança. Diz o alemão: “Os aparatos de segurança representam exatamente o oposto do

²⁶³ cf. CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad.: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2009: p. 188.

²⁶⁴ É problemático pensar que há uma evolução dos termos e noções na obra de Foucault. Justificamos nossa crítica: na verdade, a maioria dos termos, conceitos e chavões, os quais o filósofo faz menção – principalmente no período em que se preocupa com questões políticas – coadunam-se, ou ainda, são paralelos, intrínsecos; estabelecidos como em um conjunto que, ora se intersecciona, ora se separa, mas nunca deixa de interagir. Crer que há uma evolução de termos é também um viés para análise, sem dúvidas. No entanto, nos leva a deixar de lado certos aspectos, ou, visualizar uma “metamorfose conceitual” que terá fases, algo contraproducente para entendermos a real questão de Foucault: as imbricações entre discurso, sujeito e verdade.

²⁶⁵ cf. TOGMAN, Richard. “The Third Modulation: Foucault, Security and Population.” in *Foucault Studies*, [S.l.], p. 228-250, out/2018: p. 230. Disponível em: <<https://rauli.cbs.dk/index.php/foucault-studies/article/view/5582>>. Data de acesso: 11 jun. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.22439/fs.v25i2.5582>.

sistema disciplinar”²⁶⁶. Guia aceitável e que preferimos, mas, que também solapa uma concepção de conjunto e de práxis dos termos, devido a operação de seu distanciamento.

No âmbito da chamada “micropolítica”, em Foucault, dá-se a empreitada reflexiva da fuga de concepções de unidade previstas nas diversas teorias políticas, universalizantes, da história ocidental. Quando o filósofo francês expande a análise para o governo – mas, não o governo “em si”, ou, a história da “origem” (*Ursprung*) do governo –, adere a um pequeno desvio temático: “a multiplicidade deixa de ser entendida em termos de correlação estratégica entre as forças, para ser proposta como campo de ações possíveis e limitantes do exercício de governo diante das efetivações políticas unitárias e acabadas.”²⁶⁷ Esta multiplicidade, então, tomada sob o ponto de vista nietzschiano como “tensão”, ou seja, que versa às relações de força que perpassam os indivíduos (suas lutas, resistências), dá lugar ao “governo de si e dos outros”²⁶⁸, obedecendo a questão: “como se governar, como ser governado, como governar os outros, como fazer para ser o melhor governo possível?”²⁶⁹

Reiterando, em 1976, ano do curso *Il faut défendre la société*, bem como, no caso da obra *La volonté de savoir*, o termo *biopolítica* eclodiu, nos escritos do francês, como uma “nova forma” de se enxergar o poder: não somente no nível da análise individual, do sujeito e das instituições; mas ao grau populacional, biológico e da espécie humana. Foucault investiga-o pelo viés dos mecanismos da guerra e do racismo de Estado (no caso do curso); e do dispositivo da sexualidade (no caso da obra) que, como já vimos, configuram-se como grandes instrumentos que “crivam” a sociedade, ou, melhor expressando, excluem uns em detrimento de outros. Os pontos altos de tais escritos, consecutivamente, são: a questão da sobreposição de uma “raça superior” a uma “inferior” e a gestão do crescimento populacional (pensando-se a reprodução).²⁷⁰

Doravante, em 1978, Foucault dá continuidade ao seu projeto:

Este ano eu gostaria de começar o estudo de um assunto que eu assim havia chamado, um pouco no ar, de biopoder, isto é, essa série de fenômenos que me parece assaz importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII,

²⁶⁶ e.g. LEMKE, Thomas, *Foucault, governmentality and Critique*. London & New York: Routledge. 2016: p. 47.

²⁶⁷ cf. CANDIOTTO, César. “A Governamentalidade política no pensamento de Foucault”. In. *Filosofia Unisinos*, 11(1):33-43, jan/abr 2010: p. 35. Disponível em: revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/4632/1856

²⁶⁸ Sobre este tema, Foucault dedica um curso inteiro, em 1980, intitulado *Du Gouvernement des vivants (Do governo dos vivos)*.

²⁶⁹ cf. CANDIOTTO, César. op. cit. loc.cit.

²⁷⁰ cf. FOUCAULT, Michel. *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France (1975-1976)*. Paris: Gallimard/ Seuil. 1997: p. 224-228; Ibidem. Ed. Br. p. 212-215.

voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana.²⁷¹

No entanto, como fica aludido no título do curso, a pesquisa toma um novo caminho. Foucault não mais pensa o mecanismo da guerra, do morticínio e do racismo de Estado, como já havia sido trabalhado precedentemente. Ele partirá de aspectos relativos à cidade, mais especificamente do território, seu planejamento arquitetônico e seus mecanismos de segurança, para que, através da análise da noção de governamentalidade, isto é, “um horizonte mais amplo, que, ao seu ver, engloba a biopolítica”, possa entender os diversos tipos de governos “sobre a vida”.²⁷² Sendo assim, fazem-se algumas questões basilares: quais pressupostos estariam circunscritos sob a ótica da segurança? O que são os tais mecanismos de segurança?²⁷³ Qual a importância destes para a análise da biopolítica?

4.1.1- Biopolítica, dispositivos de segurança e a emergência da população

Neste, e assim como em outros cursos, Foucault não abre mão de assuntos corriqueiros de suas obras, artigos, entrevistas, etc., como a questão da delinquência, ou, do poder disciplinar. No entanto, ele elenca aspectos de análises que atentam às questões estatísticas e econômicas, alvos de constatação histórica dos seus estudos. Basicamente, o filósofo trata de anormalidades sociais a partir de “cálculos”: tanto de custos, como de medida. Mas, não em uma análise binária, i.e, que advém de um pensamento a respeito do que é “proibido” ou “permitido”. Ele reflete sobre “como” e “o que” é necessário para “fixar de um lado uma média considerada ótima”²⁷⁴. Médias estas diversas: de roubos, de assassinatos, de abandonos de menores, de indivíduos doentes, etc.; ou seja, médias para tudo o que está sempre presente, do menor ao maior grau, no seio da sociedade. Trata-se de uma “distribuição” nova, tanto das coisas e eventos que emergem no campo social, como dos mecanismos para enquadrá-los nas estatísticas. De fato, trata-se de gerir o território e a população. Como intermedia Foucault, em

²⁷¹ “Cette année, je voudrais commencer ç’étude de quelque chose que j’avais appelé comme ça, un petit peu en l’air, le bio-pouvoir, c’est-à-dire cette série de phénomènes qui me paraît assez importante, à savoir l’ensemble des mécanismes par lesquels ce qui, dans l’espèce humaine, constitue ses traits biologiques fondamentaux va pouvoir entrer à l’intérieur d’une politique, d’une stratégie politique, d’une stratégie générale de pouvoir, autrement dit comment la société, les sociétés occidentales modernes, à partir du XVIIIe siècle, ont repris en compte le fait biologique fondamental que l’être humain constitue une espèce humaine.” (cf. FOUCAULT, Michel, *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 3, *tradução nossa*; Ibidem. Ed. Br. 2008b: loc. cit.)

²⁷² cf. BAZZICALUPO, Laura. *Biopolítica: um mapa conceitual*. Trad.: Luisa Rabolini. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS. 2017: p. 53.

²⁷³ cf. FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 6-8; Ibidem. Ed. Br. 2008b: p. 6-9.

²⁷⁴ cf. Ibidem. p. 8; Ibidem. Ed. Br. p. 9.

um profícuo raciocínio: “no fundo, a economia e a relação econômica entre o custo da repressão e o custo da delinquência é a questão fundamental”²⁷⁵.

Não obstante, um ponto importante a ser levantado: seria errôneo achar que os mecanismos de segurança, os quais Foucault faz menção desde o começo de seu curso, substituiriam os mecanismos de lei/soberania e de disciplina. Na verdade, eles se misturam sutilmente aos demais, funcionam junto aos “antigos”, às “velhas estruturas da lei e da disciplina”²⁷⁶. Como sabemos, a soberania age sobre determinado território e espaço. O rei, por meio de seus mecanismos de força, guerra e posse, tem em mãos tanto a vida dos seus súditos, como de tudo aquilo que se inscreve sob seu domínio.²⁷⁷ A disciplina é oriunda deste sistema que pouco a pouco foi se diluindo; todavia, que ainda assim seguiu dando espaço para a estrutura jurídico-política que conhecemos hoje; e, no eixo da soberania, deu vazão às instituições disciplinares. Por sua vez, os mecanismos de segurança são, sobretudo, mecanismos (ou dispositivos) biopolíticos, pois, inserem em suas análises a população e sua gerência; consecutivamente, as instituições e o corpo individual dos sujeitos. É claro, com uma nuance: quando vistos sob o contorno da governamentalidade, os indivíduos, no liame da multiplicidade da população, se transformam em um conjunto que “constitui o sujeito político moderno”²⁷⁸. Dito de outra maneira, o advento da população não oblitera a noção de indivíduo, mas a realoca.

Se em seus cursos e obras precedentes Foucault trabalhava as disciplinas frisando certo caráter individualizador de tais tecnologias, agora fará jus à continuidade desta função, mas com um adendo: o de fazer estar presente a condição de uma “multiplicidade” e de um “fim” para o prosseguimento à análise das sociedades. Desta forma, “a disciplina é um modo de individualização das multiplicidades, e não algo que, a partir dos indivíduos, trabalhados primeiramente a título individual, construiria, em seguida, uma espécie de edifício de elementos múltiplos”²⁷⁹. Ou seja, a *disciplina*, não sendo um dado primeiro de análise – e, ainda, mais

²⁷⁵ e.g. FOUCAULT, Michel, *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 11; Ibidem. Ed. Br. 2008b: 12.

²⁷⁶ cf. Ibidem. p. 12; Ibidem. Ed. Br. p. 14.

²⁷⁷ A noção de soberania e Estado pode ser observada, basicamente, sob duas grandes acepções: a primeira através de Jean Bodin (1530-1596); a segunda através de Thomas Hobbes (1588-1689). No primeiro caso, Bodin atribui forte presença do caráter divino ao soberano; no segundo, com Hobbes, já se experiencia uma tentativa de modernização da figura do Estado, dada a laicização do mesmo. Contudo, este tema divide opiniões entre historiadores. Alguns tentam atestar um caráter inovador para análise da soberania, presente já na obra de Bodin, em relação aos magistrados de sua época. Deste modo, a tarefa da história não é menos importante que a da filosofia: entregar ao pesquisador um roteiro específico, marcado e demonstrado, de como se deu essa transformação, i.e., da passagem de um Estado soberano medieval para o moderno, tal qual conhecemos hoje. (cf. e.g. KRITSCH, Raquel, *Soberania: a construção de um conceito*. SP: Humanitas/FFLCH/USP, 2002)

²⁷⁸ cf. STIVAL, Monica Loyola, *Política e Moral em Foucault: entre a crítica e o nominalismo*. SP: Edições Loyola, 2015: p. 57.

²⁷⁹ “La discipline est un mode d'individualisation des multiplicités et non pas quelque chose qui, à partir des individus travaillés d'abord à titre individuel, construirait ensuite une sorte d'édifice à éléments multiples.” (cf.

especificamente, o *indivíduo* não sendo um patamar de “origem” dessas análises disciplinares –, resulta no remanejamento do alvo teórico da anatomia-política para a questão da gestão de multiplicidades, ou, se quiserem, das *populações*. No final das contas, as três percepções – soberania, disciplina e segurança – teriam que, por fim, lidar com um elemento em comum: as *multiplicidades*. Ou seja, de uma forma mais direta: a *população*.²⁸⁰

4.1.2- Território e meio

É o aparecimento desta noção, qual seja, a *população*, que modifica qualitativamente o percurso que Foucault traçará, do curso de 78, até o precedente, *Naissance de Biopolitique* (1979), em seus estudos sobre biopolítica, pois, não se trata de ser somente uma nova palavra em seus escritos e nos de estudiosos diversos, mas um termo que contém um conjunto de noções que provocam tensões em seus assuntos já estudados ao redor da temática da disciplina. Esta última, tratada no âmbito da *norma*, sofre também uma modificação qualitativa, se posta em comparação como quando é investigada em *Surveiller et Punir* (1975). Como afirma Laura Bazzicalupo: “elas passam a acompanhar os dispositivos de segurança, transformando-se parcialmente nos próprios”.²⁸¹ Tais fatores reiteram nossa tentativa de mostrar que os mecanismos disciplinares e de gestão, individualizantes e governamentalizantes, estão sempre juntos – mas que seguem matizes –, no percurso de Foucault, junto ao eixo da biopolítica.

Foucault expõe esta sinuosa tensão, em seu léxico, de forma muito clara em *STP*. Iremos remontá-la a fim de sanarmos possíveis questionamentos. Muito certamente e de forma prioritária, o filósofo elenca quatro características centrais desses “espaços de segurança”: a primeira delas, o próprio estudo de tais espaços; a segunda, versando sobre a problemática do “tratamento aleatório”; em terceiro lugar, a forma de normalização que se apresenta de maneira específica nos espaços e dispositivos de segurança; e, perpassando todos, por fim, a “correlação técnica entre *população e segurança*”.²⁸²

Primeiramente, os espaços de segurança estariam coadunados com os limites territoriais em que determinados jogos disciplinares se desenvolvem. Da mesma maneira, como sabemos, a soberania inscreve-se, também, sobre aqueles limites. Outrossim, a disciplina que age sobre o corpo, individualizando-o, obtém um alargamento conceitual o qual se traduz também por

FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 14; Ed. Br. 2008: p. 16)

²⁸⁰ cf. Ibidem. loc. cit.; Ibidem. Ed. Br. loc. cit.

²⁸¹ cf. BAZZICALUPO, Laura. *Biopolítica: um mapa conceitual*. Trad.: Luisa Rabolini. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS. 2017: p. 57.

²⁸² cf. FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 13; Ibidem. Ed. Br. 2008b: p. 15.

meio da população. Esta última é o viés pelo qual se dá a segurança. Tal maneira de visualizar tais momentos já estaria incutida em análises anteriores (como já frisamos no primeiro capítulo deste trabalho), na obra do francês. Assim, ele, de maneira muito irreverente, nos diz que tal análise “não cola” (*sic!*).²⁸³ Soma-se, então, um aposto à analítica do poder em questão. A diferença, desta vez, anuncia-se da seguinte maneira: Foucault desenvolve uma crítica sobre a soberania e a disciplina, registrando a primeira como um modo de se enxergar certa multiplicidade dos indivíduos e dos povos, em seu exercício real e, precisamente, no campo jurídico-político. Já no segundo caso, sobretudo, faz-se da disciplina uma fonte de individualização dos sujeitos, que atua diretamente sobre seus corpos (se forem pensados a escola, o quartel, a fábrica, etc.). Tanto no primeiro, quanto no segundo caso em questão, o *povo*, como categoria, não é a medida primeira ao qual abarca-se a temática proposta, qual seja, a da segurança. Todavia, as duas se configuram como vieses para este alcance.²⁸⁴ Mesmo assim, quando se coloca a discussão sobre os espaços de segurança, fala-se, também, em modos de multiplicidades. Nas palavras de Foucault, “a soberania, a disciplina, como também, é claro, a segurança só podem lidar com multiplicidades”²⁸⁵. Temos, assim, um ponto em comum mas, de fato, o que se pode reaver nos mecanismos de segurança em relação às formas de poder antecedentes é que, neles, a população é um alvo e por meio dela ocorre o pensamento real de como estruturar um contexto social.

O que haveria de novo agora? A resposta dada por Foucault, para o que se é somado, quando se desenvolve o caso da segurança, dá-se pelo exemplo da cidade que, até o século XIX, era visualizada de maneira espacial e essencialmente jurídica. Ora, isto ocasionou problemas ligados ao crescimento demográfico, por volta dos séculos XVII e XVIII (como nos conta Foucault). Com o desenvolvimento acentuado do comércio, das técnicas militares, entre outros assuntos, tornou-se difícil engrenar relações com os outros Estado-nações emergentes, se ainda permanecesse sendo efetuado o exercício prioritário da soberania política que, mesmo à luz de uma passagem para um Estado-administrativo, apresentava claras fraturas.²⁸⁶ Foi necessário um “desencravamento espacial, jurídico, administrativo, econômico da cidade”, no século XVIII. Isto se deu de forma inequívoca a partir da noção de *circulação* e de *escoamento*, que Foucault

²⁸³ cf. FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 13; Ed. Br. 2008: p. 16.

²⁸⁴ cf. Ibidem. loc. cit.; Ibidem. Ed. Br. loc. cit.

²⁸⁵ “Donc après toute la souveraineté, la discipline come bien sûr la sécurité ne peuvent avoir affaire qu’à des multiplicités.” (cf. Ibidem. ed. fr. p. 14)

²⁸⁶ O modelo feudal de domínio e conquista fora substituído pela razão de Estado, ou seja, o zelo pela paz e integridade, por meio do fortalecimento das fronteiras e da diplomacia com os outros Estados-nação. (cf. e.g GROS, Frédéric. GROS. Frédéric. *Michel Foucault “Que sais-je?”*. Paris: Presses Universitaire de France/Humensis. 2017: p. 86.)

nos apresenta por meio da obra do historiador Jean-Claude Perrot (1928), quando de sua análise da cidade de Caen, no século XVIII.²⁸⁷ Para encerrarmos o entendimento deste primeiro ponto de vista, oferecemos como síntese e reiteramos: por meio do território e da população se exerce a soberania, em correlação à disciplina, a qual rege-se pela distribuição arquitetônica das cidades, suas formas de edificações e construções. Já a segurança emerge meio a isto controlando níveis e desníveis dos acontecimentos: versa sobre o *meio* e a biologia – marcando também a influência de Lamarck (1744-1829) nas leituras de Foucault.

[...] enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar um ambiente em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável.²⁸⁸

Este nicho específico, ou *meio*, é, entre outras linhas, o espaço em que se organiza a cidade e suas particularidades; o lugar por onde se dá a circulação: conjunto de dados naturais (rios, pântanos, morros, etc.); e, artificiais (aglomeração de indivíduos, de casas, etc.). Assim, é por esta via que Foucault levanta a questão da circulação. Ela incute-se junto ao *meio*: “Os dispositivos de segurança trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada. [...] O meio é um conjunto de dados naturais, [...] É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas...”²⁸⁹. Logo, o soberano transmuta-se em uma figura tal qual a de um arquiteto da cidade ou, mais que isso, “arquiteto do espaço disciplinado”.²⁹⁰

4.1.3- Governo e acontecimento

Um outro procedimento de operação dos dispositivos de segurança se estabelece sobre os *acontecimentos* que, por ventura, venham ocorrer no território em sua relação com o governo. À primeira vista, o exemplo que Foucault nos entrega é o da escassez alimentar, muito comum no meio urbano, e que fora altamente combatida pelos governantes, entre os séculos

²⁸⁷ cf. FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 14, 15; Ed. Br. 2008: p. 17, 18. Foucault apresenta, fora este, três modelos de cidades aos quais se deram as aplicações de modelos disciplinares e de segurança: o caso de *La Métropole*, obra de Alexandre Le Maître (1650-1715), na qual se faz menção a um modelo de cidade que deveria ser estruturada ao redor de uma capital; no caso, a cidade chamada Richelieu, construída a partir da forma do acampamento romano; e, por fim, Nantes, que desfazia grandes aglomerações em seu entorno com a finalidade de “abrir espaço para as novas funções econômicas e administrativas, regulamentar as relações com o entorno rural e, enfim, prever o crescimento.” (Ibidem. Ed. Br. p. 18-23).

²⁸⁸ cf. Ibidem. Ed. Fr. 22; Ibidem. Ed. Br. p. 27.

²⁸⁹ cf. Ibidem. p. 22; Ibidem. Ed. Br. p. 28.

²⁹⁰ cf. Ibidem. p. 31; Ibidem. Ed. Br. p. 39.

XVII e XVIII. Era nociva a qualquer governo, pois, logo que emergia causava revoltas dentre a população mais pobre que era primeiramente afetada pela fome. Como menciona Foucault “flagelo do lado da população, catástrofe, crise, se preferirem, do lado do governo”. Antes, sob o olhar das cosmologias advindas da Grécia antiga, o comum fora pensar que a escassez era fruto de “má-fortuna”, “má-sorte”, e provinda dos momentos os quais não se tinha absoluto controle, como catástrofes naturais (geadas, secas, umidade excessiva, etc.). Outra das chamadas “matrizes filosóficas” que Foucault expõe é a da “má-natureza do homem”; modo de pensar sobretudo cristão, que indicava a própria natureza humana como sendo merecedora de “castigo”; e que se apresentava, sobremodo, através da escassez.²⁹¹

Característica gritante do sistema mercantilista, ou das “técnicas de governo e de gestão da economia”, a maneira que se encontrara para lidar com tais fatores de risco para a sociedade, em meados dos séculos XVII e XVIII, girou em torno de certo levantamento estatístico que fixou como pauta a criação de medidas preventivas. Estas medidas acompanham dispositivos jurídico-políticos que regulamentam leis e medidas disciplinares, não somente para extirpar a escassez quando de sua emergência, mas para preveni-la de tal modo “que ela não possa ocorrer de forma alguma”. São sistemas que vão se configurar através da limitação de preços, da estocagem, exportação e cultivo de produtos. Adjunto a isto está também incluso um sistema de vigilância contínua que fará o controle do estoque e circulação dos produtos agrícolas entre outros países, quando necessário. O intuito disso era o de evitar a falta de alimentos nas cidades – caso houvessem crises e/ou elevações de preços.²⁹²

No entanto, o sistema de organização econômica mercantilista é falho. Na medida em que se regulam os preços dos cereais “no nível mais baixo”, produz-se o efeito da abundância da produção, traduzindo-se por menos renda e lucro. Às vezes, aconteceria de o preço decair para menos, em um nível no qual nem os próprios investimentos feitos seriam suficientemente reavidos pelos camponeses. O resultado gerado: mesmo quando a abundância de trigo e outros cereais era assaz, os camponeses eram obrigados a plantar em menor escala. É desta forma que entra no *enjeu* econômico a doutrina da fisiocracia – provocada efetivamente por uma grande mudança na organização do Estado moderno –, na França, atando-a aos dispositivos de segurança.²⁹³ Na Inglaterra, já vinha-se sendo experienciado, antes mesmo da fisiocracia, um

²⁹¹ cf. FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 32; Ibidem. Ed. Br. p. 41.

²⁹² cf. Ibidem. p. 33, 34; Ibidem. Ed. Br. p. 42, 43.

²⁹³ A palavra *fisiocracia* advém da etimologia grega: *fuzis* e *cratoz* (natureza e domínio). Está intrinsecamente ligada a preceitos que firmavam certa forma “científica” e “universal” de se entender a “história passada”, bem como, a que estaria *por vir*. Os contemporâneos dos *fisicratos*, já naquela época, os designavam como economistas. Os fisicratos acreditavam que este modelo econômico era “o melhor possível, por ser o único capaz

modelo parecido de circulação de cereais, que já estabelecia-se ao redor da ideia de liberdade e de livre circulação (um primeiro indício do liberalismo econômico). Este modelo precede a fisiocracia francesa, logo, dando engate para que a mesma seja fincada. Ao passo de trinta anos, esta questão foi predominante na França, tendo três fases: inicialmente, anterior a 1754, em torno de um modelo jurídico-político de vigilância, contudo, que continha falhas; a partir de 1754 houvera a aderência do modelo mercantil inglês; e, por fim, até 1764, segue com a fisiocracia.²⁹⁴

Com tantos esforços ainda fora preciso repensar a questão dos cereais e articular uma medida para os mecanismos de segurança serem ainda mais precisos, sem pensar prioritariamente o mercado e seus efeitos, mas as próprias características de produção dos mesmos: seu plantio, a qualidade do terreno, o clima ao qual eram expostos, etc. Como Foucault ratifica:

[...] foi um dispositivo que, conectando-se à própria realidade dessas oscilações, vai atuar de tal modo que, por uma série de conexões com outros elementos de realidade, esse fenômeno, sem de certo modo nada a perder da sua realidade, sem ser impedido, se encontre pouco a pouco compensado, freado, finalmente limitado e, no último grau, anulado. [...] um dispositivo vai ser instalado, um dispositivo que é precisamente, ao meu ver, um dispositivo de segurança e não mais um sistema jurídico-disciplinar.²⁹⁵

Mesmo com a explícita cesura que Foucault nos dá, na passagem acima, entre as tecnologias de poder, é bom lembrarmos – e somos insistentes – que a questão dos mecanismos de segurança não são, no geral, obliteradoras dos disciplinares. Há, na verdade, uma justaposição de um sistema a outro, não uma exclusão.²⁹⁶ A população toma lugar de destaque meio aos fins político-econômicos do novo modelo de Estado. Ela não oblitera a noção particular das multiplicidades (aglomerado de indivíduos). Este último dado característico apenas não será mais o objetivo central do novo *modus* do Estado. Ora, perspectivamente,

de propiciar a máxima e harmoniosa satisfação dos interesses da autoridade soberana e das classes que compõe o país.” Seu precursor, François Quesnay (1694-1774), em seu *Tableau économique* (1759), se inscreve na “modernidade” influenciando diversos pensadores – como, por exemplo, Marx –, explicando como “todo mecanismo econômico é movido pela iniciativa de quem antecipa o capital e reparte os lucros”. Foucault, em 78, elucida que esta doutrina inaugura um “princípio fundamental de governo econômico”. Este princípio era definido como liberdade de comércio e de circulação de cereais. Basicamente, queria-se dizer que o único produto líquido passível de ser “obtido” por uma nação seria oriundo da terra: o produto agrícola, ou melhor, o produto camponês. Sendo assim, tal princípio fundamental do “fisiocracismo” fincava-se na propriedade, liberdade e segurança; eram postos em evidência por Quesnay e seus seguidores como princípios norteadores de qualquer sociedade. (cf. BOBBIO, Norberto, et al. *Dicionário de Política*. Trad.: Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1998: p. 500-503; FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes. 2008b: p. 44, 45; Ibidem. Ed. Fr. 35, 36)

²⁹⁴ cf. Ibidem. Ed. Br. p. 46.

²⁹⁵ cf. Ibidem. p. 39; Ibidem. Ed. Br. p. 49.

²⁹⁶ Como já apresentado no capítulo 1, “Disciplina, poder e saber...”, Foucault nos assegura este *modus operandi* metodológico logo no início de *STP* (Ed. Br. p. 11; Ed. Fr. p. 10). Nas idas e vindas do curso de 78, ora ele estabelece uma cisão entre as tecnologias, ora reaproxima-as.

houve então uma mudança de visualização: no seio dos dispositivos jurídico-disciplinares as multiplicidades são um “instrumento, intermédio ou condição para obter algo no nível da população”.²⁹⁷ No interior destas variadas estratégias de poder-saber, o novo nome que é utilizado, *população*, redistribui a noção adquirida: não é mais um instrumento, mas um alvo que se apresentará, então, de tal modo a ser um novo “sujeito político” que, todavia, é diferente do modelo jurídico-político da soberania (e, em tese, diferente da noção de *povo*²⁹⁸).

Como já mencionado a alguns parágrafos atrás: a medida econômica liberal é triunfante, nesse momento da história, para a eliminação do fenômeno *escassez-carestia* que não mais seria o flagelo da população, não mais atingiria indivíduos, comunidades, ou, larga escala populacional. Esse ganho é obtido, justamente, pelo “*laisser-faire, laisser-passer*”, ou, como Foucault nos fala: “um certo ‘andar’ (*aller*) no sentido de ‘deixar as coisas andarem’”. E isso, intuitivamente, regulava os preços na necessidade de suas projeções: aumentava-se ou baixava-se o que era necessário, em determinado mercado, mesmo que para isso algumas pessoas morressem de fome para impedir o lastro maciço do “flagelo”.²⁹⁹ Em um arremate crítico, vemos como os dispositivos de segurança atuam por meio do biopoder: mantendo-se uma certa qualidade de indivíduos, diríamos, “produtivos”, mantém-se o todo da população, por meio da exclusão de outros. Ou seja, *deixa-se* morrer para *fazer-se* viver.

A presença do liberalismo econômico é de suma importância para o estudo específico da biopolítica já que, por vezes, Foucault menciona-o como principal pano de fundo da mesma (principalmente no curso de 79). Isso se dá por diversas vias, talvez a principal repouse sob o

²⁹⁷ cf. FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 44; Ed. Br. p. 56.

²⁹⁸ Foucault propõe tal aproximação, todavia, de maneira “escalonada”: “haverá certo número de níveis a reter e outros que, ao contrário, não serão retidos ou serão retidos de outra maneira”. Ora, sobre esta tão antiga noção, *povo*, deve-se levar em conta sua imbricada relação com outras noções inscritas nesta palavra, tais como: *pobres, deserdados, excluídos*. Ou seja, nas definições precisas do italiano Giorgio Agamben: “[...] um mesmo termo nomeia tanto o sujeito político constitutivo como a classe que, de fato, se não de direito, está excluída da política”. Então, em boa parte das línguas modernas, *povo*, remete a uma unidade política que indica não apenas os cidadãos, mas também aqueles que pertencem às classes inferiores. Neste sentido, todos, até mesmo os menos providos de poder econômico, são passíveis da administração Estatal como indivíduos presentes nessa multiplicidade a ser administrada, a saber, a população. Entretanto, esse escalonamento se dá na medida em que o *povo* está fora, também, desse sujeito-objeto que é a população: “O povo é aquele que se comporta em relação a população, no próprio nível da população, como se não fizesse parte desse sujeito-objeto coletivo que é a população, como se se pusesse fora dela, e, por conseguinte, é ele que, como povo se recusa a ser população, vai desajustar o sistema”. Semanticamente, a relação exposta por Foucault, traduz-se da seguinte maneira: é o *povo* que, quando de uma crise, se apropria indevidamente dos bens, não paga os preços estabelecidos em momentos de altas (dadas certas ocasiões), etc. Ou seja, está pressuposto que o mesmo corre por fora do registro administrativo, estando diretamente ligado à noção jurídico-política de regência do Estado, e não para a gerência dos dispositivos de segurança. “[...] o povo aparece como sendo, de uma maneira geral, aquele que resiste à regulação da população, que tenta escapar desse dispositivo pelo qual a população existe...” (cf. *Ibidem*. p. 45; *Ibidem*. Ed. Br. p. 57; AGAMBEN. Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre política*. Trad.: Davi Pessoa. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2017: p. 35.)

²⁹⁹ cf. *Ibidem*. p. 43; *Ibidem*. Ed. Br. p. 55.

âmbito da liberdade que, inicialmente, se estende da liberdade de mercado à liberdade de escolhas e de ações. É claro, crer que Foucault opera uma “aposta” no liberalismo seria ingenuidade de leitura. O filósofo francês realiza uma crítica ao neoliberalismo, no curso precedente, em 1979, atentando para uma “falácia” neoliberal no que diz respeito à liberdade e, também, à sua ancoragem em mecanismos de segurança extrajurídicos. O final de *Surveiller et punir*, por exemplo, indica uma proximidade muito maior do filósofo com o anarquismo, dadas as próprias referências bibliográficas utilizadas pelo mesmo para a composição desta parte da obra. Mas, ainda assim, não queremos dirimir a primeira questão utilizando para isso a justificativa da última: Foucault apenas evitava tais aproximações identitárias por meio do “eu sou...”, algo que prejudicava a busca pela proveniência dos efeitos, eventos, casos, etc.³⁰⁰

Haja vista, para caminharmos ao encerramento desta seção, devemos frisar três pequenas diferenças entre os mecanismos de segurança e as tecnologias disciplinares. Todavia, deve-se lembrar: um caso não invalida o outro. Foucault menciona a necessidade de um ser estudado *à guisa* do outro. Inclusive, quando cita que para entendermos o dispositivo de segurança “[...] é necessário compará-lo com os mecanismos disciplinares”³⁰¹, não pura e simplesmente para estabelecer suas distâncias e aproximações, mas para entendermos como se dera a aplicabilidade, em diferentes épocas dos dispositivos de segurança, tomando por base que os disciplinares já os antecederam. Isso especifica e clarifica o desenrolar paralelo dos mesmos.

Em suma, as diferenciações são três: 1- enquanto as tecnologias disciplinares são “centrípetas”, ou, se quisermos, “centralizadoras”; por sua vez, os dispositivos de segurança serão “centrífugos”, ou seja, dispersos, justamente por terem que dar conta de fatores extra institucionais e que versam sobre a elegibilidade de questões as quais estão para a gerência da vida da população. 2 - Através dos mecanismos disciplinares se dá o controle ótimo dos eventos, por meio do tempo, do corpo, etc.; desta forma, seria dúbio pensar em um *laisser-faire, laisser-passer*. Todavia, isto não significa que há uma livre disposição às coisas expostas aos dispositivos de segurança, há na verdade um limite permitido “um nível [...] indispensável”. 3 - Assim como se rege o direito no seio da soberania e nos sistemas de legalidade, a disciplina regulamenta tudo por meio da proibição, diz Foucault que eles vão determinar “o que é proibido, o que é permitido, ou melhor, o que é obrigatório”, ou seja, é estabelecida uma ordem legal – no sistema jurídico político – e, normalizante, – no seio das disciplinas – adjunta à sua

³⁰⁰ Este assunto será desenvolvido mais profundamente em nosso último tópico.

³⁰¹ cf. FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 46; Ibidem. Ed. Br. p. 58.

correlação com os saberes emergentes do século XVIII (criminologia, psiquiatria, etc.). Já na segurança, isso não acontece. A tomada do que é proibido ou permitido dá lugar para a procura de médias aceitáveis das coisas que vão ser produzidas “sejam elas desejáveis ou não”.³⁰²

É no liame complexo da liberdade liberal adjunta à necessidade dos mecanismos de segurança – atuando tal como um *oximoro* – que se dá o início do que podemos chamar de biopolítica das populações, segundo a análise de Foucault.

4.1.4- Uma diferença essencial: normação e normalização

A disciplina analisa, classifica, estabelece sequências ótimas e procedimentos de adestramento.³⁰³ Nela, o funcionamento do poder incute-se no lastro das instituições. Tudo isto se dá de maneira desejável ao que se é necessário para marcar níveis de normalidade e anormalidade da população: irá se estabelecer – via instituições, mecanismos de análise e uma série de fatores e conjuntos de relações demarcadas via saberes modernos –, enfim, a diferenciação entre certa camada de indivíduos às demais. Se retrocedermos alguns anos, na aula de 25 de janeiro de 1975, do curso *Os Anormais*, Foucault nos dá três camadas básicas de diferenciação que nos iluminam a entender tal problema: 1- “o monstro humano”: ora, aquele que viola leis, sejam elas da sociedade, ou, da própria natureza humana, em um sentido pragmático e metafísico; 2- “o indivíduo a ser corrigido”: entre outros termos e em correlação ao último, de forma bem específica, este será aquele que vai ser analisado no interior da família e dela partir-se-á às instituições (escola, fábrica, etc.), sendo bem mais comum, em termos acontecimentais, do que aquele que que viola as leis da sociedade; 3- mais específico ainda, no interior do último caso, o “indivíduo masturbador”, ou, a criança masturbadora: figura nova e comum do século XIX. Este era um alvo também das disciplinas as quais versavam puramente sobre seu corpo, se posto em análise ao lado da sociedade e da família.³⁰⁴

Nos procedimentos de segurança, ao contrário dos disciplinares, o léxico utilizado por Foucault – *normação* – serve para adequar a natureza, não individual de foco do poder, mas gestonária, pois, se dá a um nível maior, “acima” do anteriormente visto, i.e, ao nível da população. Para isto, Foucault nos dá exemplos, já anteriormente tratados por ele mesmo, como o da crise endêmico-epidêmica da varíola europeia, no século XVIII. Fator que levou a uma

³⁰² cf. FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 46, 47; Ed. Br. 2008: p. 58-60.

³⁰³ cf. Ibidem. p. 58, 59; Ibidem. Ed. Br. p. 74, 75; já estabelecemos uma esmiuçada caracterização das mesmas em nosso capítulo I “Disciplina, poder...”.

³⁰⁴ cf. e.g. FOUCAULT, Michel. *Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes. 2001: p. 69-74.

vacinação massiva da população: a chamada “inoculação ou variolização”. Eram técnicas que visavam a seguridade social e a saúde da população, ou, de forma mais direta e precisa: a prevenção (assunto este que já tratamos anteriormente). Por meio de estatísticas buscava-se o recenseamento, no interior das cidades, da quantidade de pessoas afetadas pelas doenças endêmicas, já que uma população saudável traduzia-se por mão-de-obra eficiente, bem como, de menores custos para a administração estatal. A normaçoão, assim, requer uma racionalidade numérica, e também necessita de técnicas que ajudem na anulação dos malefícios da sociedade, sejam eles relativos à saúde da população (doenças, epidemias), ou à produção (escassez de cereais), etc. Mas, retornando às técnicas de inoculação, a administração das mesmas seria um fator preponderante e que se discorre a partir de três eventos básicos de percepção analítica: a identificação de uma “doença reinante”; o estabelecimento da noção de “caso”; de “risco” e de “crise”. Na identificação das endemias que assolavam um país, poderiam ser trabalhadas técnicas para solução de tais eventos catastróficos. Como sabemos, a técnica da inoculação, a partir da manipulação do vírus vivo *vaccinia* – que não é um vírus específico de seres humanos, podendo ser atestado em outros mamíferos, como bovinos –³⁰⁵ foi descoberta em 1796 pelo inglês Edward Jenner (1749-1823). A técnica consistia na inoculação do próprio vírus, já devidamente manipulado para garantir a cura e prevenção, no organismo humano. Se a pessoa já estivesse sendo acometida pela doença, tratava-se com retrovirais que seguiam a mesma base.

Deste modo, no jogo de cálculos dos dispositivos de segurança, deveriam estar contidas aquelas noções outrora citadas: vale à pena inocular as pessoas? Quais os riscos de se morrer no ato? À luz de Foucault:

Caso, risco, perigo e crise: são, creio eu, noções novas, pelo menos em seu campo de aplicação e nas técnicas que elas requerem, porque vamos ter, precisamente, toda uma série de formas de intervenção que vão ter por meta, não fazer como se fazia antigamente, ou seja, tentar anular pura e simplesmente a doença em todos os sujeitos em que ela se apresenta, ou ainda impedir que os sujeitos que estejam doentes tenham contato com os que não estão.³⁰⁶

Ou seja, enquanto na disciplina tratava-se dos indivíduos particularmente; no novo sistema – de segurança – buscava-se tratar a população em seu “pré-estágio”. Logo, para que se evitasse as endemias e malefícios que podiam expor a população inteira ao risco. Resgata-

³⁰⁵ cf. e.g. MOUSSATCHÉ, Nissin; DAMASO, Clarissa; MCFADDEN, Grant. "When good vaccines go wild: Feral Orthopoxvirus in developing countries and beyond". In *The Journal of Infection in Developing Countries*. Jun./2008, 2 (03): 156-173. ISSN 1972-2680. doi:10.3855/jidc.258; CARROL, Darin S; EMERSON, Ginny L; LI, Yu; SAMONS, Scott; OLSON, Victoria; et al. "Chasing Jenner's Vaccine: Revisiting Cowpox Virus Classification." In *PLoS ONE*. Ago/2011. 6(8): e23086. doi:10.1371/journal.pone.0023086

³⁰⁶ cf. FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 63; Ibidem. Ed. Br. p. 81.

se, novamente, por exemplo, a noção moderna de medicina preventiva, outrora tratada neste trabalho.

É importante frisar: o que marca caracteristicamente a *população*, no seio da modernidade, é justamente uma dualidade em seu conceito: ela é, ao mesmo tempo, a espécie humana e o público.³⁰⁷ O novo tipo de governo que irá se configurar nada mais é que um governo sobre a população. Essa última sendo o “princípio, raiz, de certo modo, do poder e da riqueza do Estado”; lembremos da emergência do mercantilismo e da necessidade de mão-de-obra produtiva, sendo assim, a população seria o vetor do modelo capitalista. No entanto, apesar de assumir que esta forma de se enxergar o fenômeno “população” é, sobretudo, mercantilista e cameralista, o filósofo não atribui a estes dois modelos econômicos a forma única e preponderante para dar conta da população. Apesar de, naqueles dois modelos citados, trabalharem-na “essencialmente” como mão-de-obra, os fisiocratas, a exemplo, têm uma outra maneira de tratá-la: ao seu ver, ela possui uma “naturalidade”. Enquanto os mercantilistas e cameralistas levavam em conta que a mesma devia ser vista ao redor da problemática entre “soberano e súditos”, ou seja, na medida em que dever-se-iam impor sanções que partiam “de cima” (leis, regras, regulamentações, controle, etc.); os fisiocratas e outros economistas políticos legavam-na a ideia de “conjuntos de processos que é preciso administrar no que têm de natural e a partir do que têm de natural”, isto é, na contramão do raciocínio jurídico-político-soberano, a população é tida como um “fenômeno da natureza”.³⁰⁸

A população se torna, segundo Foucault, uma peça importante a qual irá operar um desbloqueio da *arte de governar* (veremos do que trata esta questão em nossa próxima sessão). De maneira vital, ela modificou profundamente as formas de governo, principalmente no século XVIII: o que antes era feito sobre um modelo familiar, agora, será executado tendo por base a ideia de economia política. Fator, inclusive, modificador da maneira como era tratada anteriormente a própria economia, o qual não exclui o modelo familiar, todavia, que será inscrito no âmbito global da população. Este ensejo é particularmente propiciado devido a entrada da estatística, no seio da administração soberana. Por fim, quando Foucault relembra um dos principais teóricos da famosa *Enciclopédia*, François Quesnay (1694-1774), médico e famoso economista fisiocrata da época, não é em vão: o economista francês sempre afirmou,

³⁰⁷ cf. FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 71; Ed. Br. p. 90.

³⁰⁸ cf. Ibidem. p. 72, 73; Ibidem. Ed. Br. p. 92, 93

em seus escritos, “que o verdadeiro governo econômico era o governo que se ocupava da população”.³⁰⁹

Para encerrarmos este tópico gostaríamos de reafirmar a seguinte questão: de uma forma básica e simples, os problemas revisitados aqui giram em torno do problema da circulação e, adjunto, o da população. Circulação, como Foucault mesmo indica: de bens, contato, troca, etc., fatores esses muito importantes para a melhoria da qualidade de vida da população. No próximo tópico veremos como esta importante noção desloca a compreensão de Foucault para a radiografia do funcionamento, ou até diríamos *ethos*, do governo das populações. Noção esta crucial para alçarmos o entendimento do percurso da biopolítica, nesta fase da produção intelectual do filósofo francês.

³⁰⁹ cf. FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 79; Ed. Br. p. 100.

4.2- “Todos” e “cada um”: a governamentalidade e a emergência da *raison d’État*

4.2- Preâmbulo

"Não chego ao ponto de Hermann Hesse, que afirma que apenas a 'referência constante à história, ao passado e à Antigüidade' é fecunda. Mas a experiência me ensinou que a história das várias formas de racionalidade às vezes é mais efetiva no questionamento de nossas certezas e dogmatismos que a crítica abstrata..." (Foucault, *Dits Écrits*, t. IV, p.)

São célebres os momentos em que Foucault liberou à grande público alguns títulos sobre o tema da governamentalidade, no ressonante momento o qual proferira os cursos de 78 e 79. Alguns são: “La gouvernementalité”³¹⁰ (“A governamentalidade”, presente na tradução brasileira da *Microfísica do Poder*, organizada por Roberto Machado com base nos textos de Foucault), publicado em 1979 e que consta como a quarta lição do curso *STP*. Fora este caso, temos o interessante ensaio programático “‘Omnes et singulatum’: vers une critique de la raison politique”³¹¹ (“‘Omnes et singulatum’: para uma crítica da razão política”, publicado em 1981, na revista *The Tanner Lectures on Human Values* da Universidade de Utah) que figura basicamente como uma grande síntese do curso de 78, o qual fora proferido na Universidade de Stanford, nos dias 10 e 16 de outubro de 1979. Ainda na esteira dos temas ligados à estatística e à governamentalidade, temos o artigo “La technologie politique des individus”³¹² (“A tecnologia política dos indivíduos”, publicado em 1988 na Universidade de Massachusetts, em uma coletânea editada por Hutton, Gurman e Martin, intitulada *Technologies of the Self: A seminar with Michel Foucault*).

Para esta seção, tomamos uma opção metodológica diferente. Ao invés de partirmos do curso de 78, nosso foco será sutilmente modificado para a análise específica do segundo texto mencionado, seguindo-se dos demais e, por fim, “complementando” com *STP*. Fomos convencidos pela estudiosa alemã Petra Gehring a efetuarmos a leitura do ensaio programático à frente do curso. Segundo ela: “É aconselhável prefixar a versão das considerações liberadas para publicação com a visão geral do conteúdo das palestras posteriormente publicadas na editora. Foucault considerou que estes textos estavam prontos para impressão e os liberou.”³¹³

³¹⁰ cf. FOUCAULT, Michel. “La ‘gouvernementalité’”. In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. III. Paris: Gallimard. 1994: p. 635-657.

³¹¹ cf. Idem. “‘Omnes et singulatum’: vers une critique de la raison politique”. In Idem. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994: p. 134-161.

³¹² cf. Idem. “La technologie politique des individus”. In Idem. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994: p. 134-161.

³¹³ “Es empfiehlt sich, die zur Publikation freigegebene Fassung der Überlegungen dem Überblick über die nachträglich aus dem Nachlass veröffentlichten Vorlesungsinhalte voranzustellen. Denn allein diese Texte hat Foucault für druckfertig erachtet und freigegeben.” (cf. e.g. GEHRING, Petra. “Vorlesungen zu

4.2.1- A governamentalidade

Após termos acompanhado a emergência da análise acurada que Foucault realiza sobre a questão dos mecanismos de segurança, nas três primeiras aulas do curso de 78, é válido por na conta desta análise que o filósofo francês muda a rota de suas pesquisas, logo na terceira lição deste ano de produção. Seria impossível, segundo tal, continuar a análise da biopolítica, dos mecanismos de segurança, e, consecutivamente, da população, sem retornar à questão do governo (como já tivemos a oportunidade de acompanhar, em nossa última seção). Um fator curioso, mas de suma importância: as traduções para o alemão, dos cursos de 78 e 79, respectivamente, são intituladas: *Geschichte der Gouvernementalität I: Sicherheit, Territorium, Bevölkerung* (*História da Governamentalidade I: Segurança, Território, População*) e *Geschichte der Gouvernementalität II: Die Geburt der Biopolitik* (*História da Governamentalidade II: Nascimento da Biopolítica*).³¹⁴ Não por acaso, há o uso do léxico “Geschichte” (história), prefixando os subtítulos: Foucault mesmo menciona, em 1978, que se quisesse ter dado um nome “mais exato” ao seu curso, teria sido o de “história da ‘governamentalidade’”.³¹⁵

Em Foucault, retornar à questão do governo não poderia ser, de forma alguma, tatear a história dos diversos sistemas de governos políticos; apesar do filósofo ser um grande adepto de incursões com base na história, em suas obras, cursos, etc. Segundo Thomas Lemke, “ele está interessado nos processos a longo prazo da co-evolução do Estado moderno e da subjetividade moderna”.³¹⁶ A questão central que margeia este tópico de discussão, no escopo teórico de Michel Foucault, é: “Como se governar, como ser governado, como governar os outros, por quem devemos aceitar ser governados, como fazer para ser o melhor governador possível?”.³¹⁷ Questão essa que remete justamente para um *ethos*³¹⁸, deslocando-se da questão central do poder.

Staat/Gouvernementalität.” In: KAMMLER, Clemens. & SCHNEIDER, Rolf Parr U. J. [Hrsg.] *Foucault Handbuch: Leben - Werk - Wirkung*. Stuttgart/Weimer: J. B. Metzler. 2008: 149, *tradução nossa*)

³¹⁴ cf. Ibidem. loc. cit.

³¹⁵ cf. e.g. FOUCAULT, Michel, *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 110, 111; Ibidem. Ed. Br. 2008b: p. 142, 143.

³¹⁶ “[...] he is interested in the long-term processes of co-evolution of modern statehood and modern subjectivity.” (c.f. e.g. LEMKE, Thomas, *Foucault, governmentality and Critique*. London & New York: Routledge. 2016: p. 12, 13)

³¹⁷ cf. FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 92; op. cit. Ed. Br. 2008: p. 118.

³¹⁸ cf. LEME, João Luís C. “A crise da governamentalidade e o poder ubesco” in ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; FILHO, Alípio de Souza. (Orgs.) *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2008: p. 188. [Kindle Edition]

Haja vista, governar, no âmbito dos estudos de Foucault, é um termo que se discute não só e somente sob o ponto de vista político. Muito além disso: assim como o exercício do poder, trata-se, propriamente, de “conduzir condutas” e “ordenar o possível resultado”:

A este termo deve ser permitido o mais amplo significado que teve no século XVI. “Governo” não refere somente à estruturas políticas ou à gestão dos Estados; em vez disso, designou a maneira ao qual a conduta dos indivíduos ou de grupos podia ser conduzida: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. Não abrangia apenas as formas legitimamente constituídas de sujeição política ou econômica, mas também modos de ação, mais ou menos considerados e calculados, que estavam destinados a atuar sobre as possibilidades de ação de outras pessoas. Governar, nesse sentido, é estruturar o campo de ação possível dos outros.³¹⁹

Basicamente, é a partir do século XVI que a questão acerca do governo das populações e de si emerge de maneira central como possuidora de um caráter político. Muito embora já ter sido tratada anteriormente, como nos casos da antiguidade greco-romana, ou mesmo na Idade Média feudal. Antes do século XVI, por “governo” se quis referir de maneira puramente material, a “dar um caminho”, ou, fazer “seguir um caminho”. Em outro patamar, “governo” também fora ligado a “sustentar”, “alimentar”, “proporcionar subsistência”; se quis, também, dar a esta palavra a noção de “impor um regime”, bem como, sob a alcunha de contextos morais, o significado de “mau governo” (má conduta); ou, pura e simplesmente, entregar-lhe o sentido de “controlar”, “mandar” ou “dirigir”; e, em último caso, de “falar com alguém”.³²⁰

Pois bem, este ponto fixo no século XVI não se dá de maneira vã: segundo Foucault, foi o momento em que se desenvolveu – pelo menos até o século XVIII – uma reviravolta nas formas de governo, emergindo meio a isso uma nova “arte de governar”. Ora, a problemática acerca das antigas artes de governar, ainda descendentes do feudalismo e de questões relativas a Deus; contrasta com as novas artes de governo, que eram ancoradas em uma racionalidade política, isto é, de maneira literal, que tinham como centro a razão, ou melhor, a razão de Estado:

³¹⁹ Neste caso, preferimos utilizar o texto escrito exclusivamente em inglês, por Foucault, para a segunda edição do famoso livro de Rabinow e Dreyfus, *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*, ao invés da tradução feita por F. Durand-Bogaett, para os *Dits et Écrits*, t. IV: “This word must be allowed the very broad meaning which it had in the sixteenth century. ‘Government’ did not refer only to political structures or to the management of states; rather it designated the way in which the conduct of individuals or of groups might be directed: the government of children, of souls, of communities, of families, of the sick. It did not only cover the legitimately constituted forms of political or economic subjection, but also modes of action, more or less considered and calculated, which were destined to act upon the possibilities of action of other people. To govern, in this sense, is to structure the possible field of action of others.” (cf. e.g. FOUCAULT, Michel. “The subject and power” In DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. Chicago: University of Chicago Press. 1983: p. 249, tradução nossa)

³²⁰ cf. e.g. FOUCAULT, Michel, *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 124, 125; Ibidem. Ed. Br. 2008b. p. 162, 163.

relembrando Quesnay, por exemplo, Foucault escreve que a “arte de governar é precisamente, a arte de exercer o poder na forma e segundo o modelo da economia”.³²¹

Frédéric Gros comenta, por exemplo: “Esta noção de razão de Estado, foi, desde cedo, muito vista como escandalosa, na medida em que o governo não buscava mais seu código de conduta nas regras transcendentais (modelo do governo de Deus sobre a cidade celeste), mas na imanência de sua prática”.³²² Mesmo assim, a exemplo, temos Tomás de Aquino já inaugurando, de certo modo, uma *via racional* em seus textos. Todavia, segundo Foucault, tal modelo “não é político”.³²³ Na esteira destas indicações, o que seria, então, a tal *governamentalidade*?

O neologismo de Foucault comporta três pilares básicos de entendimento. O *primeiro* gira em torno da variabilidade de processos, instituições, análises, cálculos, táticas e estratégias que, em um Estado administrativo e racional, são voltados à população, i.e, à gerência da vida desta população. Em *segundo* lugar, como saber central – para a decorrência de tais processos –, refere-se aquele Estado que se atribui do uso da economia política como seu meio de inteligibilidade. Por fim, em *terceiro* lugar, a governamentalidade se ancora e se estabelece por meio do uso instrumental dos dispositivos de segurança.³²⁴ Logo, como podemos reconfirmar: a população torna-se um dado, campo de intervenção e alvo específico do governo. Isto se deu firmemente na passagem, entre os séculos XV e XVI, de um Estado de justiça para um Estado administrativo. Porém, não fora centralmente neste momento que a emergência de um Estado administrativo, racional e governamentalizado, se dera. Tampouco, durante o iluminismo (outro momento clássico que é comumente utilizado para dar luz à esta discussão). Foucault admite que esta racionalidade política foi um procedimento paulatino que se deu durante a história da humanidade, basicamente, remontando à noção do pastorado cristão e, muito antes disso, à própria antiguidade greco-romana. Como comenta o filósofo: o Estado *governamentalizado* é uma tríade entre o pastorado, a técnica diplomático-militar e a antiga noção de polícia. Discorramos, agora, sobre o primeiro caso.³²⁵

³²¹ “[...] l’art de gouverner, c’est précisément d’exercer le pouvoir dans la forme et selon le modèle de l’économie.” (cf. Ibidem. p. 98; Ed. Br. p. 127)

³²² “Cette notion de raison d’État fut assez tôt perçue comme scandaleuse, en ce que le gouvernement ne cherchait plus son code de conduite dans les règles transcendentes (modèle du gouvernement de Dieu sur la cité céleste), mais l’immanence de sa pratique.” (cf. e.g. GROS, Frédéric. *Michel Foucault “Que sais-je?”*. Paris: Presses Universitaires de France/Humensis. 2017 : p. 85, *tradução nossa*)

³²³ cf. FOUCAULT, Michel. “‘Omnes et singulatim’: vers une critique de la raison politique”. In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994: p. 152.

³²⁴ cf. FOUCAULT, Michel, *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 111; Ibidem. Ed. Br. 2008b: p. 143.

³²⁵ cf. Ibidem. p. 113, Ibidem. Ed. Br. p. 146.

4.2.2- A metáfora do *bom pastor*

Este tema é de suma importância para entendermos a mobilização intelectual a qual Foucault opera com a intenção de explicar como se deu a genealogia do estado assentado na racionalidade política, ou, em poucas palavras, na razão de Estado. Todavia, iremos elucidar aspectos gerais, neste caso, pois, se trata de um tema com *locus* específico e que demandaria, também, uma pesquisa dedicada a este leque temático, devido sua extensão.

A questão do pastorado, da forma como Foucault a mobiliza, se traduz como uma nova tecnologia de poder³²⁶ que nasceu basicamente inscrita nas malhas do pensamento cristão, no decorrer da idade média. Remonta à noção de “governo de todos”, portando, então, uma abrangência *totalizante*. Mas não somente isso: foca-se nos indivíduos, um a um. Logo, é também *individualizante*, e está intimamente relacionada à busca pela verdade, se posta em relação aos demais exemplos em que se discutiu este assunto, como na Grécia, ou, Roma. Imaginemos o pastor de ovelhas: terá que cuidar do rebanho mas, também, atentar para as qualidades e dificuldades as quais cada ovelha tem durante o pastoreio. Essa é uma ideia, diz Foucault, que não é comum aos antigos, helênicos ou romanos, sendo, assim, absolutamente singular na forma como os cristãos a concebiam: “A ideia de divindade, rei ou líder, no papel de pastor seguido por um rebanho de ovelhas não era familiar aos gregos e romanos. [...] Grosseiramente falando, podemos afirmar que a metáfora do rebanho está ausente dos grandes textos políticos [...].”³²⁷ Sobre esta diferença entre os modelos, e reafirmando nossas noções já expostas, explica Thomas Lemke: “A diferença entre isso...” (diferença entre as ideias cristãs às demais), ou, “... as antigas idéias gregas e romanas de governo é que os métodos pastorais de análise e as técnicas de reflexão e supervisão foram concebidos para garantir o conhecimento da ‘verdade interior’ dos indivíduos.”³²⁸

³²⁶ Para clarificar mais ainda esta noção ao nosso leitor, vejamos como Foucault define este termo: “As tecnologias de poder não são imóveis: não são estruturas rígidas que visam imobilizar processos vivos mediante sua própria imobilidade. As tecnologias de poder não cessam de se modificar sob a ação de numerosos fatores. E, quando uma instituição desmorona, não é necessariamente porque o poder que a sustentava foi posto fora de circuito. Pode ser que ela se tornou incompatível com algumas mutações fundamentais dessas tecnologias.” (cf. FOUCAULT, Michel, *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 123, 124; Ibidem. Ed. Br. 2008b: p. 161)

³²⁷ “L’idée que la divinité, le roi ou le chef est un berger suivi d’un troupeau de brebis n’était pas familière aux Grecs et aux Romains. [...] Grossièrement parlant, nous pouvons dire que la métaphore du troupeau est absente des grands textes politique grecs ou romains.” (cf. Idem. “‘Omnes et singulatim’: vers une critique de la raison politique”. In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994: p. 136, *tradução nossa*)

³²⁸ “The difference between this and ancient Greek and Roman ideas of government is that the Christian pastorate developed methods of analysis, and techniques of reflection and supervision, that were designed to secure knowledge of the “inner truth” of individuals.” (cf. e.g. LEMKE, Thomas, *Foucault, governmentality and Critique*. London & New York: Routledge. 2016: p. 14, *tradução nossa*)

Se nos for permitida uma digressão, note-se que o deslocamento temático o qual Foucault opera, neste momento, se posto em relação aos seus trabalhos anteriores, vai do poder ao Estado, ou melhor, do poder ao governo, isto é, de uma forma de discurso mais ampla a uma mais prática e palpável.³²⁹ Isso retoma a célebre afirmação exposta logo no início do famoso texto “O sujeito e o poder”, onde Foucault afirma que, apesar de aparente, a questão mobilizadora de sua obra, bem como, de suas pesquisas, não está amparada precisamente ao redor do poder, mas sim, à guisa do sujeito:

Gostaria de dizer, em primeiro lugar, qual tem sido o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar os fenômenos de poder, nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos se tornam sujeitos.³³⁰

Afere-se, com isto, que dentre as mais variadas formas de subjetivação, a pastoral, invariavelmente, emerge no seio de tal embate crítico. Foucault constata que, ao contrário: nos textos das sociedades orientais antigas, como a egípcia, assíria e judaica, esta metáfora (do *bom-pastor*) ocorre de forma muito mais próxima e característica à cristã, em detrimento à greco-romana. No entanto, ratifica aos hebreus uma noção fundamental, i.e, a de que somente Deus é o pastor de seu povo, abrindo uma exceção a Davi.³³¹ O poder do pastor se exerce muito mais sobre o rebanho do que à terra, se nos for permitida a analogia de pensarmos isto paralelamente ao poder do rei, ou seja, do soberano. Na Grécia a função se inverte: divindades e deuses eram possuidores da terra e a partir dela pensavam-se os rebanhos.

Platão³³², em um de seus diálogos, na voz do personagem “O hóspede”, expõe um mito famoso – aquele do mundo que gira em torno de seu eixo (*Político*, 269a-274e) –³³³ para dar entrada à discussão do “governo da cidade” (*Político*, 275a). Nele, Cronos, o titã do tempo, é quem sempre está por detrás da organização das coisas, dispersas em uma multiplicidade de relações: o caráter da empresa grega na definição das ações de quem “cuida de rebanhos” ainda

³²⁹ A respeito deste assunto, sugerimos a leitura do artigo de Mônica L. Stival: cf. eg. STIVAL, Monica Loyola. “Governo e Poder em Foucault.” In *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 39, n. 4, p. 107-126. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732016000400006>

³³⁰ “I would like to say, first of all, what has been the goal of my work during the last twenty years. It has not been to analyze the phenomena of power, nor to elaborate the foundations of such an analysis. My objective, instead, has been to create a history of the different modes by which, in our culture, human beings are made subjects.” (cf. FOUCAULT, Michel. “The subject and power” In DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. Chicago: University of Chicago Press. 1983: p. 208, *tradução nossa*)

³³¹ cf. FOUCAULT, Michel. “‘Omnes et singulatim’: vers une critique de la raison politique”. In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994: p. 137.

³³² Para os excertos que utilizamos fizemos uso da edição: e.g. PLATÃO. *Político*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: EdUFPA. 1980.

³³³ Foucault expõe toda a argumentação ao redor deste mito em *Omnes et Singulatim*. (cf. FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 143)

é puramente organizacional, em primeira instância; trata também, efetivamente, de “definir a natureza do rei” (*Político*, 269c), caractere ao qual Foucault discute levantando a tese explicativa de que, na antiguidade greco-romana, a figura do pastor era diferente a do rei. De fato, ainda hão de haver muitas semelhanças com a noção de pastorado que Foucault trabalha. Como podemos perceber, em certos momentos: “A arte de que falamos, de comandar por si mesmo os animais, e que não cuida apenas do indivíduo, mas da coletividade, foi por nós designada simplesmente como a de alimentar rebanhos.” (*Político*, 275d) Ou ainda, quando muito claramente expõe Platão: “Cuidar dos respectivos rebanhos é tarefa natural dos pastores [...]” (*Político*, 275d). Mas, sempre estará intrínseca a uma elucidação das características do rei, díspar ao pastor. Ademais, reafirmando nossas assertivas anteriores, a posse da terra era matéria-prima para análise:

Sob sua proteção não havia formas de governo nem posse particular de mulheres e crianças, pois todos provinham da terra, imêmorez do que lhes acontecera antes. [...] colhiam frutos em abundância das árvores e outras plantas que dispensavam o cultivo e brotavam espontaneamente da terra.³³⁴

Entretanto, Foucault nos mostra algumas diferenças essenciais, além daquela da posse sobre a terra, que as divindades possuíam. No exemplo grego, o pastor reúne o que é disperso, dando conta de um possível “caos” organizacional das cidades e, com isso, preparando-a, inclusive, para uma possível ausência do pastor. No caso dos hebreus, há uma benignidade envolvida: os pastores salvam, e, não só isso, eles dão a vida por cada uma de suas ovelhas. O relacionamento “Deus-pastor” entrega, inclusive, um pedaço de terra à vida do rebanho, ao contrário dos gregos onde haveria muito mais a presença de uma espécie de dívida envolvida, não se tratando apenas de salvar a vida em conjunto. Em contrapartida, quando haviam perdas, na metáfora do “rebanho”, ou seja, quando se perdia uma cidade ou parte dos cidadãos, o que estaria envolvido, no pensamento grego, fora a ideia de uma perda “gloriosa” para o pastor, pois, o mesmo deveria sempre tomar as melhores decisões, pois, com isto, alcançava-se a imortalidade e a glória. No caso hebreu, o que está no centro das decisões é a busca pelo “bem do rebanho”, isto está muito mais relacionado, como Foucault mesmo explica, a um “devotamento”.³³⁵ Nesse sentido, e fundamentalmente no caso dos hebreus, a relação pastoral é uma via dupla entre “Deus e os homens”.³³⁶

³³⁴ cf. FOUCAULT, Michel. “‘Omnes et singulatim’: vers une critique de la raison politique”. In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994: p. 126.

³³⁵ cf. Ibidem. p. 137-139.

³³⁶ cf. Idem. *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 128; Ibidem. Ed. Br. 2008b. p. 167.

Em uma precisa definição do pastor, no exemplo dos hebreus, o filósofo francês aponta, por exemplo:

O poder do pastor é um poder que não se exerce sobre um território, é um poder que, por definição, se exerce sobre um rebanho, mais exatamente sobre o rebanho em seu deslocamento, no movimento que o faz ir de um ponto a outro. O poder do pastor se exerce essencialmente sobre uma multiplicidade em movimento.³³⁷

É esta, talvez, a maior diferença entre os poderes pastorais, gregos e hebreus: naqueles temos uma fixação, um assentamento, ou, se quiserem, uma ancoragem em limites territoriais, enquanto que nestes, uma difusão, movimentação, uma tecnologia que não é fixa e está, assim como o rebanho, exercendo-se sob um movimento constante (*mouvement, déplacement*).

Mas porque tudo isto está sendo dito? Para retomar nosso assunto central, cuja materialidade gira em torno da biopolítica, na obra de Michel Foucault, devemos lembrar: o processo de deslocamento no pensamento político que, conseqüentemente, levou a contemporaneidade a uma mudança na maneira de gerir coisas e pessoas, dentro de uma forma de governo específica, segue uma genealogia marcada na emergência daquilo que poderíamos chamar de “base de apoio” para a configuração maior da passagem de um Estado de justiça, para um Estado de gestão, governamentalizado, logo, biopolítico. Esta base de apoio, como podemos verificar no que foi exposto aqui, tem amarras neste estado governamentalizado com resquícios da condução de condutas, típica da mentalidade cristã. É claro, não se trata de uma origem, mas talvez de algo como um ponto fulcral, já que este é um assunto muito trabalhado e, de certa forma, não acabado por Foucault. Tampouco, se trataria pura e simplesmente de dizer que a formatação social em que vivemos nossas relações humanas, hoje, bem como, da forma como nós somos geridos, retoma as bases do cristianismo: isso seria óbvio e simplório, algo na contramão da metodologia de Foucault, uma espécie de busca por uma razão originária, ou algo como uma “anterioridade fundadora”³³⁸. Se trata, na verdade, de entendermos como os arquivos de uma determinada época e, sobretudo, como as formações discursivas possibilitaram, com o passar dos séculos, uma abertura para outras formações. Isso se avista, basicamente, do momento em que os mecanismos estatais começaram a se organizar diante da perseguição de uma razão e nisso, indo até a modernização estatal, por volta do século XVI, quando o Estado, enfim, se tornara governamentalizado. Assim, tendo como pilar a razão de Estado.

³³⁷ cf. FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 129; Ibidem. Ed. Br. 2008b. p. 168.

³³⁸ Termo já trabalhado por nós, em nosso primeiro capítulo.

Contudo, retomando nossa discussão, e para encerrar o debate sobre o poder pastoral, bem como, frisar uma característica proeminente do mesmo – aquela da *individualização* –, como já foi dito: o poder do pastor é de um benfazejo, i.e, preza pelo bem do rebanho. No entanto, é também um tipo de poder que possui tecnologias voltadas especificamente para a individualização, adjuntas à característica, também sua, de uma *totalização*. Isso quer dizer que o pastor tem, em sua vista, o controle de cada uma de suas ovelhas e está diante das necessidades inerentes à vivência delas: “Ele faz tudo pela totalidade do rebanho mas faz tudo também para cada uma das ovelhas do rebanho”.³³⁹ De certo modo, esta é uma temática que invade, inclusive, as diversas formas de disciplinamento moderno, como nos mostra Foucault, em várias de suas obras. Mas o que caracteriza, de fato, essa tecnologia de poder pastoral, além dos traços já dados, seria o mecanismo da *confissão*³⁴⁰. Esse mecanismo buscava entender a verdade a respeito do sujeito por meio do desvelamento de sua alma: o indivíduo contava ao pastor seus segredos mais íntimos.³⁴¹

O rebanho é, neste ponto de vista, passível de ser salvo pelo pastor. Custe o que custar. Custe sua própria vida. Mesmo que somente uma vida apenas do rebanho seja posta em disputa, ou perigo.

É, portanto, um poder finalizado, um poder finalizado sobre aqueles mesmos sobre os quais se exerce, e não sobre uma unidade de tipo, de certo modo, superior, seja ela a cidade, o território, o Estado, o soberano. É, enfim, um poder que visa ao mesmo tempo *todos* e *cada um* em sua paradoxal equivalência, e não a unidade superior formada pelo todo.³⁴²

Ora, com isso, nos deslocando historicamente, pensemos bem no famoso e conhecido tema do *bem-estar social*, ou, como queiram, no “welfare state” (*l'État-providence*). A noção liberal de sociedade civil, no que diz respeito a sua liberdade de escolhas, bem como, de qualidade de vida, beberia nestas regras gerais do que poderíamos pensar por um poder de benfazejo? É claro, não queremos, novamente, reafirmar uma fundação. Entretanto, Foucault

³³⁹ cf. FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 132; Ibidem. Ed. Br. 2008b. p. 172.

³⁴⁰ A respeito deste assunto, em específico, Foucault liga-o, entre outros assuntos, à questão do sexo. Ora, se na Grécia o sexo e a verdade estavam para uma relação pedagógica, na qual o mesmo seria uma espécie de *link* ao conhecimento; na era cristã, o ato da *confissão* estabelecia esse *link*, mas à própria verdade: nela “se ligam a verdade e o sexo”. A confissão, além de figurar uma relação de poder “é um ritual discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado”. Na periodização que corresponde ao cristianismo primitivo, trabalhada por Foucault no curso de 1980, *O Governo dos Vivos*, a chamada *exomologésis*, constava como uma confissão/reconhecimento, não verbal, uma espécie de penitência a qual, tanto se ingressava, quanto se saía, ritualisticamente. (cf. e.g. Idem. *Histoire de la Sexualité I: la volonté de savoir*. Paris: Éditions Gallimard. 1976: p. 82, 83; Ibidem Br. 2015: p. 68, 69)

³⁴¹ cf. Idem. ““Omnes et singulatum”: vers une critique de la raison politique”. In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994: p. 147.

³⁴² cf. FOUCAULT, Michel. op. cit. 2008b. p. 173, grifos nossos.

nos deixa exposto que esta particularidade muito sinuosa da cultura ocidental contemporânea tem certa ligação temática àquela já existente, anterior ao século XVI. “Ele deve ser reconhecido pelo que é: uma das reaparições extremamente numerosas do delicado ajuste entre poder político exercido sobre sujeitos civis, e poder pastoral exercido sobre indivíduos vivos.”³⁴³ Ademais, veremos como se dá o desenvolvimento desta questão, levantando uma pequena-grande particularidade.

4.2.3- Razão de Estado, *raison d’État*, ou, como o Estado se tornou ateu

É lógico que o título de desta seção contém uma pequena travessura: hilariante para alguns e perturbadora para outros. Mas, a afirmação que ela aponta não está à deriva neste mar, às vezes jocoso, às vezes instigante, às vezes devastador, das lições de Michel Foucault. Está, na verdade, de acordo com uma problemática que, até hoje, ou pelo menos, até a emergência da *Escola de Frankfurt*, ainda é muito discutida: versa sobre o excesso de racionalidade nos liames da política, do Estado, ou mesmo da própria cultura ocidental.

A *razão de Estado* (em francês, *raison d’État*) não é, assim como muitos outros, um termo cunhado por Michel Foucault. Mas o resgate que o filósofo opera é de suma importância para os cursos de 78 e 79. Representa, no eixo da governamentalidade, literalmente, uma mudança. Mudança esta que, como insistentemente ele frisa, ocorre, mais ou menos, por volta dos séculos XVI e XVII, ao passo em que o Estado de justiça, soberano, que tem a “cabeça do rei” à sua frente, vai perdendo força, se esvaindo, dando lugar a uma nova tecnologia. Tecnologia difusa e volátil, pois, está sempre em movimento, como tudo aquilo que é invadido pela biopolítica. Se o poder “tomou de assalto a vida”³⁴⁴, como muito belissimamente nos exclama Pelbart, a razão de Estado nada mais seria que uma das fronteiras por onde este amplo conceito pode ser debatido.

Devemos também ter em mente que esta mudança de macroaspecto, no escopo teórico de Foucault, se trataria, além da mudança de uma problemática mais “ontológica” – com o poder –, para um patamar mais “prático” – ou ainda, “antropológico-filosófico”, com o governo –; dando assim, mais clareza e definição aos temas e objetos os quais o filósofo francês estabelece suas pesquisas. Um autor contemporâneo que defende tal maneira de enxergar esta

³⁴³ “Il doit être reconnu pour ce qu’il est: l’une des extrêmement nombreuses réapparitions du délicat ajustement entre le pouvoir politique exercé sur des sujets civils et le pouvoir pastoral que s’exerce sur des individus vivants.” (cf. FOUCAULT, Michel. “‘Omnes et singulatim’: vers une critique de la raison politique”. In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994: p. 144, *tradução nossa*)

³⁴⁴ cf. PELBART, P. “Biopolítica.” In *Sala Preta*, v. 7, p. 57-66, 28 nov. 2007. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v7i0p57-66>

sinapse crítica de Foucault é o argentino Edgardo Castro: “Ao nosso ver, esse curso, por várias razões, reveste uma importância capital em seu pensamento”, no caso, se trata do curso *STP*, e continua,

Por um lado, nos oferece uma interpretação das relações históricas dos diferentes dispositivos de poder, mais ordenada e sem ambiguidades que podia suscitar o vocabulário utilizado em seus trabalhos anteriores. Por outro, introduz a noção de dispositivos de segurança em relação com a biopolítica e a distinção entre normação e normalização. E, finalmente, nesse curso se pode seguir a guinada do pensamento do autor para a questão do governo e da governamentalidade.³⁴⁵

Recapitulando nossa trajetória, do âmbito disciplinar aferimos a mutualidade de relações específicas de poder entre os mais variados agentes, ou, sujeitos, que dela participam sem que nem mesmo saibam. Haja vista, a disciplina mecanizou a vida, tornou-a proativa, deu-lhe forças, assim como a pune, silenciosamente, em amarras infindáveis, incomensuráveis, tudo com o intuito de torná-la “mais apta”. Um passo à frente, Foucault nos mostra que esta “prática-discurso” amplia-se, adquire ou ganha, enfim, um novo viés de análise: se torna um biopoder por não mais atentar somente ao corpo e ser *pelo* corpo, mas, por atingir a espécie humana, a vida mais íntima, mais orgânica, biológica. Transmitindo isso a um macroaspecto, de gestão e gerência, a biopolítica, através dos mecanismos estatais, também pressupostos sob um signo jurídico-político (mas não tão somente) age por articular formas de tornar a vida em conjunto mais longa, qualitativa; não apenas isso, faz a manutenção desta engrenagem social: se for necessária a eliminação de uns para manter-se o todo, que seja!

Reiterando, a razão de Estado, como comentado, fora muito debatida na passagem em que se deu, nas fronteiras da histórica política ocidental. Há uma sinuosa participação de nomes italianos, junto aos de alemães, para tal debate. Botero (1544-1617), Pallazzo³⁴⁶, Delamare (1639-1723), ou, o alemão Chemnitz (1605-1678), dentre tantos, debateram, cada qual em seu matiz, este tema, segundo nos mostra Foucault:

BOTERO: "Um perfeito conhecimento dos meios através dos quais os Estados se formam, se fortalecem, resistem e crescem".

PALAZZO (*Discurso sobre o Governo e a Verdadeira Razão de Estado*, 1606): "Um método ou uma arte que nos permite descobrir como fazer reinar a paz e a ordem no seio da República".

CHEMNITZ (*De Ratione Status*, 1647): "Certa consideração política indispensável a todas as questões públicas, conselhos e projetos, cujo único objetivo é a preservação, a expansão e a felicidade do Estado; meta essa que justifica a adoção dos meios mais fáceis e rápidos".³⁴⁷

³⁴⁵ cf. CASTRO, Edgardo. *Introdução a Foucault*. Trad.: Beatriz A. Magalhães. BH: Autêntica Editora. 2015: p. 109.

³⁴⁶ Nascimento e falecimento desconhecidos.

³⁴⁷ cf. FOUCAULT, Michel. “‘Omnes et singulatim’: vers une critique de la raison politique”. In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994: p. 151, tradução nossa.

Anteriormente a este advento político, um Estado soberano forte se descrevia, basicamente, em como o mesmo poderia expandir seu território, firmando alianças ou não, para que isso se tornasse possível. Ou seja, era basicamente pela via da violência e do domínio que as coisas eram resolvidas.³⁴⁸ Violência aquela contrária à ideia de “bem-estar social”, típica do mundo contemporâneo. Nos dias atuais, pelo menos, devemos “crer” que este *welfare* ainda exista (ironia!?). No entanto, voltando-nos ao texto e como outrora demonstrado, a passagem do poder pastoral para a modernização estatal deixou resquícios, algum tempo depois, no interior dos Estados regidos através de uma racionalidade política. Racionalidade esta que se tornou cada vez maior, com o passar dos séculos. Se não a maior, talvez uma das mais importantes características desse Estado racional e governamentalizado, seja a da condução de condutas, isto é, da condução de almas, ou ainda: do “governo dos indivíduos por sua própria verdade”. Além desta, temos também aquela do caráter totalizante e, ao mesmo tempo, individualizante, do poder pastoral: o Estado, sob a sombra da razão, da mesma maneira, gere a população, bem como, disciplina e esquadrinha cada um dos indivíduos. Mas, mesmo que nós estejamos diante de um exímio genealogista, Foucault não quer, de forma alguma, resgatar este momento de influência, de um poder dito pastoral a uma racionalidade político-estatal, passo-a-passo.³⁴⁹

Uma nova arte de governar emerge: a da razão de Estado, ou, um Estado cada vez mais “ateu”. Todavia, em uma espécie de *oximoro*, sem excluir de vez a ideia de um poder pastoral dos homens, pondo-nos diante de uma questão amplamente paradoxal. Mas, devemos lembrar que essa “não exclusão” também não significa seu “triunfo”. Dentre as dificuldades que o pastorado enfrentou durante os anos em que se estabeleceu, temos o fato dele ter sido um tipo de poder essencialmente urbano e que pouco se conciliou com a pobreza do campo, na Idade Média, em seu princípio; não obstante, o pastorado é uma tecnologia que exigiria certa carga cultural, tanto do pastor, quanto do rebanho (outra lacuna); além de ser um fenômeno sócio-político, e, de certa maneira, contrário ao que o próprio feudalismo impunha, no quesito “relacionamento pessoal”.³⁵⁰

³⁴⁸ Sobre o tema da violência, nos estudos de Foucault, indicamos fortemente o trabalho – específico sobre este assunto – de Frédéric Gros: cf. e.g. GROS, Frédéric. "Foucault, penseur de la violence?". In *Cités*, vol. 50, n.º. 2, 2012: p. 75-86. <https://doi.org/10.3917/cite.050.0075>

³⁴⁹ cf. FOUCAULT, Michel. “‘Omnes et singulatim’: vers une critique de la raison politique”. In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994: p. 144-148.

³⁵⁰ cf. *Ibidem*. p. 148.

Imaginemos o escândalo que isto gerou, na sociedade, por volta do século XVI: a “desatribuição”, no seio do Estado, das idéias aletúrgicas relativas a Deus, ou, a costumes cristãos. Para fixarmos bem este raciocínio vejamos, nas palavras de Foucault:

Essa razão de Estado [...] é, de fato, em certo sentido todo um remanejamento, digamos, utilitário e calculador de todas as aleturgias que eram que eram próprias do exercício do poder. Tratava-se de fato de constituir um tipo de saber que fosse de certo modo interno ao exercício do poder e útil para ele. Mas a constituição da razão de Estado foi acompanhada por todo um movimento que foi evidentemente sua contrapartida negativa: era preciso varrer os adivinhos da corte do rei e substituir a astrologia, aquela espécie de conselheiro que era ao mesmo tempo o detentor e o invocador da verdade, por um verdadeiro ministro, que fosse capaz de proporcionar ao príncipe um conhecimento útil.³⁵¹

Essa racionalização, como debate Foucault, é algo que no século XVIII suscitou variadas análises também no quadro geral do que ele mesmo chamou de “técnicas de si” (*techniques de soi*). As célebres questões filosóficas tradicionais (O que é o homem? O que é a verdade? O que é o conhecimento? Etc.), com Kant (1724-1804) e sua filosofia crítica, apresentam um ligeiro, mas importante deslocamento: quem somos nós neste tempo que é nosso? Um questionamento profícuo, mas que mesmo assim, ainda perdurou no uso de uma forte ontologia formal. Foucault o reatualiza: *que sommes-nous aujourd’hui?* (que somos nós hoje?). É a pergunta que ele se faz e que busca compreender em diversos cânones da filosofia ocidental, bem como, de outros campos de análise: Kant, Fichte (1762-1814), Hegel (1770-1831), Nietzsche (1844-1900), Max Weber (1864-1920), Husserl (1859-1938), Heidegger (1889-1976), Escola de Frankfurt... Mas Foucault é fiel ao auscultar os batimentos contemporâneos: trata sempre de uma reflexão histórica e prática, “sobre nós mesmos”. E é essa racionalidade que, segundo ele, além de nos confirmar como seres pensantes, paralelamente, também nos ratifica como seres que morrem, que fazem morrer, que fazem a guerra, que precisam de ajuda, que votam contra ou a favor de um governo “que amputa o orçamento (*budget*) da Seguridade social”. Enfim, esta racionalidade, dita de outra maneira (histórica), se apresentou, também, ali pelos séculos XVII e XVIII (como já dito diversas vezes) diante do eixo da razão de Estado: um conjunto específico de tecnologias de governo.³⁵²

A razão de Estado, como nos conta Foucault, é uma novidade.³⁵³ Entretanto, se entendermos por razão de Estado “o”, ou, “os” mecanismos pelos quais o Estado pode

³⁵¹ cf. FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos: curso no Collège de France (1979-1980)*. Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2014: p. 10, 11.

³⁵² cf. Idem. “La technologies politique des individus”. In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994: p. 813-821.

³⁵³ cf. Idem. *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 245; Ibidem. Ed. Br. 2008b. p. 320.

funcionar, ela de certo modo é bem antiga. Remonta à questão dos realistas políticos que, há muito, já a discutiam, pelo menos desde Nicolau Maquiavel (1469-1527), quando o reforço das bases do Estado era um tema altamente contundente e representou uma ruptura no seio das tradicionais concepções de ética e política.³⁵⁴ Faremos, agora, uma rápida digressão elucidativa a respeito destes temas, para entendermos como opera a crítica que Foucault constata, a respeito da filosofia política do filósofo florentino.³⁵⁵

Maquiavel vive na era do Renascimento, época de grandes mudanças econômicas, culturais e científicas. De forma geral, em sua obra, a formação do Estado nacional, atende aos objetivos políticos de unidade e tem por objetivo resgatar a dimensão de glória e honra da chamada *arte da guerra*, que costumava circundar as atividades militares na Grécia clássica e em Roma. Cabe lembrar que o Renascimento se voltava contra os valores da moral cristã e operava uma reapropriação e ressignificação de alguns dos valores pagãos, da *polis* grega e da república romana, tais como: *honra*, a *bela morte* vivida pelo herói coberto de glória; e a *virtú*, que designa potência, valor, excelência. Assinala-se, com isso, a primeira fase de nosso comentário: aquela a respeito da laicização do Estado.

Prosseguindo, o eminente sociólogo americano Robert Nisbet (1913-1966) comenta, por exemplo, que:

[...] como Platão, dois mil anos mais cedo, Maquiavel percebe o laço indissolúvel existente entre o homem que ama o seu país e o homem que luta por ele, do mesmo modo que o faz por sua família e seus amigos. A guerra havia tido esta função na *polis* grega, na república Romana e, de certo modo, entre as milícias feudais.³⁵⁶

A utilização de tropas mercenárias, por outro lado, favorecia a perda da liberdade no Estado e, portanto, de sua força política e civil. Eis porque Maquiavel defende um Estado Nacional formado por cidadãos soldados, no qual a ação militar seja profissionalizada e submetida aos fins de um Estado. Em sua obra *A Arte da Guerra* (1521), prossegue Maquiavel:

Uma cidade bem organizada decretará, portanto, que esta prática da *Arte da Guerra* será utilizada em tempos paz, como exercício, e em tempos de guerra, como necessidade e glória, e permitirá que apenas o povo a pratique como profissão, como

³⁵⁴ cf. e.g. GUIMARÃES, Carlos Nunes. “Maquiavel e Max Weber: ética e realismo político”. In *Argumentos: Revista de Filosofia*. Ano 2, nº 4, 2010: p. 41.

³⁵⁵ Boa parte desta exposição remonta a nosso estágio supervisionado, nas Faculdades Ideal – FACI, para o “Curso de Especialização em Finanças, Orçamento e Contabilidade Pública”, durante a disciplina Ciência Política Contemporânea, ministrada pela já aposentada professora da UFPA, Dra. Verônica de Araújo Capelo, em 15 e 23 de fevereiro de 2013. Como o texto não fora publicado, ainda, gostaríamos de fazer, aqui, jus à esta influência.

³⁵⁶ “Like Plato, two thousand years earlier, Machiavelli saw the indissoluble tie that exists between the man who loves his country and the man who fights for it as he does his family and friends. War had had this function in the Greek polis, in the Roman Republic, and, in a way, among the feudal militia, the knights, even though it fought not for country but for personal, feudal ties.” (cf. e.g. NISBET, Robert. *The Social Philosophers: community & conflict in western thought*. New York: Thomas Y. Crowell Company. 1973: p. 59, tradução nossa).

ocorreu em Roma. Qualquer cidadão que exerça tal atividade com outro fim não é um bom cidadão, e qualquer cidade que se conduza de outro modo não é bem governada.³⁵⁷

Na obra do autor florentino podemos identificar três elementos constitutivos do Estado: o *dominium*, que designa domínio ou território, espaço geográfico; o *imperium*, que envolve a aceção jurídica de autoridade e mando; e, por fim, *os homens*, definidos, a partir da apropriação de conceitos aristotélicos e escolásticos de matéria e forma, como a matéria (os homens, o povo) sobre a qual um príncipe ou Estado “introduz uma forma”, um modo de ser/agir.³⁵⁸

Maquiavel defendeu a união entre *força* e *lei*, entre a esfera *militar* e a *política*, para garantir a unidade e estabilidade do Estado. “As principais bases que os Estados têm, sejam novos, velhos ou mistos, são as boas leis e as boas armas”.³⁵⁹ Para Maquiavel o termo “boas armas” remete à formação de um Estado Nacional, no qual o exército é constituído por soldados cidadãos recrutados profissionalmente pelo Estado. O filósofo reconhece a impossibilidade da existência do Estado sem o apoio de uma força militar, bem como, a existência de uma força militar sem a legitimidade política de um Estado. Diferentemente de Platão³⁶⁰, que via na origem do Estado o fato de o homem não se bastar a si próprio, tendo várias necessidades e precisando, assim, de ajuda mútua ou solidariedade, e, de Aristóteles (384 a.C - 322 a.C), que via na amizade (*philia*), e na capacidade de linguagem e razão, os fatores essenciais do surgimento da *polis*. Em Maquiavel, a origem da comunidade política senda a *busca* de *segurança* tendo, portanto, como fator básico o *medo*, tal como em Hobbes (*O Leviatã*), que remetia à alusão da “guerra de todos contra todos”, fator desencadeador da necessidade de um pacto e de um contrato social que daria origem ao Estado.

Entretanto, Foucault identifica que, apesar de tudo, a razão de Estado, da maneira estatística, administrativa e gestionária que conhecemos, ainda não é especificamente tratada e visualizada na obra do autor florentino. Na verdade, fora em uma literatura “antimaquiavel” que organizou e trabalhou esta vereda para a aquisição de um Estado forte, autossuficiente e diplomático-militar, já que, em Maquiavel, apesar de todas as características que acabamos de

³⁵⁷ “A well-ordered city will then decree that this practice of warfare shall be used in times of peace for exercise and in times of war for necessity and glory, and will allow the public alone to practice it as a profession, as did Rome. Any citizen who in such an activity has another purpose is not a good citizen, and any city that conducts itself otherwise is not well governed.” (cf. e.g. NISBET, Robert. *The Social Philosophers: community & conflict in western thought*. New York: Thomas Y. Crowell Company. 1973: p.59, tradução nossa)

³⁵⁸ cf. e.g. GRAZIA, Sebastian. *Maquiavel no Inferno*. SP: Companhia das Letras, 1993: p.169.

³⁵⁹ cf. MAQUIAVEL, Nicolau. “O Príncipe.” In *Os Pensadores*. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial. 1973: p. 55, Cap. XII.

³⁶⁰ Data de nascimento e morte desconhecidas: só sabe-se que Platão nasceu e morreu em Atenas, na Grécia.

ver, o intuito da organização desta arte de governar, desta *raison d'État*, está à mercê dos anseios, necessidades e do recrudescimento da figura do Príncipe. Ou seja, na realidade, Maquiavel se insere como um tampão para o tema que estava a se esvaír, o tema da arte governar. Como Foucault explicita: “Esse ponto de repulsão, em relação ao qual, por oposição [ao qual] e [pela] rejeição do qual se situa a literatura do governo, esse texto formidável é, evidentemente, *O Príncipe*, de Maquiavel.”. Ora, é assim, um texto muito aclamado pelos contemporâneos da época, e que no século XIX é resgatado principalmente pela tradição alemã, tal como Rehberg, Leo, até mesmo Clausewitz.³⁶¹

As características do príncipe estariam ancoradas em quatro modalidades básicas de compreensão: 1- o princípio, ou, a relação de interioridade e exterioridade que, em Maquiavel, demonstra uma “transcendência em relação ao seu principado”, mais especificamente, que põe no soberano a alcunha de signo “excessivo”; 2- o corolário, ou, entre outros termos, a ameaça eminente que é exterior ao príncipe, deixando sujeito o seu império ou reino aos ataques adversos, advindos tanto do exterior, quanto do interior do território sob domínio; 3- o imperativo, ou, em consequência ao corolário, a ideia de que deve-se manter pela força o governo do Estado, ou seja, a máxima de que se deve sempre “fortalecer e proteger este principado”; 4- por fim, o objetivo de manter a relação príncipe-súditos-território.³⁶² Características que, mais uma vez, reafirmam, de certo modo, a soberania. Como Foucault expõe: “Em linhas gerais, digamos que *O Príncipe* Maquiavel, tal como aparece na filigrana desses diferentes tratados, explícitos ou implícitos, fadados ao anti-maquiavel, aparece essencialmente como um tratado de habilidade do príncipe em conservar seu principado.”³⁶³

Seria esta problemática a ser substituída, então, pela nova literatura que estabeleceria uma nova arte de governar. Esta nova literatura, a qual Foucault destaca nomes como os de La Perrière (1499-1565), La Mothe Le Vayer (1588-1672), é a que, de fato, inseriria as noções de governo da família, governo da casa, governo de todos, e, enfim, a “ciência de bem governar” o Estado. Esse ato de governar, sem mais palavras, é traduzido por aplicar a economia ao nível do Estado, como Foucault diz: “A introdução da economia no seio do exercício político, isso é, a meu ver, que será a meta essencial do governo”.³⁶⁴

No Estado, prevalecerá a noção de que é muito mais viável agir diplomaticamente com os aliados e vizinhos, mantendo-se, de certo modo, a ideia de uma “paz”. Governar, entre outras

³⁶¹ cf. FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 92, 93; Ibidem. Ed. Br. 2008b. p. 119, 120.

³⁶² cf. Ibidem. p. 95; Ibidem. Ed. Br. p. 122.

³⁶³ cf. Ibidem. p. 95; Ibidem. Ed. Br. p. 123.

³⁶⁴ cf. Ibidem. p. 96-98; Ibidem. Ed. Br. 123-126.

palavras, transcreve-se, então, como manter a ordem interior por meio do uso de um estado policial, e a ordem exterior por meio da diplomacia.

Para finalizarmos, iremos definir a noção de razão de Estado: ela é uma arte que apesar, como menciona Foucault, de suscitar o entendimento do uso da violência e da “arbitrariedade”, na época em que emergiu, condizia com a inserção de mecanismos racionais na administração do Estado. Mecanismos esses que agiriam de forma a torna-lo mais forte e unitário. Ademais, a arte de governar seria racional devido levar em conta a natureza daquilo que se quer observar, isto é, o próprio Estado. Um terceiro ponto, já abordado por nós, seria o da própria recusa de Maquiavel como modelo específico de incisão dos modos de governo. Por fim, a ideia de que a arte de governar não é uma forma de governo divino, mas um modelo no qual está presente uma aritmética política, com o uso principal de saberes novos, emergentes, tais como a estatística e a economia.³⁶⁵

No último capítulo desta dissertação veremos como esta arte de governar entra em crise, em nossa contemporaneidade mais recente, aquela do começo do século XX, quando a mesma não mais tratará de fortalecer o Estado, mas, por meio dos mecanismos do próprio direito e de veridicções (método exposto por Foucault) mercadológicas, irá reconfigurar-se, tomar nova face: a de uma arte de governar “minimamente”, em uma configuração explícita da governamentalidade liberal e, mais ainda, neoliberal.

³⁶⁵ cf. FOUCAULT, Michel. “‘Omnes et singulatim’: vers une critique de la raison politique”. In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994: p. 151-153.

4.3- O *homo oeconomicus*, a bioeconomia: perspectivas biopolíticas

4.3- Introdução

“[...] por que é preciso governar? Ou seja: o que é que torna necessário que haja um governo e que finalidades deve ele perseguir, em relação à sociedade, para justificar sua existência.” (Foucault. *Nascimento da biopolítica*, p. 434)

No âmbito dos estudos foucaultianos a figura do *homo oeconomicus* (homem econômico) é uma premissa importante, diríamos até “um chavão”, do conjunto da chamada “analítica do poder”. Este termo é utilizado pelo filósofo francês principalmente no curso *Naissance de la Biopolitique* (1978/79) para designar o indivíduo moderno como “empresário de si”, ou, aquele que é “seu próprio capital”, “capital humano”, isto é, o indivíduo contemporâneo que faz da sua vivência um “modo de ser” produtivo.³⁶⁶ O ensejo significativo deste chavão resvala na mudança de temas e questões diretamente ligadas à economia, para uma análise de outro âmbito, qual seja, o social.³⁶⁷ Como menciona Maurizio Lazzarato, o contexto no qual o *homo oeconomicus* estaria inserido, nas sociedades contemporâneas, seria o de uma *bioeconomia*. Ou seja, encontrar-se-ia imerso à aspectos econômico-políticos que estariam adjuntos aos cálculos vitais.³⁶⁸ Em outras palavras, a economia não poderia mais ser vista aquém do que é relativo à vida. O *homo oeconomicus* dá entendimento não só ao sujeito econômico – aquele que visa a riqueza e o lucro, evita o trabalho desnecessário, opera em prol do consumo e da produção própria – mas, também, ao sujeito social: aquele que se casa, cria filhos, comete delitos, etc.³⁶⁹

A análise que Foucault faz e profere a respeito desta questão, no curso de 79, apresenta-se de forma mais intensa nas últimas aulas deste ano de atividades, no *Collège de France*. Ora, apesar de ser pouco tempo destinado para um assunto tão complexo e antigo³⁷⁰, o tema é de

³⁶⁶ “L’*homo oeconomicus*, c’est un entrepreneur et un entrepreneur de lui-même. Et cette chose est si vraie que, pratiquement, ça va être l’enjeu de toutes les analyses que font les néolibéraux, de substituer à chaque instant, à l’*homo oeconomicus* partenaire de l’échange, un *homo oeconomicus* entrepreneur de lui-même son propre producteur, étant pour lui-même la source de [ses] revenus.” (cf. e.g. FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard/Seuil. 2004: p. 232; Ibidem. Ed. Br. 2008a: p. 311)

³⁶⁷ cf. Ibidem. p. 271, 272; Ibidem. Ed. Br. 2008a: p. 365, 366.

³⁶⁸ cf. LAZZARATO, Maurizio. “Biopolítica/Bioeconomia” In PASSOS, Izabel C. Friche (Org.). *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. BH: Autêntica Editora. 2013: p. 41-52.

³⁶⁹ cf. FOUCAULT, Michel. Ed. Fr. op. cit. p. 272; op. cit. 2008a: p. 366.

³⁷⁰ N.B.: Esta discussão tem de pelo menos dois séculos. Além disso, encontra-se uma grande produção acadêmica que o discute, seja a respeito de sua origem ou morfologia, como sua ontologização e universalização de problemáticas. (cf. BROWN, Wendy. “Revisando Foucault: *homo politicus* e *homo oeconomicus*”. Trad.: Danielle G. Archela, Gustavo H. Dalaqua e Sibebe Paulino. in *Revista DoisPontos*., Curitiba: São Carlos, vol. 14, nº. 1, p. 265-288, 2017: p. 266. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dp.v14i1>)

suma importância para entendermos a polêmica³⁷¹ relação que, segundo alguns estudiosos, haveria entre Michel Foucault e o neoliberalismo (a qual trataremos mais adiante). Além de exemplificar e oferecer uma luz às questões anteriores de sua obra, tais como: a norma e o funcionamento do poder disciplinar; bem como, assuntos paralelos, tais quais, a psicologia, a psiquiatria e a psicanálise.³⁷² A biopolítica se insere, neste debate, justamente por meio destes meandros.

Na medida em que o sujeito moderno pode ser tido como “livre” para “bem agir”, em torno de si e para si mesmo, marcando uma individualização de corpo e *ethos*; e, na maneira em que os próprios sistemas econômicos – liberais, ou melhor, neoliberais – configuraram-se como peças importantes e articuladoras de uma intensa governamentalidade populacional que aglutina os modelos metodológicos anteriores, quais sejam, o de uma busca intensa pelo recorte epistemológico de saberes modernos que, logo mais, serão embebidos, por Foucault, de um assaz percurso prático e, de certo modo, político (o exemplo maior disto é a economia política); a biopolítica, invariavelmente ganha espaço, sendo um alargamento temático.

4.3.1- Liberalismo e neoliberalismo

Um ano antes, no curso de 78, Foucault lança mão da discussão de diversos parâmetros históricos das chamadas “artes de governar”. Por sinal, este termo justamente remete ao que “é, precisamente, a arte de exercer o poder na forma e segundo o *modelo da economia*”, como já vimos em outro momento deste trabalho.³⁷³ Figura também a temática da transição do Estado de soberania (feudal) para um Estado administrativo (gestor), entre outras temáticas.³⁷⁴ Isto é algo que durante os séculos XVII e XVIII fora, com certeza, uma novidade: até então a economia era vista isoladamente em relação a outros campos sociais, de tal maneira a incumbir-

³⁷¹ Polêmico, pois, segundo Geoffroy de Lagasnerie, em sua obra *A última lição de Michel Foucault* (2013), o mesmo nos fala de um Foucault transgressor: “De todos os cursos ministrados por Michel Foucault no Collège de France, *Nascimento da Biopolítica*, é provavelmente o mais comentado. Por outro lado, e sob muitos aspectos, é o mais controverso. Pois a análise do neoliberalismo sugerida por Foucault, a leitura que ele propõe dos principais teóricos dessa corrente e a interpretação que efetua das políticas que se inspiram nessa doutrina geraram uma grande polêmica: e se Foucault, no fim da vida, estivesse virando um liberal? Esse curso não atestaria que, a partir dos anos 1980, ele começava a descer uma ladeira perigosa?” É claro que o autor não tarda em dizer, logo no início de seu livro, que o curso de Foucault “pode então ser lido como uma meditação sobre a crítica, sobre o significado de ser crítico, e supõe que a condição da formulação de uma prática de resistência ao liberalismo é detectar a especificidade desse fenômeno”, o que entendemos como mais uma das artimanhas foucaultianas de pôr em prática sua filosofia crítica do sujeito: é preciso falar-se de tudo, transgredir nossas fronteiras ideológicas, pôr em xeque o que nos incomoda. É o que ele faz em *Nascimento da Biopolítica*. (cf. LAGASNERIE. Geoffroy de. *A Última Lição de Michel Foucault*. Trad.: André Telles. SP: Três Estrelas. 2013: p. 17, 31)

³⁷² cf. Ibidem. p. 147.

³⁷³ cf. FOUCAULT. Michel, *Sécurité, territoire, population*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004: p. 99; Ibidem. Ed. Br. 2008b: 127, (*grifos nossos*).

³⁷⁴ cf. Ibidem. p. 92; Ibidem. Ed. Br. 2008b. p. 118.

se apenas de números e dados. No curso precedente a análise não difere do anterior. Desta vez, se debruçando sobre a matiz da arte de governar neoliberal, Foucault investiga alguns modelos econômicos, quais sejam, os da Escola de Chicago (neoliberalismo americano) e o modelo Ordoliberal (germano-europeu), para dar prosseguimento ao que vinha discutindo desde a última aula do curso *Il faut défendre la société*, de 76, no *Collège de France*. Rememorando: o já supracitado termo “biopolítica” (*biopolitique*).

Não a esmo, este debate ocupa grande destaque nos cursos que prosseguiriam, quais sejam, os de 78 e 79. Entretanto, sob outro viés: corriqueiramente, o econômico. No curso de 79, o qual trataremos aqui, Foucault atribui ao modelo liberal de governo ou, mais precisamente, à governamentalidade neoliberal o *locus* ideal, tanto para o desenvolvimento, quanto para o cotejo da biopolítica:

[...] a análise da biopolítica só poderá ser feita quando se compreender o regime geral dessa razão governamental de que lhes falo, esse regime geral que podemos chamar de questão de verdade – antes de mais nada da verdade econômica no interior da razão governamental –, e, por conseguinte, se se compreender bem o que está em causa nesse regime que é o liberalismo, o qual se opõe à razão de Estado, ou antes [a] modifica fundamentalmente sem talvez questionar seus fundamentos. Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, aprender o que é a biopolítica.³⁷⁵

Expostas tais premissas, esperamos dar conta deste envolvimento sinuoso e voraz que é o interesse de Foucault, tanto pela economia política contemporânea, quanto pela problemática questão do neoliberalismo.

Esta incursão, presente no pensamento de Foucault, se desenvolve por meio de um deslocamento histórico que perpassa a emergência do modelo econômico liberal, no século XVIII, indo ao neoliberal, em meados do século XX. De antemão, deve-se tomar nota de que *liberalismo* e *neoliberalismo* são designações carregadas tanto de igualdades, quanto de diferenças, onde, dentre elas, as mais latentes intersecções residem na temática da *liberdade*, e mais especificamente, da *liberdade de mercado*. Em simples palavras, enquanto naquele a chamada “liberdade de mercado” era entendida como algo “natural” – o que, de fato, já era presente na *fisiocracia*, muito embora essa última ter constado, grosso modo, como uma tentativa de reforço das bases da soberania –; neste, levava-se em consideração que a liberdade deve ser sempre movida e fundamentada através da competição.³⁷⁶

³⁷⁵ cf. FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard/Seuil. 2004: p. 24; Ibidem. Ed. Br. 2008a: p. 30.

³⁷⁶ cf. VEIGA-NETO, Alfredo. “Governamentalidade, neoliberalismo e educação” in BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Foucault: filosofia & política*. BH: Autêntica Editora, 2013: p. 38.

A emergência do liberalismo coincide com a própria história da democracia moderna. Assim, fica difícil identificar o que há de democrático e liberal nas atuais democracias liberais. Ou seja, o liberalismo não é totalmente sincrônico em sua emergência histórica. Isso quer dizer que nos diferentes países os quais ele se apresentou não há um momento fundador/possibilitador único do mesmo.

Por exemplo, enquanto na Inglaterra pode-se apontar a Revolução Gloriosa (1688-1689)³⁷⁷ como de uma aberta manifestação deste modelo, nos demais países europeus ele será um fenômeno muito mais comum e presente apenas no século XIX, aparecendo durante a modernidade e tendo como *baricentro* a Europa. Fora também percebido mais intensamente nos países onde houve certa hegemonia cultural europeia, na era da descolonização, como: Austrália, América Latina, parte da Índia e do Japão. No entanto, é o menos exportável entre os ideais políticos da Europa (se comparado a outros tipos de democracias), tais como: os diversos nacionalismos, socialismos; o catolicismo social, etc.³⁷⁸

Nos registros existentes a respeito dos inúmeros momentos liberais, na historiografia moderna, façamos rápida menção ao liberalismo econômico da Escola de Manchester que, segundo Norberto Bobbio et. al., fora um tipo de liberalismo que defendeu a liberdade como uma *incessante busca pela felicidade*³⁷⁹, devendo ela ser livre para cada indivíduo (o problema disso é que tal premissa também fora comum entre os Estados absolutistas). De fato, principalmente após o iluminismo francês, o sentido que se entrega ao liberalismo recai sobre o "individualismo", i.e, não apenas a defesa radical do indivíduo, mas, também, a contraposição

³⁷⁷ cf. e.g. HILL, Christopher. *The Century of Revolution (1603-1714)*. London & New York: Routledge Classics/Taylor & Francis e-Library, 2002: p. 273-276; Cap. 18: "Politics and Constitution: The Glorious Revolution".

³⁷⁸ cf. BOBBIO, Norberto, et al. *Dicionário de Política*. Trad.: Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1998: p. 686, et. seq.

³⁷⁹ Este é um tema o qual possivelmente pode ser interligado também à noção de utilitarismo que, em linhas gerais, norteava-se pela mesma prerrogativa: a busca pela felicidade. Bentham coloca o princípio de utilidade como fundamento desse sistema "cujo objetivo consiste em construir o edifício da felicidade através da razão e da Lei."³⁷⁹ O utilitarismo, segundo Bentham, tem como finalidade a *felicidade*, visto que ele é uma marca presente em qualquer objeto ou "coisa" que almeja "produzir ou proporcionar benefício, vantagem, prazer, bem ou a própria felicidade"³⁷⁹. Em uma de suas obras capitais, qual seja *An Introduction to the Principles of Moral and Legislation* (1786), ou, *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*, sustenta que a sociedade não começa partindo do "todo" – ou, como ele mesmo diz: a *comunidade geral* –, mas pela parte, ou seja, centralizando-se no sujeito desta comunidade, onde a soma dos indivíduos presentes neste "todo" formam o "corpo fictício" ou sociedade. Sobre isto, Bentham comenta que "é inútil falar do interesse da comunidade, se não se compreender qual é o interesse do indivíduo", e como sabemos, o interesse do indivíduo visa à felicidade. Bentham assim define o *princípio de maior felicidade* "[...] o princípio da maior felicidade [...] estabelece a maior felicidade de todos aqueles cujo interesse está em jogo, como sendo a justa e adequada finalidade da ação humana. [...] A palavra "utilidade" não ressalta as idéias de *prazer* ou *dor* com tanta clareza como o termo "felicidade" [...]; tampouco o termo nos leva a considerar o *número* dos interesses afetados..." (cf. e.g. BENTHAM, Jeremy. *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*. In *Os Pensadores*. 1ª. ed. São Paulo: Abril Cultural & Industrial, v. XXXIV, 1974: p. 9, 10)

a tudo que se interpõe entre o sujeito e o Estado. Nesse sentido, no mercado, na política ou na economia, "o homem deve agir sozinho". Pensando em um aspecto sócio/institucional e tomando como baluarte a sociedade civil, pode-se atentar que, na Inglaterra, durante o século XVII, o indivíduo se apresentava "naturalmente" incutido na sociedade e isso desembocava na ideia de que a liberdade individual sempre era avistada contrapondo-se à ideia de governo, este último, "um mal necessário".³⁸⁰

Doravante, no caso do modelo *neoliberal*, poderíamos pensar como peça-chave de interpretação a relação entre “instituições e a ação individual”. Também, o movimento crítico de se deixar de lado condutas econômicas “maximizadoras”, que antes – no liberalismo clássico – eram “naturalizadas” em prol de um “equilíbrio geral da economia”. A solução final que os autores do neoliberalismo dão às questões econômicas reside na recusa do intervencionismo institucional. Recusa esta respaldada através da busca pela *eficiência* de funcionamento, ou, dito de outra forma, pela sua *autogestão*. Esta eficiência, cabe lembrar, persegue, mas nunca chega à “perfeição”. É claro, dentre os autores neoliberais, há divergências de opiniões: alguns economistas, principalmente se pensarmos em Louis Rougier (1889-1982) ou Walter Lippmann (1889-1794), bem como, os chamados “ordoliberais alemães”, mantiveram a necessidade de certas medidas e intervenções governamentais; conquanto, por erro de interpretação de alguns críticos, atribui-se que Von Mises (1881-1973) teria apoiado-se fortemente sobre o princípio do *laissez-faire* e, conseqüentemente, aparentado um retorno ao liberalismo dogmático. Entretanto, isto é errôneo. Assumir esse risco analítico significaria deixar de lado pontos importantes da leitura econômica de Von Mises. Um deles, a título de exemplo, seria a “valorização da concorrência e da empresa como forma geral da sociedade”, ou, na maneira a qual Foucault diria, como *verdades* daquele momento.³⁸¹

Foucault comenta de forma ácida, em uma de suas aulas, no curso de 79, a corriqueira análise crítica do liberalismo, feita na França, em sua época. Segundo ele, era uma análise que atentava a velhos temas: Smith, Marx, Soljenitsin, etc.; o que contribuía, em relação ao neoliberalismo, para não se “[...] fazer praticamente nada a seu respeito”. O ponto comum entre os modelos (liberal e neoliberal) reside na justificação da limitação do Estado “em nome do mercado”; bem como, da importância da liberdade avistada na “máquina econômica”, além de

³⁸⁰ cf. BOBBIO, Norberto, et al. *Dicionário de Política*. Trad.: Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1998: p. 686 et. seq.

³⁸¹ cf. e.g. FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard/Seuil. 2004: p. 135-137; Ibidem. Ed. Br. 2008a: p. 179-181; LAVAL, Christian, & DARDOT, Pierre. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad.: Mariana Echalar. SP: Boitempo. 2016: p. 197, 198 (Kindle Edition).

sua *eficácia*. Suas vias se bifurcam na medida em que, no modelo liberal, a economia de mercado deverá ser um recorte a se adequar a um Estado pré-configurado, ou, “dado”; como se isso fosse parte de uma natureza primitiva do mesmo e uma peça posta por último no “quebra-cabeças” da sociedade. No modelo neoliberal, ocorre justamente o contrário: busca-se regular de maneira global o poder político, tendo como base a economia de mercado, a qual é pensada por meio de uma nova arte de governar e de novos princípios formais.³⁸²

Essa série de mudanças que foram expostas no curso de 79 ilustram a reinterpretação do liberalismo econômico, feita em julho de 1939, durante o Colóquio “Walter Lippmann”. Esse último reuniu diversos grandes nomes da economia mundial e foi organizado por ocasião da publicação da tradução para o francês do livro *La cité libre (A cidade livre, 1938)*, do mesmo autor que deu nome ao evento. Mesmo carregando informações que, de certo modo, rememoram o liberalismo clássico, a obra também “apresenta elementos que fazem parte do neoliberalismo”. No evento estiveram, por exemplo, Röpke (1899-1966), Rüstow (1885-1963), Von Mises (1881-1973), Rueff (1896-1978), Marjolin (1911-1986), Aron (1905-1983), etc. Seguindo pela via do distanciamento entre os modelos econômicos (para sanar eventuais dúvidas), queremos glosar que, enquanto o liberalismo ostentou um caráter de *laissez-faire*, ou seja, um *modus operandi* que entregou certa liberdade de mercado, em pleno século XVIII, no seio de um Estado policial (*Polizeiwissenschaft*), nos restaria a dúvida: como, justamente, fora possível tal liberdade? (Já que o Estado é quem gere tudo e quem entrega a todos os indivíduos a autonomia, a profissão, os privilégios, etc.). É este o problema exposto por Foucault: a passagem do modelo liberal ao neoliberal foi necessariamente marcada pelo esquecimento de um “dirigismo” do Estado, que ainda era presente no primeiro caso. A mecânica de *laissez-faire*, advinda do liberalismo clássico de Smith e Ricardo, permitiu ao Estado continuar governando os indivíduos e visando o “enriquecimento”, tanto de crescimento, como de *poder*. Brevemente falando, a ideia era “alcançar mais Estado com menos governo: era essa, em suma, a resposta do século XVIII”.³⁸³

E esse era o grande problema levantado pelos neoliberais: na medida em que o Estado ainda atuava pelos bastidores dos jogos de poder estabelecidos no âmbito social, continuou-se dirigindo a sociedade; mesmo quando permaneceu entregando ao corpo social uma dita liberdade, seja de mercado ou de qualquer outro tipo. “Como a liberdade econômica pode ser

³⁸² cf. e.g. FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard/Seuil. 2004: p. 135-137; Ibidem. Ed. Br. 2008a: p. 179-181; LAVAL, Christian, & DARDOT, Pierre. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad.: Mariana Echalar. SP: Boitempo. 2016: p. 197, 198 (Kindle Edition).

³⁸³ cf. e.g. Ibidem. p. 106; Ibidem. Ed. Br. 2008a: p. 140.

ao mesmo tempo fundadora e limitadora, garantia e caução de um Estado?”.³⁸⁴ Indagação primeira, de Foucault, que provocou uma reviravolta nos estudos econômicos do século XX, fazendo com que houvessem uma série de modificações que iam de sua estrutura interna à externa. Quer dizer, dever-se-ia possibilitar uma estrutura “real” de mercado que possibilitaria a concorrência “pura”, no centro do liberalismo clássico, e, como menciona Foucault: “[...] sob o signo de uma vigilância, de uma atividade, de uma intervenção permanente”. Esses eram os tomos principais do neoliberalismo: repelir a naturalização do mercado em detrimento a uma política não dirigida.³⁸⁵

Ora, da maneira como é exposto o argumento, entende-se que a interpretação de Foucault, acerca do neoliberalismo, *reverte* o que comumente se pensa a respeito deste modelo, entregando-lhe “suavidade”. Antes de tudo, devemos entender que o filósofo francês não enxerga o liberalismo como uma teoria econômica, ou, como uma ideologia política: ele é uma arte de governo, necessariamente, de governo da vida. Esta arte de governo introduz uma nova racionalidade governamental que rompe, efetivamente, com o modelo medieval de dominação e a razão de Estado moderna.

Ademais, exemplificando, em países como os Estados Unidos, onde o modelo neoliberal impera há pelo menos meio século, existem altas taxas de competitividade entre empresas, sejam elas pequenas ou grandes. Isso gera força motriz para os preceitos que há muito já conhecemos a respeito deste modelo, a saber, liberações econômicas extensas, privatizações de empresas estatais, a chamada austeridade fiscal, o livre comércio, a desregulamentação cambial, cortes de despesas governamentais; enfim, o implante de um “Estado mínimo”, bem como, o reforço do setor privado.³⁸⁶ Em contrapartida, no Brasil, mais ou menos a partir da década de 30, houvera o implante do “desenvolvimentismo” que, em outros termos, remete a um período em que o Estado esteve intervindo fortemente, política e economicamente, nos setores sociais. Dentre os principais ganhos destas medidas podemos citar: a instituição do salário mínimo, “a reestruturação de uma rede de bancos oficiais com vistas a resolver a questão relativa ao financiamento do processo de acumulação”, a dinamização do setor produtor de bens de capital (máquinas, equipamentos e instalações) e de insumos básicos, etc. No entanto, este processo

³⁸⁴ cf. e.g. FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard/Seuil. 2004: p. 106; Ibidem. Ed. Br. 2008a: p. 140.

³⁸⁵ cf. Ibidem. p. 137; Ibidem. Ed. Br. p. 182.

³⁸⁶ cf. BOAS. Taylor C. & GANS-MORSE. Jordan. “Neoliberalism: from new liberal philosophy to anti-liberal slogan” in *Studies in Comparative International Development*. vol. 44, Issue 2, Jun/2009, pp. 137-161. ISSN: 1936-6167. DOI 10.1007/s12116-009-9040-5. Devemos levar em conta de que este é um exame que Foucault constantemente denota de forma *crítica*, devido ao modelo *neoliberal*, segundo o mesmo, ainda manter relações com o Estado. Todavia, é necessário entender *como* se dá esta relação que, é claro, consoma-se de forma diferente em relação a modelos totalizadores, isto é, aqueles em que o Estado intervém diretamente na economia.

entra em profunda crise, principalmente com a chamada “década perdida” (1980), tendo seu ponto máximo entre os anos 1989/1990. Com o esgotamento deste modelo “intervencionista estatal” apresentado à nação, em 1930, o Brasil seria um dos últimos países latino-americanos a entrar no eixo e na engrenagem da *liberalização* financeira, a partir da década de 90.³⁸⁷

O liberalismo, ou melhor, o neoliberalismo, é um sistema que, “na teoria”, funciona muito bem. No entanto, quando partimos para o campo prático, atestamos o contrário. Se nos for permitido mais um exemplo, Maurizio Lazzarato, em seu livro *O Governo do Homem Endividado* (2017), tece duras críticas ao modelo neoliberal norte-americano, tomando como eixo teórico os estudos de Michel Foucault referentes aos cursos de 78 e 79. O sociólogo italiano mobiliza-os para pensar a questão da dívida financeira a qual os indivíduos contemporâneos estão comumente expostos. Ele afirma que

Nos Estados Unidos, dois terços dos diplomados saem endividados da Universidade. O número de pessoas que se endividaram para terminar seus estudos corresponde hoje a 37 milhões. As pessoas se endividam antes de entrar no mercado de trabalho e se endividam para o resto de suas vidas. [...] O endividamento de estudantes manifesta de maneira exemplar a estratégia neoliberal aplicada desde os anos 1970: a substituição de direitos sociais (direitos à formação, à saúde, à aposentadoria etc.) pelo acesso ao crédito, quer dizer, pelo direito de contrair dívidas...³⁸⁸

Seríamos néscios, no mínimo ingênuos, se não percebêssemos os percalços encrustados neste modelo. Principalmente quando refletimos um pouco mais a fundo sobre a situação da América Latina, frente ao avanço do neoliberalismo. Constatamos que, inclusive no Brasil, o modelo quase nunca ou pouco deu certo, se for coerente e permitido elencarmos o modelo norte-americano como “exemplo”, e, é claro, isso não quer dizer uma concordância nossa com o modelo norte-americano.³⁸⁹

³⁸⁷ cf. TAVARES, M^a da C. & MELIN, L. Eduardo. “Mitos globais e fatos regionais.” In FIORI, J. L., Lourenço, M. S. & NORONHA, J. C. (Orgs.) *Globalização: o fato e o mito*. RJ: EdUERJ. 1998: p. 41-54.

³⁸⁸ cf. LAZZARATO, Maurizio. *O Governo do Homem Endividado*. Trad.: Daniel P. P. da Costa. SP: N-1 Edições. 2017: p. 62-64.

³⁸⁹ Para ilustrar melhor esta reflexão, cf.: BURNS, Tyler. “O Estado do neoliberalismo na Argentina”. Trad.: Rebeca Ávila. In *Ópera: Revista independente*. 13-02-2019. Link: <https://revistaopera.com.br/2019/02/13/o-estado-do-neoliberalismo-na-argentina/>; CARNEIRO, Marina. “Entenda a crise cambial que levou a Argentina de novo ao FMI” In *Folha de São Paulo*. 09-05-2018. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/entenda-crise-cambial-que-levou-a-argentina-de-novo-ao-fmi.shtml>; PORTO, Maria Célia da Silva. “Estado e Neoliberalismo no Brasil contemporâneo: implicações para as políticas sociais” in *IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*, UFMA/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís/MA: 25 a 28 de Agosto de 2009: s/p. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf

4.3.2- Fobia de Estado: o mercado, a veridicção, a prática

Passando adiante, metodologicamente, como de praxe, Foucault apresenta o passo-a-passo de sua indagação, logo no começo do curso, ainda na “Aula de 17 de janeiro de 1979”, quando expôs sua metodologia. Seria necessário, segundo o filósofo, mostrar a inteligibilização do mercado como *veridicção*. Ou seja, mostrar *como* o mesmo foi possível:

Isto é, não se trata de mostrar – o que de todo modo é uma tarefa inútil – que ele teria sido necessário, tampouco que é um possível, um dos possíveis num campo determinado de possíveis. Digamos que o que permite tornar inteligível o real é mostrar simplesmente que ele foi possível. Que o real é possível: é isso sua inteligibilização.³⁹⁰

Mas, antes de tudo, essa tal “possibilidade” teria consigo um aparato histórico que permitiu a incursão feita por Foucault. O mesmo identifica que, na passagem do século XIX ao XX, o antigo *modus operandi* de uma arte de governar liberal, que buscava o auto-fortalecimento – via de regra, por meio de uma série de intervenções – naquele Estado chamado por Foucault de “Estado frugal”, ou seja, que agia prolificamente por meio de regulamentações, e era mantenedor de um “preço justo”, tanto para o produtor, quanto para o consumidor; isto é, aquele Estado que versava conquanto uma “justiça distributiva”, o qual se traduz por uma intensa gama de processos que permitiriam que todos tivessem acesso à alimentação, ao direito à compra, etc.; e que buscava, de todo modo, assegurar a sociedade contra fraudes; acima de tudo, que “era um lugar de jurisdição”; ou seja, esse Estado, ou, melhor ainda, esse modelo de razão de Estado, falhará e dará lugar à outra configuração.³⁹¹

Podemos começar a genealogia do desenvolvimento deste debate partindo da questão do mercantilismo. A antiga arte de governar, que é oriunda do século XVIII, antepara-se em três pontos cruciais, recapitulando: 1- na guia econômica, sua “forma de governo” era assentada no mercantilismo o qual, de todo modo, segundo Foucault, “é algo bem diferente de uma doutrina econômica”. Ele atua muito mais como um fator organizacional, de produção e de circuitos comerciais que asseguram, assim, primeiramente, o enriquecimento do Estado; secundariamente, a saúde, bem como, o crescimento populacional; e, por fim, perdurando em uma relação de enfrentamento mercadológico (de concorrência) entre as demais potências mercantilistas; 2- a sua gestão interna era mantida pelo mecanismo policial de modos de ser, atuar, cuidar, gerir; em suma, era gestor – como vimos no último capítulo – acima de tudo;

³⁹⁰ cf. FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard/Seuil. 2004: p. 38; Ibidem. Ed. Br. 2008a: p. 46.

³⁹¹ cf. Ibidem. 31, 32 ; Ibidem. Ed. Fr. p. 42, 43.

3- matinha uma diplomacia “militar”, ou seja, fortalecia o exército e fronteiras, não para uma guerra constante e imperial, mas para salvaguardar a paz e uma dita hegemonia territorial. Logo, para que fosse possível haver uma “pluralidade” e um “equilíbrio”.³⁹² “Mercantilismo portanto, Estado de polícia por outro lado, balança europeia: tudo isso é que fora o corpo concreto dessa arte de governar que se pautava pelo princípio da razão de Estado”.³⁹³ Mas tudo isto outrora fora dito.

A passagem na qual se deu o liberalismo econômico e que o fincou como pedra fixa do exercício das relações de poder – principalmente de mercado – condizia também com o estabelecimento de um novo regime de verdade: o princípio do “deixai-nos fazer”. Colocou-se, então, ainda no século XVIII, uma razão de “autolimitação da razão governamental”, isto é, um “novo tipo de cálculo” o qual, segundo Foucault nos simplifica, traduziu-se por uma máxima que também é uma questão: “aceito, quero, projeto, calculo que não se deve mexer em nada disso?” Para encerrar esta seção, vamos sublinhar a visão de Foucault sobre o liberalismo. Pois bem, para ele, “o liberalismo é uma prática”.³⁹⁴ Esta prática, convém dizer, atua por meio de métodos e limites próprios – do Estado e do governo – que agem em torno de questões, tais como: a constituição/parlamento; a opinião/imprensa; as comissões/inquéritos. Por ser um *modus* moderno de governo, pode-se elencá-lo como um tipo de governamentalidade. Não mais aquela pautada na razão de Estado, mas sobreposta justamente ao redor da limitação governamental; limites estes fincados em termos de “verificação”. Convém também assinalar que, para Foucault, o direito e os limites jurídicos impetrados através dele, afirmam o liberalismo, por meio, é claro, de tensões, atritos. “Essa tarefa é a de estabelecer em direito a autolimitação que o saber prescreve a um governo”. Há, então, segundo nos conta o filósofo, uma tarefa: questionar esta *ratio* governamental, i.e, indicar sua autolimitação, pois, assim se estabelecem, de uma só vez, o que se deve fazer-deixar estar livre; e, se for necessário, entregar todos os direitos ao cidadão (de moradia, emprego, etc.), onde, o governo só se forma e se autorregula se, por meio disso, passar. É de suma importância, para que isso ocorra, a largada de mão do “imperialismo”. Mas, apenas do imperialismo territorial, feudal: a concorrência deve, em absoluto, agir de uma forma também imperial. A biopolítica, então, vai outra vez se afirmar, na medida em que o Estado versar sobre a dita população que deverá ser administrada.³⁹⁵

³⁹² cf. FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard/Seuil. 2004: p. 7; Ibidem. Ed. Br. 2008a: p. 8.

³⁹³ cf. Ibidem. loc. cit.; Ibidem. Ed. Br. 2008a. loc. cit.

³⁹⁴ cf. Ibidem. p. 23; Ibidem. Ed. Br. 2008a. p. 28.

³⁹⁵ cf. Ibidem. p. 23, 24; Ibidem. Ed. Br. 2008a: p. 29, 30.

“O Estado não tem essência”. É a resposta que Foucault nos entrega para uma possível dúvida metodológica que se geraria no seu leitor, a respeito de sua recusa em estabelecer uma teoria de Estado. Esse ato conduziria, segundo tal, à análise das questões “em si” e por “natureza”, do mesmo. Deste modo, ficariam de lado as práticas, relações, vieses, enfim, as características passíveis de constatação dos eventos decorrentes *do* e *no* Estado. Ao invés disso, seria muito mais interessante investigá-lo a partir de suas “práticas de governamentalidade”.³⁹⁶

4.3.4- A importante influência de Weber³⁹⁷

Fazendo uma rápida digressão, o termo “racionalidade”, deveras utilizado por Foucault, encontra-se também assaz presente na obra do importante sociólogo alemão Max Weber (1864-1920). Na medida em que entramos em contato com a obra deste autor, fica pressuposto que a disposição jurídico-política estatal, contemporânea, é uma ‘invenção’, entre outras palavras, recente. Com isso, articulam-se a uma série de mudanças nas esferas econômica, jurídica, cultural e religiosa. Veremos como, de certa maneira, isso influencia a filosofia de Foucault, pois, tornar-se-á necessário para entendermos um pouco do que o filósofo de Poitiers pensa a respeito da *racionalidade*. Mas, deve-se salvaguardar que, apesar de tudo, Foucault tem profundas diferenças em relação ao sociólogo como, por exemplo, na categoria do “tipo ideal”, conjunto de fatores e pressupostos que “permitem compreender o comportamento dos indivíduos”.³⁹⁸

O Estado moderno, como conhecemos, dá-se por meio de uma “forma histórica determinada” que designa uma modalidade de ordenamento político surgida na Europa, segundo alguns estudiosos, por volta do século XIII, e que se delimitou fortemente no final século XVIII e início do XIX.³⁹⁹ Teve como característica básica a progressiva centralização do poder, como já vimos nos textos de Foucault. O filósofo francês deixa claro, nos cursos, que o surgimento do Estado moderno expõe a passagem entre dois sistemas policêntricos e

³⁹⁶ cf. FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard/Seuil. 2004: p. 79, 80; Ibidem. Ed. Br. 2008a: p. 105, 106.

³⁹⁷ Tal como na passagem em que discorremos sobre Maquiavel, a esta também entregamos os devidos agradecimentos à professora Dra. Verônica Capelo, pelo seu belo curso dado na FACI – Faculdades Ideal, para o “Curso de Especialização em Finanças, Orçamento e Contabilidade Pública”, durante a disciplina Ciência Política Contemporânea, ministrada em 22 e 23 de fevereiro de 2013. Infelizmente não podemos citá-la direta ou indiretamente, devido seu texto não ter sido ainda publicado.

³⁹⁸ cf. CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad.: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2009: p. 426.

³⁹⁹ cf. BOBBIO, Norberto, et al. *Dicionário de Política*. Trad.: Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1998.

complexos de composição de poder: do feudalismo para um Estado territorial, unificado e centralizado, via procedimentos de racionalização e gestão.

Por outro lado, Weber admite ser impossível fazer a notação e análise social da vida se atuarmos só e somente por meio exclusivo da esfera socioeconômica. Isso se mostraria escasso para darmos conta das formas singulares que assumem – nas mais variadas civilizações e épocas –, as práticas e relações sociais, institucionais, de credo religioso, e, ainda, de cume jurídico, ou, de autoridade, etc. Em uma famosa conferência, qual seja, *A Política como Vocação* (1919), dada à Universidade de Munique, Weber destaca conceitos importantes, como: “Estado”, “violência”, “poder” e “autoridade”. É nesta conferência, também, que vemos a justificação, ou, a legitimação do uso da força pelo Estado. Deste modo, a violência exercida nas malhas estatais é revestida de legitimidade, visto fundar-se em regras e preceitos racionalmente estabelecidos e dotados de legalidade:

Em última análise, só podemos definir o Estado Moderno, sociologicamente, em termos dos meios específicos peculiares a toda associação política, ou seja, o uso da força física [...]. É claro que a força não é, certamente, o meio normal, nem o único, do Estado, mas um meio específico ao Estado. Hoje as relações do estado e a violência são especialmente íntimas. (...) temos de dizer que o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território.⁴⁰⁰

Variados são os meios os quais se lança mão para alcançar o poder: a própria violência, a propaganda política, o processo eleitoral, o uso do dinheiro, a persuasão pela palavra, etc. Assim, segundo Weber – e de certo modo, próximo à maneira como Foucault o vê –, o conceito de poder é sociologicamente amorfo, não sendo limitado a nenhuma circunstância específica. Todavia, em outro patamar, a “dominação”, importante conceito weberiano, implicaria no acatamento de certa natureza ou de títulos. Ela baseia-se numa eventual obediência a um certo mandato. Logo, o ato de “dominar” funda-se, tanto na submissão, como na aceitação a certos princípios de autoridade.

Ainda na conferência *A Política como Vocação*, Weber debate de modo bastante elucidativo, as três formas básicas de legitimação da dominação: 1º- *dominação tradicional*: aquela fundada na autoridade do “ontem eterno”, dos costumes considerados sagrados pela sua antiguidade e que exercido pelo patriarca e príncipe patrimonial; 2º- *dominação carismática*: a que é dada pelo “dom da graça” (carisma) extraordinário e pessoal do profeta, do senhor as guerra, do demagogo ou líder de partido, que promovem a dedicação absoluta e a confiança pessoal nas suas qualidades individuais (heroísmo, liderança, revelação); 3º- por fim, a

⁴⁰⁰ cf. e.g. WEBER, Max. “A Política como vocação.” In. WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: JC Editora. 1982: p. 98.

dominação legal, onde, seu tipo mais puro é a *dominação burocrática*, que se finda na confiança, na validade do estatuto legal e da “competência” funcional, baseada em regras racionais. Exercida pelo moderno “servidor do Estado” e pelos portadores do poder a ele assemelhados.⁴⁰¹

A “racionalização” do mundo, que ocorre com o avanço crescente dos saberes modernos e de uma cultura fundada nos avanços da ciência, afora a excessiva valorização do lucro dentro do capitalismo, articulam-se a um processo denominado, por Weber, de “desencantamento do mundo”.⁴⁰² No final do capítulo V de sua obra, *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber analisa a função do ascetismo, no processo de formação da moderna ordem econômica do capitalismo – esse último que prediz, também, avanços técnicos – na qual o Estado tem imenso destaque. Diz ele:

Pois quando o ascetismo foi levado para fora dos mosteiros e transferido para a vida profissional, passando a influenciar a moralidade secular, fê-lo contribuindo poderosamente para formação da moderna ordem econômica e técnica ligada à produção em série através da máquina, que atualmente determina de maneira violenta o estilo de vida de todo indivíduo nascido sob esse sistema, e não apenas daqueles diretamente atingidos pela aquisição econômica, e, quem sabe, determinará até que a última tonelada de combustível tiver sido gasta. De acordo com a opinião de Baxter, preocupações pelos bens materiais somente poderiam vestir os ombros do santo “como um tênuê manto, do qual a toda hora pudesse se despir” o destino iria fazer com que o manto se transforma-se numa prisão de ferro.⁴⁰³

A gana pelo enriquecimento, longe de qualquer roupagem ou finalidade ético-religiosa irá transformar-se, paulatinamente, numa paixão mundana, assumindo um caráter competitivo.

Como se sabe, o sociólogo alemão fora um tenaz crítico das tradicionais escolas organicistas da sociologia – dentre elas podemos citar os franceses Auguste Comte (1798-1857) e Émile Durkheim (1858-1917) – que enxergavam os fenômenos sociais a partir de uma totalidade “quase-orgânica”, holista, ou ainda, sistemática, em que os indivíduos (partes do todo) integrariam este grande sistema que é a sociedade (para eles, uma unidade).⁴⁰⁴ Foucault e Weber convergem na temática da “progressão sem fim da racionalização instrumental”, nas sociedades ocidentais e, mais ainda, no *locus* em que a esfera religiosa desempenha quando se fala das disciplinas: estas que tornam “obedientes” os sujeitos modernos.⁴⁰⁵ O filósofo francês

⁴⁰¹ cf. e.g. WEBER, Max. “A Política como vocação.” In. WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: JC Editora. 1982: p. 99.

⁴⁰² cf. *Ibidem*. p. 69.

⁴⁰³ cf. *Idem*. “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”. In *Os Pensadores*. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial. 1974: 235.

⁴⁰⁴ cf. KALBERG, Stephen. *Max Weber: uma introdução*. Trad.: Vera Pereira. RJ: Zahar. 2010: p. 32, 33.

⁴⁰⁵ cf. BERT, Jean-François. *Pensar com Michel Foucault*. Trad. M. Marcionilo. SP: Parábola. 2013: p. 121.

herda de Weber, então, “uma preocupação com a racionalização e a objetivação como a tendência essencial da nossa cultura, e como o problema mais importante de nossa época”⁴⁰⁶.

Em Weber, o termo *racionalidade* é profundamente esmiuçado. O mais alto ponto de vista recai sobre a seguinte indagação: o que é esta forma *racional* de enxergar as mais variadas relações interpessoais e sociais, ou, a chamada “ação social”? A resposta seria: “o elemento sistemático, rigoroso e disciplinado da ação”.⁴⁰⁷ Ora, a racionalização é empregada, por Weber, mudando de acordo com cada época específica, implicando na “sistematização das ações das pessoas” que, para o economista alemão, quase sempre se dão em torno dos valores religiosos de uma sociedade. A racionalidade estaria cindida em quatro modos: *formal*; *prática* (de valores); *substantiva*; e, por fim, *teórica*. A primeira é base para o que conhecemos por autoridade burocrática: presente no capitalismo moderno, no Estado moderno e no direito moderno; é um processo de racionalização que tem em vista não as pessoas, mas regras, leis, estatutos e regulamentos de “aplicação universal”. A segunda leva em conta os indivíduos, seu fluxo diário e aleatório, bem como, sua adaptação a esse fluxo; ela é regida através do “cálculo racional de meios a fins”. A terceira é oposta à segunda: a racionalização substantiva denota uma “constelação de valores”, ou seja, significa dizer que as ações sociais são regidas por eles, e ainda, convém em afirmar o fim dos interesses individuais e aleatórios. A última traduz-se por um domínio de realidade que está nas mãos tanto de teólogos quanto de cientistas modernos; e que, desenvolvendo-se pelo pensamento sistemático e pela formação de uma base conceitual, confronta a realidade pela cognição em oposição à valores, interesses ou tradições.⁴⁰⁸

Todavia, Foucault não é um weberiano. A sua maneira de uso deste termo muito mais o relativiza e o instrumentaliza, em detrimento do que o faz “ser absoluto”, ou, algo como um “tipo ideal”. Foucault não é ingênuo. Ele faz uso destes conceitos de forma estratégica, para alcançar o que almeja com seu projeto: a relação do sujeito com a verdade. Na ocasião de uma mesa redonda, quando confrontado por Carlo Ginzburg sobre seu *modus operandi*, cita Foucault que devemos não propriamente

[...] julgar as práticas na medida de uma racionalidade que as faria apreciar como formas mais ou menos perfeitas de racionalidade; mas, muito mais, ver como as formas de racionalização se inscrevem nas práticas, ou nos sistemas de práticas, e que

⁴⁰⁶ cf. RABINOW, Paul, & DREYFUS, Hubert L. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad.: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995: p. 183.

⁴⁰⁷ cf. KALBERG, Stephen. *Max Weber: uma introdução*. Trad.: Vera Pereira. RJ: Zahar. 2010: p. 142.

⁴⁰⁸ cf. *Ibidem*. p. 142, 143.

papel elas desempenham. Porque é verdade que não há ‘práticas’ sem um certo regime de racionalidade.⁴⁰⁹

Retomando: tudo isto quer dizer que o ponto de partida para a análise do que ocorre, no âmbito político-social, sempre será averiguado pelo holofote da economia. Indo mais além, como menciona Foucault, um caso mais agudo deste olhar dá-se no modelo neoliberal americano, onde, as análises econômicas, como já mencionado, “podem se aplicar perfeitamente a condutas não-rationais”. Logo, a economia seria algo tal como uma ciência sistemática que age por meio do que é variável, por possuir um modo determinado de funcionamento sobre questões que nem sempre podem ser previstas: o fluxo, no interior dos mercados, é um exemplo. Não obstante e não menos importante, a economia age por meio de outras técnicas e formas de saber, como a da psicologia comportamental.⁴¹⁰

4.3.5- Behaviorismo, interesse: peças-chave da bioeconomia

Sobre isto, o tema é tão atual que basta refletirmos sobre o que nos rodeia. É fácil encontrarmos, hoje, profissionais especializados em áreas diversas da psicologia atuando no mercado empresarial, seja para dar palestras motivacionais, ou para promover cursos diversos indo de temas como os da “oratória”; de “técnicas para se portar bem em uma entrevista de emprego”; desembocando até em “como preparar um bom curriculum”, por exemplo. Isso reflete uma certa característica do *homo oeconomicus*, qual seja, a empreitada de sempre atuar como um “auto-empresário”, aquele que é em si mesmo uma fonte de produção constante.

Prosseguindo, seria o behaviorista radical Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), segundo Foucault, o ponto de emergência deste envolvimento de técnicas comportamentais para com a economia neoliberal, já que, tanto na economia, quanto na psicologia comportamental, é importante “saber como um dado jogo de estímulos poderá, por mecanismos ditos de reforço” acarretar “respostas cuja sistematicidade poderá ser notada e a partir da qual será possível introduzir outras variáveis de comportamento”.⁴¹¹

De certo modo, entende-se que o *homo oeconomicus* está submerso na sistematicidade governamental, ou seja, a governamentalidade neoliberal seria como que o seu lugar *par excellence*. Mais ainda, como aponta Lagasnerie, o instrumento do neoliberalismo – o *homo oeconomicus* – “é a grade de inteligibilidade de todos os atores e todas as ações”, isto se dá

⁴⁰⁹ cf. FOUCAULT, Michel. “Table ronde du 20 mai 1978”. In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard, 1994: p. 26. (tradução nossa)

⁴¹⁰ cf. FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard/Seuil. 2004: p. 273; Ibidem. Ed. Br. p. 367.

⁴¹¹ cf. Ibidem. p. 274; Ibidem. Ed. Br. p. 368.

devido a oposição entre a forma antiga de se enxergar o homem – compartimentado, que pensava ações econômicas para fins econômicos – e sua nova maneira: em torno da coerência e unificação de seus “valores sociais, morais, políticos”.⁴¹² Deve-se ainda ressaltar: o homem econômico é aquele em que “não se deva mexer”, ou seja, é justamente o contrário: aquele que se deve “deixar fazer”. Ele é aquele que “aceita a realidade” e se adequa a ela, nas mais variadas mudanças que a mesma possa apresentar. Em sua mais alta definição, Foucault nos mostra que ele é o “*vis-à-vis*”, ou, um elemento de base – para a nova razão governamental que cunhou-se no decorrer do século XVIII.⁴¹³

Não há de fato um ponto seguro de emergência deste *homo oeconomicus*, ou seja, um período determinado historicamente em que o mesmo viria a surgir. O filósofo de Poitiers faz uso, e um uso arbitrário (como ele próprio menciona), então, do período em que, na Inglaterra, se discutiu a teoria do sujeito, por meio do empirismo filosófico. Este caminho se apresenta através de John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1776). Destes dois, imediatamente daremos atenção ao último por ser ele, segundo Foucault, quem delimitara a noção de *sujeito de interesse*.

“Interesse”. Qual sentido possui esta palavra/termo, na filosofia do francês, para o entendimento da questão do “homem econômico”?

Pensando bem, todas as ações que podemos tomar ao nosso redor partem da escolha. E essa escolha remete a sempre partir do que está em vistas do nosso interesse: desde um curso superior em uma universidade conceituada, passando por qual empresa queremos trabalhar, indo até a questão *em qual escola matricularemos nossos filhos?* Tudo, dentre as mais variadas relações de poder, seria advindo da questão “qual meu interesse sobre isso?” Este interesse, ou também, *vontade*, é uma ação “imediata e absolutamente subjetiva”.⁴¹⁴ Desta maneira, seria o *homo oeconomicus* um *sujeito de interesse* que visa sempre o seu próprio interesse, em suas medidas, querereres e possibilidades, dentro da *ratio* governamental do (neo)liberalismo.⁴¹⁵

Nesta análise, reside também uma dicotomia: se estamos nos limites do contrato social, ou seja, aquele em que cede-se liberdade para ter, em troca, “direitos naturais”, seríamos muito mais *homo juridicus* do que *homo oeconomicus*, ou seja, *sujeitos de direito* em detrimento a sermos *sujeitos econômicos*. E além de tudo, estaríamos incutidos numa ótica de proibições e

⁴¹² cf. LAGASNERIE, Geoffroy de. *A última lição de Michel Foucault: sobre o neoliberalismo, a teoria e a política*. Trad.: André Telles. SP: Três Estrelas. 2013: p. 149.

⁴¹³ cf. FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard/Seuil. 2004: p. 275; Ibidem. Ed. Br. p. 369, 370.

⁴¹⁴ cf. Ibidem. p. 277; Ibidem. Ed. Br. p. 372.

⁴¹⁵ cf. Ibidem. p. 277, 278; Ibidem. Ed. Br. p. 372, 373.

normas, ao contrário do que seria apto na mecânica dos interesses: nela nunca se pede renúncia ao sujeito, este último nunca retrocede os seus interesses. Todavia, não devemos nos enganar. No mundo contemporâneo, como afirma Foucault

O sujeito de direito não vem tomar lugar no sujeito de interesse. O sujeito de interesse permanece, subsiste e continua enquanto há uma estrutura jurídica, enquanto há contrato. Por todo o tempo em que a lei existe, o sujeito de interesse continua a existir. [...] Logo, em relação à vontade jurídica, o interesse constitui um irredutível.⁴¹⁶

Desta forma, o *homo legalis*, ou, *homo juridicus*, seria totalmente heterogêneo ao *homo oeconomicus*, apesar dos dois residirem nos mesmos espaços, afinal, vivemos ainda sob regimes de leis e normas. É célebre o texto em que Adam Smith (1723-1790) menciona a famosa alegoria da “mão invisível” que rege o mercado, qual seja, *Uma investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* (1776), diz o inglês que

Preferindo o sucesso da indústria nacional ao da indústria estrangeira, o comerciante só pensa em obter pessoalmente maior segurança; dirigindo essa indústria de maneira que seu produto tenha o maior valor possível, o comerciante pensa apenas em seu próprio ganho; nesse e em muitos outros casos, ele é conduzido por uma mão invisível para alcançar um fim que não está em absoluto nas suas intenções.⁴¹⁷

Esta mão invisível, segundo a crítica de Foucault, regeria o mercado por meio de uma espécie de *otimismo* econômico, ou, um pensamento teológico da ordem natural. Ela é um ponto de análise também correlativo ao *homo oeconomicus*, que segundo o francês, possui essa “mecânica bizarra que faz funcionar o *homo oeconomicus* como sujeito de interesse individual no interior de uma totalidade que lhe escapa, mas funda a racionalidade de suas ações egoístas”.⁴¹⁸ Desta análise se extraem questões interessantes: além de um otimismo mercadológico, essa mão invisível seria tal como um Deus de extensão inteligível, possuidor de povos e superfícies onde haveriam mercados, comerciantes, navios, etc., ou seja, está ancorada em uma noção *teológica*. E, lendo mais atentamente Smith, atribui-se também que, agiríamos por nosso próprio interesse econômico, sempre. Logo, o comerciante, no mais alto patamar, nunca age pensando no próximo e, mesmo a sociedade, não teria essa tendência. Extrai-se disso, também, que o bem coletivo não deve ser visado, pois, dele não podemos ter o controle, ou o cálculo exato de seus custos.⁴¹⁹

⁴¹⁶ cf. Ibidem. p. 278; Ibidem. Ed. Br. p. 374.

⁴¹⁷ cf. FOUCAULT. Michel. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard/Seuil. 2004: p. 282; Ibidem. Ed. Br. p. 378, 379.

⁴¹⁸ cf. Ibidem. Ed. Br. p. 379.

⁴¹⁹ cf. Ibidem. p. 283; Ibidem. Ed. Br. p. 380.

É célebre a frase de Foucault sobre a economia – ela é também uma crítica ao liberalismo clássico –, segundo o filósofo de Poitiers, a mesma deve ser

[...] atéia; a economia é uma disciplina sem Deus; a economia é uma disciplina sem totalidade; a economia é uma disciplina que começa a se manifestar não apenas a inutilidade, mas a impossibilidade de um ponto de vista soberano, de um ponto de vista do soberano sobre a totalidade do Estado que ele tem de governar.⁴²⁰

Ou seja, mesmo o soberano não poderia dar conta dos eventos econômicos em sua totalidade, ele pode deter tudo, todavia, não o mercado. A economia seria como uma crítica da razão “governamental”. O *homo oeconomicus*, tal como a economia, assumiria um “viés que pode ser qualificado como bioeconômico no sentido de configurar um implante estrutural e direto do econômico nas dinâmicas do ser vivente”⁴²¹. Sendo assim

Quanto mais a economia se torna cognitiva e imaterial, orientada a um mercado de serviços, tanto mais o capital humano posto em jogo envolve toda a unidade psicofísica do empreendedor-trabalhador e influencia bioeconomicamente a articulação das suas relações sociais, desestruturando-as e representando-as na forma de relação social adequada ao mercado.⁴²²

4.3.6- Michel Foucault “neoliberal” (!?)

Diante de todas essas problemáticas, emerge a questão: por qual motivo Foucault se interessou pelo liberalismo e, mais ainda, pelo neoliberalismo? Por quais razões as economias liberal e neoliberal atuariam como uma espécie de plataforma, ou modelo, em que a biopolítica teria forte desenvolvimento? Lembremos de nossa questão central: o *homo oeconomicus* como uma perspectiva, não apenas isso, como um ponto referencial para a biopolítica. O eixo central desta análise, como já mencionado, dá-se no foco da identificação de todos os “modos de ser” econômicos como *condutas racionais*. É uma redefinição da disciplina econômica na qual a mesma se “coloca como a ciência das escolhas racionais”⁴²³. Em aspectos gerais, exemplificando: é o estudo das razões nas quais os indivíduos decidem investir e injetar recursos em determinado empreendimento, levando em conta um procedimento de escolha entre “quem compete melhor” no mercado.⁴²⁴

⁴²⁰ cf. Ibidem. Ed. Br. p. 383.

⁴²¹ Cf. BAZZICALUPO, Laura. *Biopolítica: um mapa conceitual*. Trad.: Luisa Rabolini. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS. 2017: p. 82.

⁴²² cf. LAGASNERIE, Geoffroy de. *A última lição de Michel Foucault: sobre o neoliberalismo, a teoria e a política*. Trad.: André Telles. SP: Três Estrelas. 2013: p. 84.

⁴²³ cf. Ibidem. p. 148, 149.

⁴²⁴ cf. Ibidem. loc. cit.

Retomando, ao longo deste processo expositivo, no qual Michel Foucault atua por meio de análises genealógicas – analítico-históricas –, surge uma questão considerada, por muitos, relevante, principalmente quando ele atenta à questão da governamentalidade (neo)liberal: Foucault teria tido uma “afinidade” com o neoliberalismo? Nosso pensamento é o de que o filósofo não age propriamente em defesa ou atração, sequer de um uso instrumental, dos principais adventos políticos que permitiram o estabelecimento de tais modelos econômicos modernos, quais sejam, o liberalismo, e o neoliberalismo; todavia, o mesmo atuou por meio de *constatações*. Estas constatações resgataram o advento dos dois modelos econômicos citados. Lembremos também: no caso do modelo neoliberal, este fora um dos poucos temas onde Foucault alçou discussões no momento em que um evento emergia historicamente.

Deste modo, não poderíamos deixar de lado esta temática que foi chamada de “polêmica”, como, em certa ocasião, comentou Lagasnerie; e por diversos autores que defendem a proximidade ideológica e crítica de Foucault para com o neoliberalismo.⁴²⁵ Muito embora pareçam justas e válidas tais opiniões, estão incutidas nelas o que poderíamos chamar de “falhas” em seus alicerces teóricos: quando não são falhas de contexto histórico, são ao nível discursivo. Logo, esta seria nossa segunda premissa a ser defendida: Foucault não pode, ou, não deve ser lido como um filósofo neoliberal.

O francês era um militante político e um crítico do marxismo francês. Hipoteticamente isso teria o levado a se aproximar, na época, da chamada *deuxième gauche française* (a “esquerda radical”) que se contrapunha assídua e firmemente contra a velha esquerda (tradicional). A principal prerrogativa embutida no neoliberalismo, a questão da *autogestão*, teria sido para ele, então, um forte fator de atração, segundo alguns dos autores supracitados. No entanto, esta ideia autogestionária é polissêmica ao ponto de estar interseccionada também no seio do anarquismo.⁴²⁶ Coadunamos com Nildo Avelino quando este aponta, por exemplo, que é pouco evidente falar em uma *tentação neoliberal* da parte de Foucault e da própria *deuxième gauche*, visto que o francês e a última estiveram ancorados muito mais em preceitos de ordem anárquica⁴²⁷, do que de ordem neoliberal, basta verificarmos as últimas referências bibliográficas de Foucault, no fim de *Surveiller et Punir* e, além disso, termos ciência de que o mesmo frequentava os locais de debate, onde se reuniam os grandes intelectuais do anarquismo,

⁴²⁵ Alguns dos que defendem esta tese são Zamora (2014); Christofferson (2014); Behrent (2014; 2015); Audier (2015); Dean (2014; 2015); Becker, Edwald e Harcourt (2014; 2015).

⁴²⁶ cf. AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 21, Brasília, pp. 227-284. Set-Dez/2016: p. 228-231. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162107>

⁴²⁷ É claro que esta premissa possui iguais problemas aos debatidos aqui, nesta sessão. Infelizmente, neste trabalho, não poderemos dar vazão maior a esta assertiva.

naquele tempo.⁴²⁸ Na época, uma das revistas mais importantes sobre autogestão, intitulada *Autogestion*, fora concebida em um colóquio sediado em Bruxelas, no ano de 1965, dedicado a Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865). Mais tarde, a mesma seria rebatizada como *Autogestion et Socialisme*, para espantar de vez o fantasma do neoliberalismo. Inclusive, aproveitando, lembremos da célebre querela entre Foucault e Habermas, quando da visita do alemão ao *Collège de France*, em março de 1983, a pedidos de Paul Veyne e, curiosamente, de Foucault. As conferências dadas pelo alemão corresponderam aos quatro primeiros capítulos de seu livro *O Discurso filosófico da modernidade* (1985), onde, Habermas faz o chamado “pós-modernismo” alvo de críticas, inclusive, fixando-as sobre autores franceses que, segundo ele, queriam superar a “modernidade”. Não obstante, “também ataca as tentativas qualificadas de ‘anarquizantes’” de tais filósofos, dentre eles supostamente estaria Michel Foucault.⁴²⁹

Sob o limiar discursivo, os autores que pretendem associar Foucault ao neoliberalismo prosseguem utilizando o argumento de que o mesmo teria avistado, em tal modelo econômico, uma forma oportuna de contrapor-se criticamente à sociedade disciplinar e, junto dela, do controle ao qual nós, indivíduos, estaríamos expostos. Foucault mesmo menciona, em algumas passagens, que esse poder de liberdade presente no eixo central do argumento neoliberal, seria não apenas uma crítica à razão de Estado, mas “o princípio de liberdade dos agentes econômicos”.⁴³⁰ Diga-se de passagem, ele fala isso muito anteriormente, no registro da *fisiocracia* que, como sabemos, fora um modelo bem anterior ao do neoliberalismo. Os que o associam ao neoliberalismo fazem também diversos apanhados, em sua obra, seguindo “por analogia” com os sentidos, tanto de termos e conceitos, quanto de frases, em que o mesmo supostamente tenha assumido certa proximidade aos preceitos “libertadores” neoliberais, do início ao fim de sua obra.⁴³¹ O contra argumento disto se inicia e termina no próprio estudo, mais apurado e atencioso, da obra de Foucault: o método utilizado pelos autores que promovem tal proximidade é o do “acúmulo e sedimentação” daquilo que o autor já dissera; o problema disso seria que os enunciados analisados perderiam sua disposição *acontecimental*. Ou seja, sua singularidade crítico-discursiva e, desta forma, seguindo pela guia da acumulação, cairiam em uma repetição de sentidos, onde, “bastaria deduzir dela compromissos e sentimentos mal

⁴²⁸ cf. AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 21, Brasília, pp. 227-284. Set-Dez/2016: p. 231. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162107>

⁴²⁹ cf. ERIBON, Didier. *Michel Foucault e seus contemporâneos*. Trad.: Lucy Magalhães. RJ: Jorge Zahar Ed. 1996: p. 170.

⁴³⁰ cf. FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard/Seuil. 2004: p. 288; Ibidem. Ed. Br. p. 387.

⁴³¹ cf. AVELINO, Nildo. op. cit. p. 233. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162107>

dissimulados e inconfessos”.⁴³² Na célebre obra *Arqueologia do Saber*, Foucault já havia alertado:

A sequência não é um dado irreduzível e primeiro; não pode desempenhar o papel de medida absoluta que permitiria avaliar qualquer discurso e distinguir o original do repetitivo. Só a demarcação dos antecedentes não basta para determinar uma ordem discursiva: ela se subordina, ao contrário, ao discurso que se analisa, ao nível que se escolhe, à escala que se estabelece. Espalhando o discurso ao longo de um calendário e dando uma data a cada um de seus elementos, não se obtém hierarquia definitiva das sequências e das originalidades; esta nunca deixa de ser relativa aos sistemas dos discursos que tenta valorizar.⁴³³

Ou seja, tal comparação, acumulação ou resgate, de termos oriundos de diversas datas, no período de produção intelectual do francês, fugiria completamente do método que ele mesmo, outrora, já haveria estabelecido. Com isto, torna-se impossível “deduzir”, ou mesmo apenas hipotetizar, premissas que fundamentem sua “afinidade” com o advento neoliberal.

Portanto, os resultados obtidos com a análise dos textos de Foucault aqui trabalhados, no período elencado por nós, ancoram-se no que podemos chamar de *perspectivismo histórico*. Ou seja, eles possuem sentido e são dados como verdade de acordo com a emergência de valores datados em determinadas épocas, configurações, modelos; e, de acordo com cada momento, conjuntura política, social, antropológica, etc., tornam-se válidos: são verdades específicas de cada momento histórico. Esclarecendo: o fato de Foucault ter se debruçado sobre questões inerentes ao liberalismo e ao neoliberalismo, além de, aparentemente ter feito uma defesa, ou ter tido uma aproximação à tais modelos, em nada permite-nos associá-lo como um autor neoliberal. Seguindo pelo próprio rumo de seu pensamento filosófico-político, a medida que consideramos correta para o entendimento é a de que, hoje, há um modelo social e histórico que “nos permite” tornar isso verdade: cabe-nos a constatação. Mais além: não só o advento da *economia política* e da singularidade inculcada no *homo oeconomicus* fazem total sentido, como são permitidos como “verdadeiros”, na contemporaneidade. Entretanto, podem ter “seu fim próximo” (rememorando a célebre frase presente no final de *Les mots et les choses*, de 1966). Até lá, tanto a economia política é um regime de verdade, quanto continuaremos a ver a expansão de indivíduos cada vez mais “econômicos” em suas atitudes, conseqüentemente, ratificando que a subjetividade do indivíduo contemporâneo está cada vez mais firmada a partir do mercado.

⁴³² cf. AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 21, Brasília, pp. 227-284. Set-Dez/2016: p. 238. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162107>

⁴³³cf. FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Trad.: Luiz Felipe B. Neves. Petrópolis: Vozes/Lisboa, Porto: Centro do Livro Brasileiro. 1972: p. 176.

CONCLUSÃO

A biopolítica é uma pedra-de-toque

Ao longo deste percurso, o qual nos inteiramos, na medida do possível, fielmente a respeito dos estudos sobre biopolítica, perpassando a obra daquele que, por muitos, é considerado já um cânone no assunto, no caso, o filósofo Michel Foucault, a primeira questão que nos vem é a seguinte: hoje, ainda cabe falar sobre biopolítica? Centrando o foco dos debates à nossa localização no globo terrestre, ou seja, atentando-nos ao Brasil: caberia suscitar os debates sobre biopolítica, na terra tupiniquim?

Não negamos os mútuos avanços tecnológicos da atualidade. Podemos, um dia chegar, a “sonhos” antes apenas tidos como parte de um campo onírico: vivermos mais, erradicarmos doenças crônicas, aprimorarmos nossa constituição física para que assim obtenhamos muito mais desempenho nas mais diversas atividades, sejam elas físicas, laborais, ou, intelectuais, e, à revelia destes ganhos “positivos”, isso tudo também poderia ser mobilizado, de certa maneira, a acentuar ainda mais uma possível devastação dos seres humanos. Sim, isso é possível. É possível na medida em que a robótica, por exemplo, cada vez mais se aprimora e toma lugar do ser humano no mercado de trabalho; é possível na medida em que, os avanços nas tecnologias de saúde quase sempre são do alcance apenas de pessoas “privilegiadas” e que podem pagar caro por um tratamento ou um remédio para uma doença; é possível, como diz Harari⁴³⁴, em seus livros, criar-se uma massa de humanos “inválidos”, logo, descartáveis. Mas, isso seria negar uma biopolítica, na medida em que se avista uma eventual dizimação da espécie humana? Ao nosso ver, não. Ou, pelo menos, por enquanto, não.

Com o debate inacabado de Michel Foucault, obtemos ferramentas lúcidas para entendermos que, enquanto de alguma forma gerir-se a população – mesmo que para isto certas “catástrofes” aconteçam – ainda estaremos falando sobre uma eventual biopolítica que, é claro, se reatualizará de acordo com o momento, registro, coleção de arquivos que se averigua, e eventos que interponham um certo recorte para análise. Metodologicamente isto pode soar ruim. Soar ruim, na medida em que poderíamos ser questionados da seguinte maneira: “mas, a biopolítica explicaria tudo?” É claro que responderíamos “não”. A intenção de Michel Foucault nunca foi a de uma aplicabilidade universal da biopolítica. Ao nosso ver, ele fala, constata e prescreve eventos de **sua** contemporaneidade. Ou seja, ela se torna imanente em uma determinada época ao qual se discute. Isto quer dizer, entre outras palavras, que Foucault está

⁴³⁴ cf. e.g. HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. Tradução: Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras. 2016; HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Tradução: Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM. 2015.

falando ainda de uma biopolítica “europeia”; no mínimo, uma biopolítica local. O “princípio”, se nos for permitido assim pensar, é que é válido para pensarmos e deslocarmos a reflexão biopolítica. Assim, entram em questão uma série de autores novos que utilizam este princípio de maneira a pensar seus próprios eventos, seus próprios problemas, suas próprias mazelas.

Por exemplo, poderíamos citar Han, um coreano que leciona em Berlim, que em suas questionáveis análises do poder disciplinar, no seu pequeno ensaio *Sociedade do cansaço*, localiza questões contemporâneas como a da intensa “positivação” de um *ethos*, modo ser cotidiano, para pensar o imenso desgaste neuronal ao qual estamos, infelizmente, dispostos, hoje.⁴³⁵ Noutro sentido, Achille Mbembe, em *Necropolítica*, nos comove a pensarmos uma “necropolítica”, que tudo a ver com o biopoder foucaultiano, para a análise do suplicamento do corpo – precisamente do corpo negro – advindo das séries de colonizações às quais os países do continente africano foram infelizmente expostos e subjugados, durante o início da modernidade, com os chamados sistemas de “plantation”. Isto sutilmente confere a originalidade e localidade da discussão sobre biopolítica feita por Mbembe: dá-lhe uma nova roupagem.⁴³⁶ Ainda na esteira do pensamento europeu, temos Peter Sloterdijk, que em seu *Regras para o parque humano*, toma como pano de fundo a animalidade nietzschiana e a crítica ao humanismo, à la Heidegger, e como o mundo ocidental, precisamente o europeu, criou, através da linguagem e de outros temas, um tipo específico de humano.⁴³⁷

Queremos frisar com isso a “pedra-de-toque” que Foucault nos entrega: pensemos uma biopolítica à nossa maneira, ou seja, pensando nossos problemas, precisamente, do local o qual estamos inseridos. Isso seria uma atitude crítica tão sensata, pois, logo poderíamos questionar o jogo político presente na nossa localidade. É claro, consideramos ainda que, se tomarmos os exemplos de como a biopolítica se desenvolveu nos países europeus ou na América do Norte, pouco conseguimos de uma biopolítica, de certo modo “afirmativa”. Aquela biopolítica que, de fato, organiza e “melhora” a vida. Basta verificarmos nosso IDH, não precisamos ir tão longe.

Isto acontece por que? Bom, primeiro porque o Brasil é um país onde a corrupção faz parte do modo de vida cotidiano. Soa jocoso, mas a estrutura política de nosso país nos permite, apenas em alguns pontos, termos o início desta biopolítica: os já trabalhados, nesta pesquisa, programas SUS e PSF são exemplos disso. O que há, na verdade, ainda é o exercício muito mais assíduo de um biopoder por meio de um racismo de Estado, em nosso país. Racismo este

⁴³⁵ cf. e.g. HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Trad.: Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes. 2017.

⁴³⁶ cf. e.g. MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Trad.: Renata Santini. SP: n-1 Edições. 2018

⁴³⁷ cf. e.g. SLOTERDIJK, Peter. *Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo*. Trad.: José Oscar de Almeida M. SP: Estação Liberdade. 2000.

que se comprova através da análise dos inúmeros massacres em periferias das diversas capitais brasileiras: se pensarmos em Belém do Pará isto não demora a vir à tona. O que existe no Brasil, em nossa atual reflexão, ainda seria muito mais uma biopolítica de morte e ascetismo de certas classes sociais minoritárias não assistidas pelo Estado, este último que – como uma engrenagem ríspida – simplesmente exclui e criva o corpo social. Haveria também uma preponderância do poder soberano, ainda muito tenaz e assídua, devido sermos “novos” no assunto “democracia”.

Uma biopolítica à brasileira seria, então, necessária: local, particular, que envolva a radiografia de nossos inúmeros autores, sociólogos, economistas, etc., para entendermos muito melhor o que há de biopolítico, no Brasil. Esta não é uma tarefa simples. Tampouco é algo que pode ser executado nos limites temporais da lógica de produção da pesquisa brasileira: é uma tarefa para a vida toda de um pesquisador. Contudo, com a base que obtivemos, ancorada nos princípios que averiguamos, na obra de Foucault e outros autores, temos o instrumental correto e atual para pensarmos tais problemas.

Em mais um exemplo, se pensarmos no cuidado da vida, ou ainda, na gestão/gerência da mesma, tendo como âmbito geral as possíveis investidas e tecnologias de poder estatais, que participem a vida do cidadão como algo a ser gerido, gerenciado, ou, no mais simples grau de aceção, resguardado; assi, rapidamente devemos nos lembrar da temática da biopolítica. Ora, este tema também, em específico na obra de Michel Foucault, possui uma variabilidade de usos proativos que nos auxiliam firmemente a pensar a discussão da questão dos agrotóxicos, no Brasil. O contraste: enquanto Foucault pensa a biopolítica de maneira gestionária, e em certo ponto de vista, até “positiva” – já que, trata-se de criar formas e mecanismos para entregar longevidade aos sujeitos – , no Brasil, a política de incentivo à aplicação de agrotóxicos, com fins puramente mercadológicos (aqueles que se tratam de manter as altas colheitas com o mínimo de perdas), vai totalmente contra a esteira do que é pensado por política de vida. O uso de agrotóxicos nocivos à saúde humana, como sabemos, são vetores para doenças crônicas degenerativas diversas: uma delas o câncer. Estaríamos diante de uma biopolítica de morte, muito mais do que perante uma biopolítica gestativa, gestionária e afirmativa, ou seja, aquela que se preocupa com a longevidade do cidadão.

Ainda pensando sob esse ponto de vista:

A biopolítica como tecnologia de governo tem como objetivo a majoração da riqueza, vida e saúde da população. Esta tecnologia considera os fenômenos populacionais aqueles processos que são próprios da vida, como a natalidade, a mortalidade, a

higiene e a saúde pública. São chamadas de dispositivos de segurança as técnicas que produzem um campo de intervenção sobre a população.⁴³⁸

Em um sentido contrário, estaria o Governo brasileiro autorizando uma política de morte? Já que suas políticas atentam tão somente ao uso de tecnologias voltadas para a potencialização econômica, independentemente de como isso poderia afetar a saúde da população? Consideramos que nesse sentido, então, tratar-se-ia muito mais de uma política de morte, do que uma política de vida.

O filósofo camaronês ainda vivo, Achille Mbembe, nos apresenta a política de morte, ou, necropolítica:

[...] propus a noção de necropolítica e de necropoder para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos”.⁴³⁹

Mesmo que o assunto e tema, especificamente, não aborde a temática dos agrotóxicos, sob um viés dialético, se nos for permitida o deslocamento da dúvida em questão: estaríamos criando mecanismos de destruição lenta para nossa população? Os códigos que autorizem tal uso de tecnologias, no campo, não seriam um gatilho propulsor para uma prática que muito mais nos lesa ao invés de nos gerir?

Esta pesquisa, então, se configura como uma porta de entrada para todos aqueles que desejam inteirar-se ainda mais no debate político contemporâneo brasileiro. Como podemos ver, a biopolítica possui uma maleabilidade infinita e prática de aplicabilidades e modos de pensar. Não deve ser, é claro, uma matéria estéril e conceitual: na realidade, é muito mais uma prática analítica. Simplesmente um viés autônomo e atual de pensamento político. O tema da biopolítica, talvez, seja o mais importante dentre os diversos temas da filosofia e da ciência política.

Tornar este debate cada vez mais “analítico”, traduzir-se-ia, justamente, em pensarmos temas contemporâneos, de preferência temas que estão próximos de nossa realidade. Assim entendemos, por exemplo, as críticas que Rabinow e Rose tecem à análise de Foucault e outros autores. Eles dizem que, essa esfera *analítica* deve se configurar da seguinte maneira:

1- Um ou mais discursos de verdade sobre o caráter "vital" dos seres humanos e um conjunto de autoridades consideradas competentes para falar sobre. Tais

⁴³⁸ cf. LEMOS, F. C. S., FRANCO, A. C. F., & FREITAS, F. S. “Direitos Humanos, biopolítica e disciplina: o corpo e a vida no campo da judicialização no contemporâneo.” In *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*. 8(1), 99-107. 2019: p. 101. doi: 10.17267/2317-3394rpds.v8i1.2306

⁴³⁹ cf. e.g. MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Trad.: Renata Santini. SP: n-1 Edições. 2018: p. 71.

discursos de verdade não podem ser "biológicos" no sentido contemporâneo da disciplina; por exemplo, podem hibridar entre estilos biológicos, demográficos ou mesmo sociológicos de pensamento, como nas relações contemporâneas de genômica e risco, fundidos na nova linguagem de suscetibilidade. 2- Estratégias de intervenção sobre a existência coletiva em nome da saúde e da vida, inicialmente endereçada à população que pode ou não estar territorializada sobre uma nação, sociedade ou comunidade "pré-dada", mas que também pode ser especificada em termos de coletividades biosociais emergentes, às vezes especificadas em termos de categorias de raça, etnia, gênero ou religião, como nas formas emergentes de cidadania genética ou biológica. 3- Modos de subjetivação através dos quais os indivíduos são levados a trabalhar sobre si mesmos e sob certas formas de autoridade; em relação aos discursos de verdade, por meio de práticas do eu e em nome de sua própria vida ou saúde, de sua família ou de alguma outra coletividade, ou ainda, em nome da vida ou saúde da população como um todo.⁴⁴⁰

É claramente um recorte genômico, genético, vital. É fácil entendermos o porque: do país de onde Rose e Rabinow falam (Estados Unidos), os avanços e pesquisas genéticas sobrevoam limites nunca antes vistos.

Com isso, esperamos que nossos leitores entendam a necessidade de visualizar o que aqui foi exposto como uma pedra-de-toque, um volante, um manche, para navegarmos em nosso cotidiano mais recente: a de uma inteira racionalização da vida, de uma biopolítica contemporânea cada vez mais velada, sutil, invisível e maleável.

⁴⁴⁰ Tradução livre: 1- One or more truth discourses about the 'vital' character of living human beings, and an array of authorities considered competent to speak that truth. These truth discourses may not themselves be 'biological' in the contemporary sense of the discipline, for instance they may hybridize biological and demographic or even sociological styles of thought, as in the contemporary relations of genomics and risk, merged in the new language of susceptibility. 2- Strategies for intervention upon collective existence in the name of life and health, initially addressed to populations that may or may not be territorialized upon the nation, society or pre-given communities, but may also be specified in terms of emergent biosocial collectivities, sometimes specified in terms of categories of race, ethnicity, gender or religion, as in the emerging forms of genetic or biological citizenship. 3- Modes of subjectification, through which individuals are brought to work on themselves, under certain forms of authority, in relation truth discourses, by means of practices of the self, in the name of their own life or health, that of their family or some other collectivity, or indeed in the name of the life or health of the population as a whole [...]. (RABINOW, Paul & ROSE, Nikolas. "Biopower Today" in *BioSocieties* (2006), 1, 195–217: p. 197. Doi:10.1017/S1745855206040014)

Bibliografia

- FOUCAULT, Michel. “Crise de la médecine ou crise de l’antimédecine?” In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. III. Paris: Gallimard, 1994.
- _____, “‘Omnes et singulatim’: vers une critique de la raison politique.” In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994.
- _____, “Diálogo sobre o poder.” In FOUCAULT, Michel. *Estratégia. Poder-saber*. Trad.: Vera Lúcia Avellar Ribeiro Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2003.
- _____, “L’éthique du souci de soi comme pratique de la liberté.” In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994.
- _____, “La ‘gouvernementalité.’” In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. III. Paris: Gallimard. 1994.
- _____, “La fonction politique de l’intellectuel.” In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. III. Paris: Gallimard. 1994.
- _____, “La naissance de la médecine sociale.” In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. III. Paris: Gallimard, 1994.
- _____, “La technologie politique des individus.” In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994.
- _____, “Le sujet et le pouvoir.” In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994.
- _____, “Les mailles du pouvoir.” In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard. 1994.
- _____, “Michel Foucault Explica seu último Livro”. In FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Trad.: Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2005.
- _____, “Michel Foucault explique son dernier livre.” In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. I. Paris: Gallimard. 1994.
- _____, “Nietzsche, a genealogia e a história.” Trad.: Marcelo Catan. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. RJ: Paz & Terra. 2015.
- _____, “Pouvoir et Savoir.” In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. v. III. Paris: Gallimard. 1994.
- _____, “Réponse à une question.” In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. I. Paris: Gallimard. 1994.
- _____, “Sobre a história da sexualidade” In FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, RJ: Paz & Terra. 2015
- _____, “The subject and power.” In DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. Chicago: University of Chicago Press. 1983.
- _____, “Table ronde du 20 mai 1978”. In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. t. IV. Paris: Gallimard, 1994.
- _____, “Verdade e Poder.” In FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Org.: Roberto Machado. Trad.: Lilian Holzmeister e Angela L. De Souza. RJ: Paz & Terra. 2015.
- _____, *A Arqueologia do Saber*. Trad.: Luiz Felipe B. Neves. Petrópolis: Vozes/Lisboa, Porto: Centro do Livro Brasileiro. 1972.

_____, *A Sociedade Punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. Trad.: Ivone C. Benedetti. SP: Ed. WFM Martins Fontes. 2015.

_____, *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Trad.: Roberto C. de Melo e Eduardo J. Morais. RJ: NAU Editora. 2002.

_____, *Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*. Manoel B. da Motta (Org.), Trad.: Vera L. A. Ribeiro. RJ: Forense Universitária, 2016.

_____, *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard. 2004.

_____, *Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)*. Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes. 2008b.

_____, *Do governo dos vivos: curso no Collège de France (1979-1980)*. Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2014.

_____, *Em defesa da Sociedade: curso dado ao Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2010.

_____, *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France (1975-1976)*. Paris : Éditions Gallimard & Éditions du Seuil. 1997.

_____, *Histoire de la Sexualité I: la volonté de savoir*. Paris: Éditions Gallimard. 1976.

_____, *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. SP: Paz e Terra. 2015.

_____, *História da Loucura na Idade Clássica*. Trad.: José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva. 2013.

_____, *L'ordre du discours: leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*. Paris: Éditions Gallimard. 1971.

_____, *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad.: Laura Fraga de A. S. São Paulo: Edições Loyola. 2014.

_____, *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes. 2008a.

_____, *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard/Seuil. 2004.

_____, *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

_____, *O Poder Psiquiátrico: curso dado ao Collège de France (1973-1974)*. Trad.: Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes. 2006.

_____, *Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

_____, *Surveiller et Punir: naissance de la prison*. Paris: Éditions Gallimard. 1975.

_____, *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 41ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2013.

Bibliografia Secundária

“Cronologia: 10 últimos principais ataques na Europa.” Fonte: <http://internacional.estadao.com.br/blogs/radar-global/10-atentados-mais-recentes-realizados-na-europa/>

ÅBERG, Pelle. “Civil Society and Civil Contemporary Russia: The Case of Russian ‘Daddy-Schools’” in *Foucault Studies*, No. 20, pp. 76-95, December 2015. Disponível em: <https://rauli.cbs.dk/index.php/foucault-studies/article/view/4930>

ADORNO, Francesco Paolo. “Power over Life, Politics of Death: Forms of Resistance to Biopower in Foucault.” In. LEMM, Vanessa. & VATTER, Miguel. [Edts.] *The Government of Life: Foucault, Biopolitics, and neoliberalism*. New York: Fordham University Press. 2014.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Trad.: Iraci D. Poleti. SP: Boitempo, 2004.

_____, *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad.: Henrique Burigo. BH: Editora UFMG. 2010.

_____, *Meios sem fim: notas sobre política*. Trad.: Davi Pessoa. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2017.

_____, *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. Trad. Selvino J. Assmann. SP: Boitempo. 2008.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “O Pensador de todas as solidões.” In: *Revista Educação*. Edição: “Foucault pensa a Educação”, nº 3. ISSN: 1415-5486. s/d.

APPLEBAUM, Anne. *Gulag: uma história dos campos de prisioneiros soviéticos*. SP: Ediouro. 2004.

ARAÚJO, Inês L. *Foucault e a Crítica do Sujeito*. Curitiba: Ed. UFPR. 2001.

AYUB, João Paulo. *Introdução à analítica do poder de Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios. 2014.

AUDIER, Serge. Penser le “néoliberalisme”. Le moment néolibéral, Foucault et la crise du socialisme. Lormont: Le Bord de L'eau. 2015.

AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 21, Brasília, pp. 227-284. Set-Dez/2016: p. 228-231. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162107>

BARTH, Wilmar Luiz. “Engenharia genética e bioética”. In *Revista Teocomunicação*, v. 35, n. 149, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. “Drones e mídia social” in BAUMAN, Zygmunt. *Vigilância Líquida: diálogos com David Lyon*. Trad.: C. A. Monteiro. RJ: Zahar. 2013.

BAZZICALUPO, Laura. *Biopolítica: um mapa conceitual*. Trad.: Luisa Rabolini. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS. 2017.

BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2008.

_____, *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*. In *Os Pensadores*. 1ª. ed. São Paulo: Abril Cultural & Industrial, v. XXXIV, 1974

BERT, Jean-François. *Pensar com Michel Foucault*. Trad. M. Marcionilo. SP: Parábola. 2013.

BECKER, Gary; EWALD, François; HARCOURT, Bernard. “Becker on Ewald on Foucault on Becker.” In *The Carceral Notebooks*, v. 7, 2011. Disponível em: <http://www.thecarceral.org/journal-vol7.html>

_____; _____; _____, “Gary Becker dialogue avec Michel Foucault.” In *Socio*, n. 3, p. 265-288, 2014.

BEHRENT, Michael. “Le libéralisme sans l’humanisme: Michel Foucault et la philosophie du libre marché, 1976-1979.” In: ZAMORA, Daniel. (Ed.). *Critique Foucault : les années 1980 et la tentation néolibérale*. Bruxelas: Les Éditions Aden, 2014: p. 37-85.

_____, “Can the critique of capitalism be antihumanist?” In *History and Theory*, n. 54, p. 372-388, 2015.

BLENCOWE, Claire. *Biopolitical Experience: Foucault, power and positive critique*. New York: Palgrave Macmillan. 2012.

BOAS, Taylor C. & GANS-MORSE, Jordan. “Neoliberalism: from new liberal philosophy to anti-liberal slogan” in *Studies in Comparative International Development*. vol. 44, Issue 2, Jun/2009, pp. 137-161. ISSN: 1936-6167. DOI 10.1007/s12116-009-9040-5

BOBBIO, Norberto, et al. *Dicionário de Política*. Trad.: Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1998.

BOSCO, Francisco. “Variações sobre o narcisismo” in *Cult – Revista Brasileira de Cultura*, SP: Editora Bregantini, nº 225, Ano 20, Julho/2017.

BRANCO, Guilherme Castelo. *Michel Foucault: Filosofia e Biopolítica*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2015.

BROWN, Wendy. “Revisando Foucault: *homo politicus* e *homo oeconomicus*”. Trad.: Danielle G. Archela, Gustavo H. Dalaqua e Sibebe Paulino. In *Revista DoisPontos*:, Curitiba: São Carlos, vol. 14, nº. 1, p. 265-288, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dp.v14i1>

BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Sulina. 2013.

BURNS, Tyler. “O Estado do neoliberalismo na Argentina”. Trad.: Rebeca Ávila. In *Ópera: Revista independente*. 13-02-2019. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2019/02/13/o-estado-do-neoliberalismo-na-argentina/>

CABRAL, Alexandre Marques. “Encarnação e Culpa: a crítica de Nietzsche acerca da ideia da encarnação divina segundo Santo Anselmo” in *[SYN]THESIS: Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, vol.6, nº 2, 2013.

CANDIOTTO, César. “A Governamentalidade política no pensamento de Foucault”. In. *Filosofia Unisinos*, 11(1):33-43, jan/abr 2010: p. 35. Disponível em: revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/4632/1856

_____, “Cuidado da vida e dispositivos de segurança: a atualidade da biopolítica” In BRANCO, Guilherme Castelo & VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.) *Foucault: filosofia & política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2013.

_____, “Foucault: uma história crítica da verdade.” In *Trans/Form/Ação*. São Paulo: Marília, v. 29, n. 2, p. 65-78, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732006000200006&lng=en&nrm=iso.

CARNEIRO, Marina. “Entenda a crise cambial que levou a Argentina de novo ao FMI” In *Folha de São Paulo*. 09-05-2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/entenda-crise-cambial-que-levou-a-argentina-de-novo-ao-fmi.shtml>

CARROL, Darin S; EMERSON, Ginny L; LI, Yu; SAMONS, Scott; OLSON, Victoria; et al. "Chasing Jenner's Vaccine: Revisiting Cowpox Virus Classification." In *PLoS ONE*. Ago/2011. 6(8): e23086. doi:10.1371/journal.pone.0023086

CASTRO, Edgardo. *Introdução a Foucault*. Trad.: Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2015.

_____, *Introdução a Giorgio Agamben: uma arqueologia da potência*. Trad.: Beatriz de A. Magalhães. BH: Autêntica Editora. 2013.

_____, *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad.: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2009.

CHAVES, Ernani. “Psiquiatrizar e judicializar: a constituição histórica da Psiquiatria, no Vigiar e Punir” In *Revista dois pontos*., Curitiba/São Carlos, vol. 14, nº. 1, p. 3-14, Abr./2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dp.v14i1.56535>

CHAMAYOU, Grégoire. *Teoria do drone*. Trad.: Célia Euvaldo. SP: Cosac Naify. 2015.

CHRISTOFFERSON, Michael S. “Foucault et la ‘nouvelle philosophie’: pourquoi Michel Foucault soutient les maîtres penseurs d’André Glucksmann. In: ZAMORA, Daniel. (Ed.). *Critique Foucault : les années 1980 et la tentation néolibérale*. Bruxelas: Les Éditions Aden, 2014: p. 13-35.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto. 2015.

DOWNING, Lisa. *The Cambridge Introduction to Michel Foucault*. New York: Cambridge University Press. 2008.

DEAN, Mitchell. “Michel Foucault’s ‘apology’ for neoliberalism.” In *Journal of Political Power*, v. 7, n. 3, p. 433-442, 2014.

_____, “Foucault must not be defended.” In *History and Theory*. n. 54, p. 389-403, 2015.

ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. France : Champs Biographie. 2011.

_____. *Michel Foucault e seus contemporâneos*. Trad.: Lucy Magalhães. RJ: Jorge Zahar Ed. 1996.

ESPOSITO, Roberto. *Bios – Biopolítica e Filosofia*. Trad.: M. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70. 2010.

FERDER, Ellen K. “Power/Knowledge” In TAYLOR, Diana. (Ed.) *Michel Foucault: Key Concepts*. UK: Acumen Publishing Limited. 2011.

FERNANDES, Claudemar Alves. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios. 2012.

FRANÇA, Leandro Ayres, “A *oikonomia* da vida e da morte em Roberto Esposito.” in *Sistema Penal e Violência Revista Eletrônica da Faculdade de Direito, PPCC – PUCRS*, Porto Alegre, vol. 6, nº 2, jul/dez. 2014.

GEHRING, Petra. “Vorlesungen zu Staat/Gouvernementalität.” In. KAMMLER, Clemens. & SCHNEIDER, Rolf Parr U. J. [Hrsg.] *Foucault Handbuch: Leben - Werk - Wirkung*. Stuttgart/Weimer: J. B. Metzler. 2008.

GRAZIA, Sebastian. *Maquiavel no Inferno*. SP: Companhia das Letras, 1993.

GROS, Frédéric. "Foucault, penseur de la violence?". In *Cités*, vol. 50, nº. 2. 2012. Disponível em : <https://www.cairn.info/revue-cites-2012-2-page-75.htm>

_____, GROS. Frédéric. *Michel Foucault “Que sais-je?”*. Paris: Presses Universitaire de France/Humensis. 2017.

GUIMARÃES, Carlos Nunes. “Maquiavel e Max Weber: ética e realismo político”. In *Argumentos: Revista de Filosofia*. Ano 2, nº 4, 2010.

GUIOMARINO, Hailton Felipe. “A função metodológica do conceito de ‘dispositivo’ na genealogia de Michel Foucault”. In LEAL, Ana C. D. Borges; DIAS, Bárbara L. da C. Veloso; VERBICARO, Loiane Prado. (Orgs.) *Normalização, poder e direito*. Salvador: Ed. JusPodivum. 2017.

GUNNEFLO, Markus. “Rudolf Kjellén: Nordic Biopolitics Before the Welfare State” in *Retfaerd Årgang*. Vol. 35, Iss. 3, 2015. Disponível em: http://works.bepress.com/markus_gunneflo/8/

GUTTING, Gary. *Michel Foucault’s Archaeology of Scientific Reason*. Cambridge: Cambridge University Press. 1989.

_____, *Foucault: A Very Short Introduction*. New York: Oxford University Press. 2005.

HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. Tradução: Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras. 2016.

_____, *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Tradução: Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM. 2015.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Trad.: Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes. 2017.

HILL, Christopher. *The Century of Revolution (1603-1714)*. London & New York: Routledge Classics/Taylor & Francis e-Library, 2002. Cap. 18: "Politics and Constitution: The Glorious Revolution".

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad.: Marcos Santarrita. SP: Companhia das Letras. 1995.

HOFFMAN, Marcelo. "Disciplinary Power" in TAYLOR, Diana. (Ed.) *Michel Foucault: Key Concepts*. UK: Acumen Publishing Limited. 2011. <https://doi.org/10.3917/cite.050.0075>

KALBERG, Stephen. *Max Weber: uma introdução*. Trad.: Vera Pereira. RJ: Zahar. 2010.

KJELLÉN, Rudolf. *Grundriss zu einem System der Politik*. Leipzig: S. Hirzel Verlag. 1920: s/p; apud LEMKE, Thomas. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. Trans: Eric F. Trump. New York and London: New York University Press. 2011.

_____, *Grundriss zu einem System der Politik*. Leipzig: S. Hirzel Verlag. 1920: p. 93, 94; apud ESPOSITO, Roberto. *Bios – Biopolítica e Filosofia*. Trad.: M. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70. 2010.

_____, *Staten som Livsform*. Stockholm: Hugo Gebers Förlag. 1916: p. 11; apud GUNNEFLO, Markus. "Rudolf Kjellén: Nordic Biopolitics Before the Welfare State" in *Retfaerd Årgang*. Vol. 35, Iss. 3, 2015. Disponível em: http://works.bepress.com/markus_gunneflo/8/

KOOPMAN, Colin. *Genealogy as Critique: Foucault and the Problems of Modernity*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press. 2013.

KRISTENSEN, Kasper Simo. "Michel Foucault on Bio-power and Biopolitics". University of Helsinki, Faculty of Social Sciences and Moral Philosophy, Master's Thesis. 2013. Disponível em: <https://helda.helsinki.fi/bitstream/handle/10138/39514/Kristensen%20Masters%20Thesis.pdf?sequence=3>

KRITSCH, Raquel. *Soberania: a construção de um conceito*. SP: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

LAGASNERIE, Geoffroy de. *A última lição de Michel Foucault: sobre o neoliberalismo, a teoria e a política*. Trad.: André Telles. SP: Três Estrelas. 2013.

LAVAL. Christian, & DARDOT, Pierre. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad.: Mariana Echalar. SP: Boitempo. 2016. (Kindle Edition).

LAZZARATO, Maurizio. "Biopolítica/Bioeconomia" in PASSOS, Izabel C. Friche (Org.). *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. BH: Autêntica Editora. 2013.

_____. *O Governo do Homem Endividado*. Trad.: Daniel P. P. da Costa. SP: N-1 Edições. 2017.

_____. "Du biopouvoir à la biopolitique", *Multitudes*, 2000/1 ; n° 1, pp. 45-57. Disponível em: <http://www.multitudes.net/Du-biopouvoir-a-la-biopolitique/>

LEME, João Luís C. "A crise da governamentalidade e o poder ubesco" In ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; FILHO, Alípio de Souza. (Orgs.) *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2008. [Kindle Edition]

LEMKE, Thomas. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. Trans: Eric F. Trump. New York and London: New York University Press. 2011.

_____. *Foucault, governmentality and Critique*. London & New York: Routledge. 2016.

LEMM, Vanessa. “Uma política de vida ao invés de uma política sobre a vida. A biopolítica afirmativa de Nietzsche.” In *Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU Online*. nº 513, Ano XVII, 16/10/2017. ISSN: 1981-8793

LEMOS, F. C. S., FRANCO, A. C. F., & FREITAS, F. S. “Direitos Humanos, biopolítica e disciplina: o corpo e a vida no campo da judicialização no contemporâneo.” In *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*. 8(1), 99-107. 2019. doi: 10.17267/2317-3394rps.v8i1.2306

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Trad. Luigi Del Re. RJ: Rocco. 1988.

MACHADO, Roberto. “Michel Foucault e a diferença”, palestra dada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Goiás, intitulada. Nov/2015. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=M4gRr9mE6Ag&t=3261s>

_____. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar. 2007.

_____. *Impressões de Michel Foucault*. São Paulo: n-1 edições. 2017.

MAQUIAVEL, Nicolau. “O Príncipe.” In *Os Pensadores*. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial. 1973. Cap. XII.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Trad.: Renata Santini. SP: n-1 Edições. 2018.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. *The limits to growth & a report for The Club of Rome's project on the predicament of mankind*. New York: Universe Books, 1972.

MILLER, J.-A. “A máquina panóptica de Jeremy Bentham.” in BENTHAM, J. *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2008.

MONTAÑO, Carlos. “Pobreza, ‘questão social’ e seu enfrentamento”. in *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/nR33120487j7O65JW81e.pdf>

MOUSSATCHÉ, Nissin; DAMASO, Clarissa; MCFADDEN, Grant. "When good vaccines go wild: Feral Orthopoxvirus in developing countries and beyond". In *The Journal of Infection in Developing Countries*. Jun./2008, 2 (03): 156-173. ISSN 1972-2680. doi:10.3855/jidc.258

MUCHAIL, Salma Tannus. *Foucault, simplesmente*. São Paulo: Edições Loyola. 2004.

MÜLLER-LAUTER, Wolfgang. *Nietzsche: sua Filosofia dos Antagonismos e os Antagonismos de sua Filosofia*. Trad.: Clademir Araldi. SP: Editora Unifesp. 2009.

NALLI, Marcos. “A abordagem imunitária de Roberto Esposito: biopolítica e medicalização. In. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*. vol. 5; nº. 2, jul.dez/2012. <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n2p39>

_____. “O Campo é o Nomos Biopolítico da Modernidade” In *Revista Portuguesa de Filosofia*. t. 71. fasc. 1. pp. 173-187, 2015.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral: uma polêmica*. Trad.: Paulo César de Souza. SP: Companhia das Letras. 2009.

_____. *FP*: 1885, 38[12]. Disponível em: [http://www.nietzschesource.org/#eKGWB/NF-1885,38\[12\]](http://www.nietzschesource.org/#eKGWB/NF-1885,38[12]).

NISBET, Robert. *The Social Philosophers: community & conflict in western thought*. New York: Thomas Y. Crowell Company. 1973.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. “Os ‘Limites do Crescimento’ 40 anos depois: das ‘Profecias do Apocalipse Ambiental’ ao ‘Futuro Comum Ecologicamente Sustentável’” in *Revista Continentes* (UFRRJ), ano 1, n. 1, 2012.

PELBART, P. “Biopolítica.” In *Sala Preta*, v. 7, p. 57-66, nov./2007. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v7i0p57-66>

PEREIRA, José Carlos de M. *A explicação sociológica da medicina social*. São Paulo: Editora UNESP. 2005.

PLATÃO, *Político*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: EdUFPA. 1980.

POL-DROIT, Roger. “Foucault passe-frontières de la philosophie” In *Le Monde*. 06/Set/1986. Link: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/alem.pdf>

PORTO, Maria Célia da Silva. “Estado e Neoliberalismo no Brasil contemporâneo: implicações para as políticas sociais” in *IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*, UFMA/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís/MA: 25 a 28 de Agosto de 2009: s/p. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf

RABINOW, Paul. & DREYFUS, Hubert L. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. [Trad.: Vera Porto Carrero] Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

RABINOW, Paul & ROSE, Nikolas. "Biopower Today". In *BioSocieties*, 1, 23 July 2006. 195-217. Disponível em: <<http://anthropos-lab.net/wp/publications/2007/01/rabinow-rose.pdf>>

RAFFIN, Marcelo. “La voluntad de saber: entre el dispositivo de sexualidad y la gubernamentalidad” In. LÓPEZ, Cristina; RAFFIN, Marcelo & COLOMBO, Agustín (comps.) *Pensar con Foucault hoy: relecturas de Las palabras y las cosas y La voluntad de saber*. San Martín: UNSAM Edita. 2019.

REVEL, Judith. *Dicionário Foucault*. Trad.: Anderson A. da Silva. RJ: Forense Universitária. 2011.

RODRIGUES, Heliana de B. Conde. *Ensaio sobre Michel Foucault no Brasil: presença, efeitos, ressonâncias*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

RODRIGUES, Renê Chiquetti. SANTOS, Diego Prezzi. CARNIO, Henrique Gabenilli. “Biopolítica e Filosofia em Roberto Esposito: considerações introdutórias.” in *Rev. Direito & Práxis*, RJ, vol. 08, nº 04, 2017: p. 2792-2818. DOI: 10.1590/2179-8966/2017/25136| ISSN: 2179-8966

ROSA, Walisete de A. Godinho. & LABATE, Renata Curi. “Programa Saúde da Família: a construção de um novo modelo de assistência” in *Rev Latino-Am Enfermagem*, nov/dez, 2005; 13(6):1027-34, p.: 1029. Disponível em: www.eerp.usp.br/rlae.

ROTTERDAM, Erasmo. “Elogio da Loucura” In *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural. 1979.

ROUSE, Joseph. “Power/Knowledge” in GUTTING, Gary. [Org.] *The Cambridge Companion to Foucault*. New York: Cambridge University Press. 2006.

RUIZ, Castor Bartolomé. “Genealogia da biopolítica. Legitimações naturalistas e filosofia crítica”. In *Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU Online*. nº 386, Ano 2012, 19 de Março de 2012, p. 41. ISSN: 1981-8469.

_____. “O campo como paradigma biopolítico moderno”. In *Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU Online*. nº 372, Ano XI, 05 de Setembro de 2011. p. 40. ISSN: 1981-8769.

SABOT, Philippe. “Ouverture: Critique, attitude critique, résistance” In JOLLY, Édouard & SABOT, Philippe. [dir.] *Michel Foucault à l'épreuve de pouvoir: vie, sujet, résistance*. France, Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion. 2013.

SOLJENÍTSIN, Alexander. *Arquipélago Gulag*. Trad.: Francisco A. Ferreira, Maria M. Llistó e José Augusto Seabra. SP: Círculo do Livro. 1996.

STIVAL, Monica Loyola. *Política e Moral em Foucault: entre a crítica e o nominalismo*. SP: Edições Loyola, 2015.

_____. “Governo e Poder em Foucault.” In *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 39, n. 4, p. 107-126. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732016000400006>

SLOTERDIJK, Peter. *Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo*. Trad.: José Oscar de Almeida M. SP: Estação Liberdade. 2000.

SUGIZAKI, Eduardo. “Da anátomo-política à Biopolítica” in SOUZA, Ricardo Timm de & OLIVEIRA. N. Fernandes de (Orgs.) *Fenomenologia Hoje III: bioética, biotecnologia, biopolítica*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2008.

TAVARES, M^a da C. & MELIN, L. Eduardo. “Mitos globais e fatos regionais.” In FIORI, J. L, Lourenço, M. S. & NORONHA, J. C. (Orgs.) *Globalização: o fato e o mito*. RJ: EdUERJ. 1998.

TOGMAN, Richard. “The Third Modulation: Foucault, Security and Population.” in *Foucault Studies*, [S.l.], p. 228-250, out/2018: p. 230. Disponível em: <<https://rauli.cbs.dk/index.php/foucault-studies/article/view/5582>> DOI: <http://dx.doi.org/10.22439/fs.v25i2.5582>.

VEIGA-NETO, Alfredo. “Governamentalidade, neoliberalismo e educação” In BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Foucault: filosofia & política*. BH: Autêntica Editora, 2013.

VIESENTEINER, Jorge Luiz. “O conceito de vivência *Erlebnis* em Nietzsche: gênese, significado e recepção.” In *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 54, n. 127, Junho/2013.

WOTLING, Patrick. *Vocabulário de Friedrich Nietzsche*. SP: Editora WFM Martins Fontes. 2011.

WEBER, Max. “A Política como vocação.” In. WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: JC Editora. 1982

_____. “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”. In *Os Pensadores*. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial. 1974.

ZAMORA, Daniel. (Ed.). *Critique Foucault: les années 1980 et la tentation néolibérale*. Bruxelas: Les Éditions Aden, 2014.

Índice remissivo e de nomes

A

A cidade livre, 1938, 128
A Ordem do Discurso (1971), 34
a priori histórico, 17
A Sociedade Punitiva (1972-1973), 36
 aborto, 42
acontecimento, 33, 98
 Adam Smith (1723-1790), 139
 AIDS, 42
 Alexander Graham Bell (1847-1922), 47
alienação, 14, 54
 Alma-Ata, 71
analítica da sexualidade, 77
 anarquismo, 142
 anátomo-política, 26, 29, 73, 74, 75, 158
 anormal, 57, 63, 77, 79
anterioridade fundadora, 32, 33, 43, 44, 113
 arqueologia, 11, 15, 16, 17, 18, 20, 84, 153
Arqueologia do Saber (1969), 16, 27
 arquivo, 15, 16, 17, 84, 152
 arte, 15, 29, 63, 73, 104, 108, 112, 116, 117, 119, 121, 122
 arte de governar, 125, 128
 arte desmedicalizada, 63
 Arthur Schopenhauer (1788-1860), 44
As Palavras e as Coisas (1966), 18, 27
 asilo, 13, 14, 15, 34
assimetria, 32
 atitude crítica, 89, 90
 atualidade, 18, 24, 78, 80, 153
Aufklärung, 44, 90
 Auguste Comte (1798-1857), 136

austeridade fiscal, 129
autogestão, 127
 autogoverno, 73

B

Behaviorismo, 138
 bem-estar, 41, 61, 71, 74, 114, 117
 Bichat (1771-1802), 17
 bioeconomia, 9, 42, 123, 138
 bioespiritual, 50
 biologia, 44, 46, 51, 74, 97
 biopoder, 26, 37, 55, 56, 57, 65, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 86, 89, 92, 100, 116
 biopolítica, 26, 27, 30, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 62, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 88, 89, 91, 92, 93, 95, 101, 102, 105, 107, 113, 115, 116, 153, 156, 157, 158
 biopolítica *afirmativa*, 48, 81
 biopolítica cristã, 50
 biorregulamentação, 79
 biotecnologia, 42, 73, 158
 Bosch (1450-1516), 13
 Botero (1544-1617), 116
 Brueghel (1525-1569), 13
 Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), 138

C

campo enunciativo, 16
 capital, 123, 129, 141
 capital humano, 69, 76
 capitalismo, 14, 15, 29, 58, 63, 74, 85
 Cervantes (1547-1616), 13
 Charles Devenport (1866-1944), 47

Chemnitz (1605-1678), 116
 cidade, 13, 26, 43, 67, 68, 93, 96, 97, 109, 111, 112, 114, 120
 ciência, 17, 18, 36, 43, 45, 46, 47, 50, 52, 54, 56, 61, 62, 64, 76, 119, 121, 156
 ciências humanas, 11, 13, 14, 23, 24, 27, 36, 63
 Clausewitz, 121
Clube de Roma, 50
 código genético, 51
 Colombo (1451-1506), 119
 Colóquio “Walter Lippmann”, 128
communitas, 81
 comum, 14, 30, 40, 42, 45, 47, 48, 60, 68, 70, 76, 78, 81, 82, 95, 96, 98, 102, 110
 comunidade, 48, 70, 81, 87, 120
 conhecimento, 35, 36, 37, 60, 65, 110, 114, 116, 118
constatação, 141
 continuidade, 13, 17, 19, 21, 23, 33, 92, 94
 contrato social, 139
 controle do tempo, 34, 41
 corpo, 19, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 38, 41, 48, 49, 53, 54, 56, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 74, 75, 76, 77, 78, 83, 85, 94, 96, 101, 102, 116
 correção, 29
 criminologia, 24, 30, 102
 cristianismo, 30, 113, 114
 crítica, 18, 19, 32, 37, 44, 45, 47, 88, 89, 90, 91, 94, 96, 101, 106, 115, 118, 119, 153, 157
 cultura, 12, 15, 31, 47, 52, 111, 114, 115

D

darwinismo, 47

databases, 40
 DATAPREV, 70
 decisão, 38, 46, 84, 90
 Delamare (1639-1723), 116
 delinquência, 93
 democracia, 47, 49, 125
 descontinuidade, 13, 21, 33, 53
 desenvolvimento sustentável, 50
 deslocamento, 33
 desrazão, 13, 14
 Deus-pastor, 112
dialética, 14, 81
 Dietrich Gunst (1978), 50
 digressão, 21, 80
 direito, 24, 31, 32, 35, 37, 38, 45,
 49, 55, 59, 60, 70, 78, 79, 80,
 83, 84, 87, 100, 102, 122
disciplina, 26, 28, 29, 30, 33, 34,
 36, 46, 53, 65, 67, 74, 75, 77,
 78, 91, 94, 95, 96, 97, 100, 102,
 104, 116, 117
 discurso, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20,
 24, 25, 26, 27, 28, 34, 35, 36,
 45, 47, 57, 77, 89, 91, 111, 114,
 116
dispositivo, 27, 39, 40, 64, 69, 74,
 75, 92, 99, 100, 101, 157
dispositivo de sexualidade, 75
 DNA, 51
 docilização, 28
 doença mental, 13, 14
Doença mental e personalidade,
 14
 doença venérea, 12
 domesticação, 29, 34
dominium, 120
doxa, 45
dronnes, 40

E

economia política, 53, 122
eficiência, 127
Elogio da Loucura (1511), 13, 157

emergência, 19, 21, 22, 23, 29, 31,
 39, 42, 47, 54, 55, 58, 64, 74,
 80, 85, 98, 104, 106, 107, 109,
 113, 115, 121
 Émile Durkheim (1858-1917), 136
 empirismo filosófico, 139
 empresário de si, 123
 enfrentamento originário, 14
Entstehung, 19, 22
 enunciado, 16, 19, 114
 Erasmo de Rotterdam (1466-
 1536), 12
Erbbiologie, 48
Erlebnis, 44, 45
 escassez, 50, 98, 100, 103
 escola, 53, 96, 102
 Escola de Chicago, 125
Escola de Frankfurt, 115, 118
 Escola dos Anais (1929), 21
 espaço, 12, 16, 17, 24, 26, 29, 32,
 40, 49, 57, 69, 77, 83, 94, 97,
 120
 esquadrinhar, 11
 esquecimento do homem, 19
 Estado, 31, 32, 40, 42, 45, 46, 47,
 48, 49, 53, 54, 55, 56, 58, 59,
 60, 61, 63, 64, 66, 68, 70, 75,
 78, 79, 82, 83, 84, 88, 91, 92,
 93, 94, 96, 99, 100, 104, 107,
 109, 110, 111, 113, 114, 115,
 116, 117, 118, 119, 120, 121,
 122, 152, 153
 Estado mínimo, 129
 Estado moderno, 46, 65, 83, 99,
 107
 estatística, 53, 55, 105, 106, 120,
 122
 estatização do biológico, 55, 79
 estética, 60
 estética da existência, 61
 estratégia, 23, 37, 49, 53, 69, 75,
 86, 87, 100, 109
eterno retorno, 22
 ética, 15, 46, 61, 119, 154
exceção, 48, 83, 84, 89, 111

existência, 14, 15, 16, 20, 35, 44,
 48, 54, 61, 84, 120
 exterioridade, 16, 37, 121

F

F. Bacon (1561-1626), 119
 falsos universais, 20
 felicidade, 126
 filosofia de vida, 45
 filósofo do desconforto, 24
 finalidade, 16, 34, 58, 97
fisiocracia, 125
 força, 14, 21, 24, 28, 30, 31, 56,
 58, 65, 66, 68, 74, 76, 80, 92,
 94, 115, 119, 120, 121
 forma de vida, 46
 formação discursiva, 16, 34
 freudo-marxismo, 34
 Friedrich Nietzsche (1844-1900),
 19
 função enunciativa, 16

G

Galileu Galilei (1564-1642), 119
 genealogia, 15, 18, 19, 20, 21, 22,
 23, 35, 47, 83, 110, 113, 150
 genética, 47, 48, 50, 51, 56, 62
 geopolítica, 45, 48
 Georges Canguilhem (1904-1995),
 21
 gestão, 41, 53, 54, 56, 57, 73, 75,
 76, 78, 92, 95, 98, 108, 113,
 116
 Giorgio Agamben (1942), 82
 governamentalidade, 27, 30, 56,
 73, 91, 93, 94, 96, 106, 107,
 109, 115, 116, 122, 155
 governo, 73, 76, 87, 92, 97, 98, 99,
 104, 105, 107, 108, 109, 110,
 111, 112, 113, 115, 116, 117,
 118, 121, 122, 151
 governo de todos, 110, 121
 grande reclusão, 13

Grécia, 12, 24, 82, 98, 110, 111,
114, 119, 120

Grupo de Informação e
Sustentação dos Trabalhadores
Imigrados (GISTI), 57

Grupo de Informação sobre a
Saúde (GIS), 57

Grupo de Informação sobre as
Prisões (GIP), 57

Grupo de Informação sobre o
Asilo (GIA), 57

guerra, 30, 32, 43, 45, 59, 80, 82,
84, 88, 92, 93, 94, 118, 119,
120

Guerra dos Trinta Anos, 65

H

Harry L. Laughlin, 47

hebreus, 111, 112, 113

Henri Bergson (1859-1941), 44

herança, 12, 33, 44, 48

Herkunft, 19, 20, 22

higiene, 60, 63, 68, 75

hipótese da luta, 31

Histoire de la folie, 14

história, 12, 14, 15, 17, 19, 20, 21,
22, 23, 24, 31, 35, 37, 40, 45,
48, 50, 54, 57, 61, 64, 74, 79,
82, 87, 88, 91, 92, 94, 99, 100,
106, 107, 109, 111, 150, 151,
152, 154

História da Loucura, 12, 15, 18,
67, 151

historiografia, 21

homem-espécie, 75

homem-mundo, 45

homo juridicus, 139

homo legalis, 70

homo oeconomicus, 123, 138, 139,
140, 141

homossexual, 77

hospital, 34, 36, 53, 64, 66

Hospital Geral de Paris, 13

I

Idade Clássica, 12, 36, 67, 151

Idade Média, 12, 15, 67, 108, 117

ideologia, 20, 38, 88

Il faut défendre la société (1976),
31, 37, 55, 56, 57, 73, 74, 75,
78, 79, 92, 151

immunitas, 81

imperium, 120

inclassificável, 33

individualização, 26, 54, 67, 94,
96, 113

individualizante, 33, 39, 110, 117

instituições, 15, 20, 27, 31, 34, 47,
53, 94, 102, 109

Instituto de Administração da
Previdência Social (IAPAS), 70

Instituto Nacional de Assistência
Médica da Previdência Social,
70

Interesse, 139

internet, 40

intersecções, 11

Ivan Illich (1926-2002), 62

J

J. Habermas (1929), 142

Jacob von Uexküll (1864-1944),
49

Jean Bodin (1530-1596), 94

Jean-Claude Perrot (1928), 97

Jeremy Bentham (1748-1832), 39

jogo de forças, 31, 32

jogo discursivo, 13

jogos de verdade, 20, 24

John Harvey Kellog, 47

Jorge III, 28

Jules Verne (1828-1905), 21

jurídico-político, 26, 47, 96, 104,
116

K

Kant (1724-1804), 23, 118

Kenneth Cauthen, 50

L

laissez-faire, 55, 127, 128

Lamarck (1744-1829), 97

Larger, 82, 84

Le pouvoir psychiatrique, 14

Lebensraum, 49

lei, 31, 34, 39, 46, 47, 83, 94, 120

Lei dos Pobres (Poor Law), 69

Lei Orgânica da Saúde, 70

Les anormaux, 14

liberalismo clássico, 128, 129, 140

liberdade, 125, 126, 127, 128, 139

liberdade de mercado, 125, 128

limitação do Estado, 127

linguagem, 15, 44, 84, 120

Lippmann (1889-1974), 127

literatura, 12, 13, 14, 21, 120, 121

livre comércio, 129

louco, 13, 14, 15, 36

loucura, 12, 13, 14, 15, 28, 33

M

macroeconomia, 60, 71, 76

Maladie mentale et personnalité, 14

mão invisível, 140

máquina, 40, 77, 80, 84, 156

máquina econômica, 127

Marjolin (1911-1986), 128

marxismo, 20

Max Weber (1864-1920), 134

mecanismos de segurança, 26, 54,
93, 94, 96, 107

medicalização, 64, 74, 81, 156

medicina, 12, 14, 42, 51, 53, 54,
55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63,
64, 66, 68, 69, 72, 74, 76, 77,
87, 104, 151, 156

Medizinischepolizei, 66

meio, 24, 29, 31, 36, 37, 45, 46,
47, 48, 50, 51, 52, 53, 56, 58,
60, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 71,
75, 76, 77, 79, 80, 82, 83, 84,

85, 86, 90, 94, 95, 96, 97, 98,
100, 101, 103, 108, 109, 114,
121, 122
mercantilismo, 62, 65, 104
metafísica, 22
metapatologia, 14
metodologia, 14, 16, 57, 81, 113
micropolítica, 92
modelo da lepra, 67
modelo da quarentena, 67, 68
modernidade, 15, 23, 75, 76, 85,
99, 104
morte, 13, 31, 42, 48, 61, 62, 68,
72, 73, 75, 79, 80, 81, 85, 87,
89, 119, 120, 154
multiplicidade, 78, 94, 95, 96, 100
Muselmans, 84

N

nacional-socialismo, 43, 47, 48,
49, 56, 79
não-discursivo, 27
não-isotopia, 33
Nascimento da Clínica (1963), 18
natalidade, 53, 66, 75, 79
naturalismo, 39, 43
natureza, 42, 47, 50, 52, 98, 99,
102, 104, 112, 122
nau dos loucos, 13, 15
nazismo, 47, 48, 55, 79, 83
neoliberalismo, 43, 101
Nietzsche (1844-1900), 19, 20, 21,
22, 23, 24, 31, 44, 45, 48, 118,
150, 156, 158
norma, 39, 77, 78, 81, 83, 84, 95
normal, 63, 77
normalização, 26, 31, 53, 54, 57,
63, 66, 77, 78, 95, 102, 116
nova história, 21

O

O Poder Psiquiátrico (1973-4), 28,
30, 32, 33, 151
obediência, 29, 85

Omnes et singulatim, 106, 109,
110, 111, 112, 114, 116, 122
Ordoliberal, 125
organicismo, 43, 45, 46, 47, 55
Organização Mundial de Saúde
(OMS)/UNICEF, 71
origem, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 35,
42, 49, 64, 65, 66, 68, 92, 95,
113, 120
ortopedia social, 39
Os Anormais (1974-5), 102, 151
otimismo econômico, 140
oximoro, 43, 102, 117

P

Pallazzo, 116
panóptico, 38, 39, 40
paradigma imunológico, 81
partir de baixo, 31, 85
passador de fronteiras, 11, 18, 22
pastor, 110, 111, 112, 113, 114,
117
patologia, 14, 28
Paul Veyne, 142
perspectiva, 22, 46, 50, 57
perspectivístico, 11, 24
Philippe Pinel (1745-1826), 28
Pierre-Joseph Proudhon (1809-
1865), 142
plano *Beveridge* (1942), 59
Platão, 111, 119, 120
plural, 25
poder, 13, 15, 17, 18, 20, 22, 23,
25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32,
33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40,
42, 48, 53, 55, 56, 57, 58, 60,
67, 71, 73, 75, 76, 77, 78, 79,
81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89,
91, 92, 93, 96, 99, 100, 102,
104, 107, 108, 109, 110, 111,
113, 114, 115, 116, 117, 118,
150, 152, 155
poder disciplinar, 22, 30, 31, 32,
33, 39, 73, 91, 93
poder pastoral, 113, 115, 117
poder político, 20, 31, 58, 89, 115
poder soberano, 28, 29, 30, 31, 32,
33, 34, 48, 55, 71, 73, 78, 79,
82, 83, 91, 152
poder-saber, 27, 37
polícia, 53, 65, 66, 109
política, 25, 29, 31, 34, 42, 43, 44,
45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53,
54, 56, 58, 60, 68, 73, 74, 75,
78, 79, 81, 83, 86, 92, 94, 95,
96, 100, 104, 106, 108, 109,
110, 115, 116, 117, 119, 120,
122, 153
população, 26, 30, 35, 41, 50, 53,
54, 55, 57, 58, 59, 63, 65, 66,
67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76,
77, 78, 80, 91, 93, 94, 95, 96,
97, 98, 99, 100, 101, 102, 103,
104, 105, 107, 109, 117
positividade, 16, 17
práticas de verdade, 18
práticas discursivas, 15, 16, 17, 18
práticas eugênicas, 42, 47, 56
práticas sociais, 23, 34, 37, 78
princípio de soberania, 39
princípio de utilidade, 126
prisão, 29, 35, 37, 39, 40, 151
processos de subjetivação, 36
produção de indivíduos, 34
Programa Saúde da Família (PSF),
69
proveniência, 19, 20, 21, 22, 38,
101
psicanálise, 15, 76
psicologia, 14, 24, 57
psiquiatria, 15, 24, 28, 30, 57, 102
punição, 24, 30, 34

Q

quartel, 53, 96

R

R. Aron (1905-1983), 128

R. Roussel (1877-1933), 21
 raça pura, 47
 raça superior, 48, 79, 92
 racionalidade, 36, 87, 103, 106,
 108, 109, 110, 115, 117, 118,
 129, 134, 136, 137, 140, 142,
 143
 racismo, 42, 49, 55, 56, 73, 75, 77,
 78, 79, 89, 92, 93
 racismo de Estado, 43, 49, 56
 razão, 13, 14, 65, 68, 69, 96, 106,
 108, 109, 110, 113, 115, 116,
 117, 118, 120, 122
 razão de Estado, 113, 115, 118,
 122
 rebanho, 110, 111, 112, 113, 114,
 117
 rede, 19, 21, 27, 28, 65, 74, 76
 regime de verdade, 133
 relação de poder, 20, 23, 27, 28,
 29, 36, 37, 55, 78, 86, 87
Relatório Meadows, 50
*Report on Social Insurance and
 Allied Services*, 59
 representação, 13, 30, 34, 36
 repressão, 13, 31, 34, 94
 reprodução, 47, 92
 resistência, 52, 85, 86, 88, 89
 Revolução Gloriosa (1688-1689),
 126
 Robert Nisbet (1913-1966), 119
 Roberto Esposito, 48, 80, 81, 154,
 156
 Röpke (1899-1966), 128
 Rougier (1889-1982), 127
 Rudolf Kjellén (1864-1922), 45
 Rueff (1896-1978), 128
 Rüstow (1885-1963), 128

S

saber, 15, 16, 17, 18, 20, 23, 24,
 26, 27, 31, 34, 35, 36, 37, 38,
 39, 42, 53, 55, 56, 60, 62, 63,

65, 66, 68, 73, 75, 76, 77, 87,
 89, 92, 100, 109, 118, 121, 150,
 151, 156, 157
 sanidade, 14
 saúde, 14, 41, 49, 50, 53, 54, 56,
 57, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 67,
 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76,
 77, 87, 103
Sécurité, territoire, population
 (1978), 91, 93, 95, 96, 97, 99,
 100, 101, 104, 107, 108, 109,
 110, 112, 114, 118, 121, 151
 Segunda Guerra Mundial, 47, 59,
 60, 76
 segurança, 26, 30, 40, 43, 53, 75,
 78, 88, 91, 93, 94, 95, 96, 97,
 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104,
 107, 109, 116, 120, 153
 seguridade social, 26, 61, 103
 sexo, 35, 75, 114
 sexualidade, 31, 75, 76, 77, 92
simbólica do sangue, 77
 Sistema Nacional de Previdência
 Social, 70
 sistema previdenciário, 70
 Sistema Único de Saúde (SUS), 69
 soberania, 26, 29, 30, 32, 33, 34,
 54, 65, 70, 77, 78, 91, 94, 95,
 96, 97, 100, 102, 121
 sociedade disciplinar, 29, 39
 sociedade planetária, 50
 somatocracia, 61, 63
Staatsmedizin, 63, 64
Staatswissenschaft, 64
 subjetividade, 15, 30, 41, 107
sujeito múltiplo, 33
 suplício, 30
Surveiller et Punir (1975), 73, 91,
 95

T

tanatopolítica, 48, 89

tecnologia, 31, 35, 40, 52, 54, 64,
 76, 77, 106, 110, 113, 114, 115,
 117
tensão, 18, 22, 31, 46, 56, 58, 67,
 92, 95
 território, 26, 30, 45, 47, 54, 66,
 70, 80, 91, 93, 94, 97, 98, 99,
 113, 114, 117, 120, 121
testemunho, 84
 Thomas Hobbes (1588-1689), 94
 totalidade, 14, 16, 33, 74, 114

U

universal, 11, 20, 28, 45, 70, 99
Ursprung, 19, 20, 92
 utilitarismo, 126

V

valores, 20, 33, 119
 Vanessa Lemm, 48
 verdade, 11, 15, 17, 18, 19, 20, 22,
 23, 24, 25, 35, 36, 37, 57, 62,
 76, 88, 89, 91, 94, 99, 101, 110,
 113, 114, 115, 117, 118, 120
veridicção, 131
vérité, 20, 37
vida nua, 48, 82, 83
 vigilância, 33, 34, 36, 39, 40, 67,
 68, 98, 99
 virtual, 40
 vivência, 44, 45, 47, 114
 Volker Gerhardt, 52
 Von Mises (1881-1973), 127, 128
vontade de potência, 22

W

Welfare State, 45, 47, 69, 114,
 154, 155
 William Beveridge (1879-1963),
 59



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ao dia vinte e nove do mês de agosto de 2019, no horário de 15:00h às ____ horas, foi realizada, no auditório de filosofia (IFCH-UFPA), a defesa pública da dissertação, intitulada "BIOPOLÍTICA EM MICHAEL FOUCAULT: DA INDIVIDUALIZAÇÃO DO SUJEITO À GOVERNAMENTABILIDADE DA POPULAÇÃO". Autoria de FELIPE SAMPAIO DE FREITAS, aluno do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, em nível de Mestrado. A Banca Examinadora esteve composta pelos seguintes professores: Prof. Dr. ROBERTO DE ALMEIDA PEREIRA DE BARROS (orientador), Prof. Dr. MARCOS ALEXANDRE GOMES NALLI- UEL (Examinador Externo) e Prof. Dr. ERNANI PINHEIRO CHAVES - UFPA (Examinador Interno). O Prof. Dr. IVAN RISAFI DE PONTES - UFPA foi designado como membro suplente. Concluído os trabalhos de apresentação e arguição, o candidato foi aprovado pela Comissão Examinadora, com a nota 9,5 equivalente ao conceito Excelente. Foi concedido um prazo de trinta dias, para o candidato efetuar as correções sugeridas pela Comissão Examinadora e apresentar o trabalho em sua redação definitiva, sob pena de não expedição do Diploma.

Belém, 29 de agosto de 2019.

Roberto Barros

Prof. Dr. ROBERTO DE ALMEIDA PEREIRA DE BARROS
Presidente

Prof. Dr. MARCOS ALEXANDRE GOMES NALLI
Examinador Externo

Ernani Pinheiro Chaves

Prof. Dr. ERNANI PINHEIRO CHAVES
Examinador Interno

Felipe Sampaio de Freitas
FELIPE SAMPAIO DE FREITAS
Candidato